

**UNIVERSIDADE DO ESTADO SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANDREA REIS DA SILVEIRA

**HISTÓRIA DAS MULHERES NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS (POA, RS):
PRESENÇAS E AUSÊNCIAS NOS OBJETOS DOCUMENTADOS (1995-2010)**

**FLORIANÓPOLIS
2020**

ANDREA REIS DA SILVEIRA

**HISTÓRIA DAS MULHERES NO MUSEU JULIO DE CASTILHOS (POA, RS):
AUSÊNCIAS E PRESENÇAS NOS OBJETOS DOCUMENTADOS (1995-2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof. Dra. Cristiani Bereta da Silva

FLORIANÓPOLIS

2020

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

SILVEIRA, ANDRÉA REIS DA
HISTÓRIA DAS MULHERES NO MUSEU JULIO DE
CASTILHOS (POA, RS): : PRESENÇAS E AUSÊNCIAS NOS
OBJETOS DOCUMENTADOS (1995-2010) / ANDRÉA REIS
DA SILVEIRA. -- 2020.
229 p.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristiani Bereta da Silva
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2020.

1. História do Tempo Presente. 2. Museu Julio de
Castilhos (PoA, RS). . 3. História das Mulheres. . 4.
Documentação Museológica. I. Bereta da Silva, Prof^a Dr^a
Cristiani . II. Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

Andréa Reis da Silveira

**"HISTÓRIA DAS MULHERES NO MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS: AUSÊNCIAS E
PRESENÇAS NOS OBJETOS DOCUMENTADOS (1995-2010)"**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutora, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Banca integralmente realizada por meio da Plataforma Microsoft Teams, devido a crise sanitária Sars-CoV-2.

Banca julgadora:

Orientadora:

Doutora Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Doutora Zita Rosane Possamai
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Membro:

Doutora Janine Gomes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:

Doutora Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Doutora Silvia Maria Favero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 30 de novembro de 2020.

Esta tese é dedicada a duas mulheres, participantes das minhas memórias e da minha história. De certa forma elas estão representadas nessa escrita pela ausência e pela presença. À historiadora Eleonora Nogueira Haas e à artista visual Ayeza Silveira Haas. Para vocês, passado e futuro, toda minha estima e admiração.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer pode ser até mais difícil que a própria construção da tese. Isso porque se corre o risco de deixar de fora do reconhecimento pessoas que foram imprescindíveis durante o tempo dedicado a essa produção. A norma acadêmica define ser necessário adequar-me ao volume de páginas. Mas não me impede de personificar a minha gratidão antecipada a todos que me acompanharam ao longo dessa jornada de 4 anos.

Cristiani, tua experiência como orientadora, confiança nessa orientanda, generosidade pessoal, conselhos amigos e paciência de esperar possibilitaram a conclusão desta tese e o meu reencontro com a História. Estarás presente em cada palavra deste texto, como lembrança e afeto.

Edgar, sem teu apoio incondicional nada teria sido possível. O incentivo diário, a resignação pelas ausências, a tua tranquilidade, o cafezinho no momento certo. Tudo foi crucial para continuar. Filha, agradeço pela inspiração, por abrir caminho à pensamentos renovados da tua juventude, me colocando no tempo presente. Agradeço por compreenderes a ausência e o distanciamento necessário para essa produção. Mãe! “Ermãos”! Agradeço por terem compartilhado o percurso dessa gratificante história e pelo amor incondicional. O carinho de vocês me trouxe até aqui. Obrigada ainda à família Haas pelo estímulo e inspiração. Meu muito obrigada a duas doutoras a quem muito prezo: Viviane Werutsky, cuja bondade, seriedade e alegria foram fundamentais nesse processo. Obrigada pelo crédito, pelas opiniões e pela amizade. Aline Haas, cunhada querida que serviu de inspiração e escora emocional, dando bons conselhos acadêmicos em horas complicadas. Sem palavras para dizer o quanto as admiro e agradeço por não me deixarem fraquejar.

Às colegas do LEH, cujas risadas compartilhadas, emoções e sentimentos, levaram a grandes reflexões e avanços. Singularmente, agradeço a querida Elaine Prochnow Pires, mulher linda que o PPGH me proporcionou a amizade e com quem pude compartilhar confidencias, angustias, expectativas, rompimentos de obstáculos, e alegrias nessa caminhada. À Carla Renata Gomes, que me fez acreditar na capacidade de realizar o doutorado. Tua mão estendida quando a autoconfiança falhou, assegurou a escrita do projeto para seleção. Às colegas

Miriam Mattos e Raffaela Afonso, agradeço por me acolherem e compreenderem meus tropeços da cabeça cansada nas trilhas profissionais. Obrigada, ainda, aos demais familiares, aos leais amigos e amigas que me estimularam e souberam distinguir que a distância não separa. A firmeza de nossos laços de afeto garantiu a linha de chegada nessa jornada.

Deixo aqui também registrada minha gratidão aos funcionários e às diretoras do Museu Julio de Castilhos no período da pesquisa. Agradeço a exceção na disponibilidade de horários e fontes, documentos, acessos as Reservas Técnicas, ao Banco de Dados que propiciaram a conclusão da investigação.

Pudim, Mafalda, Lucy e PP a quem muito abracei nas horas de cansaço e choro. Os passeios no teclado e a obstrução da tela com seus corpos peludos me lembravam da hora de descansar para depois continuar.

Por fim, agradeço ao ensino público, gratuito e de qualidade das Universidades Federais e da UDESC, representadas pelo seu corpo docente e funcionários. Sou a primeira doutora da minha família, a primeira a completar a formação acadêmica, e isso só foi garantido pelo sistema democrático que é a universidade pública. Estendo ao PPGH/UDESC, na figura dos professores e do Piter que, com seriedade, me proporcionaram muitos ensinamentos que marcarão minha existência.

Em tempo, fica meu obrigada para as professoras Zita, Janine, Maria Teresa e Silvia da banca de avaliação, pelas generosas contribuições ao texto e as novas reflexões. A todos, minha sincera gratidão e amor.

SILVEIRA, A. R. **História das mulheres no museu Julio de Castilhos (POA, RS): ausências e presenças nos objetos documentados (1995-2010).** Doutorado em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Florianópolis, 2020.

RESUMO

Nesta tese dediquei-me analisar os objetos do acervo do Museu Julio de Castilhos (MJC), nas coleções adquiridas por doação no período de 1995-2010, Indumentária, Iconografia e Documentos. Por meio das peças identifiquei a presença da ausência a respeito das histórias das mulheres. O *corpus documental* da investigação contou com os registros do banco de dados institucional, o Sistema Donato 3.0, e os documentos dos arquivos permanentes da instituição. Defendo que há representações de histórias das mulheres nos objetos do acervo musealizado, mas a documentação museológica instituída pelo museu provocou sentidos de ausência dessas histórias e memórias. Os registros dos objetos não predispuaram dados e informações suficientes para a ressonância delas nas narrativas do museu. A pesquisa verificou que as intelectuais mediadoras, ou seja, as doadoras e o corpo técnico formado por mulheres não estiveram representadas nesse acervo. As mulheres que foram representadas pelos objetos incorporados e nas narrativas foram subsumidas pela reprodução de estereótipos de classe, etnia, faixa etária e religiosidade. A construção documental de presença de histórias das mulheres, quando existente nos objetos, esteve limitada às características desses grupos que não são condizentes com a pluralidade da categoria mulher. No presente, as memórias e histórias das mulheres permaneceram pontuadas em representações do passado, persistente, levando a concluir que as histórias das mulheres no MJC foram silenciadas a contar da gênese da produção das representações, na construção dos significados dos objetos durante a musealização.

Palavras-chave: História do Tempo Presente. Museu Julio de Castilhos (PoA, RS). História das Mulheres. Documentação Museológica.

SILVEIRA, A. R. History of women at the Julio de Castilhos museum (POA, RS): presence of absence in the documented objects (1995-2010). PhD in History, State University of Santa Catarina, UDESC, Florianópolis, 2020.

ABSTRACT

In this thesis, I was dedicated to analyse Documents, Iconographies, and clothing collection from the Julio de Castilhos Museum (MJC) between 1995-2010. Through these pieces, I identified the lack of information about women's history. The documental corpus investigation included institutional database registers and permanent files, and Donato 3.0 System. I argue that women's history was represented in the museum archives; however, the documents of objects generated feelings of absence about these histories and memories. The objects' records did not have enough data and information to show women's history in the museum's narratives. The research verified that the mediators, such as the donors and female technical staff, have not been represented in this collection. In the incorporated objects and narratives, women were represented by social-class, ethnicity, age, and religious stereotypes. The documental construction about the presence of women's history in the objects, when exist, was limited to the group characteristics that are not in line with women's plurality. At this moment, women' memories and histories remain and persist in the past representations, leading to conclude that women's history in the MJC was silenced from the genesis of these representations, in the building of these objects meanings during musealization.

Keywords: Present Time History. Museum. Museological Documentation. Women's History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia da exposição agropecuária 1901. Pavilhão produtos rio-grandenses.....	51
Figura 2: Óleo sobre tela “A PRISÃO DE TIRADENTES”	55
Figura 3: Layout sistema Donato 3.0.....	72
Figura 4: Arquivos na Reserva Técnica	81
Figura 5: Visita escolar Sala Escravidão	105
Figura 6: Curso com Ulpiano Bezerra de Meneses.....	111
Figura 7: Sala História Institucional 2008-2011. Objeto destaque “Bota do Gigante”	121
Figura 8: Bule feminino	135
Figura 9: Livro Diário (p. 13).....	136
Figura 10: Tabela de Classificação de objeto.....	138
Figura 11: Ficha descritiva de identificação de objeto.....	143
Figura 12: Caderneta de dança.....	148
Figura 13: Ficha de registro de objeto	149
Figura 14: Registro das peças atribuídas a Anita Garibaldi	161
Figura 15: Missal	169
Figura 16: Mulheres na “Rua da Praia”	171
Figura 17: Fotografia Noiva e seus pais.....	172
Figura 18: Véu de Viúva (Traje de Dó).....	172
Figura 19: Sandália Gueixa	173
Figura 20: Mulheres em reunião social	174
Figura 21: Avental Ano 1938	177
Figura 22: Cartão postal	180
Figura 23: Pós Morten	180
Figura 24: Título Eleitoral Florinda Sagebin, 1958	182
Figura 25: Vestido de gala, 1920.....	186
Figura 26: Corpete feminino	189
Figura 27: Chapéu feminino	191
Figura 28: Chapéu feminino	192
Figura 29: 19 ^a turma de dactilógraphos, 1931.....	193

Figura 30: Romilda Conte Pilla.....	195
Figura 31: Noiva de negro	197
Figura 32: Documento Diploma de Sócia Honorária, 1933	200
Figura 33: Documento nomeação de professora, 1920	202
Figura 34: Documento salvo conduto	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Volume do acervo por coleção (1995-2010).....	62
Quadro 2: Acervo incorporado por administração	64
Quadro 3 - Corpo técnico e administrativo do museu (1995-2010)	86
Quadro 4 - Mulheres diretoras do MJC	107
Quadro 5 - Exposições realizadas com a tônica das histórias das mulheres (1995-2010).....	207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil de formação das funcionárias.....	90
Gráfico 2 - Quantitativo de doações por coleção.....	125
Gráfico 3 - Comparativo de incorporação por gestão.....	156

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AAMJC	Associação de Amigos do Museu Julio de Castilhos
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CC	Cargo de Confiança
CD	Compact Disc
CIEPS	Centro Integrado de Educação Pública
CTG	Centro das Tradições Gaúchas
DEMU	Departamento de Museus
FAPA	Faculdades Porto Alegrenses
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
IHGRGS	Instituto Histórico do Rio Grande do Sul
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MARGS	Museu de Artes do Rio Grande do Sul
MG	Minas Gerais
MHN	Museu Histórico Nacional
MJC	Museu Julio de Castilhos
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL	Partido Libertador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNM	Programa Nacional de Museus
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
RT 1	Reserva Técnica número 1
RT2	Reserva Técnica número 2

SEDAC	Secretaria de Estado da Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE UM ACERVO: DO MARCO ZERO ÀS PERDURAÇÕES DO TEMPO PRESENTE.....	43
2.1	PREÂMBULO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO MUSEU E SUA MUSEÁLIA ..	44
2.2	PERCURSO DA HISTÓRIA DE UM MUSEU DE HISTÓRIA: CAMINHOS E CONTEXTOS	49
2.3	EXAME DE DADOS E CRITÉRIOS: PROCESSOS E INTERPRETAÇÕES ..	72
3	INTELECTUAIS MEDIADORAS: CRIADORAS E INTERLOCUTORAS DAS REPRESENTAÇÕES E NARRATIVAS	79
3.1	INTELECTUAIS MEDIADORAS E REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS ...	83
3.2	QUATRO MULHERES NA ADMINISTRAÇÃO DO MUSEU.....	107
3.3	DOADORAS: A OUTRA FACE DAS INTELECTUAIS MEDIADORAS	123
4	MUSEALIZAÇÃO: CRIAÇÕES E CONTRASTES NO REGISTRO DO ACERVO (1995-2010).....	133
4.1	O PROBLEMA QUE CERCA A PESQUISA: OPERABILIDADE DO DONATO..	133
4.2	OBJETOS DOADOS: INDUMENTÁRIAS, ICONOGRAFIAS E DOCUMENTOS	154
5	REPRESENTAÇÕES DAS HISTÓRIAS DAS MULHERES: SILENCIO DAS FONTES	184
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
	REFERÊNCIAS	218

1 INTRODUÇÃO

Esta tese é uma interlocução de dois campos complementares na qual me dedico como profissional e acadêmica: a História e a Museologia¹. Por meio deles investiguei a instituição Museu Julio de Castilhos (MJC), no percurso temporal de 1995-2010. Ocupei-me de verificar o modo como esta instituição representou as histórias das mulheres em seus objetos recebidos sob doação, e os transformou em narrativas. Minha interpretação das histórias das mulheres se inicia com o plural. Ao meu ver as histórias das mulheres se fazem pelas tensões e contradições históricas que o gênero feminino vivenciou no tempo. A mulher é agente e sujeito das variadas temporalidades históricas, colocadas numa perspectiva humanizada de vivencias e experiências.

Entendo representação a partir do olhar de Serge Moscovici (2009), ou seja, a maneira como a sociedade, os grupos sociais, acharam de compartilhar crenças e edificar ideias, significados e símbolos sobre determinadas questões de suas realidades. Representar é trazer à tona algo afastado, distante, mas que interage e se mostra envolvente entre as múltiplas possibilidades de relações. As representações constroem, configuram referenciais, convencionam procedimentos sociais, e desse modo, não são engessadas. Ao contrário, são dinâmicas e podem ser reelaboradas, especialmente quando são inseridas novas informações daquilo que já foi interpretado.

O MJC foi criado em 1903, por Antônio Augusto Borges de Medeiros para ser o museu estadual do Rio Grande do Sul. Em 1907, recebeu a denominação que hoje carrega como homenagem póstuma pela morte de Julio Prates de Castilhos, na época, Presidente da Província do Rio Grande do Sul. O político havia residido com a família na casa onde até hoje é a sede da instituição, tendo sido ele o seu idealizador.

Em seus primeiros 50 anos, o MJC operou com coleções de ciências naturais, artes e história. Este funcionamento era padrão nas instituições daquela época, voltadas para uma visão evolucionista e enciclopédica da história (SANTOS, 2002). Mesmo não sendo sua especialidade, Ana Celina Silva (2018) considerou que o

¹ Esta esteve vinculada ao Grupo de Pesquisa Ensino de História Memória e Culturas (UDESC/CNPq), grupo que conta com financiamento da FAPESC por meio de chamadas públicas de apoio a infraestrutura dos grupos de pesquisa da UDESC.

museu já operava com documentos e objetos históricos. Em 1937, com o acervo aberto para constantes incorporações, foi tombado pelo então Serviço de Patrimônio Histórico Nacional, hoje Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Situação que remete ao reconhecimento jurídico e administrativo da relevância da instituição para a história e memória brasileira.

A partir de 1958, por deliberação de um decreto estadual o museu consumou a transição à especificidade da história. Suas coleções ecléticas foram desmembradas entre outros museus do Estado, ficando o MJC com a atribuição de colecionar, preservar e difundir a história do Rio Grande do Sul (RS). Para Silveira (2011), foi a década de 1960 que deu impulso ao novo projeto, com a retomada das aquisições de novos objetos as coleções, peças consideradas históricas.

Hoje o acervo museológico é composto por mais de 11 mil objetos classificados em 29 coleções, cujas referências presumem compor episódios e acontecimentos da história regional do Estado, seus personagens, agentes e sujeitos. Como museu de história, o MJC serviu de modelo museológico para pequenas instituições criadas pelo interior do RS, em que se pode encontrar a reprodução criada no MJC sobre a classificação das coleções, o que aumenta a importância e o reconhecimento da instituição.

Manifestei interesse no intercâmbio entre a História e a Museologia desde que ingressei na graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na década de 1990. A socialização de conhecimentos entre as áreas me levou ao campo profissional. Sem dúvida, uma vivência de conexões que abraçaram o lado emocional, motivacional e financeiro. De modo que esta tese culmina como aperfeiçoamento pessoal e acadêmico, nos dois campos que há anos venho transitando.

Meu primeiro contato com o acervo do MJC ocorreu em 2003, ao realizar a Especialização em Museologia e Patrimônio Cultural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No aniversário de centenário do museu, a primeira turma de especialistas formada em uma universidade pública, no RS, decidiu consagrar a data no seu projeto de conclusão do Curso². Foi uma intervenção técnica e expositiva que possibilitou a verificação dos bastidores e da realidade institucional. O trabalho mostrou as divergências entre a realidade e a capacitação recebida em

² “Rua Duque 1204, Patrimônio adormecido” foi o título do Projeto de Conclusão da turma de especialistas em museologia e patrimônio cultural da UFRGS.

teoria. O acervo e o edifício requeriam recursos de todas as naturezas e cuidados técnicos profissionais, para além dos já recebidos de seus funcionários.

A segunda investida acadêmica no objeto MJC foi no Mestrado em Patrimônio Cultural. Na dissertação destaquei o período de 1960-1980, época da ditadura militar de 1964-1985, em que ocorreu a indicação de um general do Exército da reserva para a administração do museu. A gestão teve contexto autoritário, o museu foi fechado aos visitantes, houve recolha de objetos para unidades militares e os programas foram acordados no aparelhamento ideológico do regime ditatorial. Por longo tempo essas medidas surtiram efeito na concepção de fazer história no museu, considerando que há entre as coleções, uma extensa representação da profissão militar em uniforme, armas e outras peças do acervo.

Minha aproximação com o tema aqui proposto teve início ao assumir o cargo técnico da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC/RS). Já experiente no desenvolvimento de programas e projetos em instituições museológicas do RS, em 2007, fui convidada a assumir a Coordenação Técnica do MJC. Gerir o acervo do museu mais antigo do Estado foi a conclusão de uma antiga aspiração de estudante. A tarefa requeria conhecimentos, responsabilidades e compreensão dos aspectos históricos e sociais adquiridos em experiências anteriores que, naquele momento, incidiram sobre aquele museu.

Nesta ascensão me afloraram duas emoções: euforia e aflição. A aflição devida ao peso histórico da Instituição. Uma intimidação que pode ser compreendida no que Walter Benjamin (1996) escreveu como “aura”. Isto é, o MJC e seus objetos estariam rodeados da “aura” da autenticidade histórica. O acervo e as narrativas ali produzidas em diferentes momentos da historiografia eram discernidos como verdades longínquas que necessitavam ser preservadas e cultuadas. Esta percepção sobre o museu era observada nas falas dos visitantes que se dirigiam aos objetos e à casa sede, em busca de memórias e sentimentos nostálgicos.

As minhas experiências anteriores em instituições museais, deram a ver que o acesso e a qualidade das informações aos diferentes públicos que buscavam a instituição MJC, poderiam ser melhorados, exigindo para tanto, cuidado mais apurado com o acervo. Sobre essa questão incidia a mística de que o MJC era um mero lugar para visitação de escolares, sem objetivos muito claros. Os objetos estavam expostos com a mesma aparência de anos, precisando de um trabalho de conservação e mediação.

Entre 1995 – 2010 ecoava a função do MJC como “museu educador” no perfil de museu de história. Esse olhar me incomodava. Ao meu ver, um museu educador se dedicaria a desempenhar ações mediadoras de aprendizagem, informação, pesquisa e socialização amplas, que contemplassem as múltiplas vozes que fizeram e fazem histórias no passado e no presente.

O título de “museu educador” foi uma autodenominação almejada por sua equipe técnica, decorrente da quantidade e frequência de visitas escolares. Assim, o museu educador motivou a escolha do período de 1995-2010, para realização das investigações desta tese. Educar, sobretudo sustentando o processo de construir conhecimento histórico, exige refletir e revisar narrativas e usos do passado por meio de objetos, requerendo controle rigoroso do acervo e o conteúdo das informações prestadas.

O período em vigência foi de efervescência para os museus e a museologia brasileira. Estava sendo consolidada a Política Nacional de Museus (PNM), e construída a lei que gerou o Estatuto Nacional de Museus, e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Essas instâncias, hoje já consolidadas, vislumbravam novas diretrizes de ação para as instituições, propondo que seus campos de ação acompanhassem as transformações da realidade social e cultural.

Esbocei a inserção do MJC neste universo museológico em expansão. Para tanto, o perfil institucional e do acervo precisaria ser ressignificado para atender a uma prática social mais comprometida com a sociedade. E isso, incluía ter coleções cujas informações atendessem a uma concepção de museu voltado ao social. De modo que as pesquisas de acervo indicariam uma reatualização de propósito, onde os objetos viessem a contemplar as diversidades de identidades do Estado.

Penso que, mais do que peças relativas aos diferentes momentos do passado de homens e mulheres, os objetos musealizados articulam problematizações que interessam ao presente, que estavam aparentemente ausentes nas narrativas do MJC. Cada objeto em sua vida útil, perdida após o desapego do dono em favor da perpetuação simbólica dada pelo museu, passa a receber outro tipo de consideração de valor. Ou seja, a vida museológica dos objetos precisa passar por sentidos diferentes daqueles produzidos. Esses objetos musealizados requerem investigação, pesquisa, ordenamento e classificação, ações que estão dispostas no propósito dos museus.

Entretanto, ao lidar com as peças nas oportunidades anteriormente relatadas, não era perceptível tal reação. Como museu de história, a instituição carregava a incumbência de historicizar, minimamente, a trajetória do objeto nos seus registros. Mas, as fichas catalográficas das peças, quando existentes, indicavam somente características intrínsecas. Tais informações embora necessárias, são insuficientes para instigar a produção de conhecimento histórico. Não lhes conferiam importância social que justificasse lugar e *status* de peça de museu. Além do mais, necessariamente, as fichas precisariam estar arquivadas e armazenadas, o que de fato não estavam configurando uma documentação improdutiva.

As iniciativas de documentação dos objetos acompanharam e foram marcadas, pelos diversos estratos cronológicos e de processos, pelos quais o museu se desenvolveu. Um diagnóstico de avanços e recuos que resultou na oscilação entre a presença e a ausência de sentidos na relação dos objetos com o mundo. As peças estavam lá, mas sem reverberação.

Respaldada por Reinhart Koselleck (2014) penso ser possível observar o MJC por meio dos estratos do tempo. Para o autor, os acontecimentos são marcados por tempos de diferentes profundidades que se modificam de acordo com as próprias alterações da sociedade. Não há uma linearidade temporal nas movimentações humanas, em seus acontecimentos e fazeres. E isso, contamina os pressupostos do fazer museal. O Museu como espelho e representação da sociedade que o mantém, também elabora diversos tempos por meio de seu acervo. O tempo passado, que reproduz estruturas contínuas e persistentes no presente; o próprio tempo presente, que se dedica a analisar e refletir as complexidades que as permanências impactam na busca das mudanças; e o tempo futuro para o qual o museu reporta os problemas minimamente solucionados. Os objetos representam complexidades que ocorrem assimetricamente, sem coexistência temporal, sem concomitância de experiências.

Pelos seus estratos de tempo, a instituição MJC desperta sedução de análise entre vários pesquisadores. Sobre a sua história há sortidas abordagens, especialmente do período anterior à década de 1960, como os trabalhos de Ana Celina F. Silva (2011, 2018); Zita Possamai (2010, 2012, 2013); Nathalia Tilke (2014, 2019); Letícia Nedel (1999, 2005, 2011) e outros respeitáveis pesquisadores. No período posterior aos anos 1960, até o recorte a que aqui me dedico, a história institucional foi mostrada na minha dissertação (2011) e no trabalho de conclusão do

Curso de Museologia (2014). Entretanto, nenhuma dessas investigações se apresentou próxima da temática e da problematização que me detive, caracterizando assim, o ineditismo dessa tese.

A prática institucional em que o MJC se apoiou desde sua gênese, passou por diferentes regimes de historicidade. O conceito regimes de historicidade é trazido do pensamento de François Hartog (2015). Ao combinar as tramas narrativas, representações e práticas, o museu passou por diferentes temporalidades e modos de articular o passado e o presente, dando-lhes sentido. Esta riqueza do campo museal e do MJC em especial, retoma a discussão da validade da minha tese em compartilhar teoria, definição e métodos da história e da museologia. No entanto, tal perspectiva de experiência temporal não é sentida nos objetos pelo modo insuficiente de características, significados e valores, com que foram descritos na documentação museológica.

Os objetos do museu devem mostrar que cada sociedade vivenciou o seu “espaço de experiência” e operou com seu “horizonte de expectativas”. Contudo, isso não ocorreu em sincronia no MJC. As camadas sobrepostas sobre representações nos objetos convivem com as que são criadas como novidades, fazendo do museu essa instituição de diferentes estratos de tempo, pelo próprio processo de musealização. Como disse o poeta e cantor Cazuza, “eu vivo um museu de grandes novidades”.³ No museu o tempo está em aberto. Neste pensamento, de que as histórias e os registros documentais sobre os objetos coexistiram em sincronia e diacronia, fundamentei a escrita desta tese.

A ausência de registros informacionais nos documentos museológicos do acervo para as peças que faziam alusão às mulheres rio-grandenses e brasileiras, chamaram especial atenção. O contato com os objetos, imagens, documentos e toda teia narrativa sobre eles alicerçada nos registros das fichas de identificação, me levaram a questionar as representações sobre as histórias das mulheres. Conforme foram descritos e narrados na documentação e na sua difusão, os objetos referentes às histórias femininas estavam silenciados. Suas informações não estavam carregadas pela pesquisa histórica, atribuição dos historiadores, fazendo dos objetos documentos históricos sobre a vivencia das mulheres na história museológica.

³ Música: “O tempo não pára”. Álbum de mesmo nome de 1988.

A aprovação no Programa de Pós-graduação em História sob a linha de História do Tempo Presente (HTP), permitiu a retomada dessas preocupações. De que modo afinal, se pode perceber as mulheres rio-grandenses brasileiras, representadas no MJC? O que dizem os registros documentais museológicos sobre a composição da história e da memória das mulheres? Qual a narrativa sobre elas, e quem produziu essa perspectiva? As dúvidas vieram não mais com o olhar da trabalhadora, mas da investigadora em história e como museóloga, em uma interlocução com os dois campos.

No que se refere à aproximação pessoal como agente e testemunho nessa escrita, creio que isso em nada afetou minha produção no ofício historiográfico. Pautei todas as reflexões e análises sobre o objeto e o tema, nas fontes e no compartilhamento científico dos referenciais teóricos, configurando um trabalho de muitas mãos. Nas operações com os documentos não deixei de interrogar sobre as ações e produções de história e memória, na construção e reconstrução de representações do passado. Acredito que a saída do lugar acadêmico para explorar simultaneamente passagens de história de vida, conduz à responsabilidade de pesquisadora e a uma maturidade intelectual e pessoal.

Defendo a tese de que as histórias das mulheres nos objetos do museu foram obliteradas pela inconsistência dos dados informacionais na documentação museológica da Instituição MJC. Tal premissa engloba uma complexa rede de conjunções sociais, relacionais, subjetivas de agentes e sujeitos que transitam pelo universo museológico e patrimonial, que dizem respeito também à constituição de história e de memória. A ressonância dos objetos, segundo a definição de Greenblatt (1991), não possibilita o esgotamento dos seus vínculos com as subjetividades, com a imaginação, a informação, o conhecimento de práticas e relações. O objeto não se explica somente pela sua visualidade e materialidade, mas, pela complexa teia de evocações que estão fora de seus limites formais.

A tese direciona o olhar para o problema da ausência de representação das histórias das mulheres nos objetos do MJC. Problematizo a “ausência” de relatos das histórias das mulheres na materialidade dos objetos do MJC, a partir do pensamento de Hans Ulrich Gumbrecht (2010). Segundo o autor, a ausência se caracteriza como a falta de relacionamento corporal, intelectual e simbólico (de sentidos produzidos) na conexão das pessoas com determinados objetos, quando evocados do passado presente. Isso se deve à necessidade que o receptor possui

de contato com experiências do passado, pela presentificação da materialidade. Neste sentido, propõe uma alternância, uma “oscilação” entre a experiência e o significado, entre o material e o espiritual.

O que a peça musealizada não mostra na sua aparência física (sem deixar de considerá-la), apresenta como comunicação museal. O objeto musealizado ocasiona de volta a sensação de que o evento ainda tem lugar no mundo (GUMBRECHT, 2010). Nessa compreensão, embasada no autor, digo, o Museu se põe à disposição para reconectar experiências, sejam elas tangíveis ou não. Essa é a relação presente, passado e futuro em suas práticas, discursos e representações. Acredito que nas 29 coleções existem possibilidades materiais na tridimensionalidade dos objetos, de evocação de memórias e histórias de mulheres, sejam brasileiras, rio-grandenses ou porto alegrenses. Penso que na construção das representações sociais produzidas sobre os objetos da cultura material, escritas na documentação museológica da Instituição MJC, estabeleceu-se um lugar subterrâneo e de silêncio para as narrativas delas.

Assim, meu objetivo foi investigar os objetos adquiridos entre 1995-2010, que estão expressos no sistema eletrônico de catalogação de dados adotado pelo Museu. Verifiquei os registros documentais e simbólicos das peças a fim de compreender os significados atribuídos e as representações construídas sobre as mulheres. Me pareceu extraordinário que com tantos objetos musealizados o MJC representasse as mulheres rio-grandenses em apenas duas personagens, dispostas na exposição de longa duração: Anita Garibaldi e Honorina Castilhos.

A Instituição MJC, decorridos os 100 anos do seu início de funcionamento, como também no recorte temporal a que submeti estes estudos, teve suas incorporações de peças feitas de acordo com as normas estatutárias do Estado, que reverenciavam a universalidade humana pelo masculino. Explicação associada a doutrina positiva trazida da França e adotada como projeto político de Julio de Castilhos para o governo do Estado do RS no início do século XX, com a subordinação das mulheres. A historiografia rio-grandense constituiu-se dessa perspectiva. Para Ieda Gutfreind (1998), na trajetória historiográfica do Estado os historiadores não eram graduados em História, e sim profissionais liberais, com gosto pelo passado entendido no ponto de vista linear do tempo e da sucessão continua de acontecimentos, e isso reverberou na constituição do acervo do Museu em que muitos deles contribuíram nas aquisições.

No Rio Grande do Sul esse processo foi construído por homens, que eram reconhecidos como intelectuais e ocupavam os bancos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), à época vinculado ao espaço do MJC. Escreviam a história pensando que era imutável, neutra e científica. Tais características não coadunavam com a participação de mulheres, avaliadas como incapacitadas intelectualmente pelas características de sua biologia⁴.

Os objetos foram adquiridos por compra, permuta, legado e sobretudo, pelas doações de membros da sociedade e de iniciativas pessoais daqueles intelectuais. De modo que é possível investir no olhar de que houve inclinação no sentido de atribuir ao homem o direito à preservação da memória. Essa memória privada, tornada coletiva, misturou intimidades e privacidades sobre o masculino, considerando a participação deles em alguns episódios e acontecimentos históricos.

Assim, as análises históricas eram realizadas por aqueles autores descartando as mulheres da participação na história e na sua escrita. Eles não necessariamente estavam ligados ao positivismo, mas ao projeto elitista do governo Castilhos. Até porque, no positivismo, as mulheres exerciam importância vital, visto que para o desenvolvimento social era compreendido que suas qualidades ‘inerentes’ da maternidade e da feminilidade, induziriam positivamente a organização familiar, como contributo estrutural ao estado (LEAL, 1995).

O conservadorismo no discurso de que as mulheres precisam estar sob julgamento dos homens, e que eles são seus legítimos provedores, manteve ressonância na sociedade até as décadas de 1970-80. No Brasil, a Lei do divórcio (BRASIL, 1977) concedeu abertura para as mulheres em sua cidadania, fato que só teve antecedentes com o direito ao voto na Constituição de 1934 (BRASIL, 1934). No entanto, apesar do retardo legal em reconhecer direitos às mulheres, elas faziam e participavam da história. O olhar da historiografia da época é que não as reconhecia. Certamente as memórias femininas sabiam contar sobre suas vivências, que não eram ouvidas. Nessa conformidade, o retardo de estabelecer a presença das mulheres na história e nas representações dos museus não se deve à falta de ocupação dos espaços públicos por elas, mas, as condições de preconceito e de referenciais identitários reforçados pelas relações de poder.

⁴ São Tomás de Aquino considerava a mulher uma metade, incompleta. Esse pensamento se alastrou por séculos justificando o poder masculino, especialmente impedindo-as de exercerem funções públicas. A imperfeição das mulheres fundamentava submissão às vontades dos homens.

Os debates de historiadores a respeito da cultura material ainda são tímidos, mas já estão em propulsão. Historiadores que trabalham no campo dos museus, da memória e patrimônio têm contribuído substancialmente com produções valiosas, porém insuficientes. No caso específico desta tese, já está expressa a minha compreensão do objeto (museológico) como documento, ou melhor quando é composto como tal. Marcelo Rede (1996, p. 277) completou com tratamento cuidadoso a questão:

O trabalho com a cultura material não exige apenas disposição de alargar o espectro documental; implica também uma mudança de raciocínio, que habilite a pensar outros problemas ou os mesmos problemas de outra forma. Muitos dos impasses a que referimos advêm da imposição de indagações inadequadas à cultura material, condenando-a preliminarmente à baixa performance ou à completa inutilidade. Se, de um lado, a cultura material, por si, já permite propor a análise de fenômenos não acessíveis por fontes escritas, de outro, impõe reorientações e afinamentos metodológicos, não sendo possível uma simples transferência dos procedimentos heurísticos comuns na pesquisa textual.

Como forma de investigar esta problematização, o *corpus* de fontes utilizado foi a própria Documentação Museológica, integralizada com a administrativa. Uma vez que os objetos-documentos assim se tornaram por investimentos processuais metodológicos do campo museológico, a reflexão sobre as especificidades desta produção é propícia a pesquisa histórica.

As fontes históricas analisadas e interpretadas foram compostas dos arquivos técnicos e administrativos institucionais. Os arquivos técnicos desdobram-se em fichas catalográficas dos objetos a partir dos registros no banco de dados digital, o software Donato 3.0, no qual estão catalogadas as peças do museu. Além delas, observei os três Livros de Registro do acervo (Tombo), o livro dos procedimentos com os objetos – Livro Diário. Para complementar as informações, busquei fichas de avaliação de visitas e alguns recortes de notícias veiculadas na imprensa local de Porto Alegre a respeito do MJC. Já os arquivos administrativos permanentes e intermediários, estiveram compostos pelas correspondências expedidas e recebidas, relatórios de gestão, programas e projetos do museu, relatórios de efetividades dos funcionários.

A Documentação Museológica é um processo metódico, composto por registros de aquisição, instrumentos de organização da peça na estrutura de gestão do acervo, e a forma como as informações geradas, recuperadas, produzidas e

ressignificadas serão difundidas pela instituição. A partir desse processo técnico de registro e catalogação as informações relativas passam a embasar a vida museológica do objeto. É a partir desse conjunto referencial que são estabelecidas as representações da peça, por meio de palavras ou de imagens, conforme explicou Helena Ferraz (1991). Para a autora este sistema de manipulação e recuperação de informações técnicas intermedia e inspira as demais ações que são definidas como funções dos museus. Segundo a Lei nº 11.904/2009, o Estatuto dos Museus (BRASIL, 2009), aos museus são atribuídas as missões de adquirir, preservar, pesquisar, comunicar os testemunhos materiais e imateriais. A privação da função original do objeto ao adentrar no museu por atos que passam da compra à doação, reveste a peça na significação de documento.

A Documentação Museológica é atribuição específica do profissional da museologia⁵. O procedimento técnico desenvolve o registro individual da peça em processo de musealização e passa pelas etapas de aquisição do objeto ou incorporação, a emissão de declarações comprobatórias da musealização, o encadeamento de metodologias específicas de registro das informações de modo sistemático de classificação e catalogação do objeto para posterior acondicionamento e guarda. Segundo Rosana Nascimento (2002, p. 51) “a ação documental não se restringe apenas ao sistema de registro que você cria, mas no que vai refletir em todos os processos que se venha realizar na instituição”.

O processo de musealização extrai e adiciona valores sociais à materialidade que o objeto detém. Por esta razão, explorar essa representação de valores é a tese que proponho elucidar para entender o impedimento das histórias das mulheres no acervo do MJC. Justifico que a carência de informações e de pesquisas, geradas na incorporação do acervo e na sua posterior difusão, dissociou as peças de sentidos. As poucas informações intrínsecas e extrínsecas dos objetos, interditaram a produção das representações e narrativas do espaço social ocupado pelas mulheres na história e na memória rio-grandense produzida na Instituição MJC.

O movimento das fronteiras temporais entre o passado e o presente na instituição MJC é elástico. Em parte, mobiliza-se a partir das demandas sociais que reverberam, conferindo a necessidade de expansão ou reclusão. Principalmente quando há movimentos sociais que favorecem essas ações, como os próprios do

⁵ Artigo 3º da Lei nº7. 287/1984, que dispõe sobre a regulamentação da profissão.

campo museal estabelecendo novas maneiras de fazer e pensar a Museologia e seus processos. Ou das escolas, em diferentes práticas pedagógicas e teórico-metodológicas, ou do feminismo, em diferentes movimentos e reivindicações. Hoje, as reivindicações feministas contra as injustas desigualdades sobre os direitos cidadãos entre gênero, inserem as histórias das mulheres como necessidade informacional para ampliação dos debates e da participação. Essas reflexões dos campos social, científico e cultural têm enriquecido os saberes e fazeres do museu?

Para realizar a análise de representações nos objetos foi necessário estabelecer alguns recortes. O acervo do MJC tem um quantitativo volumoso de peças, catalogadas em 29 coleções. São elas: armarias, arquitetura, arreamentos, artes náuticas, bibliografias, bandeiras, condecorações, documentos, etnologias, escravatura, filatelia, heráldica, instrumentos musicais, iconografia, indumentária, instrumentos de trabalho, máquinas, medalhas, missões, mobiliário, numismática, objetos de uso pessoal, objetos decorativos, regionalismo, sigilografia, tesserologia, utensílios domésticos, utensílios variados e viaturas⁶.

Desse modo, a fim de atender aos objetivos foi necessária a seleção das coleções que iriam ser analisadas. Assim, verifiquei os objetos que deram entrada no museu e passaram pela cadeia museológica de identificação e registro, classificação, higienização, acondicionamento e seleção expositiva (ou não), durante o recorte de 1995-2010. O sistema Donato registrou o volume de 1324 objetos adquiridos no período. Porém, como o meu interesse de pesquisa era saber as representações das histórias das mulheres a partir da perspectiva delas mesmas, fiz outra segmentação. A nova classificação se deu a partir das doações feitas por mulheres, no mesmo recorte temporal e na especificidade de cada uma das quatro administrações pelas quais o museu passou.

Cada uma das direções impingiu seu modelo administrativo, desenvolveu estratégias e potencializou competências frente às condições estruturais, de recursos e mudanças conjunturais que analisei no segundo capítulo do texto. Por ora importa referir que cada período teve um número de doadores, homens e mulheres, que tiveram seus bens escolhidos e reagrupados como peça de museu. Para Mairesse e Deloche (2011) as peças de museu passam por modelos variantes

⁶ A expressão viaturas foi tomada exatamente como consta da nomenclatura da coleção. Trata-se de peças que serviram como veículo de transporte de pessoas, ou seja: uma carruagem, uma cadeira de arruar, um barco e uma motocicleta.

de classificação, especialmente por estarem associadas às disciplinas científicas dos séculos XIX e início do XX, como a arqueologia e a história da arte, ocorrendo de serem vistas como precursoras da “verdade” histórica, pela sua originalidade, autenticidade e legitimidade.

A pesquisa mostrou que as coleções de Indumentárias, Documentos e Iconografias foram as que se destacaram em maior volume de incorporações. A partir delas desenvolvi a metodologia de analisar os objetos doados por mulheres, gerando desdobramentos. Isso se deveu a diversificação física e funcional dos objetos. Para as indumentárias categorizei-as em roupas, sapatos e acessórios. Esses itens foram tipificados pelo uso; cotidiano e festivo, eventos políticos e sociais; trabalho dentro e fora de casa, e intimidade pessoal.

A segunda categoria desdoblada foi a coleção Iconográfica, composta por imagens fotográficas. Essas separei em fotografias de eventos, personalidades, grupos familiares, mulheres sozinhas e cartões postais. As fotos deram a ver as sociabilidades das mulheres expressas em festas, passeios, rituais e comemorações. A última coleção desdoblada do processo de análise foi a de Documentos. Esta apresentou materiais textuais manuscritos e impressos, autorais e oficiais, sendo a diferença entre eles dada pela finalidade para a qual foram textualizados. Os autorais se representam em cartas, bilhetes e anotações pessoais. Os oficiais em certidões, registros, títulos, diplomas e outras honrarias, além de documentos jurídicos como carteiras de identidade e passaportes.

As categorias analíticas apresentaram dados em comum, tomados por suas classificações estatísticas: ano de incorporação, aquisição por doação, tipo de doador e nome de objeto. Foram informações proporcionadas pelas fichas de catalogação digital do banco de dados Donato. Dessas disposições surgiram desdobramentos de análise que possibilitaram a organização dos dados em gráficos que facilitaram a comparação, diferenciação, síntese e a apreciação do processo.

O Livro Diário de Acervo, uma das fontes dessa pesquisa, é uma encadernação que contém a descrição das atividades decorrentes da vida museológica dos objetos. Possui termos de abertura e fechamento, com texto manuscrito e caráter documental técnico. O Livro exerce a função protocolar de historiar as ações cotidianas realizadas. O volume foi aberto em agosto de 1996, e encerrado em dezembro de 2013 pela subscrição de Liana Bach Martins, historiadora responsável pelo acervo do museu na ocasião da abertura.

Como o MJC não possui um regimento interno, nem uma política de gestão do acervo formalizada, o documento Livro Diário desempenhou a função de preservar as instruções de procedimentos de cada gestão para incorporar, documentar, descartar, explorar, comunicar os acervos e realizar ações educativas. Na gestão 2007-2010, em que fui coordenadora, deixamos anotados no Livro Diário todos os procedimentos desenvolvidos com relação às atividades, juntamente com o Relatório de Gestão. Um dos problemas enfrentados durante a investigação desta tese foi justamente a falta de registros operacionais e da História institucional, reconhecendo o percurso das atividades. O caráter exploratório das fontes apresentadas proporcionou familiaridade com as práticas e os discursos nos contextos administrativos institucionais e serviu aos interesses da problematização averiguada.

A relevância da temática e da problematização da tese se mostra na feição dos estereótipos que marcam as relações de gênero no Museu. Estereótipos aqui são entendidos como distorções que afetam as relações em decorrência de simplificações de determinadas características. Os estereótipos, bem como os preconceitos, são projeções que levam a julgamentos errôneos, precipitados. São feridas abertas e expostas que precisam ser compreendidas como manifestações das desigualdades, comprometendo as mudanças na história e nas relações. A análise realizada aponta para esses estigmas na escritura dos registros documentais dos objetos, sobretudo no âmbito das representações sociais das mulheres na história sul-rio-grandense.

Entendo que as representações sobre as mulheres foram compostas no museu a partir de um lugar social que emergiu das próprias mulheres que constituíram os registros museológicos. Elas seguiram as normas da agenda dos costumes, de uma imagem cultural do feminino, para representarem as histórias e, com isso, reforçaram formas de apresentação das desigualdades, sobretudo entre gênero, classe social, religiosidade, faixa etária e raça.

Roupas, fotografias e documentos foram tratados como projeções representativas sem, no entanto, serem. Tendo em conta que os objetos foram doados por um grupo social correlato, foi possível perceber a pertinência com que se manteve e reforçou relações de predomínio do masculino nas narrativas contadas por esses acervos. A diferenciação a partir dos critérios de sexo, a homogeneidade

das diferenças entre as mulheres, e na compreensão do espaço social ocupado, foram algumas das deduções atingidas na análise.

Estabeleci, por conseguinte, um exercício de olhar o retrovisor da história institucional do MJC com criticidade. Entender as suas escolhas que tornam a patrimonialização de seus artefatos incomoda. Como o MJC reverteu os objetos históricos em patrimônio cultural do RS, e a sua função política. Primeiro, em razão do tombamento pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937. O acervo patrimonializado foi obtido de uma norma formal de proteção, onde não aparecem os critérios de seleção. Não foi relatado no Livro de Tombo de Belas Artes o que foi incorporado devendo ser preservado. A Instituição MJC está com o acervo fechado em valores para peças imutáveis de reinterpretação, pelo interesse de preservação.

Em segundo lugar, a constituição da noção de patrimônio que o museu enseja é evidenciada num agrupamento de bens herdados, conservados e transmitidos. A premissa pode ser identificada no histórico institucional divulgado no *blogspot* oficial⁷. Neste sentido, os objetos musealizados e patrimonializados foram empregados para reforçar uma identidade de um grupo de rio-grandenses. Esse grupo tem interesse em compartilhar de uma memória comum, pelo reconhecimento do passado, e ao pertencimento social. O que nos leva a identificar disputas sobre as práticas de inclusão e exclusão, nas decisões dos agentes.

Por outro lado, a imersão nas expectativas dos agentes e proprietários doadores, e a representação por eles articulada, coloca o patrimônio museológico do MJC em situação de ressonância (GREENBLATT, 1991). Objetos, documentos e imagens tiveram uma existência pregressa à musealização regrada pelas particularidades de seus proprietários. Como peça de museu, o *status* foi alterado em outras construções simbólicas que buscam mostrar justamente a história daquela anterior apropriação, reverberando as experiências dos sujeitos que, na definição do autor, são “forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GREENBLATT, 1991, p. 250). Entretanto, se há falta de documentação e de registro de informações antes e depois da musealização, perde-se a presença da trajetória social, cultural e histórica da experiência da peça, dispersa-se o seu poder de ressonância.

⁷ Blog do Museu Júlio de Castilhos. Disponível em: <<http://museuJuliodecastilhos.blogspot.com/p/historico-do-museu.html>>. Acesso em: fev. 2020.

Sem deixar de lado as discussões adjacentes a gênero, meu intento não está voltado aos importantes estudos de gênero. A relação entre museu e gênero já vem sendo realizada com grande propriedade por investigadores autores preferíveis. Dediquei minha atenção a verificar e analisar como as narrativas e representações na documentação museológica, buscando vaga em possíveis novos temas de discussão na história e museologia.

Ana Karina Oliveira (2009), em sua dissertação na Universidade de São Paulo, tangenciou a problematização de documentação com a história das mulheres, analisando as roupas brancas do acervo do Museu de Traje e do Têxtil. Entretanto, sua abordagem está ligada à área da Ciência da Informação que se ocupa do processamento dos dados, de armazenamento e distribuição de informações. A Museologia faz parte da grande área da Ciência da Informação, mas tem sua própria metodologia, de modo que o trabalho da autora está nessa interface, porém sob outro viés.

As diversidades dentre as experiências e as vivências de mulheres em suas especificidades, abrem espaço para os estudos nos acervos museológicos, sobre a perspectiva da História do Tempo Presente. Embora as fontes deste trabalho, traduzidas pelo patrimônio museológico estejam em outros tempos, foram trazidas à tona para reinterpretar das visões produzidas sobre a sua historicidade. As histórias das mulheres na História do Tempo Presente estão emergentes, devido à concomitância dos múltiplos passados que vêm à tona nas experiências vividas no próprio presente.

Os objetos museológicos são memórias testemunhadas, expostas em vitrines e temas. Atestam memórias, algumas fáceis, outras difíceis, mantendo acontecimentos e eventos do passado ativos no presente. Por isso, podem mostrar caminhos de reparação ou justiça percorrendo a dimensão patrimonial que lhes foi instigada pela musealização. Nesse processo, essas “coisas” apresentam vários estratos de sentidos que a pesquisa deve revelar.

Os problemas e os transtornos das histórias femininas permanecem reafirmados e ressonantes nas condições sociais e culturais. São problemas do tempo presente que o museu relativiza as tensões, ao não dar espaço para suas discussões, ligando presente-passado, história e memória. Paul Ricoeur (2007, p. 26) especifica que “a própria historiografia, digamo-lo desde já, não conseguirá remover a convicção, sempre criticada e sempre reafirmada, de que o referente

último da memória continua sendo o passado, independentemente do que possa significar a preteridade do passado". Ou seja, o museu marca um discurso que rememora e repete no presente, conforme sua ótica particular de ação, lembranças, esquecimentos, apagamentos, silêncios. Essa articulação passa pelas situações não ditas como os preconceitos formados das normas, símbolos e signos próprios da interpretação dos objetos.

Acredito que transformações podem ser feitas via informação e conhecimento. A educação museal⁸, como exemplo, pode abrir condições para que os museus atuem em prol de reflexões críticas a respeito dessas realidades sociais e culturais, conscientizando públicos. Mas isso depende os discursos são expressos nessas instituições, que tem como base a documentação dos objetos. Para Ulpiano B. de Meneses (1994), museus de história são vetores das relações sociais e da cultura material podemos extrair, com pesquisas, o entendimento sobre o modo de vida, as conjunturas e trajetórias percorridas pelas pessoas nos tempos e em múltiplos espaços.

Até a década de 1970-1980 museus eram vistos como espaços arcaicos, cheios de coisas velhas, selecionadas ao interesse de poucos, que enalteciam o passado e reproduziam valores distantes da realidade. Essa perspectiva não mais se sustenta no século XXI, muito embora ainda seja carregada por alguns museus. Atualmente duas prerrogativas se desenvolvem nestas instituições, a produção de conhecimentos e a utilização para a transformação social, mobilizando novos olhares para estes ambientes. E esta foi a perspectiva na qual situei minha investigação.

As narrativas e suas entrelinhas de representação retém as nuances do poder masculino. De modo que as histórias das mulheres se configuram nas margens da comunicação museológica do MJC, em exposições e ações educativas. Ao analisar os projetos comunicativos aos visitantes do MJC, no período 1995-2010, ficou explícito que as mulheres que o museu escolheu representar, estão em situação de subalternidade e submissão da heteronormatividade. Não há trajetórias biográficas de mulheres, nem de seu pioneirismo, menos ainda a respeito de gênero no

⁸ Refiro à atividade associada com a educação na perspectiva dos museus. A concepção está ainda em construção, mas o Brasil já define seus rumos com o Caderno da Política Nacional de Educação Museal – PNEM, publicado em 2019, e amplia essa função nos museus. A educação museal pressupõe que as atividades educativas mediam aprendizagens ao mobilizar diferentes saberes nas exposições e ações culturais promovidas.

patrimônio musealizado e nas comunicações expositivas. Durante o recorte temporal de 1995-2010, a instituição aventurou-se a projetar algumas mostras expositivas que apenas tangenciaram temáticas de mulheres⁹. Foram produções de sentidos superficiais frente à função simbólica oculta que os objetos podem revelar.

As narrativas que o MJC estabeleceu sobre mulheres exigem uma atenção maior. Aqui cabem dois elementos tratados por Paul Ricoeur (1994), fundamentais e que concernem ao museu, o tempo e a narrativa. O tempo e a narrativa fazem parte da compreensão do passado e do presente mediado nos objetos, segundo Paul Ricoeur (1994, p. 85), “[...] o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal”.

É na memória contida nos objetos que o tempo é recuperado pela narrativa. Portanto, ela é renovável, tanto na construção fabulosa como nas explicações mais analíticas e racionais. Não é o tempo que atualiza a narrativa, mas conforme chamou Ricoeur, são as intrigas que fazem as narrativas nos tempos. As intrigas representam as ações. Assim, considero o museu como sendo o lugar em se compõem três dimensões narrativas, que Paulo Ricoeur (1994) chamou de mimeses.

A primeira mimese da narrativa no museu seria a sua relação com o mundo social, em que são consideradas possibilidades de representações desta realidade em intrigas simbolizadas pelos objetos. A segunda narrativa mimética se daria na configuração do museu como narrador intermediário, que media signos, regras e normas ocorridas em diferentes discursos de tempo, estabelecendo um diálogo com os seus públicos visitantes. Fechando o “ciclo hermenêutico” de Ricoeur (1994), adaptado ao MJC conforme minha interpretação, a leitura da narrativa da intriga pelo visitante estabelece a última mimese, o processo que é a própria leitura, a própria versão da narrativa feita pelo público. De modo que as histórias das mulheres representadas e narradas no e pelo museu, passam por essas configurações narrativas.

Entendo as histórias das mulheres na interseção do feminismo. No conjunto das relações o condicionamento e subalternidade delas, sujeitos e agentes históricos, aos homens, carecem de elucidação. Na história ocidental as mulheres

⁹ Assunto que retomarei no capítulo 4.

sempre trabalharam, viveram e experimentaram. Contudo, foi no contexto do século XX que adquiriram centralidade de análise, a partir das questões impostas pelas teorias feministas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no Censo de 2018, que o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens: 51,8% (IBGE, 2020). No ranking de países, conforme a pesquisa “Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado” da Fundação Perseu Abramo/SESC, de 2010, o Brasil ocupou a 7^a posição de feminicídios. Por sua vez, a 13^a Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou, em 2019, 68.041 casos de estupro de mulheres, nos quais 53,8% tinham menos de 13 anos de idade¹⁰. (FÓRUM SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são apontados como estados da federação onde há maior concentração de renda e acesso à educação. E mesmo assim, são lugares em que o feminicídio desponta em grandes estatísticas, segundo informa o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (abril de 2020). Os motivos alegados para os assassinatos são torpes. Referem-se a crimes passionais e de violência íntima, doméstica, que se resumem em sexismo, leviandade, covardia, ignorância. Mas, sobretudo, ao machismo e objetificação de mulheres que são justificados pelo contrato social que dá direito aos homens e nos desqualifica.

O feminismo se tornou movimento no final do século XIX e início do XX num propósito mais pragmático de buscar o voto. O período ditatorial dos anos 1964 – 1980 levou muitas mulheres às reflexões e ações em favor do retorno democrático de governo, as reivindicações trabalhistas e da revolução cultural que aflorou discussões e práticas sobre a dissolução do casamento, virgindade, sexo, maternidade e outras questões.

Já nos anos 1990 o feminismo expandiu-se na perspectiva de reação à exclusão cidadã e política de mulheres brancas, e sobretudo das mulheres negras, trazendo o recorte das discussões sobre interseccionalidade, e a desnaturalização binária do gênero, subordinando as mulheres a uma concepção de feminilidade homogênea. O MJC compartilhou de todos esses pensamentos e contextos. Entre

¹⁰ FÓRUM SEGURANÇA PUBLICA, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

1995-2010 foi inspirado pelas tendências teóricas e metodológicas da Sociomuseologia interdisciplinar e da Museologia Social transformadora. Essas transformações alcançaram as práticas, representações e narrativas?

As histórias das mulheres em suas experiências e vivências, precisam ser identificadas e analisadas como objetos históricos, sem esquecer que as mesmas são reproduzidas e marcadas sob condições de silenciamentos. Seu estudo é relacional, favorecendo diversas problematizações e abordagens de diferentes tempos históricos. Os aportes do museu em suas diferentes camadas de tempo, apontam para a contribuição com a melhoria da dignidade humana, caso das vivências femininas, necessitadas de refino e análise. Neste sentido, devo mencionar a consagração da ideia da “nova” silhueta dos museus no tempo presente, em seu dever de memória e de composição de história em meio aos objetos, como uma ferramenta a ser utilizada na reparação das dinâmicas que ferem as histórias das mulheres por suas ausências – presenças nestes lugares que produzem memória social.

A abordagem das histórias das mulheres no campo dos museus não é uma novidade. Elas vêm sendo desenvolvidas nas investigações, centradas em biografias, estudos de gênero e relatos de pioneirismos. Museus dedicados às mulheres, levando seus nomes, ou biografias pesquisadas, são indícios da preocupação do campo museal na contribuição aos debates realizados praticamente no mundo todo, mesmo que tardivamente, no século XXI. Antes disso, alguns esparsos movimentos, no mesmo grau de importância, se descontinaram a atender aos requisitos das discussões teóricas, metodológicas e práticas coexistentes com a “terceira onda” dos feminismos.

A terceira onda do feminismo no início dos anos 1990, no cenário acadêmico, contexto em que o movimento passou por uma autoanálise crítica. Foi percebido entre as militantes que não havia uma mulher e sim várias, mas divergentes em intencionalidades e correntes das lutas do feminismo. As problematizações das mulheres negras ganharam força, construindo críticas abalizadas nas distintas características das mulheres, especialmente definidas na palavra interseccionalidade.

A interseccionalidade é a ferramenta para as reflexões pontuadas na análise de que nas diversidades femininas há recortes de raça e classe. As mulheres negras, nessa perspectiva, estão ainda mais vulneráveis às estruturas patriarciais.

Neste quadro, a compreensão das circunstâncias sobre as desigualdades entre as mulheres oportunizou condições de aumentar as falas e as atenções nelas, haja vista que, nas análises realizadas, o acervo do Museu está como pano de fundo dessas representações.

A tradicional dominação do homem segue fazendo vítimas. Feminicídios, intolerâncias, preconceitos, disparidades, violências, independentemente da classe, da religião, da faixa etária e outros marcadores que dimensionam as histórias das mulheres. E reconheço que os grupos étnicos e raciais estão mais suscetíveis a estes impactos. Uma vez que o Museu se apresenta como capaz de promover reflexões educacionais, culturais e sociais, por meio da informação e do conhecimento da memória e da história produzidos nos objetos, essas discussões e reflexões do presente a partir de uma perspectiva da continuidade do passado, pode contribuir para a revisão desses processos.

No que cabe à Museologia, a questão de pensar histórias das mulheres se tornou viável com o advento renovador da Museologia Social (RECHENA, 2014). A Sociomuseologia, outra expressão utilizada para essa renovação teórica e prática do fazer museal, rebateu a rigidez do elitismo enciclopédico e linear da história contada nos museus brasileiros, em favor da realização social das instituições. Até então, os museus voltados para a história oficial, das narrativas da memória nacional rechaçavam a presença das mulheres em suas leituras.

Irene Vaquinhas (2014, p. 03) chamou a atenção para a associação equivocada com que alguns projetos intencionados na discussão das histórias das mulheres confundindo com exposições de sutiãs e espartilhos. A pesquisadora portuguesa conferiu a “museologia de gênero” a importância da intervenção social preconizada para os museus, valorizando-os como intervenção epistemológica a respeito do tema. Sugere a criação de instituições dedicadas exclusivamente às questões das mulheres e de gênero, nos aspectos da vida privada, cotidiano, guerras, corpos, violências e outras complexidades historiográficas e museológicas. De certa forma, as instituições vêm cada vez mais apostando nas investidas sobre as histórias das mulheres e as relações de gênero.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) publicou, em 2016, *Mulheres na história, histórias de mulheres* na qual diversos autores elaboraram textos referentes às suas contribuições. A obra foi uma iniciativa da rede

Ibermuseus¹¹, enfatizando diálogos multidisciplinares narrativos sobre o patrimônio cultural na perspectiva de gênero. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) promoveu, em 2017, o II Seminário de Pesquisa em Memória da Museologia, cujo tema foi “Mulheres, museus e a Museologia: campo de saber e empoderamento”. O Caderno de Resumos do evento (2017, p. 05) registra que o evento objetivou discutir “a relevância das mulheres na constituição dos museus e do campo dos museus no Brasil”. A programação distribuiu conferências e mesas redondas de pesquisas multidisciplinares que debatem os estudos de mulheres na Museologia e museus.

A partir dos anos 2000 que o campo da museologia se debruçou a identificar, analisar, aprofundar e aumentar configurações do universo das mulheres nos museus. Não me aventuro traçar uma carreira dessas produções, ela seria extensa e desonesta frente às expressivas contribuições desenvolvidas, no que Camila Wickers (2019, p. 146) intitulou como “retroalimentação das ondas feministas com as renovações da museologia”. Fato é que os museus são ferramentas e meios favoráveis para reflexão e discussão das histórias das mulheres. Pela sua aproximação com as escolas, e principalmente pela produção de conhecimentos que cerca seus objetos. O lugar dos museus como difusores da cultura material é de fonte histórica.

A palavra gênero já era usual entre investigadores do tema nos anos 1970. Mas, a emergência dos estudos de gênero nos anos 1990, segundo Scott (2011), vieram da estreita relação com os aspectos políticos dos movimentos feministas que mostraram nova figura à categoria de análise. Nesta tese gênero e história das mulheres não significam a mesma categoria, embora entenda que caminham lado a lado. O que vale é compreender que gênero e história das mulheres proporcionam interpretar relações sociais e culturais além da história.

Neste sentido, Mary Del Priore (1998) ponderou que essas discussões das histórias das mulheres alargaram passos à escrita da História. Essa compreensão se deu no sentido das novas perspectivas de avaliar o tempo. Além disso, é importante situar a intercedência do feminismo na perspectiva das histórias das mulheres, principalmente quando as discussões de gênero, possibilitaram avanços frente ao que então era visto com naturalidade e potencializando a vitalidade das mulheres

¹¹ IBERMUSEUS é um programa de cooperação e integração dos países ibero-americanos para o fomento e a articulação de políticas públicas para a área de museus e da museologia.

como dos sujeitos sociais na luta por seus direitos. Ou seja, conquistas históricas dos movimentos feministas avançaram na ruptura do conservadorismo e do patriarcalismo, reconhecendo igualdade entre homens e mulheres, que, se torna obrigatório a partir da constituição de 1988.

Para Andréa Gonçalves (2006), as experiências das mulheres historicamente não se ajustam com a unificação compartilhada de signos. São múltiplos os fatores a serem analisados nas relações de gênero, e as histórias das mulheres são apenas uma das partes a serem observadas. O quantitativo das fontes, como os objetos musealizados, indicam a dinâmica e a capacidade exploratória desse fazer historiográfico. Tais percepções da História levavam homens e mulheres a importarem modelos de identificação. A esse respeito, a noção colonizadora impactou essencialmente nas mulheres, restringindo suas condições aos ditames e normatizações criadas no contexto proveniente dos costumes e crenças ibéricas e do centro do Brasil. Catolicismo, machismo, segregação, racismo, paternalismo são exemplos hierárquicos e sectários de relações reconhecidas dessa assimilação, e que ainda se mostram nas entranhas da sociedade gaúcha e estão presentificados nas representações dos objetos do MJC.

Compreender a definição que o museu deu a estes paradigmas foi relevante para situar o contexto de análise. O MJC foi marcado por quatro gestões, a saber: 1995-1998 (direção Miriam Avruch); 1999-2002 (direção Mariana Meira); 2003-2006 (Nara Machado) e, 2007-2010 (Luiz Capra/Andréa Silveira). Além disso, a pesquisa mostrou o predomínio feminino nos cargos técnicos e administrativos do museu, o que proporcionou verificar a constituição de uma representatividade delas na Instituição. A questão não é novidade para o microuniverso dos museus brasileiros. Apenas para exemplificar, Maria Margareth Lopes (2008) já havia chamado a atenção para o temperamento vanguardista de Bertha Lutz, que em 1926 foi membro do setor técnico do Museu Nacional (RJ), desbravando território para o desempenho feminino nos museus.

Examinei o perfil profissional das funcionárias, efetivas ou contratadas, que atuaram no MJC no período investigado. Nesta análise, emergiu a definição “Intelectuais Mediadoras”, emprestada das historiadoras Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016). Segundo as autoras, os intelectuais mediadores se equivalem a operadores envolvidos nas produções culturais regionais ou locais, sem maiores destaques nos cenários aos quais pertencem. As autoras se apoiaram em

Roger Chartier (1988) ao usar a categoria “apropriação” para mencionar a ocupação dos intelectuais mediadores, na qual valores e significados são atribuídos no trabalho desenvolvido.

A explicação pode ser bem aplicada na interpretação das intelectuais mediadoras do MJC sobre os bens culturais. No seu processo prático e representativo como agentes definidoras dos formatos simbólicos dos objetos, as intelectuais mediadoras desempenharam suas atividades orientando discursos e narrativas situadas em suas posições de trabalho e condição profissional. Entre elas, as relações horizontalizadas permitiam traçar movimentos livres, mas que, no entanto, se mantiveram atreladas à estrutura hierarquizada da sociedade e das relações em que viveram. Mesmo tendo em mão a possibilidade de produzir socialmente, como transformação da realidade e dos conhecimentos históricos de sua condição feminina, não superaram os limites impostos cultural e individualmente. E aqui me incluo.

É muito recente a preocupação de enquadramento dos profissionais dos museus aos termos da lei, que por sua vez, também é jovem. Concordo com Queiros e Oliveira (2017, p. 62) ao comentarem que o campo da museologia é formado no tripé da formação, da prática e da política, sendo que “esses três segmentos, ainda que fortemente entrelaçados, possuem, entretanto, graus de autonomia e alcance distintos”. Neste sentido, a interdisciplinaridade peculiar caminha na aceitação da profissionalização da museologia aos termos da lei. Museu é formado por muitos profissionais, há lugar para todos, mas nem todos podem estar no lugar do museólogo. Em nenhuma circunstância desse texto favoreci corporativismo profissional fazendo distanciamento de trabalho entre os historiadores e os museólogos que desempenharam funções no MJC. Mas cabe situar a prerrogativa dos museólogos sobre a documentação museológica, na qual a incorporação se embasa pela capacitação filológica específica do fazer museológico.

Outro grupo de intelectuais mediadoras para além das funcionárias teve suas ações analisadas: as estagiárias e as doadoras do acervo. No caso das estagiárias, suas atribuições estiveram vinculadas ao acompanhamento e produção das ações culturais e educativas do museu. As doadoras, foram relevantes na abordagem desta tese. Tiverem seu espaço destacado pela produção de memórias nos atos de doação, no processo de musealização, selecionando memórias individuais para torná-las públicas. Nesta situação, ajudaram a constituir e solidificar memórias

privilegiadas, interligadas às suas condições relacionais de classe, etnia e grupo. As doadoras, em ação voluntária, foram responsáveis por 40% das entradas de objetos no MJC. E com isso, não abriram mão de preservar e dar sentido às memórias e histórias por elas imaginadas.

Cada grupo de agentes teve sua participação e ação, influenciando no tempo histórico pesquisado. As intelectuais mediadoras, fossem historiadoras, estagiárias ou doadoras, foram guardiãs memoriais que nos seus exercícios perpetuaram valores, gostos e significados de grupos dominantes da sociedade rio-grandense e brasileira, produzindo interlocução com os poderes e limitando oportunidades de reconhecimento da diversidade histórica e cultural.

Antes de finalizar, cabe mencionar que, no projeto encaminhado para a seleção do doutorado, minha programação de pesquisa envolvia o mesmo tema, porém, num estudo comparativo do acervo de três instituições. O percurso investigativo empírico, as experiências do doutorado em novas bases teóricas e metodológicas e a fundamentação teórica de diferentes referenciais me levaram a examinar e delimitar exclusivamente a abordagem no objeto MJC. O remodelamento do projeto se deu em razão da viabilidade de conclusão, da localização das fontes e pela oportunidade de explorar período e instrumentos ainda não cotejados.

Muitos autores que descortinaram as histórias do MJC dedicaram-se ao período anterior ao desmembramento das coleções (1958). Seus aprofundamentos foram de contribuição inestimável. No entanto, acredito que avançar no sentido cronológico das ações da história institucional é, também, parte relevante para a compreensão dessa Instituição. Meus trabalhos já citados e envolvidos com este objeto investigativo¹² ainda despontam como pioneiros nas abordagens do tempo recente.

A partir dessa introdução, esta tese foi organizada em mais quatro capítulos. O capítulo a seguir foi intitulado ‘A constituição histórica de um acervo: do marco zero às perdurações do tempo presente’. Abre a discussão para a história dos museus e os museus na história, cujo propósito foi colocar as instituições no trânsito das transformações que as conduziram à noção de estarem engajadas a serviço da sociedade. Desenvolvo uma síntese da instituição objeto MJC e a formação de suas coleções. Utilizei abordagens de diversos autores dentre os quais cito alguns que

¹² Me refiro ao Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia na UFRGS, a Dissertação no PPG em Patrimônio Cultural na UFSM e artigos científicos publicados em eventos, anais e revistas.

foram imprescindíveis para a organização do pensamento da história institucional do Museu. Marlene Suano (1986), Giraudy e Boulhet (1990), contribuíram com o mapeamento histórico da instituição museu no mundo ocidental. Krzystof Pomian (1984), Ulpiano Bezerra de Meneses (1994), colaboraram na compreensão sobre as construções das coleções. E os terceiros que possibilitaram o entendimento dos meandros museológicos do Brasil, como Letícia Julião (2006), Waldisa Guarnieri (2010), Regina Abreu (1996), e Myriam Santos (2006).

O auxílio das historiadoras Zita Possamai (2018), Ana Celina Silva (2018), Letícia Nedel (2011) e Sandra Pesavento (1997) foi essencial para alcançar a história do MJC no RS. Além desses pesquisadores, me amparei nas teorias de Paul Ricoeur (2007), Reinhart Koselleck (2016) e François Hartog (2015), vinculando o capítulo às questões de tempo e tempo presente.

O terceiro capítulo, ‘Intelectuais mediadoras: criadoras e interlocutoras das representações e narrativas’, foi delineado para contextualizar os procedimentos de musealização nas perspectivas das mulheres que constituíram as três coleções analisadas. A denominação de intelectuais mediadoras foi uma categoria definida por Ângela Gomes e Patrícia Hansen (2016), aplicada para as historiadoras, diretoras, doadoras e estagiárias que responderam pela construção das narrativas do MJC. Com ele transpareceu o tipo de história que cada gestão definiu como atuação na instituição. Verifico, ainda, a documentação museológica da época, conforme estabeleceu Camargo Moro (1986). Para não me estender, deixei de comentar a importância das discussões de outros autores que possibilitaram a construção e a resolução do capítulo. Desde já peço desculpas pela omissão.

‘Musealização: criações e contrastes no registro do acervo’ é o título do quarto capítulo, que trabalha com os objetos musealizados do MJC. Neste objetivo foi condicional o uso do Livro Diário e o banco de dados do Sistema Donato como fontes. O capítulo sustenta os argumentos da tese, demonstrando o recolhimento realizado pela Instituição MJC e seus procedimentos documentais. Verifiquei que os objetos como foram registrados não oferecem ressonância, no sentido dado por Greenblatt (1991, p. 42), isto é, não fazem aproximação com “as forças culturais complexas e dinâmicas de onde eles emergiram”. A construção de significados e sentidos é falha, fundamentada nas descrições intrínsecas da materialidade, provocando o que Hans Gumbrecht (2010) chama de ausência, os sentidos que não conseguem ser transmitidos. Minha abordagem teórica e metodológica no trato com

os objetos teve embasamento na corrente semiótica, onde a ação justifica a experiência valorizando procedimentos, fazeres, gestos. As coisas, os objetos são contínuos do corpo orgânico e das relações sociais.

No quinto e último capítulo, ‘Representações das histórias das mulheres: silêncio das fontes’, expresso o propósito que objetivou a tese: as representações das mulheres em suas histórias, ou a história das mulheres. Faço análise dos objetos adquiridos entre 1995-2010, nas quais, pela inviabilidade de extensão, elegi especificar amostragens já descritas. Lanço olhares sobre peças que foram musealizadas sob a égide das limitações de gênero, de um lugar social dado a elas a partir do machismo, do preconceito, do racismo e da desigualdade.

A investigação produziu uma abordagem científica sobre a relação das histórias das mulheres no RS com a história e a memória produzida no MJC. A pesquisa e a escrita do texto me trouxeram satisfação pessoal e profissional, abrindo caminho para outras análises e começos a respeito das interlocuções de incorporação de acervo museológico, histórias das mulheres, representações e narrativas que digam respeito ao velho Museu.

2 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE UM ACERVO: DO MARCO ZERO ÀS PERDURAÇÕES DO TEMPO PRESENTE

Esta tese está fundamentada na inconsistência e na ambivalência dos registros da documentação museológica produzida sobre os objetos incorporados entre 1995-2010 no MJC. A documentação museológica tem fundamental importância para interpretação dos significados do objeto. Por meio dela se constrói a narrativa e a representação de cada peça.

Os procedimentos técnicos característicos da musealização se dão a partir da entrada do objeto na instituição museal, sendo acrescidos de informações conforme se ampliam as pesquisas no acervo. É a documentação que legitima administrativamente a posse do bem. Essa forma de ordenamento e construção narrativa está na gênese dos museus. Para compreendê-la é necessário alcançar os traços que levam as instituições museológicas a desenvolverem essa ação documental e sua importância.

Neste capítulo, desenvolvo a prospecção de como se deu a constituição do MJC e do seu acervo. Para tanto, examinei como a instituição teve formada sua organização técnica e administrativa, levando em consideração que cada tempo teve sua característica de gestão e interpretação do objeto museal. Não tive intenção de criar uma evolução cronológica da composição dos objetos, nem da história do museu. Outros autores já o fizeram com melhor qualidade.

No capítulo, a história do Museu relaciona-se à história dos museus. A ligação entre os museus e a história é antiga. Passa pela concepção de que museu e passado estão imbricados. De fato, estão, mas a partir da perspectiva que interessa ao presente. Os objetos servem ao presente, para se interpretar o passado, na percepção mais recente da função das instituições e do patrimônio musealizado. As concepções trazem duas noções de temporalidade: o tempo que se foi e o tempo em que se vive. O tempo, portanto, é um dos alicerces do museu, juntamente com a realidade representada no objeto depositado naquele espaço, estabelecendo a relação com a sociedade. Assim como a própria sociedade, o museu se renova no tempo. Esse é o mote do capítulo.

O capítulo aporta sobre a composição do MJC e de seu acervo, em suas mudanças expressivas ao longo do tempo. No entanto, os questionamentos

históricos pertinentes a um museu de história, ao meu ver, não emergiram com a mesma velocidade. Esse problema é a questão central que dá lastro à hipótese da desinformação no processo documental de incorporação dos objetos, problematizando as representações das histórias das mulheres.

2.1 PREÂMBULO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO MUSEU E SUA MUSEÁLIA

A expansão dos museus no mundo ocidental passou por um desenvolvimento gradativo de amadurecimento. Abarcou questões filosóficas, políticas, culturais, econômicas, sociais, epistemológicas e outras, no confronto de diferentes percepções. A definição da palavra museu atualmente conhecida, tem a sua própria historicidade. No lugar comum, museus são lugares de coisas velhas. Mas não são coisas quaisquer. Guardam essas coisas com certa relevância, ligadas a um tipo de uso para o qual perderam serventia no cotidiano. No entanto, ao adentrarem naquele ambiente, adquirem atributos no qual o tempo atual pode buscar interesse, fazendo com que retornem à utilidade social. A intangibilidade material da peça produz presença da ausência (Gumbrecht, 2010).

É pela construção de inteligibilidade dada aos sentidos dos objetos que nos aproximamos ou afastamos das outras pessoas. Cada tempo e espaço faz reconhecer ou estranhar o modo como uma peça foi revestida de significado. Um ferro de passar usado por mulheres no ambiente doméstico do final do século XIX como sendo parte da sua ocupação natural, é visto no século XXI como instrumento obsoleto que fazia delas padecentes, e com representatividade subterrânea para outros protagonismos. A representação da peça entrou no modo atualizado, pois no tempo presente a perspectiva anterior está em desequilíbrio com o pensamento da vida social. As mulheres ainda têm ferros de passar, mas não tem a função como sistema operatório limitador e compulsório.

Não somos seres imparciais frente às alternativas propostas pelos outros. Não nos limitamos no ato de julgar fazendo distância entre pessoas, coisas, e pessoas e coisas. De modo que o museu, inserido nessa perspectiva, porque trabalha no entendimento das experiências e vivências do seu tempo, (não negando aqui a simultaneidade dele), incorre no mesmo processo. No entanto, essa não é a única possibilidade que o museu possui de estabelecer relações.

É possível perceber uma peça pela sua oposição. Ou seja, pelo contraste dela em relação a outra de teor assemelhado. A semiótica posiciona essa perspectiva. E isso coloca os museus num processo de produção de conhecimento complexo para a compreensão das múltiplas realidades humanas. No caso da tese aqui apresentada, comprehendo o museu como um espaço relacional, que produz, representa e divulga narrativas que têm o dever de serem múltiplas, diversas e insubmissas. A partir destas, como espaço que veicula informação e conhecimento por meio do que foi musealizado, a instituição MJC se fará “moderno”¹³.

A associação banalizada do lugar de coisas velhas tem múltiplas derivações. Uma delas é a decorrência da falta de atendimento ao controle dos agentes que fazem a deterioração inherente a qualquer materialidade. O cheiro do mofo, a umidade e a aparência desgastada do próprio conteúdo material de fabricação são partes obrigatórias nessa sensação e definição. A sociedade, em especial a ocidental, se ressente com a impermanência das coisas, e porque não dizer, das pessoas. Assim, me apropriando da definição de Gumbrecht (2010), o museu faz da ausência a presença por meio de seus objetos.

O museu é a contraposição diametralmente oposta dessa lógica. A conversa pode ser enriquecida com a questão dos museus por longo período não terem ressonância social, por representarem valores e ideias de superioridade e desigualdade que a sociedade do século XXI propõe afastar. As narrativas de memória em que as pessoas não eram agentes nem sujeitos históricos, mas ligadas a escolhas que levavam aos esquecimentos do que às lembranças.

Outra versão menos técnica e mais romantizada, tem como ponto de partida a mitologia grega clássica. A derivação da gênese dos museus no Templo das Musas, divindades da linhagem de Zeus e Mnemósine, que guardavam relíquias. Eram nove musas, ligadas à cultura e às artes, que recebiam homenagens nos templos em oferenda aos deuses. Os objetos preservados teriam dado origem aos museus.

No Brasil o Museu Nacional foi a primeira instituição oficial de acervos, criado com a vinda da corte portuguesa para o Brasil. Entretanto, mesmo antes de sua inspiração com a vinda de D. João VI, já se conheciam ocorrências de coleções com

¹³ O Moderno a que me refiro não está no sentido da modernidade, de um período. Mas de autossuficiência criativa em sua produção. Vale comentar ainda que essa criação e inserção social do processo museológico como potencial transformador da realidade, postura teórica e metodológica aqui defendida, está para além da tecnologização e da mera incorporação do apertar botões, como as vezes isso tem sido compreendido, mas que também faz parte pelo próprio caminhar da sociedade.

interesse científico. As aves taxidermizadas e os adornos indígenas da Casa de Francisco Xavier dos Pássaros, serve como referência. Estes feitos introduziram o Brasil no cenário dos museus científicos europeus predominantes no século XIX.

Para Lilia Schwarcz (1993), o século XIX foi a Era Brasileira dos Museus. Os representantes desse contexto foram o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da Bahia (1838/1894); o Museu do Exército (1864); o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e o Museu do Ipiranga (1894), hoje conhecido como Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP). Os dois últimos alinhavaram ao modelo de museu etnográfico que surgiu entre os anos de 1870 e 1930, caracterizados pelas pretensões encyclopédicas de se dedicarem à pesquisa em ciências naturais, voltados para a coleta, estudo e exibição de coleções de etnografia, paleontologia e arqueologia. Os primeiros 50 anos do MJC pode ter moldura nesse perfil. Nos estudos de Roberta Melo (2019, p.26) aparece a seguinte explicação para a questão:

Os primeiros museus fundados se caracterizavam como instituições encyclopédicas, pois suas coleções, muitas vezes, oriundas do processo de colonização interna, eram formadas por variados elementos, em sua grande maioria, vinculados à história natural. Nessas instituições, os homens de ciência¹⁸ (SCHWARCZ, 1993) se empenhavam em coletar e estudar elementos da fauna e flora brasileira a partir do que entendiam como história natural, ciência composta por diversas áreas do conhecimento, tais como: biologia, zoologia, botânica, paleontologia, geologia, mineralogia, arqueologia, etnologia e antropologia. Os homens de ciência se inspiravam nas teorias social-darwinistas e evolucionistas¹⁹, primeiramente, como uma forma de ler o que se produzia na Europa e, posteriormente, como produção de conhecimento sobre a sociedade brasileira. Essas teorias tinham como centralidade os homens europeus, se baseavam em classificar as diferentes raças humanas numa escala cujo parâmetro de “raça” humana evoluída era o europeu.

Cristina Bruno (2009) por sua vez, comenta que os laços entre a curadoria e a pesquisa fizeram dos espaços museais brasileiros, modelos dialógicos entre cultura material/visual e história do Brasil e da sociedade. A historiadora e museóloga traz a questão de que, na essência, os museus são históricos em qualquer especificidade. Qualquer tipologia na multiplicidade de acepções museológicas que hoje existem, opera com a questão do tempo e do espaço, especialmente o museu histórico.

Nessa concepção, museus podem ser revisionistas, pensando interminavelmente em como podem ser reatualizadas as provas materiais por eles

preservadas, ou não. Atuam com uma versão de história, mesmo que não estabelecidos neste sentido.

O estabelecimento da República no Brasil trouxe aplicações aos museus que passaram a servir como suportes de evocação para uma identidade nacional. Nesse sentido, foi criado por Gustavo Barroso o Museu Histórico Nacional (1922) e, logo na esteira, vieram o Museu Nacional de Belas Artes (RJ - 1937), o Museu da Inconfidência (MG - 1938), o Museu Imperial, em Petrópolis (RJ - 1940) e o Museu da República (RJ - 1960). Segundo Regina Abreu (1996), a criação do Museu Histórico Nacional (MHN) inaugurou um paradigma para a construção da história brasileira pelos museus. Assentada na longa duração, a história do Brasil dos museus históricos era uma continuidade de acontecimentos e de olhares consagratórios de personagens e datas.

As coleções gigantescas de representação de processos políticos ligados às elites definiam o valor simbólico dos objetos. Nos museus predominou a “fabricação do imortal” composto pelo “culto a saudade”, produzido pelo MHN e traduzido como uma restauração ao modelo imperial admirado por Gustavo Barroso. Para ele as tradições militares, políticas e sociais estavam acabadas pelo republicanismo, necessitando serem preservadas em suas marcas materiais pelos museus, como escreveu Regina Abreu (2006).

Para Barroso as coleções do MHN deveriam indicar as ações das elites na edificação do país, cujo modelo o povo deveria seguir. No pensamento de Maria Célia Santos:

A divulgação do pensamento de Barroso foi sendo concretizada através da atuação do SPHAN, que em 1967, segundo o documento do Conselho Federal de Cultura, possuía já 13 museus instalados, 9 em fase de instalação e 6 recebendo a colaboração de seus técnicos. Por outro lado, o Rio de Janeiro como os chamados “Museus Nacionais”, sempre foi um centro de referência para os demais museus do país, principalmente após a instalação do Curso de Museu [...]. Os museus Estaduais e Municipais vão tomar esse “centro do poder e da cultura no Brasil” como modelo que vai ser transplantado, sem nenhuma reflexão (SANTOS, 1996, p. 25).

Se vê que o MHN exerceu influência na elaboração de uma versão específica da museologia pelo viés da história, para muitas instituições brasileiras, dentre o/as quais o MJC. A constituição dos objetos e a expressão museológica ficaram oscilantes entre as problematizações da história e/ou o relato biográfico e tradicionalista das memórias dos heróis da pátria, em que o aspecto masculino do

fazer histórico predominou. Eram eles que pesquisavam, escreviam e difundiam história, fosse na academia ou nos museus.

No MHN além da afirmação nacionalista da história, tradição inventada, como bem explicou Hobsbawm (1984), foram compostas coleções que reforçavam patriotismo e civismo unificador. O MHN também foi um marco na implantação do primeiro curso de Museologia, no contexto de 1934 até 1979. Os museus estaduais, regionais e aqueles que se autodenominaram ‘nacionais’ transplantaram para si os padrões museológicos do ‘pensamento barroceano’ (ABREU, 1996).

Interessante comentar que neste contexto imperava a característica colonial da história atribuída aos objetos a serem incorporados pelos museus. A questão é levantada sob o prisma de que os museus, a pesquisa científica e as instituições acadêmicas tiveram um largo período de interação. A crise desse padrão teve início na década de 1980, quando os profissionais acadêmicos, em contato com as reformulações da Museologia, acionada das teorias museológicas que despontavam após a discussão de Santiago do Chile (1972), pretendiam alterações nas instituições de atuação. Os profissionais percebiam a incapacidade de representação das diferenças e da pluralidade da realidade brasileira.

Outra instituição que teve relação direta com o MJC na questão do modo de constituir coleções foi o Museu Paulista (1894), conhecido como Museu do Ipiranga, atualmente recolhido em restaurações. A articulação entre as instituições citadas revela que seus discursos foram compartilhados, formando a concepção de museu histórico e da história produzida e difundida por eles. Essa concepção se alastrou entre os museus brasileiros. Myriam Sepúlveda Santos (2006) identificou nessas relações duas ‘linguagens museológicas’ que expressam modelos de museu: o museu-memória e o museu-narrativa. O primeiro, para a autora, é reconhecido por ter os objetos como amostras do passado “neutro” com vistas a projeção de um futuro. Já no segundo, a ênfase se dá na ordem explicativa de cada peça como fetiche e representação fora do contexto da sua realidade e conteúdo.

O cunho analítico dessa proposta pode ser feito, inicialmente, para indicar que as narrativas e representações museísticas da história são singulares, seletivas e não podem ser aplicadas em nível geral. Em segundo lugar, observa-se que história e memória caminham na mesma direção, sem incompatibilidades e neutralidades, nas suas ressignificações. História e memória têm a mesma preocupação frente à elaboração do passado, como requer Paul Ricoeur (2007), desde que filtradas no

presente. Se o objeto é o testemunho, ele é trabalhado no museu em diferentes níveis narrativos e de significação das ações, ele media e reifica as experiências para compreensão do passado.

É importante ressaltar ainda que, na virada de século XIX, as exposições universais se conectaram com a formação de acervo dos museus. O mercado industrial em expansão de abertura queria demonstrar sua visão de modernidade e futuro através de mostras expositivas de produtos e tecnologias. As exposições universais representavam o ideal de civilização, do consumo como sendo o progresso da sociedade moderna. Vários países, incluindo o Brasil, desenvolveram exposições de alusão ao capitalismo e a consagração do modelo imperialista. Além de serem experimentações culturais, as exposições universais, segundo Sandra Pesavento (1997), eram perspectivas transnacionais de circulação de coisas. Serviam como base instrumentadora das populações, fazendo os visitantes compararem a “evolução” de um país em relação ao seu, pelo desenvolvimento industrial e tecnológico.

A educação, para a autora, ocupava espaço de destaque. As vitrines expositivas dos eventos mostravam novidades de recursos educativos que acelerariam o aprendizado para o progresso e a civilização. Vários e intensos investimentos de *marketing* e distribuição de equipamentos, objetos, materiais pedagógicos, insinuavam que a atuação educacional dos museus agiria como instrumento. A cultura material seria mais um recurso de aprendizagem. Dentre os espólios das exposições universais e seus miraculosos equipamentos, Sandra Pesavento escreveu a respeito dos museus escolares. A partir deste ponto, que diz respeito ao MJC, encerro o preâmbulo da formação histórica da instituição museu.

2.2 PERCURSO DA HISTÓRIA DE UM MUSEU DE HISTÓRIA: CAMINHOS E CONTEXTOS

No Brasil, o processo da implantação dos museus seguiu o padrão europeu, e a unilateralidade interpretativa de criar representações embasadas no eurocentrismo e no evolucionismo. Os primeiros museus dos séculos XIX e da primeira metade do XX, tinham seus acervos focados na difusão da história-memória nacional, onde objetos científicos, artísticos e históricos, em sua maioria, construíam uma hierarquia social. Isso fez deles espaços sem coerência narrativa. No caso do museu histórico,

idolatravam o herói, escondendo os episódios que prejudicavam sua imagem. Supunham uma objetividade documental questionável às peças e uma subjetividade interpretativa condicionada à cultura, à ideologia, à psicologia do historiador, ao contexto de época em que a pesquisa foi feita e até ao substrato institucional que patrocinava pesquisas.

No tópico anterior foi possível compreender, no ponto de vista das transformações do tempo e dos lugares, que a lógica e a prática em que se estabeleceram os museus históricos corresponderam também as mudanças das sociedades em que surgiram. Não interessa mais investir em memórias como justificativa de ligar presente e passado. Hoje, o que importa é analisar como e porque existiram essas memórias. Ou seja, houve uma mudança de perspectiva do lugar do museu e de sua relação com o tempo e a sociedade.

Esta forma do museu lidar com tempo e espaço, na atualidade do século XXI, se debate entre duas linhas de frente: o museu como espaço que suscita conhecimento mediante o acervo em que as coleções são suportes de informações; e como ambiente consolidador de identidades, cujos recursos materiais são úteis para dar suporte às transformações sociais e culturais do lugar no qual foi criado e está atuando. Uma acepção não exclui a outra e está presente em muitas instituições, sobretudo nas de pequeno e médio porte como o MJC.

O RS, pela característica da monocultura agrícola e pecuária, se colocou no quadro internacional das exposições universais em 1901. Julio de Castilhos, então presidente do RS, criou uma Exposição Estadual para mostrar a glória de sua gestão. Mandou trazer objetos e espécies das intendências municipais, dentre as quais, estatuárias missioneiras, minerais, animais taxidermizados e vegetais. No término da grande mostra, os despojos foram deixados em Porto Alegre, acumulados num galpão. Recolhidos ao Museu, desde então são consideradas as primeiras peças do MJC¹⁴.

¹⁴ Ana Celina Silva (2011) escreve que o Museu Julio de Castilhos participou de várias Exposições com este caráter: "Milão em 1906 com amostras de minerais e madeiras, premiadas com diploma de honra; Rio de Janeiro em 1909, onde conquistou prêmio com a sua coleção de numismática e medalha de ouro com a coleção de mineralogia e geologia; da Exposição Nacional em 1908, com as duplicatas da coleção de madeiras foram entregues à Comissão de Expansão Econômica do Brasil; da Exposição de Bruxelas em 1910, com amostras de minerais e da exposição de 1917, quando foi confeccionado um mapa com as divisas dos municípios com respectivos dados estatísticos: "área do município, população, número de bovinos, equinos, muares, ovinos, caprinos e seus respectivos valores. O Museu foi convidado a participar das comemorações do centenário do Museu Nacional em 1918". (SILVA, 2011, p. 22-23).

A criação do MJC demonstra uma estratégia do poder executivo local, característico do período para lidar com a seleção do passado. Os vestígios materiais da Exposição de 1901 remetiam ao processo de veicular a ideia de que o conteúdo histórico contido nos “testemunhos” deveria ser apresentado como modelo para crianças e jovens. Surgiu daí a criação do Museu do Estado, em 1903.

Figura 1 - Fotografia da exposição agropecuária 1901. Pavilhão produtos riograndenses



Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Álbum. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Nº de registro 3086f. Sem autoria. Sem página. Gentilmente cedida.

Em 1907, após o falecimento do presidente do Estado Julio Prates de Castilhos, idealizador do projeto, a instituição MJC recebeu seu nome. Os objetos dispersos no ‘Parque da Redenção’ pelo advento da Exposição de 1901, foram transferidos para a nova sede, ocupando a casa que tinha pertencido ao político¹⁵. De acordo com Ana Celina Silva (2011), a mudança de designação de Museu do Estado para MJC, não significou constituir um espaço de glorificação ao morto ilustre, visto que não foi alterado o objetivo central do regimento interno criado em 1903. A missão foi de “receber, guardar e classificar um corpo de elementos materiais referentes ao Rio Grande do Sul” (Regimento, 1903, s.p.).

¹⁵ A respeito da relação do Museu com a memória de Júlio de Castilhos, sugiro ver o trabalho de Ana Celina Figueira Silva (2011).

O acervo como resultado do processo da recolha passiva foi ampliado e diversificado, com foco no armazenamento e preservação. Artefatos indígenas, vestígios paleontológicos, coleções de animais, vegetais, plantas, minerais, insetos e outras especificidades de natureza científica, produtos industriais, artísticos, coleções numismáticas, filatélicas e de documentos históricos caracterizaram as seleções iniciais. O aspecto enciclopédico e heterogêneo das coleções dava um caráter eclético para a instituição. Na perspectiva de Roberta Madeira de Melo (2019)

Ana Celina Silva (2018) e Letícia Nedel (2005) em acordo, manifestaram que o interesse de atuação da Instituição com a História foi uma preocupação constante. Mesmo com a predominância das coleções na especialidade das ciências naturais, a História tinha oportunidade. Nas primeiras décadas, já havia a chamada 4^a seção do Museu, dedicada aos objetos e documentos selecionados na temática histórica.

Os documentos escritos, fontes únicas da história “verdadeira”, eram colecionados e tratados. Em 1925, o Arquivo Histórico do Estado (AHRS) foi incorporado ao espaço museológico, permanecendo a comunhão das instituições até a emancipação do Arquivo, apenas em 1954. Para Letícia Nedel (2005), a mudança de caráter de museu de ciências para o de museu de história se deu gradativamente, por grande influência do contato com o AHRS.

As décadas de 1920-1940 podem ser vistas como de grande atividade para o Museu. Os acervos de mineralogia, botânica, zoologia e outros representativos da natureza científica e enciclopédica, categorizavam sistemas museológicos que as instituições pares se interessavam. A fase foi de intenso intercâmbio com outros museus nacionais, internacionais e instituições de pesquisa, que fizeram o nome do MJC. Tanto que, em 1937, na criação da primeira legislação federal sobre preservação do patrimônio nacional, o acervo do Museu foi reconhecido como significativo para o tombamento no Livro de Belas Artes, do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O Decreto Estadual, nº 5.065/1954, decidiu que o Museu deveria ficar responsável por conduzir a história museológica do RS. Tal medida implicou no desmembramento das coleções. As peças de artes e as científicas foram delegadas a outras instituições em formação, sob o controle da Divisão de Cultura do Estado. O MJC ficou exclusivamente com os ‘objetos históricos’, com as peças atribuídas e vinculadas com a história regional e brasileira. O processo da transferência das

coleções foi lento. A partir de 1961, segundo Silveira (2011), a adoção de peças foi retomada. Na visão do diretor, do professor Derly de Azevedo Chaves¹⁶, os objetos a serem adquiridos pelo museu deviam ser reconhecidos como representativos por sua antiguidade, ou testemunhalidade, ou raridade, em relação ao passado. Categorias advindas do olhar da representação do passado trazido das concepções do MHN, e do Museu do Índio, que foram os referenciais trazidos pelo diretor.

A respeito da definição de objeto histórico, os critérios estabelecidos em 1961 continuam ativos e seguiram as coleções de objetos ao longo dos anos, não estabelecendo relações entre eles. O processo é substancial na compreensão das contradições históricas e relacionais do presente e do passado no trabalho informativo do espaço museu.

Mais de onze mil peças foram reunidas entre os anos 1903-2019. Um volume considerável para uma instituição de recursos limitados. Digo isso porque a quantidade é diretamente conexa com a responsabilidade de documentar, pesquisar, conservar, preservar, ações que demandam meios materiais, financeiros, espaciais e principalmente, de mão de obra técnica. O número de objetos não é indicativo para caracterizar proeminência institucional.

De acordo com o banco de dados digital, Sistema Donato 3.0, o Museu possui catalogadas 11.792 peças subdivididas em 29 coleções. Neste quantitativo de “cerca de”¹⁷ 11 mil objetos, na pesquisa verifiquei registro de situações de roubos, desaparecimentos, empréstimos e transferências, sem baixa patrimonial. O que leva a acreditar em uma incógnita na precisão do quantitativo de objetos. O conteúdo pode ser maior ou menor. A falta de controle patrimonial de inventário museológico é o primeiro indicativo de que a documentação museológica é ineficiente para compor dados e informações. A problemática reforça minha tese sobre as representações das histórias das mulheres ausentes pelo problema da documentação.

Até aqui, o brevíario da história institucional do MJC interessou para mostrar as implicações das três fases em que ocorreu aquisição de objetos históricos. A primeira, referente à etapa de constituição do museu. A segunda fase, desenvolveu-se a partir do decreto que concebeu unicamente o perfil histórico. E a terceira

¹⁶ Derly Chaves foi diretor do MJC no período 1960-1967. Foi reverendo metodista com vinculações político-partidárias por ter sido deputado estadual, situação que lhe deu acesso às prerrogativas de trocas simbólicas, culminadas com o cargo no Museu.

¹⁷ BLOG SPOT INSTITUCIONAL ABA ACERVO. Disponível em: <http://museuJuliodecastilhos.blogspot.com/>. Acesso: 05 out. 2019.

jornada de aquisições se deu no período que me dediquei em investigar. Com esse movimento se pode alcançar, em escalas dos procedimentos de aquisição dos objetos, a intercalação dos tempos.

Dos problemas decorrentes das três etapas da história institucional do MJC com referência à coleta de objetos, pude observar que o inconveniente principal esteve no modo de operação não sistematizado. Na primeira etapa, ocasionada por atender a metodologia sistematizada nas ciências da natureza. Depois, estabeleceu seu modo de aquisição por meio de doação, compra e legado, onde a constituição dos objetos se organizou em um conceito restrito e convencional de documento histórico. Na etapa terceira, na qual nos dedicamos, as evidências mostram que a operação não atendeu critérios heurísticos de ordenação com base na cultura material histórica, atendendo uma base qualitativa dos objetos.

No momento em que se estruturou a especificidade histórica da terceira fase, o MJC ampliou o acervo apenas na modalidade de doações. Foram criadas 3 balizas para seleção de objetos: modo de vida (costumes, crenças e hábitos); relações sociais de produção (trabalho e geração de renda) e história política. No entanto, os dados nos permitem avaliar que os objetos foram distribuídos de acordo com a sua funcionalidade anterior, ou no evento histórico ao qual estiveram presumidamente vinculados.

A situação sobre o que deveria ser considerado histórico ficou confusa. Verifica-se a ocorrência na obra ‘A prisão de Tiradentes’. Entre a materialidade e a estética, o quadro de grandes dimensões circulou entre 1958-1980, incerto de sua caracterização. O Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS), constituído no contexto do decreto que fez o desdobramento do acervo do MJC, reivindicava sua posse. A peça passou a ‘exercitar-se’ na subida e descida das ladeiras do Centro Histórico de Porto Alegre que ligam as duas instituições. Caso sofrido também pelas estatuárias missioneiras.

Mesmo que não tenham sido incorporadas no período 1995-2010, a celeuma interinstitucional não aparece registrada nos autos documentais, nos registros de inventário museológico. Está publicada em trabalhos acadêmicos, e/ou na Revista do MARGS, já mostrando as falhas de identificação e posse do objeto na documentação do MJC. O problema pode ser sintetizado na falta de estabelecimento de critérios no momento dos desmembramentos das coleções. As

obras permanecem no MJC desde 1996. No período anterior, a diretora do MARGS foi a mesma que assumiu o Museu Julio em 1995-1998.

Figura 2 - Óleo sobre tela “A PRISÃO DE TIRADENTES”



Fonte: Adaptado da obra de Antônio Parreiras, 1914, dimensões 1,80cm X 2,82cm pertencente ao acervo MJC

Não foi prerrogativa do MJC tipificar os acervos para se transformar em museu histórico. Maria Margarete Lopes (2009) registra que o movimento se deu em equiparação nas várias instituições brasileiras, como o exemplo do Museu Paulista (MP), que adotou a especialização em 1930, transferindo da mesma forma que o MJC, suas coleções de animais, plantas e minerais para outros ambientes. Nessa transformação se dedicou a memória local e regional de São Paulo e do Sudeste.

Somente mais tarde, nos anos 1980, foi que o MP se reavaliou, adotando a posição de museu de História Social. Até hoje trabalha na perspectiva da História da Cultura e Cultura Material. Esse dado, extraído dos Anais da instituição, não sugere abandono da perspectiva histórica do acervo, ao contrário. Ampliou sua perspectiva de história, visitada sob o ponto de vista da cultura e do modo de vida, a ser analisada a partir de um sistema de objetos da cultura material, como tentamos desenvolver nesta tese.

Em 1996 o MJC tinha se proposto a atender os interesses amplos da noção de modo de vida, relações de trabalho e relações políticas, no modelo do Museu Paulista. Para um desenvolvimento eficaz desse ordenamento a partir da história nos objetos, é necessário que o museu tenha minimamente considerado eficiente o seu sistema documental. O sistema documental, de acordo com Rosana Nascimento (1998, p. 91), “é composto por itens que norteiam todas as demais informações do

objeto: o modo de ingresso, o registro de um inventário ou Livro Tombo e as fichas de catalogação". Essas informações vitais são falhas em todo o acervo do MJC, registrado no banco de dados.

A situação a analisar me leva a considerar a primeira hipótese sobre a problematização da representação das histórias das mulheres. A documentação museológica do MJC, ineficiente, estreitou dos registros referenciais os caminhos das memórias das mulheres. A documentação constitui a representação do objeto. Moscovici (2009) concebeu a ideia da representação como o fazer presente o que ficou ausente. Para o autor, as representações sociais envolvem classificações, estabelecem codificações que conduzem a compreensão do modo como as pessoas sentem e pensam. Assim, a documentação museológica ao definir categorias aos objetos, também produz representações sociais sobre eles.

É preciso considerar a criação, em 1922, do Museu Histórico Nacional (MHN), por Gustavo Barroso. Essa instituição deixou implicações no fazer museal das instituições pares, particularmente pelo modo com que conduziu a história brasileira nos museus. As representações produzidas convencionalizaram os objetos. E isso pode ser percebido no acervo do MJC, voltado a uma perspectiva androcêntrica.

O MHN foi implantado para consolidar a memória da nação brasileira com referência de uma história não coletiva. Por consequência, foi depositário e adquirente de grandes coleções vinculadas aos personagens heróicos e seus feitos, que deveriam ser imortalizados. O processo é perfeitamente documentado por Regina Abreu (1996) na obra intitulada 'A fabricação do imortal', onde explica a doação de grande vulto de objetos por Alice Porciúncula Calmon, de seu influente marido, em 1936. O MJC na sua segunda fase de incorporações copiou esse posicionamento.

A pesquisadora classificou a doação como estratégia de consagração de um personagem criado, em que mais do que registro de informação de suas experiências nos bastidores do poder, tratava de descartar memórias e selecionar uma história oficial brasileira. Durante um bom período da constituição narrativa dos acervos do MJC, especialmente aqueles com realizações políticas, econômicas, sociais e familiares, notadamente nos anos 1960-1980, a história construída foi representativa de reelaborações dos homens.

A historiadora Letícia Nedel (1999) argumentou que a experimentação do MJC com as coleções históricas, e o gosto pela Ciência Histórica, se deu no contato

com outra instituição além do MHN. Segundo ela, a outra conexão se deveu ao compartilhamento de espaço físico do MJC com o Instituto Histórico e Geográfico do RS (IHGRS), no casarão do museu. A pesquisadora explicou que a instituição IHGRGS, privada, mas sem fins lucrativos, ocupou lugar no museu que era espaço público, por referência a um grupo de intelectuais rio-grandenses¹⁸. O mesmo aconteceu com o Arquivo Histórico do Estado, como já foi referido.

O caso abre possibilidade de reflexões importantes a respeito dessas relações interinstitucionais de arquivos, bibliotecas e museus, e mais os institutos históricos em sua percepção de época, de como essas unidades de informação serviriam aos seus propósitos investigativos. Por ora vale comentar o que a autora citada averiguou, o favorecimento que o MJC teve ao conjugar documentos e objetos, aproximando-se da história. A interferência do AHRS no MJC pode ser vista na publicação desenvolvida e extinta em 1930, a Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

A revista intercalava artigos de ciências naturais e história, mostrando a afinidade institucional com as duas concepções. Zita Possamai (2012a) alertou que, nesse contexto, havia no Museu um Departamento de História, responsável por prospectar materiais referentes à formação do RS, e ao episódio da Revolução Farroupilha, considerado na historiografia oficial o mito fundador da história rio-grandense. Inclusive, ainda hoje o tema conta com espaço expositivo de longa duração, celebrado e consagrado pelas visitas escolares a cada ano, no mês de setembro, data comemorativa da epopeia.

No período compartilhado entre Museu, Arquivo e IHGRS, a arquitetura do sobrado ocupado pelo MJC não comportou as atividades das três instituições, e seus infindáveis acervos. Por ter sido uma residência, o prédio não foi preparado nem para receber um museu, e menos ainda, para receber as demais parceiras. No entanto, como já mencionado, as trocas proporcionadas surtiram efeitos. Nedel (1999) destacou que, entre os intelectuais das três instâncias, ficou acordado que a versão regionalista narrada pelo MJC excluía o RS das discussões historiográficas brasileiras e, com isso, a seleção de objetos no museu precisava ser ampliada. Daí o destaque ao evento farroupilha nas peças e exposições.

¹⁸ O IHGRS só ocupou a atual sede na rua Riachuelo, Centro Histórico de Porto Alegre, RS, no ano de 1972.

O IHGRGS, como mandava a história da época, ajudou o Museu na noção de construir a história do Estado dentro dos parâmetros da científicidade. As “fontes” materiais indicariam a presença das sociedades derrocadas do passado, operando narrativas de civilidade e de progresso, apoiando as ideias de linearidade evolutiva, imutável e constante de todas as nações, pensamento pertinente com as ideias do positivismo comteano apregoado por Julio de Castilhos.

Interessante apontar que, entre os anos 1995-2006, duas funcionárias do MJC trabalharam no IHGRGS. A sala expositiva missioneira, ainda vigente, é construída com objetos subordinados dessa representação narrativa. A foto abaixo demonstra o *design* instituído pela gestão 2007-2010, numa tentativa de conversão do olhar a respeito do processo missionário, sem, no entanto, fôlego para mudar a temática.

Figura 3 - Sala de exposição de longa duração “Missionária”



Fonte: Imagem do arquivo pessoal da pesquisadora. Data: 14/10/2010

Se no início da década de 1960, quando assumiu o diretor Derly Chaves, o MJC possuía uma média de 800 objetos¹⁹, em 1981, na gestão sucedente do jornalista Joaquim Carlos de Moraes (1974-1981), o banco de dados aponta o crescimento do registro de 4765 peças adquiridas. Ou os registros estão demasiadamente alterados, o que não aparenta ser o caso visto que é possível

¹⁹ O Sistema Donato define o número de identificação nº 845 para a primeira peça registrada em 1961, a doação de uma medalha da Ordem de Cristo, grau cavaleiro. Consulta em 29/07/2018.

comparar a numeração com a marcação de registro na própria peça, ou confere a tônica da consolidação do museu histórico, segundo as incorporações, a partir dos anos 1960.

As escolhas das coleções feitas pelo diretor Chaves intencionavam ressuscitar afetivamente o passado. Os objetos desempenhavam um papel pragmático em nome da história, de suscitar uma narrativa única do passado brasileiro em que os rio-grandenses pudessem se identificar. Neste contexto, o MJC figurou como projeto de Museu Histórico “didático e educativo” (SILVEIRA, 2011, p. 76). A criação do cargo de pesquisador²⁰ nos quadros funcionais do Museu e a criação do serviço de ‘Ciceronia’ estabeleceram a institucionalização da relação escola e museu.

Nesse contexto dos anos 1960 os objetos adquiridos eram tidos como provas. A história científica exigia documentos comprobatórios, não importando o método diferenciado de composição histórica e de memórias que o museu desempenha. O MJC era considerado “arauto das tradições rio-grandenses” (SILVEIRA, 2011, p. 65). A incorporação de iconografias (bustos, estatuárias, imagens), medalhas, livros, revistas, documentos, monografias da história dos municípios, mapas, cédulas, moedas, objetos de uso pessoal, objetos relativos às guerras, indumentárias, objetos de homenagens e celebrativos e muitas peças de curiosidades (como um pote de barro do Mar Morto, ninho de um pássaro feito em fibra de parasita e chifres bovinos), além de evidências de personagens históricos como Antônio Augusto Borges de Medeiros, faziam o sentido de objetos históricos na acepção da direção. Todas as aquisições eram regularmente noticiadas à Secretaria de Educação e Cultura e ao Departamento de Difusão Cultural, ao qual o MJC se encontrava vinculado (SILVEIRA, 2011, p. 67).

A mesma investigação coloca que a catalogação das coleções no período foi realizada com base na metodologia do Museu do Índio e do MHN (2011, p. 91), e isso é evidenciado nas fichas de identificação dos objetos, modo de registrar conteúdos individuais de cada peça. Silveira (2011) afirma, ainda, que as informações das fichas de identificação e os dados das novas coleções adquiridas no período, foram firmados pelos intelectuais locais ligados à construção de uma base identitária rio-grandense e as academias históricas regionais, especialmente ao

²⁰ Ofício 149, de 17 de julho de 1964. Acervo do Arquivo permanente do MJC, caixa AP2 001. O pesquisador deveria estudar os valores intrínsecos dos objetos, validando-o no contexto.

IHGRGS, como Paulo Xavier, Sergio da Costa Franco, e outros, doadores de acervo.

Essa versão reforça a tese de que as narrativas históricas que foram consolidadas na construção do objeto como testemunho, foram criação, invenção, na estratégia de usar o passado. O passado que, evidentemente, não tinha problemas ou foram anulados de sua dramaticidade, pois indicavam uma visão corrente, sequencial, sem disputas e problematizações eminentes da historicidade dos agentes. Os objetos que duraram no Museu pós mudança tipológica e os recentemente adquiridos como patrimônio, eram excelentes ferramentas de legitimação simbólica para exaltar narrativas de caracterização conformadora, visto que como signos de memória, representavam a unidade, continuidade e identidade daquele grupo.

Outro aspecto a considerar é que, mais do que a autenticidade dos acontecimentos nos objetos, uma vez que há muitas reproduções, o que se vislumbrava era também a didatização para atender mais visitação de escolares. Não à toa que as disposições das exposições eram organizadas em ambientes com apresentação evolutiva do tempo, em cronologia política da história tradicional, cujo itinerário era retilíneo e obrigatório: Sala Missionária; Sala Colônia e Império, Sala República, e Sala Julio de Castilhos, que ainda perdura.

O acúmulo quantitativo de peças se encaixa no que Vera Tostes (2005) denominou ‘apego devorador’. A deficiência da interpretação dos significados da peça ter sido incorporada, que seria dada pela pesquisa dos historiadores no museu, e da eficácia do preenchimento dos instrumentos nos registros da documentação museológica, desqualificaram os demais procedimentos imanentes do museu, que permitisse a formação em história dos públicos visitantes. A documentação museológica seguia respeitada, mas não formalizada.

Verifico nessas questões a longa duração das estruturas de práticas e representações no MJC. Mesmo tendo cessado a experiência do evento, os fios narrativos tiveram continuidade. Paul Ricoeur (2007) alertou que essa duração depende, em parte, das subjetividades dos sujeitos que atuam. O que se pode verificar na atuação das intelectuais mediadoras.

Entre as décadas de 1981-1991 não há estudos que reportem a história institucional do MJC. É possível somente identificar o nome dos gestores do período, até que algum pesquisador se interesse pelo trabalho. Contudo, em 1990 é

promulgada a lei que cria a Secretaria de Estado da Cultura do RS, na qual o MJC foi e permanece vinculado, redesenhando o cenário. A lei teve a finalidade de estimular a cultura em suas múltiplas manifestações, garantir os direitos culturais e garantir acesso por meio das fontes consideradas da cultura, em níveis nacional e regional²¹ (BRASIL, 1990).

No cumprimento dos dispositivos, o museu encontrou espaço para avaliar condições e projetar melhoria na qualidade de prestação dos serviços. As condições da instituição eram precárias, decorrentes de longas temporadas de abertura e fechamento das atividades, que caracterizam a trajetória institucional²². Os períodos marcados quase na maior parte por tentativas de obras de adaptação e restauro das instalações sucateadas.

Na repercussão da lei já mencionada, foi estabelecido que os profissionais vinculados aos quadros da Secretaria da Educação, deveriam voltar para as salas de aula, deixando o museu. Até aquele momento atuavam trabalhadores e trabalhadoras com prática e conhecimento dos mecanismos de funcionamento institucional, alguns inclusive com formação técnica em museologia, e cursos de graduação em Letras, Direito e História. O primeiro concurso público para o quadro de técnicos em assuntos culturais da Secretaria da Cultura só veio acontecer em 1995, o que muda a relação do trabalho da instituição e a gestão do acervo. A esse respeito, tratarei no próximo capítulo.

O relatório da gestão 1995-1998 estabelece que no livro de registros do museu (Tombo), a numeração desse primeiro período da investigação era de 4.967 itens. A instituição mantinha o acervo aberto a novas incorporações realizadas, em maioria, por meio de doações, mas também de algumas aquisições por compra. A diretora experiente na direção do MARGS, entre 1987-1991, tendeu reproduzir o sistema de aquisições da gestão com obras de arte, no museu histórico MJC. Num comparativo com o ano de 2010, conforme o Livro Diário do acervo (1996-2010), o

²¹ BRASIL, Lei nº 9.117 de 20 de julho de 1990. Disponível em:

http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_IdNorma=17981. Acesso em: 20 jul. de 2019.

²² São recorrentes e volumosos os documentos expedidos pedindo recursos para reparos, trocas, obras, em todos os períodos da administração do museu. Nesses percursos é seguro afirmar que para além do prédio, o acervo foi o mais agredido com o risco de suas condições de salvaguarda. Há muitos relatórios que relatam prejuízos sofridos, tanto pelos agentes naturais como físicos, humanos e de dissociação, problemas que ainda hoje persistem e se manifestam. Sem orçamento próprio, a instituição MJC sobrevive de verbas contingenciais e remendos estruturais.

quantitativo total de peças musealizadas atingiu o volume de 11.382 registros. Abaixo, apresento esse panorama de crescimento do acervo:

Quadro 1 - Volume do acervo por coleção (1995-2010)

COLEÇÃO	QUANTITATIVO	% DE REPRESENTAÇÃO
Armaria	200	1,70
Arreamento	27	0,23
Arquitetura	07	0,59
Artes náuticas	38	0,32
Bandeiras	61	0,52
Bibliografia	1204	10,21
Condecorações	132	1,12
Documentos	667	5,66
Escravatura	37	0,31
Etnologia	2202	18,67
Filatelia	05	0,04
Heráldica	11	0,09
Iconografia	2287	19,39
Instrumento/Musical	07	0,06
Instrumento/Trabalho	33	0,28
Indumentária	2240	10,67
Máquinas	74	0,64
Medalhas	205	1,74
Missões	25	0,21
Mobiliário	61	0,52
Numismática	1437	12,19
Objetos de uso pessoal	72	0,61
Objetos decorativos	22	0,19
Regionalismo	166	1,41
Sigilografia	06	0,05
Tesserologia	874	7,26
Utensílios domésticos	246	2,09
Variados	380	3,22
Viaturas	04	0,03

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Sistema Donato 3.0. Consulta em 20/11/2018

Inicialmente é possível caracterizar o ecletismo das coleções, indicando o recolhimento passivo, sem critérios de aceite. Muito provavelmente a seletividade se deve a duas variáveis: a primeira pode ser analisada pelo advento da Constituição de 1988. Nos artigos nº 215 e nº 216, a Carta Magna firma o propósito de dar voz e voz às manifestações das culturas populares, das indígenas e das afro-brasileiras e

também, de outros grupos não aparentes e participantes da sociedade brasileira. Essa lógica alcançou os estratos do patrimônio e dos museus²³.

A segunda variável, em outra perspectiva, se deu em 1996, quando a direção do MJC decidiu, com seu corpo técnico de historiadores, adotar a mesma forma de desenvolver registros das coleções adotada pelo Museu Paulista. Isso se deveu à consultoria dada pelo diretor do Museu Paulista à época, o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses. Em visita para realização de um seminário local, Meneses analisou as coleções como próximas e assemelhadas entre as instituições, o que teria provocado as reflexões que culminaram na mudança do perfil nas 3 linhas do acervo.

Conforme o documento Relatório de gestão 1995-1998, dessa observação e da avaliação da equipe, a realidade do MJC poderia ser readequada a nova metodologia, cotidiano, sociedade, trabalho e História. Na última vertente, História, o museu considerou dar continuidade no caráter regional da instituição, passando a recolher objetos relativos a História do RS de modo mais abrangente²⁴.

Nessa situação podemos constatar que, mesmo com os avanços, o museu ainda assim se aproxima da modalidade apresentada por Myriam Sepúlveda (2006), como um ‘museu memória’. Aquele que dá ênfase no passado, que recai sobre os objetos como amostras, num verdadeiro sistema de negação do tempo como condição de presente e futuro. Os objetos foram estabelecidos para corporificar acontecimentos e, para isso, foram esvaziados do seu valor de troca, a função para a qual foram criados e que singularizava a sua essência. Desse modo, são utilizados em relações de poder, especialmente na interação das funções sociais de

²³ Aqui não me refiro a uma aplicação imediata e pacífica dessa incursão. A política pública de direito à memória e à cidadania, no sentido amplo dos referenciais, na prática e no conceito dos museus e do patrimônio cultural museal, efetivou-se em 2003. Outras prospecções já haviam sido realizadas, no entanto, defendendo a Política Nacional de Museus como o momento em que foi realizada a reorientação e a reestruturação do Ministério da Cultura, que possibilitou a implantação de novas práticas dialógicas com os diferentes setores culturais e sociais. Dentre elas, a publicação da Carta de Rio Grande, onde a comunidade museológica foi uma das convidadas para discutir e formular, em conjunto com o poder público, diretrizes para o desenvolvimento dos museus brasileiros. O resultado desta ação foi a elaboração e implantação desta Política Nacional de Museus.

²⁴ Não me refiro às hipóteses em tom afirmativo, e sim no indício de ocasionalidade, tendência, possibilidade, probabilidade sem certeza, porque não localizei documentos que expressem essas opções do museu. O objeto de análise disponível a respeito do contexto de 1995-1998 foi o Relatório de Gestão. Como já assinalado na introdução, o estado informacional do corpus documental técnico do museu é pouco transparente na sua reunião e organização arquivística. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 5º, inciso XIV, garantiu a ser “assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988). Mas, não é isso que acontece no MJC (e bem provavelmente em outros de igual teor).

transformar a sociedade e de formar criticamente o conhecimento histórico. Entretanto, os objetos, mesmo que fechados em classificações, têm a própria voz e, dependendo da narrativa em que foram colocados, apropriam-se de diferentes possibilidades expressivas.

Entre 1995-2010 o museu teve um acréscimo de 11,62% em acervo. O período de 1995-1998 foi o que mais investiu em volume de incorporações. Foram adquiridos objetos por compra, permuta, legado e doação. Nos demais contextos (1999-2010), o predomínio do tipo de aquisição foi das doações, sendo elas de homens, mulheres e instituições (públicas, que incluem o próprio estado, e privadas). No que se refere aos seus teores, as coleções individuais de homens e mulheres são peças de familiares falecidos, enquanto os objetos doados por instituições resumem invariavelmente peças relacionadas a personagens históricos figurados em gabinetes, que não mais interessaram aos seus novos ocupantes.

Ao longo do período desta investigação, as coleções: iconográfica, de indumentária e objetos pessoais são destaques de entrada no acervo²⁵. A minha suposição para a supremacia de interesse do museu na recepção passiva leva em conta as novas correntes de pensamento historiográfico e museológico em que as intelectuais mediadoras tiveram contato. Adquiriram, colecionaram, guardaram, sem investimento em documentar, pesquisar e informar.

Quadro 2: Acervo incorporado por administração

PERÍODO DE INCORPOERAÇÃO	COLEÇÃO
1995 -1998	Armaria, Arreamento, Bandeiras, Bibliografias, Documentos, Etnologia, Filatelia, Heráldica, Iconografia, Indumentária, Instrumentos de trabalho, Máquinas, Medalhas, Mobiliários, Numismática, Objetos de uso pessoal, Objetos decorativos e Utensílios domésticos.
1999 – 2002	Armaria, Bibliografia, Condecorações, Documentos, Etnologia, Iconografia, Indumentária, Instrumentos musicais, Máquinas, Medalhas, Numismática, Objetos de uso pessoal, Regionalismo, Sigilografia, Tesserologia, Utensílios domésticos.

²⁵ O quadro 1 apresenta as coleções Bibliográfica, Etnográfica e Numismática com percentuais superiores aos da indumentária e objetos pessoais. No entanto, essas coleções apresentam muitas peças idênticas com registros subsequentes que ampliam os números. A coleção bibliográfica traz vários volumes do mesmo livro, assim como a Numismática que é escriturada com dezenas de moedas e notas idênticas, de acordo com o que estabelecem as normas da documentação museológica, onde cada peça é única e recebe o seu próprio identificador. Daí a razão pela qual roupas, acessórios e sapatos da indumentária - e objetos diversificados de uso pessoal - se fazem mais pertinentes para as análises que me proponho na representação e narrativas sobre as histórias das mulheres, muito embora não queira dizer que as identifico por essa materialidade, mas por um complexo conjunto de representações que serão abordadas em capítulo posterior.

2003 – 2006	Armaria, Arquitetura, Documentos, Iconografia, Indumentária e Medalhas.
2007-2010	Indumentária, Iconografia.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Sistema Donato 3.0

Neste quadro de nº 2 é possível verificar as aquisições por contexto de gestão. Percebe-se a diminuição gradativa das entradas de peças, comparando 1995, 2003 e 2007. Nesta averiguação, o quantitativo de objetos incorporados foi secundário à escolha pela qualidade das tipologias de objetos, em relação à proposta do museu. Esse movimento indicou pistas de que o museu se enquadrou na proposta de trabalho com objetos mais próximos do cotidiano, como proposto na decisão de adequar as vertentes de captação e pesquisa: cotidiano, sociedade, trabalho e história. Essa organização na reunião de objetos reforçou a posição do museu de proceder com a musealização da história do Rio Grande do Sul. Portanto, desencadear pesquisas nos objetos atinentes ao tema, dentre os quais poderiam ter sido incluídas as histórias das mulheres.

Assim como em outros períodos da sua história, o MJC, na virada do século XX para o XXI, passou por transformações nas quais destaquei: a influência da tecnologização, a preocupação com a qualidade das operações e serviços, e a modernização de suas concepções do foco do objeto para a sociedade. A primeira delas se manifestou com a onda da globalização, e o uso da internet. A ideia era de que a informatização e a digitalização dos acervos resolveriam os problemas (de longa data) metodológicos de produção e acesso de informações aos objetos.

Em 2004 o MJC adquiriu o sistema Donato, cujo projeto objetivava a melhoria no acesso aos dados e informações das peças, e na produção dos registros informacionais desses objetos²⁶. Vale lembrar que para os museus o objeto é documento ao receber um valor que lhe é atribuído no ato da musealização, da sua transição funcional para a simbólica. Esse deslocamento é realização da própria equipe de funcionários na composição da documentação museológica e dá ao objeto a dimensão de processo na produção de conhecimento.

²⁶ A preocupação com a documentação museológica seguindo a padronização ditada pelo ICOM, desde os anos 1950, manteve os funcionários e gestores do museu em frequente atenção e tensão. Em minha dissertação (2011), os estudos realizados já apontavam o interesse e a necessidade da reorganização e das inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Museu no cumprimento das orientações básicas.

No mesmo contexto de mudança nos anos 1990 para os anos 2000, os princípios da gestão pela qualidade, advinda das filosofias orientais, sopravam ventos na administração pública da qual o MJC participava. As expectativas depositadas no terceiro milênio levaram a ideia de superação dos atrasos de desenvolvimento, por meio de esforços coordenados em políticas de administração e gestão. A utilização de planejamentos estratégicos plurianuais, no atendimento aos serviços, alcançou a SEDAC e o MJC²⁷. O efeito dessa visão administrativa trouxe impactos ao museu em seus programas e projetos²⁸. Na minha interpretação, esse avanço na qualificação de gestão e produtividade no museu não bastou e não pode ser considerado uma solução aos problemas históricos da cultura institucional. Aparelhar o acervo, definir um plano museológico e de gestão das coleções foram condições não alcançadas, na exigência do modelo organizacional. Isso leva a refletir sobre as prioridades nas administrações da Instituição.

A experiência como gestora me levou a refletir sobre essas medidas ‘modernizadoras’, focadas em resultados. Em minha percepção, não trouxeram a vitalidade esperada ao MJC. Ao meu ver, conforme as fontes pesquisadas, o principal problema administrativo e técnico do Museu se constituiu na escassez de padrões metodológicos (incluindo a documentação do acervo), e não no uso das ferramentas (banco de dados, ou outras com relação aos procedimentos técnicos).

Vale comentar que não estou defendendo nenhuma gestão museológica com ênfase na técnica museológica. Se assim fosse, igualmente o museu não estaria desempenhando seu papel social. Aqui enfatizo a questão de que o museu de história se relaciona com a produção de referências humanas em diferentes períodos e contextos históricos. Se, como disse Pomiam (2013), o passado não interessa como uma orientação temporal de estabelecer um futuro, a Instituição precisa conviver no presente, com os problemas permanentes, as memórias conflitantes e as marcas deixadas por elas. E, nesta investigação e escrita, busco justamente comprovar que a técnica, manifesta nos registros documentais museológicos, é o suporte e a ferramenta para este estado de ser do MJC.

²⁷ Fonte: Relatório do Seminário Interno de Plano Operacional, 1998-1999, p. 11.

²⁸ Considerando que a equipe de funcionárias técnicas se manteve a mesma entre 1995-2006, o conceito dado ao museu, a captação de acervo, os modos de pesquisar, a conservação do acervo e as preocupações infra estruturais se mantiveram inalteradas. Os relatórios de gestão das administrações enfatizam tais problematizações, bem como os pedidos de apoio e melhoria nas correspondências expedidas do museu para a SEDAC

Pensando nos investimentos de recursos dedicados ao MJC, a mesma trajetória negligente de carência e cortes, se repetiu ao longo dos anos, de acordo com as próprias crises econômicas do Estado do RS²⁹. Vinculada à SEDAC, a distribuição de verbas é um processo que se arrasta no tempo caracterizado pela insuficiência de recursos. O investimento é irrigório frente às suas necessidades e potencialidades. A expressão cômica- se não pejorativa – ‘balança mais não cai’ é aplicável sem constrangimento. Sem atenção de recursos vultuosos de fato, que facilitassem a condução de melhorias de infraestrutura, material, pessoal, etc., ficava comprometida a atenção aos programas institucionais. A ausência de políticas públicas da área é sentida e ressentida.

A ideia de qualidade chegou ao ponto de levar os atendimentos escolares e os processos museais como produtos de mercado facilmente identificados nas ações culturais de cursos pagos, exposições temporárias midiatisadas, e itinerantes patrocinadas por empresas, como o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Outra questão do mesmo efeito é o uso das tecnologias da comunicação e da informação para ampliar acesso e conhecimento.

Redes, sistemas, digitalização dos registros e difusão da informação passaram a fazer parte da ordem do dia nos cotidianos museológicos, necessitando, com isso, a organização que a documentação museológica há tempos exigia, e não se cumpria. Na tabela, ainda é possível analisar a diminuição de aquisições no percurso temporal explorado da pesquisa. No Brasil, e no RS, os anos 2000 alvoreceram para a preocupação patrimonialista. Os objetos, a partir daí vistos como produtos de relações sociais, passaram a compor reconstruções e reinvenções das dinâmicas da história, o que significou pensar as aquisições com mais critério.

²⁹ Numa breve análise dos Planos de Governo para a área da cultura, na qual se inserem os museus, pude verificar as seguintes características: governo **Antônio Brito (1995-1998)** – baixa sustentação à área. A proposição foi de recuperação do patrimônio edificado com vistas a suprir o interesse do mercado, entre eles o turismo. O governo **Olívio Dutra (1999-2002)** estabeleceu a área cultural como prioritária, sobretudo como projeto político de inclusão e cidadania. Cabia ao estado fomentar políticas públicas culturais com interesse na pluralidade cultural e descentralização das ações, suportadas pela participação popular e no orçamento participativo. Nas diretrizes do governo **Germano Rigotto (2003-2006)**, a cultura não figurou entre as metas, voltadas a perspectiva de desenvolvimento regional num “novo pacto”. Os investimentos adviriam de parcerias setoriais. O governo **Yeda Crusius (2007-2010)** apregoou um equilíbrio nas contas pela produtividade do estado, a partir de investimentos no âmbito fiscal e nas atividades tradicionais do RS, dentre as quais a pecuária e agricultura exportadora. À área cultural, o fomento se daria em demandas autônomas, num processo gerencial de suprir déficits orçamentários pelas leis de incentivo, abrindo as parcerias público- privado. Os museus se adequariam a educação, sobretudo na manutenção das tradições e com apoio e participação do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG.

A noção de sacralidade, quer pelo seu valor monumental, quer pelo seu valor enquanto manifestação deslocou a problematização às ressonâncias na sociedade. A mensagem era de atender as necessidades da democratização e da justa memória. O MJC nessa intenção criou em 1996 uma comissão de acervos. Com pouca duração, de agosto de 1996 e extinção em 2003, a comissão de acervos voluntária significou a disposição do Museu em diversificar as abordagens de recolher e classificar objetos. Consequentemente, suas representações e narrativas.

Uma última reflexão a respeito da razão pela qual o Museu deixou de acumular ecleticamente os objetos, no período 1995-2010, se deve ao fato das más condições estruturais da própria casa que abriga a Instituição, que passou por períodos de fechamento. Em 1994 esteve fechado, depois seguiu-se a medida entre os anos 2004-2006. Problemas de segurança ao acervo e perigo constante na sua gestão, problemas hidráulicos, de instalações sanitárias e elétricas, no piso e telhado, risco das instalações como infiltrações e alagamentos, afetaram o acolhimento aos públicos. As atividades internas continuaram ocorrendo, inclusive com a implantação do banco de dados digital Donato e ações educativas pontuais.

Entre 1995-1998 (Direção de Myriam Avruch) e 1999-2002 (Direção Mariana Cassemino) se vê a continuidade de aquisições no caráter memorialístico da história. Nas duas administrações o MJC já tinha em seu corpo funcional os historiadores concursados gerindo o acervo. No entanto, volta a questão de que os historiadores não articularam a experiência humana com a cultura material. Os objetos-documentos, de acordo com a corrente pragmática da cultura material, possibilitam perceber as relações humanas a partir das técnicas de produção utilizadas como experiência, no uso dos objetos. Mas não foram assim trabalhados, apesar dos discursos de mudança no perfil institucional.

O pragmatismo da cultura material aborda os objetos como partes das práticas humanas, por isso, revelam aspectos de como uma cultura pode produzir significados. Esse enfoque do documento material abriria a condição de análise dos objetos para os historiadores do Museu, que se intitularam favoráveis à história cultural³⁰. Mas, na ação de apoiar o estudo e a prática com os objetos portadores de informação, os historiadores do Museu apresentaram limitações em seus trabalhos.

³⁰ Relatório Projeto de Valorização do Patrimônio e Qualificação das Visitas, 1999. Pasta 241 do arquivo RT.

As 29 coleções museológicas do Museu, no que se refere as informações³¹, são deficitárias e inconclusivas na documentação museológica. Situação que surpreende, haja vista o conhecimento acadêmico do método historiográfico, mas que no universo dos museus e da cultura material pareceu ainda estranho. As gestões 2003-2010, respectivamente de Nara Machado Nunes (2003-2006) e Luís Armando Capra (2007-2010), assumiram o uso dos objetos dentro da definição de representações para a construção de narrativa histórica. Compete aqui uma análise do meu enquadramento nesse último período, no cargo de coordenadora técnica.

A História do Tempo Presente (HTP) se coloca aberta à posição de que os seus historiadores conduzam os seus trabalhos como testemunhos e analistas. A escrita da HTP comprehende essa tensão como vantagem.

Henry Rousso (2016, p. 15) explica que a experiência não substitui o testemunho, mas que a contribuição da autenticidade da voz abre espaço ao esclarecimento. Assim, podemos pensar os acervos, que não são de fato verdades de um acontecimento, mas que sua presença contribui no enfrentamento dos problemas sociais e nos empenhos para a experimentação de sua interpretação e imaginação. Representam o “passado que não passa”, porque têm a potencialidade da retomada pela memória, da lembrança, do rastro.

Iniciei o trabalho de coordenadora sem a equipe preexistente entre 1995-2007. Sem concurso, ou possibilidade de contratação, meus colegas foram os estagiários em História e Museologia. A eles devo a possibilidade da interlocução dos dois campos de conhecimento a respeito do patrimônio museológico do MJC. Suas discussões vigorosas do aprendizado acadêmico trouxeram a tônica sobre como o nosso trabalho despontava a urgência das reflexões sobre lembrar e esquecer contido nos objetos, e mais, nos próprios registros documentais sobre eles.

Aqui o recorte do testemunho se faz necessário para dizer que minha contratação se deveu justamente pela maneira como comprehendo os museus e a museologia, a serviço do público. Trazida de minha experiência, conhecimento e

³¹ O relatório de gestão 1995-1998, p. 12, relata que foram realizadas pesquisas nos arquivos do museu, livros de correspondência de 1903-1980, cartas de doação, fichas de registro de entrada e pesquisa externa na Biblioteca Pública do Estado, Museu da Brigada Militar, Museu Hipólito José da Costa e Museu da Santa Casa.

posição, tal acepção abriu espaço ao retorno do preceito³² em que os objetos deveriam ser conduzidos como um aprimoramento de relações entre as pessoas, consigo, e com os demais, identificando suas histórias e memórias em pesquisas no acervo. Os objetos seriam mediadores de relações sociais pautadas no presente. Dessa definição surgiram 14 exposições temáticas temporárias e 2 eventos discutindo a questão do patrimônio, sendo um deles apoiado por professoras da Faculdade de Educação da UFRGS, e o outro que gerou um livro publicado³³. Entendendo a problemática do estrangulamento das informações no banco de dados, a próxima medida para contornar o problema foi a adoção de critérios técnicos para aquisição, registro e salvaguarda do acervo. Foi realizado um diagnóstico da documentação contida no Donato, corrigindo, incluindo, ajustando e acrescentando elementos informativos dos objetos nas tabelas do sistema.

Para tanto, adotou-se o fechamento das incorporações, o que justifica o mínimo de doações recebidas na temporada 2007-2010. Aqui abro espaço para reflexão de uma possibilidade comparativa entre duas das questões, próximas na temporada deste estudo: o caso 1 (2003-2006) e o 2 (2007-2010). No contexto 1, segundo avaliação no Sistema Donato, as novas peças para as coleções privilegiaram a “sedução pela memória” (HUYSEN, 2000), em que a busca de representações da identidade rio-grandense para uso educacional era constante na aquisição das peças. No contexto 2, a aquisição foi pautada na preocupação com o envolvimento das questões de representatividade social, onde a seleção e a incorporação têm papel decisivo. Nos casos 1 e 2, ocorreu a apreensão com o cenário do museu em suas operações. Como já dito, nas circunstâncias da primeira, com a perspectiva da informatização via aquisição do Donato. No caso 2, a categorização das coleções como suportes a pesquisas de interesse informacional e de produção de conhecimentos. Além do mais, no cenário 1 o museu esteve fechado, o que de fato reduz a circulação de visitantes e consequentemente a criação da disposição para doações.

O ano de 2003 foi marcado pelas comemorações do centenário do Museu. A direção e os funcionários desenvolveram programas de educação patrimonial voltados para alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino. Não

³² Anteriormente proposto no Seminário ministrado por Ulpiano Bezerra de Meneses, em maio de 1996, que ofereceu suporte para reformulação das vertentes do museu.

³³ Ver Relatório de gestão 2007-2010 e anotações no Livro Diário do Acervo. Arquivo Institucional disponível na Reserva Técnica Museológica.

era uma proposta de aproximar os estudantes do museu com trabalhos com o patrimônio musealizado. O MJC estava indisponível para visitação e a saída para manter-se ativo foi a organização de cursos de formação de professores e interessados. Os encontros se voltavam ao objetivo de apresentar os fundamentos teóricos que visassem auxiliar nas questões relacionadas à valorização e à preservação do patrimônio cultural preservado no museu.

Verifica-se nos programas e projetos de educação patrimonial,³⁴ a noção de que os objetos poderiam ser ‘geradores’ (LOPES, 2004) do conhecimento, tendo o museu como lugar de formação. E, dessa maneira, o museu instituiu no seu programa, palestras de Encontro para Professores congregaram acadêmicos da História de diferentes universidades de Porto Alegre e região metropolitana. O ocorrido não foi original. Em 1997 (gestão Myriam Avruch), o Museu já havia sediado eventos voltados ao público especializado. Dentre eles, a preocupação com a questão da História, tendo entre outros palestrantes o historiador François Hartog³⁵.

Estiveram no mesmo terreno, história e memória, cabendo aos historiadores da Instituição MJC gerir os pesos e as medidas no esforço de transformar a visão histórica das narrativas do Museu. A grande questão é que houve um desequilíbrio nas ações museológicas. As comunicações expositivas e educativas foram privilegiadas em detrimento das ações de preservação, pesquisa e documentação, insuficientes de dados relativos ao acervo. Para finalizar o longo percurso descrito,

³⁴ A gestão 1999-2002 deu o primeiro impulso as atividades no interesse de valorizar o patrimônio museológico do MJC para a comunidade escolar, em projetos específicos que seguiam calendário expositivo temporário. Uma ideia aproximada de preparar as visitas escolares previamente. Para isso, integrava os professores aos mediadores num sistema de monitorias nos circuitos expositivos. Já na gestão 2003-2006, os programas de educação patrimonial estiveram voltados para a problematização histórica. Eram eleitos temas problematizadores como identidade, questão indígena, “afro descendência” nas representações do acervo do museu. As ações eram constituídas em palestras de historiadores, no intuito de mostrar o MJC como “espaço público onde está escrita a pluralidade de significados que constituem a sociedade”. Justificando, assim, a autodenominação de “museu educador”. É explícita a diferença de propostas no aprofundamento dos objetos, mas nenhuma delas tratou do apagamento das mulheres nas representações do acervo, nem nas temáticas expositivas vigentes. Fonte: Projeto de educação patrimonial. Pasta 2/Ações educativas e educação patrimonial. Arquivo de aço da reserva técnica 1.

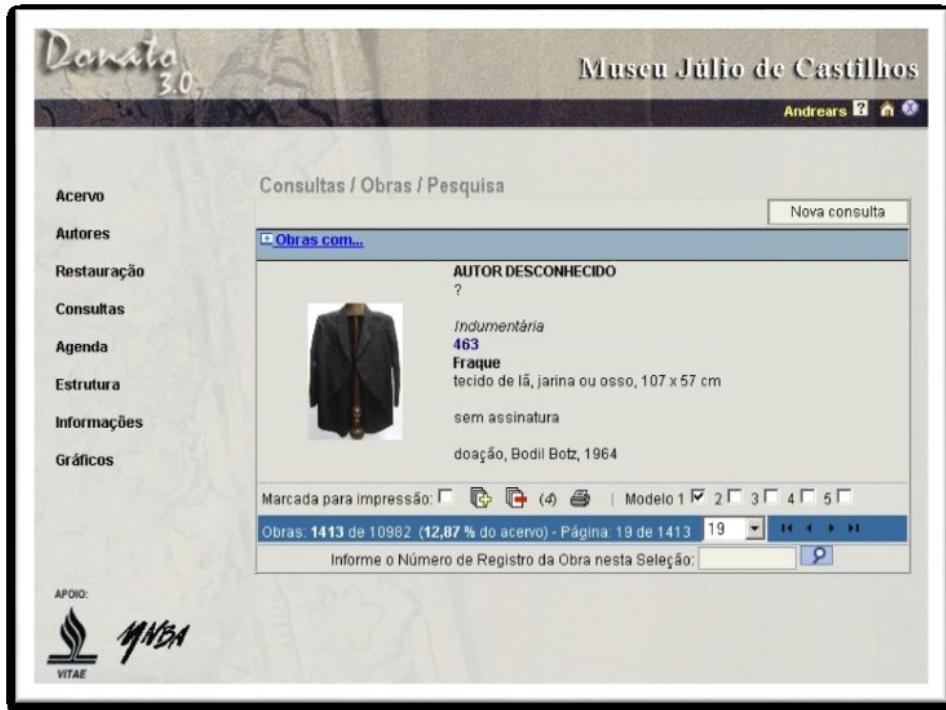
³⁵ François Hartog é historiador francês, professor da Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais. Atuou na ótica da História Cultural e dedicou-se a compreender representações nas formas históricas do tempo. A partir disso, trabalhou com a noção de regimes de historicidade, nas quais o tempo histórico é classificado pelo presente. O passado e o futuro, para o pesquisador, seriam experiências que se mesclam, tendo o presente como única possibilidade de aceitação da realidade. Passado e futuro se entrelaçam como construções humanas, com a finalidade de que o tempo presente, ou presentismo, seja a única possibilidade de horizonte de expectativas. No MJC a visita do historiador ocorreu no curso promovido pela instituição e a Jornada de História Cultural da ANPUH/RS. A intermediação da vinda de Hartog ao Museu se deu em 03 de outubro de 1997, mediada nas sociabilidades da Instituição MJC com os professores Sandra Pesavento e Francisco Marshall, do Departamento de História da UFRGS.

que levou a identificar as ações da constituição do acervo do MJC, cabe tratar dos registros no banco de dados do Sistema Donato.

2.3 EXAME DE DADOS E CRITÉRIOS: PROCESSOS E INTERPRETAÇÕES

Para o diagnóstico das incorporações ocorridas no recorte temporal de 1995-2010, decompus as tabelas do banco de dados Sistema Donato. Levantei as categorias, iniciando com a procedência das peças (como chegaram ao museu?), classificação (como foram contextualizadas?), formas de aquisição (como ocorreu a patrimonialização?), origem (quem foi o doador?), periodicidade e o quantitativo que o sistema disponibiliza. Esses dados me permitiram a crítica de como o museu se apropriou das peças e estabeleceu a partir daí seus significados, criando informação e memória nas narrativas comunicacionais (RUSSIO GUARNIERI, 2010).

Figura 3 - Layout sistema Donato 3.0



Fonte: Adaptado do Sistema Donato 3.0 MJC. Consulta em março 2018

O software do Sistema Donato, versão 3.0, foi implantado em 2004. Foi obtido por meio de um projeto contemplado do Edital de Modernização da extinta Fundação Vitae (SP). Desde então, o banco de dados passou a responder por todo processamento documental técnico museológico do acervo.

Os documentos de registro anteriormente utilizados, como fichas de entrada, ficha de catalogação, livro reconhecido como ‘Tombo’³⁶, termos de doação, empréstimo e outros registros de informação do acervo, tiveram limitação de vida útil. Gradualmente, foram suspensos, de acordo com a alimentação dos dados para o Donato, que ficou com toda responsabilidade de suporte de informação.

A respeito do Livro Tombo, a instituição possui 03 volumes abertos e incompletos. Neles há diferentes propostas classificatórias, sendo 02 sem termo de abertura e encerramento de uso. Os livros manuscritos, depois da digitalização, foram proscritos. Seus preenchimentos foram copiados para os campos das tabelas de dados do Sistema Donato. Foi realizada transposição de conteúdo, sem reavaliação dos sentidos e significados. Os originais devem encontrar-se salvaguardados nos arquivos da Reserva Técnica museológica.

Aproveito para refletir a respeito da questão da implantação do sistema digital em preferência da documentação manual. A documentação museológica tem seus procedimentos regulados pelo Conselho Internacional de Museologia (ICOM), que estabelece orientações de padronização no gerenciamento das coleções. Essa importante contribuição situa os mecanismos a serem desenvolvidos pelos trabalhadores do museu. O MJC, em nenhuma instância da temporalidade pesquisada, acertou as normatizações de acordo com as diretrizes.

O problema influenciou sobremaneira as limitações do conhecimento histórico a ser disponibilizado, além da recuperação das informações. Talvez daí venha a ênfase da conversão para o banco de dados digital. Uma aposta na tecnologia e na ideia de modernização do instrumento para resolver o problema. Na realidade, a complicação não estava na ferramenta, mas no processo.

A operação de documentação, fichas catalográficas, livro Tombo e inventário, estavam desorganizados nos critérios e com diferentes abordagens metodológicas. Cada administração na história do MJC como museu de história, adotou um modo diferente de estabelecer coleta, registro e análise do acervo, faltando normatização institucional. A numeração de inventário do acervo demonstra tal inconsistência. Há no MJC três números de identificação diferentes. Um número de registro sequencial, indicando o controle geral quantitativo, um número alfa numérico com dois caracteres, a sigla da instituição e o registro institucional de 1 ao infinito; e a terceira

³⁶ Recomendados nos estatutos museais do ICOM, Lei nº 11.904/2009 (BRASIL, 2009) e de atribuição exclusiva do profissional museólogo.

opção na mesma peça, o número por lote de coleção, acrescido do registro. Extremamente confuso de compreender, ainda mais sem um Manual de instruções do embasamento numérico. A teoria indica que o número deveria ser único, o mesmo em todo sistema documental, fosse ele manual ou digital.

É claro que o uso do Sistema Donato tem validade. Sem ele, a documentação do acervo estaria totalmente obsoleta, dispersa e, quem sabe, perdida. A tecnologia e as redes estão a favor do nosso tempo, como instrumentos decisivos na difusão e investigação do conhecimento. O problema esteve na ação de documentação, nos instrumentos e procedimentos técnicos do tratamento documental do objeto como forma de representação e conhecimento.

Aqui entra a figura mediadora das funcionárias da Instituição. Rever essa preparação, conferir e adaptar as bases documentais e informacionais dos objetos durante a utilização do inventário em suporte de papel. São as mediadoras as responsáveis em inspecionar os elementos e estabelecer com eles distintas possibilidades de inferência nos objetos pela memória e a história, entrelaçando história e museologia. Entretanto, a documentação do Sistema Donato, construída a posteriori, perdeu em confiabilidade e autenticidade dos dados e das informações, em razão do modo como foi estruturada. O Museu não estaria consciente de como história e museologia funcionavam dentro dele.

O Sistema Donato apresenta tabelas contendo dados individuais de identificação de cada objeto. Como são várias as possibilidades de consultas, estabeleci dois critérios de análise, que envolvem múltiplas perspectivas: as formas de aquisição predominantes do período 1995-2010; os tipos de objetos adquiridos e a coleção, tema e subtema que estavam inseridos.

Para cada indexação é possível ver desdobramentos de classificação. Identifiquei várias imprecisões de preenchimento, periodização dos objetos, falta de padronização na nomenclatura das peças, inserção em dois ou mais temas; ausências de datas de entrada/aquisição/nome do doador; descrições de conteúdo vagas, ambíguas e incorretas, bem como repetição de textos explicativos. Identifiquei, também, descrição equivocada e repetida dos objetos.

A mesma leitura narrativa da historicidade de um leque, como exemplo, se repetia em outro artefato da mesma função (leque 2), mas de características diferentes. Na aba que designa pesquisa do objeto no Sistema Donato, a referência acusa buscas na internet e bibliografias sem, no entanto, indicar os referenciais de

sites e autorias. Tal situação coloca as informações dos objetos em suspeita de credibilidade. A implantação do sistema de dados não foi o problema em si, senão a sua operação em ações isoladas sem diretrizes de continuidade.

A vantagem de utilizar o Sistema Donato como fonte de pesquisa, mesmo com suas incongruências, deve-se em razão de condensar os registros dos objetos. Percebe-se o esforço que os trabalhadores devem ter desenvolvido na realização da tarefa de inserir todas as 11 mil peças no Sistema. Os metadados possibilitam acesso rápido e fácil, no conceito de interoperabilidade institucional, estabelecido de Renata Padilha (2014), ou seja, dados sobre os dados.

A incorreção das normas, ou desconhecimento delas, no contexto da documentação museológica e do gerenciamento das interfaces no preenchimento dos campos e dos dados das tabelas do Sistema, dão o tom da dúvida para as informações das tabelas. Em 2010, recebi o trabalho desenvolvido pelos alunos do Curso de Museologia da UFRGS que, sob coordenação da Professora Zita Possamai, elaboraram uma pesquisa no acervo de imagens do Museu. No destaque de algumas obras icônicas da coleção iconográfica, a pesquisa dos discentes, futuros museólogos, resultou na produção de um CD, com cópia armazenada no Museu.

No percurso metodológico das investigações, os estudantes buscaram acesso aos subsídios informacionais dominados pelo Donato, prontamente favorecido pela equipe técnica do Museu. Qual foi a surpresa ao constatar que grande parte dos elementos investigados pelos acadêmicos estavam incorretos, como o próprio quadro da Prisão de Tiradentes, figura 2 desta tese.

A documentação museológica, seja ela em suporte de papel ou em sistema digital, adequa-se para uso imediato ou futuro das informações, escritas e imagéticas, concernentes a cada objeto musealizado. É a documentação museológica que dá suporte às demais ações museais, especialmente aquelas de comunicação. Por meio dela, a instituição estrutura sua política de aquisição e descarte dos objetos, seguindo o código de ética da profissão de museólogo. Para além disso, a documentação define a pesquisa histórica do museu e estabelece o teor narrativo a se constituir.

É preciso conhecer seus procedimentos para verificar a dimensão da gestão do acervo, que é público, e, portanto, deve estar a serviço do conhecimento. Para controle e segurança das informações e do próprio objeto, a documentação

museológica é formada por diversos instrumentos de registro que necessitam ser preenchidos com exatidão, rigor e clareza, compondo dossiês individuais das peças de valor jurídico, administrativo e técnico. Entretanto, essa prática metodológica não é bem resolvida no MJC. A questão ocasiona conflitos de interpretação que restringem o potencial de informação contida no objeto.

Considerando que o campo museal é essencialmente interdisciplinar, os historiadores justificam sua atuação e importância nas instituições. No MJC as funções se misturaram. Como veremos no capítulo seguinte, o corpo funcional concursado entre 1995-2007 se constituiu singularmente por esses profissionais, num entrecruzamento de responsabilidades nas quais as equipes não tiveram preparo acadêmico adequado para trabalho na instituição museu e com a cultura material. Lidar com a história e a memória exige do historiador que trabalha num museu um afastamento do pensamento linear e homogêneo. Estabelece a necessidade de apropriação da noção definida por François Hartog (2015) dos regimes de historicidade, a fim de entender como as pessoas representadas em suas trajetórias pela materialidade dos objetos se relacionam com o tempo. E também compreender que o museu é o espaço onde essas experiências temporais ficam latentes. Os objetos precisam ser tratados e trabalhados no entendimento de suas escalas de tempo, ligados ao seu microcosmo de memória, de experiência vivida, e ao mesmo tempo, conectados com o espaço externo da realidade presente a que agora pertencem.

A capacitação dos historiadores do museu em questão pode dar indício dessa preocupação. Diversos cursos e seminários foram realizados na intenção de interagir esses profissionais com os modos de agir e fazer, favorecendo o reconhecimento dos grupos e pessoas que fizeram e fazem história. Vários profissionais do campo museológico e patrimonial foram convidados a palestrar sobre diversos aspectos das funções museais, partindo da documentação museológica, conservação, restauro, práticas expográficas, ensino da história e outros. Esses eventos de formação eram abertos ao público e aos profissionais de instituições pares.

No RS, como especificidade, até a primeira turma de Museologia da UFPEL e da UFRGS, o predomínio profissional era dos historiadores na atuação em instituições museológicas. Principalmente no MJC, 51% dos trabalhadores tinham esta formação acadêmica. A contribuição desses especialistas técnicos, segundo

Letícia Julião (2015), seria de lidar com conceitos transversais entre a História e a Museologia, problematizando o fato museal³⁷. Duas circunstâncias amparam o ponto: a carência de museólogos com formação no mercado profissional do RS e pelos fatores históricos da própria constituição do campo da cultura/historiografia no Estado.

O primeiro cenário se esclarece com a existência única de dois cursos de Museologia no Brasil até 2007, quando o Plano de Estruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) abriu espaço para a criação de novas graduações. O primeiro curso de museus ocorreu no MHN em 1932, que formava até os anos 1980, basicamente técnicos. O segundo, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a graduação criada em 1969, mais aberta para as áreas afins da interdisciplinaridade do campo. Mesmo com a profissão de museólogo tendo reconhecimento legal desde 1984, no RS, o primeiro curso criado ocorreu na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e, em seguida, o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Um novo cenário profissional no rigor da legislação ainda pouco absorvido pelas instituições do Estado.

A UFRGS, em 2002 encetou uma Especialização em Museologia e Patrimônio Cultural que formou duas turmas em duas edições, mas não garantiu aos museus os profissionais necessários, pela escassez de oportunidades remuneradas, concursos, investimentos e a própria adequação à lei. O MJC serviu como laboratório da primeira turma dessa especialização, que desenvolveu sua exposição curricular em 2003, tratando a respeito do próprio “adormecimento” da instituição mais antiga do RS, frente à sociedade e seu patrimônio.

A segunda questão referente aos historiadores nas instituições e no MJC pode ser vista, de acordo com Possamai (2018, p. 31), como “controle do IHGRS e atrelamento a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)”. Ela considerou esses profissionais em seus vínculos institucionais como “porta-vozes autorizados da História”. Dessa forma, é possível compreender que por meio da documentação museológica analisada no banco de dados Donato, o MJC não conseguiu atender aos requisitos elementares para que os objetos sejam considerados documentos históricos. A atual nomenclatura

³⁷ Fato Museal é o conceito definido por Waldisa Russo Guarnieri, museóloga brasileira. Segundo ela, o fato museal é a relação entre o homem, o objeto museal e o cenário museu. A partir do fato museal haveria a consciência da reflexão, da crítica e da história.

museológica diante do quadro institucional da documentação, adequaria a linguagem de identificação dos agrupamentos de objetos do MJC, na definição de ‘coleções de estudo’.

A abordagem das aquisições das coleções revela muitas indagações. Em 1996 o MJC criou uma Comissão de Acervo para decidir indicadores, avaliar valores das novas aquisições, aceitar ou refutar peças. Mas não alcançou os resultados esperados. A verdadeira “política de aquisição” do MJC foi pontuada no recebimento por meio de relações. Um padrão absolutamente fora daqueles estabelecidos pelo ICOM, que era na época o parâmetro regulatório existente antes da criação do Estatuto dos Museus em 2009. As aquisições oportunas das doações, provenientes das sociabilidades dos agentes com a instituição, foi organizada a partir do interesse metonímico e metafórico dos objetos.

Neste capítulo apresentei um percurso histórico dos museus e a trajetória do MJC até o contexto de análise da pesquisa. Foi possível verificar as camadas do tempo incidindo sobre as memórias da instituição MJC e a escrita da história no acervo. As escolhas feitas no passado chegam a nós pelos atos de memória escrita na materialidade dos acervos e das próprias operações museológicas desenvolvidas. As memórias ficam presas ao tempo e ao espaço dos objetos preservados, fazendo com que o museu construa narrativas que as vezes servem para justificar discursos. É pelas memórias do passado que o museu dá sentido e sensação da passagem do tempo, reconhecendo o passado nos objetos, tomados para o entendimento do presente como possibilidades de ter esperança no futuro. Essa memória se faz reconhecida pelos objetos tomados como documentos. Os objetos se tornaram ao longo do tempo, um modo de fixar lembranças, de comemorar escolhas e seleções. O museu passou a ser o agente dessas evocações porque desenvolveu narrativas que constituem identidades.

No capítulo seguinte, desenvolverei a análise das fontes que remeteram às articulações dos agentes do museu, funcionárias, diretoras, estagiários, doadores, em suas atribuições intermediárias ao desenvolver as coleções e o acervo, no perfil do museu histórico, para a sociedade gaúcha e brasileira.

3 INTELECTUAIS MEDIADORAS: CRIADORAS E INTERLOCUTORAS DAS REPRESENTAÇÕES E NARRATIVAS

Neste capítulo apresento considerações acerca dos agentes envolvidos nos processos museológicos e historiográficos, nas práticas e representações do MJC. Para designar essas pessoas, utilizei a categoria **intelectuais mediadoras**, segundo a acepção dada por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016). Ou seja, aqueles responsabilizados pela composição e pela circulação dos significados e informações gerados sobre os bens culturais gerenciados, pesquisados, tratados e difundidos no museu. Esses agentes foram mediadores de relações, valores e sentidos produzidos individual ou coletivamente. Articularam, selecionaram, realizaram projetos e planos em favor de uma produção histórica e museológica sobre os acervos para os públicos.

As intelectuais mediadoras do MJC foram as funcionárias, as estagiárias, as diretoras e as doadoras, cujo lugar privilegiado na proximidade do Museu possibilitou com que fizessem trocas simbólicas e transferências de valores aos objetos. Gomes e Hansen (2016, p. 21) afirmaram que: “Intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado e composto por amplas parcelas da sociedade”.

A elas foram atribuídas, pelo estado, pela sociedade e por suas próprias subjetividades, as funções de escrever e representar histórias e memórias nos objetos do MJC. Daí a seriedade de seu trabalho. Suas atividades estiveram repletas de negociações, tensões e disputas. No perfil das intelectuais mediadoras encontrei 3 possibilidades interpretativas: as intelectuais mediadoras com aproximação do IHGRGS, as envoltas com as universidades locais, e as de vínculos sociais e políticos. Tais categorizações não foram estanques.

As intelectuais mediadoras do MJC transitavam entre todos os contextos apresentados, ou seja, repartiam a mediação entre si e com outros contatos. A questão aqui apresentada foi um ‘bisturi’ metodológico na operação desafiadora de entender as seleções, as representações investidas e imaginadas, as inclusões e exclusões feitas na invenção da história museológica pelo acervo do Museu. Meu objetivo de estudar o perfil das intelectuais mediadoras foi de compreender os efeitos de sentidos (GUMBRECHT, 2010) que fizeram compor presença ou ausência nas representações das mulheres em suas histórias e memórias no acervo.

Não cabe ao trabalho historiográfico julgar, mas analisar o olhar histórico investido. Na situação das intelectuais mediadoras, busquei perceber a respeito das representações dadas, ou não, às histórias das mulheres. Para tal, fiz o mapeamento do grupo que trabalhou no MJC entre 1995-2010, o que deu a conhecer o colecionismo desenvolvido. Neste intuito duas questões foram basilares: o modo como as intelectuais mediadoras produziram as representações do passado no acervo caracterizado como pertencente às mulheres. E como elas, mulheres, mobilizaram a representatividade sobre outras mulheres.

Para Castro Gomes e Hansen (2016), intelectuais mediadores são pessoas que no exercício de suas funções sociais, técnicas e administrativas em razão de seus saberes, são autorizadas a atribuírem e legitimarem valores, sentidos, significados aos materiais de memória e história de sua atribuição funcional. As autoras explicaram que a categoria intelectual propõe uma conotação maior daquela que os vê como cultos, eruditos, letRADOS. Os intelectuais mediadores produzem conhecimentos em suas investigações, os comunicam, estabelecendo intercessões políticas.

As fontes a respeito do trabalho das intelectuais mediadoras no MJC não foram de fácil investigação. As operações históricas e administrativas estão guardadas em arquivos sem processamento técnico da área arquivística. São documentos depositados na reserva técnica e armazenados junto aos demais componentes do acervo. Foi preciso um exercício de paciência e obstinação para encontrar respostas.

Figura 4 - Arquivos na Reserva Técnica



Fonte: imagem arquivo pessoal da pesquisadora. Maio de 2018.

É provável que o acesso aos documentos tenha cumprido o papel de estabelecer parte dos problemas da pesquisa. A dificuldade de consultar as informações nos arquivos frustrou muito a obtenção de dados. Alguns registros só foram atingidos por conta do meu conhecimento de sua existência, localização, formato e catalogação (ainda que precária), advinda do período em que fui da administração do MJC. Um deles foi o próprio Livro Diário.

É muito importante reforçar e destacar, como modo explicativo, que os arquivos do museu estão armazenados em 23 volumes de caixas em papelão, sem etiquetas de identificação, e algumas caixas possuindo apenas anotações manuais feitas com pincel atômico, como mostra a figura 4. Outros documentos estão guardados em envelopes, como a efetividade de funcionários e dos estagiários, fazendo o quadro de investigação ainda mais complexo. Além das prateleiras em aço, o arquivo do setor administrativo guarda dois gaveteiros de pastas suspensas. Nesses localizei as fichas de identificação dos funcionários, de onde pude retirar algumas informações desejadas. De modo que muitos dados aqui apresentados foram complementados com o cruzamento de informações de projetos e folhetos como fichas de exposição, ou nos relatórios de gestão. Por fim, recorri aos recortes de jornal contendo matérias sobre o museu. Essas foram as fontes utilizadas para as pesquisas desse capítulo.

As Pastas 1.3.001 e 1.3.002 do arquivo permanente foram desmembradas a exaustão. Alguns documentos puderam ser localizados em pastas da Biblioteca institucional, como as fichas de avaliação das visitas escolares e programas educativos do museu. Utilizei ainda a documentação museológica, especificamente as Fichas de Entrada e de identificação dos objetos, para atender às problematizações sobre as doações. Percebe-se que não há uma política de desenvolvimento nem das coleções, nem dos documentos técnicos e administrativos. Ou seja, o controle da informação no MJC tem um gerenciamento negligenciado.

Iniciei a tarefa examinando a procedência das intelectuais mediadoras. No quadro das funcionárias as atuações eram realizadas em duas situações administrativas possíveis: mediante contrato, como cargo em comissão (CC) ou via concurso público estatal. O destaque não desmerece qualquer uma das condições em suas responsabilidades. Fiz a distinção com o foco de verificar o atendimento aos requisitos das atribuições museológicas por parte dos dois tipos de servidores, os efetivos e os transitórios.

As doadoras dos bens culturais musealizados receberam especial atenção. São agentes externos à instituição, colecionadoras de objetos de experiências individuais acumuladas e repassadas ao museu no ato de transferência de posse do objeto. Neste caso, não foram as doadoras as suas fabricantes materiais, produtoras, se não pelos sentidos atribuídos de representarem presença na ausência. O enfoque que Samuel Alberti (2005) faz sobre esses objetos os coloca como biógrafos da história institucional de um museu, após sua incorporação como peça musealizada. Os objetos doados são veículos que remetem a uma ‘ressurreição’ da doadora sobre o acontecimento, ou o sujeito, ou a vivência que aquela materialidade tematizou.

Por essa motivação, são representações biográficas “vivas” de experiências pregressas reativadas no presente. Podem ser consideradas, conforme explicou Gumbrecht (2010), com a definição de presença, ou seja, de estabelecer no objeto um encontro, uma interação do material com o espiritual.

Nesse percurso das doadoras entre a significação pessoal e a transferência dessa para o âmbito coletivo do museu, está a interseção de intelectual mediadora. A doação é um tipo de acordo tácito estabelecido entre doadora e a receptora que

significa dizer, a funcionária que aceita e documenta a peça³⁸. No contrato que é a documentação museológica, não são declarados os interesses, sempre existentes. Entretanto, ao longo do tempo, as propensões fazem existir as representações produzidas no momento da confiança que foi estabelecida no ato de doação.

Susan Pearce (2005) explicou que as peças colecionadas pelos doadores são lembranças que os aproximavam do passado que não queriam esquecer no presente. A construção semiótica que Pearce estabeleceu para os objetos biografados, trazendo o caso das peças doadas no MJC, os compõem de múltiplos significados dependendo de quando, onde e como recebem os sentidos. No museu eles podem ser ressignificados. E esta é a chave que busco utilizar para abrir caminho ao entendimento dessa relação entre as intelectuais mediadoras na composição dos objetos e as representações das histórias das mulheres.

Na explicação de Gomes e Hansen (2016, p. 24), as “redes e lugares, construíram práticas relacionais específicas dando abrigo a ideias, conforme o grupo”. Uma forma de dizer que os intelectuais mediadores estabelecem disputas de memória entre si, e entre os demais grupos externos ao museu, dependendo do lugar onde se encontram. Circulavam em suas redes de sociabilidades compartilhando o desejo de conhecer e serem reconhecidos como autoridades que tinham a legitimidade sobre o passado.

3.1 INTELECTUAIS MEDIADORAS E REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS

O trabalho das intelectuais mediadoras com o acervo musealizado trouxe evidências significativas para a compreensão das práticas e das representações das histórias das mulheres no MJC. Homens e mulheres, de modo variável, sempre trabalharam. O advérbio sempre não é retórico. É compreendido como condição de duração e repetição de uma ação na história. Trata das relações humanas, no predomínio e soberania de obras sobre a natureza, economia, política e cultura. O trabalho das mulheres para a historiografia ganhou centralidade no século XX, principalmente em substituição da mão de obra durante as duas guerras mundiais. Até então, as vozes das mulheres eram emudecidas pela divisão social do trabalho. Segundo Borelli e Matos (2013, p. 127), o “trabalho feminino é marcado pela

³⁸ Aqui teria o terceiro componente que seria o público. Não me detive nesta perspectiva pois não é parte, no momento, do contexto dessa análise.

polissemia: alguns confundem trabalho feminino com as funções domésticas, cuidados com a família e a casa, outros com a atividade remunerada realizada no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho".

Com a necessidade social e econômica, a participação das mulheres em todas as áreas da sociedade se desdobrou. Entretanto, os obstáculos ao seu reconhecimento por igualdade, principalmente na conciliação do emprego com a criação dos filhos e a vida doméstica, permaneceram problematizando o tempo presente. As mulheres não se adequam apenas às funções domésticas e maternais, mas a quaisquer coisas que sejam de sua vontade e interesse. Essa é uma questão cultural, relacional.

De modo que os museus, lugares de aprendizagem lúdica e conhecimento em transformação, podem contribuir significativamente para mudança de consciência e representatividade dos olhares sobre as histórias das mulheres. As posições das intelectuais mediadoras, funcionárias técnicas concursadas para as atividades na SEDAC e lotadas no MJC, foram marcadas por uma valorização por seu desempenho diferenciado de atuação na área. Na estrutura do governo, a ênfase da atividade das mulheres era no magistério, de modo que as funcionárias do MJC que foram concursadas especificamente como técnicas de assuntos culturais eram um ganho de conquista.

As referências bibliográficas que abordam histórias das mulheres, indicam a ampliação dos anos de escolaridade e de formação como vetores que subtraíram as restrições de ascensão profissional. No século XIX e XX os critérios machistas defendiam que eram a falta de preparo e a biologia que impediam ascendência delas aos cargos e a participação em questões políticas e econômicas. Tal perspectiva não se sustentava, pois tivemos exemplos de mulheres ocupando cargos diretivos. De qualquer modo, essa crença se manteve arraigada, estabelecendo desigualdades que perduraram nas experiências concretas da dimensão estrutural das relações sociais.

No século XX foi rebatida a noção universal sobre as mulheres, mas ainda assim manteve o padrão branco, classe média, heterossexual, cis gênero e jovem. Veio da contestação de mulheres negras, indígenas e transexuais dando seguimento as interseccionalidades, que considera as diferenças de classe, etnia, raça, sexualidade. Tais marcadores endossados do feminismo, apontaram a desproporção numérica entre as condições de homens e mulheres. Os feminismos

ocuparam os debates e paradigmas da sociedade, colocando em pauta as complexidades dos jogos de poder.

O Caderno de Formação “Mulheres e o mundo do trabalho” (2017, p. 19) do Centro de Estudos Sindiciais e Economia do Trabalho da UNICAMP analisou que:

A partir de 1980, conforme demonstram os dados do Censo deste ano, cresce de forma contínua a participação das mulheres entre a população ocupada, chegando a 44%, em 2010. Da mesma forma, cresce a escolaridade, e no Censo de 1991, o percentual de mulheres supera o de homens com ensino superior pela primeira vez. Entretanto, persistem as diferenças salariais. As mulheres se destacam nas áreas de ciências humanas e sociais, biológicas e da saúde, enquanto os homens se concentram em ciências exatas, tecnológicas e agrárias.

Assim, as barreiras da educação formal e da biologia foram sendo derrubadas, as diferenças do trabalho de homens e mulheres se apresentam nos discursos, representações e práticas sociais. A perspectiva das histórias das mulheres no MJC perseverou o aspecto masculino da história, como aconteceu em outras áreas do conhecimento científico e acadêmico.

Sistematicamente na história, para os homens o trabalho fora do ambiente familiar e doméstico foi elemento visto como elevado, naturalizado e significativo de sua identidade, como alertou Vânia Carvalho (2008). As da classe média e alta, foram restrinidas do trabalho profissional por muito tempo pelo casamento ou proteção familiar. Já aquelas desprovidas financeiramente laboraram indiscriminadamente. Muitas mulheres das classes médias encobriam o sustento das famílias camuflando seu trabalho remunerado como forma de passar o tempo, outras desempenhavam funções pouco aparentes como secretariado ou enfermagem.

Professoras, enfermeiras, costureiras, lavadeiras e outras atividades rentáveis exercidas por mulheres trabalhadoras possibilitaram aproximação com o universo ativo das relações comerciais, políticas e sociais, mas que, no entanto, foram ofuscadas e subalternizadas nas narrativas da história museológica, apesar dos objetos mostrarem o contrário. As peças do museu estão no lugar, deveriam estabelecer a representatividade dessas mulheres em suas experiências. O que falta às peças musealizadas é a interpretação dada pela documentação, como sentido de presença. Hans Gumbrecht (2010, p. 15) considerou que não é uma substituição da

presença pelo sentido, mas “[...] uma relação com as coisas do mundo que possa oscilar entre efeitos de presença e efeitos de sentido [...]”.

Voltando à questão das funcionárias do museu, os documentos de efetividade dos funcionários do MJC, no contexto 1995-2010, serviram como fonte para análise do trabalho das mulheres no período. O quadro abaixo ilustra a predominância de mulheres na história institucional do museu no período e aponta, ainda, para a situação de estabilidade no emprego a partir da formação superior, para além do magistério.

Quadro 3 - Corpo técnico e administrativo do museu (1995-2010)

Período	Nome do funcionário	Cargo	Formação	Função no Museu
1995-1997 2002-2006	Arienei Enei Azevedo de Abreu	Téc. Assuntos Culturais (TAC)	Historiador	Responsável pela conservação do acervo e ações de extensão. Ausentou-se do MJC para cumprir mandato sindical no SINDESEPE-RS.
1995-1998	Beatriz Marodin	TAC	Pedagoga	Responsável pelas monitorias e ações educativas.
1995-1998	Bernardo Schneider	Auxiliar Adm.	2º grau	Desenvolvia as monitorias e ações educativas
1990-1998	Bernardete Dalmolin	Professora	Letras	Desenvolvia as monitorias e ações educativas
1995-1998	Jandira Silva	TAC	Bibliotecária	Responsável pela Biblioteca
1995-1998	Leila Sudback	Cargo comissionado (CC)	Pedagoga	Restauradora do Acervo
1995-1999	Letícia Borges Nedel	CC	Historiadora	Pesquisa Histórica e Monitoria
1993 – 2001 2003 - 2007	Liana Bach Martins	TAC	Historiadora com Mestrado em História.	Pesquisa histórica. Responsável pelo acervo. Membro do IHGRS.
1995-1998	Maria de Lourdes Ferreira	CC	Jornalista	Jornalista
1995 - 1998	Maria Cristina Vigiano	TAC	Artes	Produção cultural
1992-2006	Mariana Cassemino Meira	TAC	Letras	Acervo e expografia. Direção 1999-2002.

1995-1998	Miriam Regina Aloisio Avruch	TAC	Museóloga provisionada	Diretora
1995-1998	Monica Borges Reis	TAC	Pedagoga e socióloga	Pesquisadora de acervo
1992-2010	Paulo Roberto Rodrigues Pires	Agente Adm.	Segundo Grau	Setor administrativo, RH e arquivo permanente.
1994-1999	Pedro Rubens Nei Ferreira Vargas	TAC	Historiador Especialista em Museologia	Exonerou-se em 1998 escolhido como Diretor. 1999 exoneração do Estado.
1997-1998	Renato Tadeu Santos	CC	Arquiteto	Exposição e restauro
1995-1998	Ruth Bueno Bernardes	TAC	Historiadora	Responsável pelo acervo
1995-2002 2007-2009	Vera Regina Noronha	TAC	Artes plásticas	Expografia, ação educativa e administrativo
1999-2006	Cleci Elisia Bozetto	TAC	Socióloga Especialista em Museologia	Ações educativas e culturais.
1999-2006	Gizela Gonçalves	Aux. Adm.	Segundo Grau	Associação de Amigos
1999-2006	Márcia Eckart Miranda	TAC	Historiadora e Mestre em História	Pesquisa de acervo e documentação museológica. Projeto do Sistema Donatto (2004-2006).
2003-2007	Naíra Vasconcelos	TAC	Historiadora Mestre em Educação	Pesquisa e eventos. Professora universitária
1999-2006	Nara Machado Nunes	TAC	Historiadora	Diretora 2003-2006. Responsável pelas exposições e ações educativas.
1999-2002 2007-2010	Maria Lúcia Schinaglia	Aux. Adm.	Pedagogia	Ações educativas e culturais
2007-2010	Andréa Reis da Silveira	CC	Historiadora Especialista em Museologia	Chefe de instituição/Coordenadora Técnica - Mestrado na mesma área
1999-2009	Clarissa Sommer Alves	Estagiária TAC	Historiadora	Ações educativas Revisora do Sistema Donato
2007-2009 2010	Gabriel Costa	Estagiário TAC	Historiador	Foi estagiário e aprovado em concurso em 2010 Ações educativas e Exposições

2007-2010	Luís Armando Capra Filho	CC	Historiador e administrador	Diretor da Casa de Cultura Mario Quintana e Diretor adm. MJC
2010	Vanessa Becker Sousa	TAC	Arquivista	Arquivos permanentes e biblioteca
2007 - 2010	Natalia Souza Silva, Maria Cláudia Stockler, Michele Souza, Julia Dagostini, Paula Arpini, Gabriel Costa, Marcus Vianna, Vanessa Manvailer, Leonardo Vigolo, Caroline Rippe.	Estagiários	História e Museologia	Ações educativas, Pesquisa de acervo, Catalogação e documentação.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Boletins de efetividade dos funcionários, folhas ponto.

O primeiro destaque atinente ao Quadro 3 é a ocupação expressiva das mulheres nas ações técnicas e diretivas do MJC. Esse nicho profissional pode ser explicado como vantajoso a elas pela oportunidade de progressão de carreira, certa remuneração em igualdade com os colegas homens pelo acesso via concurso público, e ainda, pode ser um terreno aberto para as historiadoras fora do ensino formal. Cristina Bruschini e Andrea Puppin (2004, p. 113) analisaram as tendências do trabalho de mulheres no Brasil, observando que:

Nas últimas décadas do século XX, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o trabalho feminino: queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, de 4,4 filhos por mulher, em 1980, para 2,3 filhos no final da década de 90; redução no tamanho das famílias que, no final dos anos 1990, passaram a ter apenas 3,4 membros; envelhecimento da população brasileira, com maior expectativa de vida das mulheres e, consequentemente, aumento do percentual de viúvas na população; aumento do número de famílias chefiadas por mulheres que, no final do século, chegam a 26% do total das famílias brasileiras. Além dessas transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo.

Os perfis das intelectuais mediadoras registrados nas folhas de efetividade se adaptam ao que as autoras acima descreveram. Oriundas da classe média, essas servidoras consideraram as mudanças favoráveis às mulheres nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos do seu entorno e tempo. A opção da carreira no setor público conferiu a elas um *status* de trabalhadoras assalariadas, especialmente

no viés de classe e de raça. Aliás, a própria noção de opção tem história na história das mulheres. Esse direito conquistado entre batalhas perdidas e ganhas, e seguramente diferenciado dos homens, garantiu sobrevivência de muitas famílias cujo protagonismo delas não é mencionado nas narrativas históricas e museológicas, como será apresentado no capítulo adiante.

A preferência das mulheres pelo emprego público é uma discussão em aberto. Não é meu objetivo tratar do pertinente assunto, mas a carreira no funcionalismo público estadual retirou essas funcionárias de margens de empregabilidade para trazê-las à luz de uma legislação protetiva, segundo as pesquisadoras Bruschini e Puppin (2004). As autoras apontam que as mulheres no serviço público estiveram atingindo cargos mais elevados a partir da segunda metade da década de 1990. Adriane Araújo (2007, p. 28) mostrou que, de qualquer modo, conservou-se a acumulação dupla das atividades profissionais e domésticas. De modo que o vínculo com a administração estatal oportunizou a essas mulheres relações de trabalho em pé de igualdade e de oportunidades com seus colegas homens, incluindo o direito à maternidade. E isso aconteceu, principalmente, com as mulheres com idades inferiores às dos colegas do mesmo nível. Explicação ressaltante para o fato de as intelectuais mediadoras do MJC terem se tornado também diretoras. O quadro acima apresentou, ainda, o dado das funcionárias em cargos comissionados (CC) que, ainda seguindo os referenciais das autoras, pode ser assim explicado:

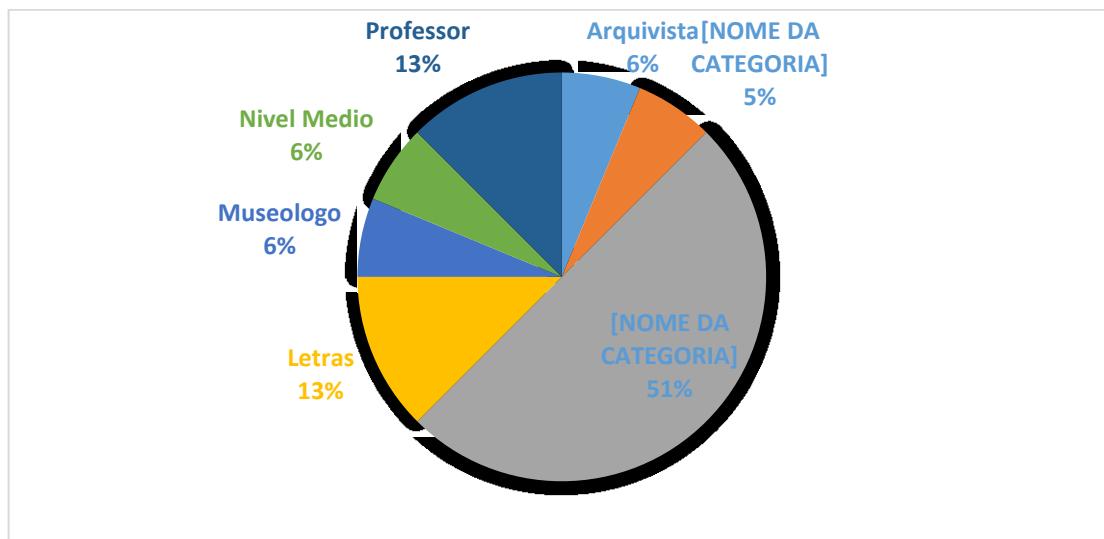
As mulheres têm maior probabilidade de atingir posições mais elevadas na carreira dentro da administração pública, em comparação ao setor privado. Um bom exemplo é apresentado em uma pesquisa da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP –, segundo a qual a proporção de mulheres em diretorias na Administração Pública Federal, em 1998, era de 44%. A maioria delas, no entanto, encontrava-se nos ministérios considerados de missão social (Cultura, Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social). A mesma pesquisa indicou que, naquele ano, cerca de 40% dos ocupantes dos cargos em comissão (mais elevados e decisórios) eram do sexo feminino (BRUSCHINI E PUPPIN, 2004, p. 113).

O Quadro 3 também demonstra o longo tempo de serviço na Instituição. As funcionárias, intelectuais mediadoras, se envolveram nas práticas de mediação cultural, produzindo as narrativas do acervo, exposições, programas, projetos, eventos e outros, que possibilitaram uma visão externa do museu como espaço dinâmico. Com isso, alcançaram lugar estratégico dentro do campo dos museus do

RS como referências. E, neste caso, é possível associar esse conhecimento construído e compartilhado socialmente como representação social do trabalho das mulheres. Como capazes de interagirem em coparticipação de atividades, serem organizadas e repartirem lideranças. No entanto, as representações sociais sobre o trabalho estão firmadas ao homem. E dessa forma, conforme apontou Serge Moscovici (2009), essas representações estão partilhadas entre as pessoas, influenciando-as. O que também atingiu as intelectuais mediadoras. Essas mulheres devem ser reconhecidas em sua dedicação e serviços prestados ao MJC, pois apesar dos entraves, de qualquer forma mantiveram a administração da instituição, de seu acervo e da presença de públicos. Gershengen (2004) comenta que é difícil para as mulheres alcançarem o reconhecimento de suas equipes, mesmo apresentando níveis educacionais mais elevados e melhor qualificação profissional que os homens para o mesmo trabalho, reforçando o que Moscovici considerou.

Outro aspecto apresentado pelos dados do quadro é a presença das historiadoras como maioria, dentre os técnicos de assuntos culturais nos cargos do Museu. Das múltiplas formações acadêmicas que o museu emprega, as historiadoras predominaram a serviço do museu histórico e de história. Mas não como coincidência.

Gráfico 1 - Perfil de formação das funcionárias



Fonte: Elaboração da pesquisadora.

Nos dados do Gráfico 1, com base nos registros de efetividade das funcionárias, se evidencia o perfil acadêmico das intelectuais mediadoras para as

áreas humanas. As áreas humanas concentram, entre outras, possibilidades docentes, e dentre elas, de historiadoras. A docência, ser professora, é caracterizado como trabalho fortemente atribuído a profissão feminina, mais uma das representações sociais atribuídas a elas. Estar de acordo com essa visão ocupacional explica culturalmente a aceitação social e profissional de mulheres³⁹ no mercado de trabalho, na interioridade da classe que ocupam. Ser mulher, vinculada às profissões ligadas à identidade do gênero era fazer parte da norma universal aceita no âmbito das representações sociais.

No entendimento de Bruna Klem (2019, p. 76) a produção de conhecimento feita por mulheres dentro de uma área específica da história⁴⁰ considera que “em termos profissionais, eram poucas as oportunidades que elas tinham para desenvolver uma carreira que não se restringisse ao “cuidado do outro”. Mas a realização do curso superior e a dedicação à carreira modificaram, aos poucos, as relações de sociabilidade entre mulheres na esfera pública”. No entanto, a autora comenta:

Porém, a diferença começa a aparecer em suas reflexões quando se trata da escolha dos temas e objetos de pesquisa [...]. Foram as mulheres que trouxeram os estudos de gênero, a história das mulheres e das crianças, bem como o mundo doméstico, aplicando em muitos casos uma mirada feminista sobre estes temas. E além disso, existia a preocupação da preservação de uma imagem pública, mesmo sabendo que seus nomes não seriam revelados, ainda se manifesta no momento de falar de si e das experiências passadas (KLEM, 2019, p. 79).

As experiências das intelectuais mediadoras do museu foram significantes no sentido de que abriram espaço ao trabalho feminino no museu. Especialmente, no que se refere a pesquisar. A função de 'historiógrafa' e a experiência acadêmica em função do trabalho no âmbito do museu privilegiaria, talvez, a visão mediadora. Mediadora como produtora e promotora de narrativas ampliadas, diversas, dialógica nas opções do trato com o acervo em seus registros e divulgações. Porém, não foi este o papel desenvolvido, observando a documentação museológica do MJC.

³⁹ Fúlvia Rosemberg em sua obra “Educação, gênero e raça”, de 1997, considerou que as mulheres universitárias dos anos 1970-1980 concentraram sua profissionalização nos cursos das áreas Humanas como História, Filosofia, Artes, etc. especialmente considerando a aproximação com o magistério.

⁴⁰ A dissertação da pesquisadora se deu em torno da abordagem da estruturação da historiografia brasileira da pós-graduação em História no Brasil, no entanto, proporciona pistas instigantes na elaboração dos meus argumentos.

Dentre as funções que o museu em sua definição exige que sejam respondidas estão a preservação das informações – documentação – e a de pesquisa dos objetos e coleções do acervo. E essas vinculam-se diretamente com o trabalho do historiador no museu. É o historiador que considera, pela sua formação acadêmica, o modo como a peça foi criada como documento e a inerente historicidade contida nele. É o historiador quem problematiza os sentidos dos objetos, as naturalizações contidas neles. É o historiador que coloca a musealização em questão (embora não sendo o encarregado do procedimento e processo), pelo tipo de ponto de vista depositado na materialidade do objeto. É dessa forma que a peça se mantém interessante, dinâmica e adequada na sua patrimonialização⁴¹.

Neste sentido, Benito Schmidt (2008) chamou a atenção que os historiadores nos museus não estão ali atuando para fazer correção de pretensas verdades, ou destituir posições. Na opinião do professor, é ofício do historiador verificar a negociação entre as narrativas, as construções que não foram cumpridas, o como e o porquê foram interditadas, quando o foram. Em outra perspectiva, que discute o trabalho fora do espaço doméstico pelas mulheres como conquista feminina, Hirata *et al.* (2009, p. 164) consideraram que a “entrada massiva de mulheres num grupo profissional, no caso como historiadoras, pode ser analisada em relação à desvalorização desse exercício profissional e a perda de prestígio dele”.

Nessa interpretação é possível constatar o sombreamento do prestígio do cargo técnico de ‘historiógrafa’ em favor do ‘Técnico de Assuntos Culturais’. Procurei nos repositórios trabalhos autorais que tivessem sido produzidos pelas funcionárias sobre o museu e seu acervo no contexto, como intelectuais mediadoras. O resultado foi escasso, levando à interpretação de que o campo estabelecido por essas intelectuais mediadoras no MJC atravessa um entre lugar, conforme tecido por Homi Bhabha (1998). Quer dizer, vivências entre margens e fronteiras que não

⁴¹ O que não significa retirar das sociedades tal responsabilidade, uma vez que os critérios são dados por ela mesma.

Exemplifico com as leis do tombamento, que fazem essa produção de dar ao bem cultural o estatuto formal de importância e utilização com a determinação de protegê-lo. Essa ação protetiva garante o bem, mas o engessa, estabelece parâmetros fechados e até imutáveis, o que torna apropriado o discurso de legitimação de grupos. A questão da frase se refere ao trabalho do historiador no museu, tornando o objeto artefato cultural, em problematizações que levem a explicar as motivações que levaram o bem cultural a ser adquirido, preservado, difundido e utilizado para fins de educação e deleite dos sujeitos sociais. É o historiador como agenciador e por isso, por mim tratado como intelectual mediador.

estabelecem exatamente sua função e referencial de pertencimento, mas que lhes permitiu movimentarem-se entre múltiplos espaços de experiências⁴².

A afirmativa interage com a visão de Bruno Bralon (2019), a respeito do predomínio das mulheres no campo da Museologia. Segundo o pesquisador, o campo dos museus no Brasil é dominado pelas mulheres desde a criação do Curso de Museus, nos anos 1930. Nas palavras dele, a formação em Ciências Humanas e a área da Museologia eram consideradas menores em relação aos demais conhecimentos científicos. Pela concorrência menos acirrada, as áreas facilitariam a entrada das mulheres.

As análises demonstram o preconceito arraigado na sociedade frente a profissionalização das mulheres, não interessando o nível de escolaridade. A elas, as representações sociais sobre o trabalho ‘fora’ se defrontam com a falta de reconhecimento da capacidade profissional ainda enraizada pelo patriarcalismo cultural, cujo espaço destinado se restringe ao ambiente doméstico, ocupada com a maternidade e a família. Nessa posição a que elas estiveram historicamente dispostas, romper a privacidade dos espaços masculinos é pensar uma nova forma de identidade e conscientização cidadã. Segundo Moscovici (2009), construir o que o autor chamou de objetivação é uma maneira de estabelecer definição de conceitos, valores e reproduzi-los.

É fato que as disparidades na produção historiográfica e museológica de mulheres e homens se apresentam. A produção científica ainda é atravessada pelo preconceito de gênero. Essa trajetória foi constituída por padrões masculinos, colocando hierarquias que afetam a produção de mulheres. As barreiras para elas são maiores na construção das carreiras, pois precisam superar critérios padronizados pelos homens como a dedicação integral, que as mães, esposas, donas de casa, precisam romper. Por isso, o concurso público para as historiógrafas foi uma maneira de conciliar as coisas. Segundo a explicação de Judith Butler (2008), a performatividade que define a compulsória oposição binária do gênero é também uma repetição de aspecto cultural. E isso, na minha interpretação, se deu também no MJC.

⁴² O artigo de Possamai e Faria (2018) aborda a questão de o campo dos museus no Brasil ter se estabelecido no século XX, por disputas e resistências, enfatizando a posição eclética de formação e posição dos agentes nesse cenário. E neste sentido é possível visualizar o próprio MJC, lembrando a estrutura criada quando da institucionalização da SEDAC em 1992, e a composição de seu corpo funcional. No MJC transitou as mãos de profissionais de procedências epistemológicas diversas.

As funcionárias efetivas fizeram concurso para os cargos da área da cultura, em 1992. O próximo processo seletivo ocorreu somente em 2010, com as mesmas funções do processo anterior. O que assegurou a estabilidade de várias funcionárias nos quadros do museu. Essa questão tem duas faces: assegurava a continuidade de pensamento e ação sobre propostas estabelecendo padrões, e por outra face, não renova visões, que podem se tornar contemplativas.

Nos documentos administrativos do MJC (PASTA A 1.3.001), a posse dos funcionários antes do concurso de 1992 remete que os trabalhos eram realizados por professores cedidos da Secretaria de Educação. Esses eram afastados de suas funções para trabalhar no museu. Entretanto, em determinação do governo estadual da época, os professores voltaram para as devidas coordenadorias regionais de educação para servirem na implementação dos CIEPS (Centros de Educação Integral), trazendo uma ruptura nos serviços e nos processos até então realizados no Museu. No aspecto positivo, favoreceu a abertura do concurso público para os cargos da recém-criada Secretaria de Estado da Cultura, em 1990.

No quadro 3 é possível também observar que, conforme mudavam as gestões, o encarregado do acervo era substituído. No MJC os dois modelos de empregabilidade, concurso ou contratação temporária, trouxeram implicações nessa situação de gestão técnica. No aspecto das fraquezas, a descontinuidade nos programas e projetos, como foi o caso da documentação museológica.

A vaga das técnicas em assuntos culturais, ocupada pelas historiadoras, se encaixava nas diversas formações. Até o *boom* dos cursos de Museologia nas universidades federais do Brasil a partir de 2007 fazia do MJC museu de história, lugar das historiadoras. A concepção, de acordo com Mário Chagas (2009), pode ser atribuída aos moldes dados pelo Museu Histórico Nacional (MHN), criado por Gustavo Barroso, em 1922. O MHN teria identificado o museu de história como espaço destinado ao ajustamento de criação de narrativas históricas por objetos que descrevessem a história nacional.

Zita Possamai (2018) atualizou a problematização explicando que, desde o século XIX, no Império brasileiro, intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) já se aproximavam dos museus. A pesquisadora comentou que os historiadores do IHGB utilizaram o espaço do Museu Nacional, primeiro museu brasileiro e dedicado aos acervos e pesquisas científicas, para organizarem o Instituto. Nesse contato, o próprio IHGB passou a colecionar vestígios materiais e

documentais da memória nacional. Isso demonstra que entre os historiadores brasileiros e os museus, a proximidade tem raízes sólidas.

Sob outro viés, cabe reforçar que, no RS, a Museologia como formação universitária demorou a se constituir⁴³. As funções que eram atinentes aos museólogos eram imputadas aos demais profissionais, principalmente os historiadores, habituados aos documentos de arquivo. A lista de funções e cargos dos trabalhadores do Museu, no quadro 3, demonstra o cenário no MJC. No entanto, a concessão é parte do problema que atinge a tese. Primeiro, porque a legislação profissional determina que a documentação de acervo museológico é atribuição de realização do profissional museólogo.

A segunda questão é entre museólogos e historiadores (entre outros profissionais que desenvolvem suas atividades nos museus). Esses trabalhadores de museus podem ter funções complementares em suas atividades profissionais. Ambos desenvolvem uma escrita do passado, uma narrativa, nos objetos. O historiador pode ter no acervo musealizado objeto de investigação, visto que o museu lida com histórias e memórias. Uma exposição museológica é um tipo de operação historiográfica resultante da análise de um documento físico da cultura material, num lugar e com métodos que utilizam os 5 sentidos humanos, visual, sensorial e estética, além da textualização. Há, portanto, uma afinidade produtiva de sentidos, representações, discursos, narrativas, em métodos diferenciados, específicos dos campos, que transformam o objeto em documento histórico.

A documentação museológica é uma prática do museu, mas que de certa forma coloca na materialidade e funcionalidade do objeto conotação de história. Ela transforma a peça, do uso comum em uso extraordinário, simbólico, cultural e físico, atribuindo sentido de presença a uma ausência, o semióforo. A documentação museológica requer pesquisa. Sem ela o objeto não tem volume de voz, não expressa sua heterogeneidade de utilizações que são interesse do presente, mas que foi trazida do passado. É neste sentido que se ligam museólogos e historiadores, na condução metodológica das problematizações possíveis, inventadas e imaginadas sobre as coleções.

⁴³ A primeira graduação em Museologia do Estado foi na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em 2006. Em seguida, em 2007, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) implantou o Bacharelado em Museologia. Este percurso deveria atender às diretrizes da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, incidindo na exigência do profissional museólogo na instituição museal.

O museólogo tem sua metodologia pontuada na comunicação para os públicos, também referenciada nos objetos. Conforme o código deontológico da profissão e na definição legal de funções, museólogos têm responsabilidades, como os historiadores, na pertinência de valoração do semióforo, como alertou Pomiam (1984). Os dois profissionais são observadores entre o uso e o significado de um objeto, mas, em sua subjetividade, estabelecem os referenciais e significados. O problema que se defronta no MJC é que as historiadoras não fizeram a operação historiográfica e aventaram sobre a documentação museológica.

É necessário explicar que há operações museológicas que são restritas aos conhecimentos do campo dos museólogos. A Lei nº 7.287/84, que dispõe sobre a profissão do museólogo, estabelece nos seus artigos 2º quem é este profissional, e 3º suas atribuições. Ainda mais, no Art. 4º a legislação estabelece que para o provimento e exercício do cargo e das funções técnicas de Museologia na Administração Pública Direta ou Indireta é obrigatória a condição de Museólogo. De modo que não há o que discutir perante o que determina a lei de que a documentação museológica do MJC está incorrendo em grave equívoco de omissão profissional.

Os intelectuais mediadores do Museu, independendo da gestão a que foram subordinados, tinham formação para interpretar os objetos. Os anos 1990, época em que tomaram contato com as questões museológicas e patrimoniais como “historiógrafos”, as teorias historiográficas forneciam possibilidades de renovação e de reconfiguração à presença de novos atores na narrativa museal. E a questão se amplia se pensarmos nos desafios postos aos museus com as renovações teórico-metodológicas do século XX e XXI, em que as instituições devem superar-se para contribuírem com novos projetos políticos, sociais e institucionais de provocar mudanças sociais. Como esses agentes cumpriram esse papel?

Como unidade informacional, o Museu requer desenvolver um longo processo de organização de dados de seus setores técnico e administrativo, que possibilite favorecer acesso sobre sua historicidade. Foi o que tentou a gestão 1995-1998, ao criar o arquivo hoje existente, respeitando uma metodologia arquivística. Minha dedução é que a falta de treinamento, orientação e responsabilidade técnica inviabilizou a continuidade do trabalho pelos funcionários.

Ao revisar os documentos que tratam sobre a representatividade das historiadoras nos cargos ocupados, percebe-se, enquanto intelectuais mediadoras,

que elas não se compreenderam como tal. Ou seja, creio que a predisposição de suas atribuições na produção de mensagens, agregando valores e sentidos aos bens culturais como produções culturais, não foi auto percebida. Faltou a elas o que Gumbrecht chamou de estética da recepção, quer dizer, na produção de sentido elas se verem como receptoras e ficarem estimuladas a buscar alguma coisa para além da materialidade, dando efeito de presença aos objetos ditos femininos.

Esse corte sublinha que elas não se viram, reconheceram como mediadoras em seu trabalho sobre as coleções e peças, para contar a perspectiva histórica dos grupos sociais representados nos objetos. Esse é um dos pilares que sustentam minha tese de que o MJC não foi lugar de amnésia das histórias das mulheres, mas suas representações foram esquecidas, não intencionalmente, mas por decorrência de um problema entre história e memória. Para Gomes e Hansen (2016, p. 27), “os intelectuais mediadores, sobretudo aqueles que trabalham com bens culturais, dão menos valor à produção dessas atividades de mediação”. No entanto, segundo as autoras, são estratégicos nas construções de representações que impactam na sociedade, e foi o observado na produção das intelectuais mediadoras, sobretudo ao pensar no “museu educador”.

O Museu Educador seguiu pelas mãos das intelectuais mediadoras os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). No PCN de 1998, o museu é abordado como espaço extraescolar de aprendizagem, ignorando a produção investigativa que a instituição pode desenvolver nos objetos. A recomendação de que os alunos recebessem aprendizagens fora do ambiente da escola deu folego à continuidade dos projetos institucionais de educação patrimonial já em andamento no Museu. E, nesses projetos, a visão historiográfica não compôs abertura às discussões que apresentassem a mulher como agente e sujeito histórico.

Leio projeto de Educação Patrimonial do MJC como aquele criado em 2001, reforçado e retomado em 2003 e 2004. Desta feita ocorreu em parceria com a rede municipal de ensino por intermédio da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre⁴⁴. Os temas desses projetos discutiram identidade (rio-grandense); indígenas e afrodescendentes (estereótipos); ensino de história e suas fontes (a questão da visualidade); imprensa e república (história política); imigração (italianos e alemães no RS); literatura (abordagens do mito fundador farroupilha) e outros. Na análise dos

⁴⁴ Ofício recebido da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, em 26/03/2003.

documentos do planejamento desses trabalhos, nenhum comentou abordagem a respeito da mulher na história, ou das histórias das mulheres.⁴⁵ Ou seja, estabeleceram reforço a um construto histórico que solidificava as relações. Nos projetos que o museu escreveu, as mulheres seguiram na posição submissa do fazer histórico.

Nas quatro administrações investigadas, os documentos analisados mostraram que não faltou espaço para discussões, reflexões, seminários, cursos, palestras que oportunizassem contato da equipe funcional com novas tendências de pensamento historiográfico e museológico. Desde 1996 até 2010, ocasionalmente eram promovidas atividades objetivando a modernização do quadro técnico. Eram palestras conferidas por museólogos e historiadores visitantes cujos nomes despontam como basilares nas teorias da História e da Museologia, que exemplifico a seguir: o museólogo Mário Chagas (novembro de 1997), o historiador François Hartog (outubro 1997), o historiador Ulpiano Bezerra de Menezes (maio de 1996), a historiadora Sandra Pesavento (março de 1996), a museóloga Maria Celia Santos (outubro de 1997), entre outros expoentes.⁴⁶

Portanto, não faltou atualização às profissionais. Nessa ideia, Deleuze (2009) apontou que, em vista da representação do conhecimento, o senso comum se estabelece propenso a naturalizar as coisas. De modo que considero as intelectuais mediadoras, na figura das funcionárias responsáveis pelas operações museológicas e historiográficas, responsáveis por lançar olhares mais questionadores sobre os objetos e suas narrativas, de forma a afirmar práticas sociais sobre os patrimônios que não ficassem reforçando valores de grupos já privilegiados.

De modo que percebi a posição das intelectuais mediadoras na constituição do binômio mulheres e homens como uma interdição arreigada em suas estruturações intelectuais e das subjetividades, que se configurou na ação dos seus postos de trabalho. Tal construção organizada de séculos, colocou essas mulheres, intelectuais mediadoras, em posições e cargos de trabalho por próprio mérito e dedicação. Entretanto, as manteve condicionadas ao social, ao comum, ao dito normal. Nem mesmo a própria historicidade como representante do gênero teve espaço para a representação das histórias de outras mulheres.

⁴⁵ Vide anexo ao ofício recebido da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, em 26/03/2003, e relatório dos Encontros em 27-05-2004 e 08- 06-2004. Arquivos gaveteiros da Reserva Técnica, pastas suspensas.

⁴⁶ Relatório da gestão 1995-1998.

Para que essa postura das intelectuais mediadoras tivesse método de abordagem mais favorável a visualização de representações das mulheres, poderiam e tinham subsídios para tal, abrir novas perspectivas epistemológicas divergentes daquelas que informavam o modelo dominante. Considerar o gênero como integrante, como presença nos contextos de construção do museu. Entretanto, verifica-se que a representação social é traduzida na ausência das mulheres pelas próprias mulheres que construíram essas representações no museu. As intelectuais mediadoras aplicaram ao seu fazer o que a sociedade já aplicava.

Na falta do profissional museólogo, o campo dos historiadores evidenciou a sua importância em todos aspectos da gestão museológica. Justifico inicialmente, pelas dificuldades de uma instituição centenária com parcos recursos. As carências financeiras de fomento são infundáveis, desanimadoras e recorrentes. O orçamento do governo do Estado aos seus museus⁴⁷ é distribuído em manutenção maquiadora. Os recursos se esvaem nos custos logísticos da manutenção das instalações e pagamentos de pessoal. Tal questão ficou evidente ao analisar os livros da Associação de Amigos (AAMJC) que o MJC possui. Esse documento foi descoberto durante a leitura do Livro Diário do Acervo, que dedica uma página para enaltecer a importância da Associação de Amigos em apoiar o cumprimento das atividades, programas e projetos da Instituição.

O exemplo disso se deu no recorrer do Museu aos editais de fomento públicos e privados. Exposições, aquisições de materiais e equipamentos como o próprio Donato, e seus periféricos como scanners, computadores e impressoras foram adquiridos com recursos provenientes dos projetos encaminhados em nome da Associação. Esses programas e projetos eram elaborados pelas intelectuais mediadoras, que por um lado deu certa autonomia financeira ao Museu. Por outro, colocou os servidores na posição de mediadores e também produtores culturais, organizando trocas simbólicas nas quais a questão das histórias das mulheres ficou de fora dessa produção.

⁴⁷ Investimento do governo federal nos 2705 museus brasileiros em 2008, conforme o IBRAM, foi de R\$1,43 por visitante. Ver: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/CCR4/dados-da-atuacao/eventos/cursos/curso-patrimonio-ultural/Politica_Nacional_de_Museus.pdf. Acesso: 10 ago. 2019.

Investimentos na SEDAC governo do Estado em 2010. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201601/07161243-volumei-2010.pdf>. Acesso: 10 ago. 2019.

Em 1996, o MJC ampliou suas instalações com a aquisição, pelo governo do Estado, da casa lateral, transformada em anexo⁴⁸. O anexo, mudou as rotinas de trabalho para atendimento de maiores demandas. Mais áreas expositivas e de ação educativa exigiram ampliação de equipe. O organograma institucional não dava conta das novas necessidades de pessoal com os cargos existentes. A contratação de estagiários foi a compensação dos poucos servidores, recursos humanos⁴⁹.

Em 1995, o quadro de efetivos era composto de 16 funcionários, sendo 5 técnicos culturais. Em 1999-2006, eram 6 servidores de carreira, sendo 4 especialistas. Em 2007, somente 2 funcionários técnicos, sendo 1 com desvio para função administrativa. Os dados mostram a diminuição gradual do corpo funcional. Tais dados são trazidos à tona para uma reflexão da posição mediadora desses estagiários, e de como sua produção referente a conhecimentos técnicos e teóricos oriundos dos estudos acadêmicos foram utilizados no MJC.

Os estágios eram (e ainda são) contratos voluntários extracurriculares. Servem como experiência complementar na formação universitária, além de excedente financeiro para os estudantes. Contudo, na atual realidade de desemprego, muitas vezes os estágios são para esses jovens, uma forma de provento. A chave dessa questão é que os estagiários tiveram papel principal nas atividades de mediação intelectual e do conhecimento produzido no museu.

Os estagiários conduziam as visitas escolares. Principalmente porque já apresentavam formação pedagógica necessária adquirida nos cursos de graduação em História das universidades de Porto Alegre e região metropolitana, de onde eram oriundos. As mediações realizadas com os alunos de ensino fundamental e médio visitantes do Museu era uma ponte entre o seu trabalho teórico-metodológico e os conteúdos das disciplinas dos cursos. Por essa aproximação entre estagiários, conhecimento acadêmico e públicos, abordagens renovadas puderam ser introduzidas nas narrativas mediadas. A conclusão veio do exame das fichas de avaliação das visitas agendadas pelas escolas ao MJC⁵⁰, em três momentos de execução pela ação dos estagiários, os anos de 1996, 2003 e 2009.

⁴⁸ Relatório de gestão 1995-1998.

⁴⁹ A Lei nº 6.464, de 15 de dezembro de 1972, revisada em 2001, publicou a possibilidade dessa mão de obra, segundo o artigo IX - promover a integração entre o setor público estadual e as instituições de ensino, com o objetivo de otimizar o conhecimento, garantindo a economicidade nas ações de qualificação do serviço público. Fonte: Decreto nº 49.137, de 23 de maio de 2012. (Publicado no DOE nº 100, de 24 de maio de 2012).

⁵⁰ Caixas sem numeração, em arquivos disponíveis na biblioteca do Museu.

Na exploração das fichas de avaliação é possível perceber a mudança gradativa dos aspectos de apresentação dos temas históricos e das produções de sentido dos objetos, dados pelos estagiários nas itinerâncias pelas salas do museu. Ao escrever a respeito da História e dos historiadores, Ângela de Castro Gomes (1996) os considerou como produtores culturais. Estão envolvidos com diversas categorizações de temas e assuntos no seu trabalho, formando uma prática política, caso aplicado aqui aos trabalhos dos estagiários.

Entre 1999-2006 as mediações aconteciam da seguinte forma: era dado ao estagiário um roteiro narrativo pré-estabelecido e sintetizado das exposições⁵¹. Eles deveriam seguir por um único circuito expositivo naquele roteiro histórico da história do RS, colônia, império e república. Uma história vista em continuidade de eventos, sem rastros, acabada e sem episódios de conflitos, injunções. A essa história representada do passado finalizado e sem questionamentos, os estagiários percebiam a necessidade de aplicar recursos próprios adquiridos na Universidade, mostrando uma narrativa museológica em que os objetos perdessem a aura para ganhar testemunho. Verifiquei nas pastas de ‘educação patrimonial’ que o museu guarda propostas intensas produzidas pelos estagiários, ávidos em aplicar suspeição legítima em relação às narrativas totalizadoras.

Como exemplo dessas ações, discorro sobre o desenvolvimento de uma proposta chamada ‘furacão no museu’, ocorrida em 2008. Os estagiários criaram um jogo simulado no qual as crianças deveriam imaginar o museu sob a passagem de um ciclone que deixava tudo fora do seu lugar e tempo. Os alunos visitantes deveriam reconduzir os objetos nas salas e vitrines, explicando suas novas trajetórias onde a fragilidade histórica seria recomposta a partir de memórias em cacos e ruínas. Tudo depois de muitos debates, discussões, risadas e competitividades próprias das idades.

O outro impacto gerado no contato entre os estagiários foi no próprio setor técnico do MJC. Foi aí que se percebeu as dificuldades de um acervo mudo e com representações enraizadas de um longo período sobre história e memória nos objetos, que precisavam ser repensadas. A questão da memória dos doadores como único registro das histórias dos objetos firmou um poder conferido de trazer novas abordagens às narrativas e representações estabelecidas, e até de ressignificar

⁵¹ Fonte: Roteiro de estágio. Pasta de produção técnica, sem localização, Arquivo de Aço da Reserva 1 e no livro Diário do Acervo, 26 de abril de 2006.

aquelas já conferidas como no caso dos objetos de tortura expostos na Sala Escravidão, ou dos objetos de Anita Garibaldi e Honorina Castilhos do roteiro farroupilha, ou o quarto do casal Julio de Castilhos. Foi nesse contexto que tive a compreensão da ausência das mulheres nas representações e narrativas do museu.

A historiadora Cristiani Bereta da Silva (2010), em suas experiências com estágios docentes, apresentou resultados a respeito do desafio que é preparar minimamente futuros profissionais no enfrentamento das práticas pedagógicas. Além de levar em conta propostas que se sobressaiam ao currículo escolar orientadas às problematizações pulsantes dos fenômenos do tempo presente, para a autora a formação docente dos cursos de História está pautada em construções que percorrem travessias de discordâncias e inconformidades. Essa especificidade fez a diferença nas contribuições dos historiadores, generalizando o termo.

A produção de conteúdo narrativo e informacional nos objetos requer farta diversidade de conhecimentos que os acadêmicos detinham e aplicaram. O sortimento das 29 coleções do museu abarcava singularidades que requerem atenção nas produções. Acrítica que se pode fazer sobre a produção de conhecimento dos estagiários e das historiadoras como intelectuais mediadores é que se restringiram a elaborar novas concepções teóricas e metodológicas de história e memória nos materiais expositivos. Mas o redimensionamento não se expandiu ao acervo preservado em RT e catalogado no Banco de Dados. A ressignificação foi apropriada parcialmente, nas exposições, contudo, sem marcar posição nos registros do Sistema e do Livro Diário.

De maneira que a maior parte das informações das peças segue ainda hoje, de acordo com as referências primárias da aquisição, pelas memórias das doações. Foi assim que muitos dos doadores se achavam no direito de buscarem suas dores e lembranças nos objetos, nem sempre expostos ou disponíveis à fruição. A situação é comum na maior parte dos museus, provocando problemas na interpretação museológica do passado.

No MJC o documento de diretrizes da incorporação do acervo de 2007/2010, do Livro Diário do Acervo, colocou um limite para a querela inserindo nos Termos de Doação a expressão “doação incondicional”. Não sem antes uma explicação minuciosa ao ato da entrega das doadoras, as razões singulares da medida, evitando, assim, o que Ricoeur (2007) chamou de abuso da memória. Sendo a maior parte das doações efetivadas por senhoras, há de se pensar que as pautas das

mulheres nas representações narrativas das coleções poderiam ser concretas de interesse e avanço.

O problema do trato com o patrimônio e as ausências nos discursos dos *rastros* do passado não está no desinteresse nem no foco a respeito do que foi musealizado. A problematização está na reivindicação das memórias e das histórias pela própria sociedade e mulheres. Elas, ao fazerem suas doações, não se posicionaram e nem foram incentivadas para tanto, a se colocarem como partícipes do passado presente. O museu tinha uma vertente do acervo voltada às questões políticas, essas entendidas no sentido do poder do estado em seus feitos e ações administrativas. De modo que a memória e a história das mulheres não foram acentuadas como possibilidades de ação política e social.

Os objetos do acervo pelos seus interlocutores mediadores, no MJC, não foram reconhecidos em histórias e memórias marginais, como sendo necessários para o exercício de reforçar reflexões de permanências e mudanças. Índios e negros despontaram em discussões nos objetos, por provocarem noções de justiça pelos ressentimentos das explorações sofridas no passado. Para Francisco Regis Lopes (2004), os objetos sofrem uma ‘danação’. São entregues à negação ou à sustentação do passado, principalmente frente ao ensino e aprendizagem do conhecimento histórico no museu. Quando em sugestão, poderiam fazer denúncias e divulgações dos acontecimentos ocorridos. O museu teria, portanto, dever de memória para repensar história.

Nas quatro gestões analisadas do período 1995-2010, acervo e ações educativas tiveram lugar e ação no trabalho das intelectuais mediadoras. As evidências descobertas nas análises dos textos registrados no banco de dados Donato, fazem notar que a ausência de representatividade das mulheres deveu-se a múltiplos fatores inter-relacionados. Da escrita da história museológica no momento de aquisição à memória evidenciada e transmitida.

A questão que impera é que as histórias das mulheres não atingiram as narrativas construídas pelas intelectuais mediadoras. Nem como historiadoras, nem como mulheres de seu tempo. Elas não encontraram nas suas experiências, nem nos objetos, traços ou impressões dessas representações para ressignificar ou significar-se. Assumiram o papel normativo das representações sociais já existentes na sociedade, reproduzindo-as.

Segundo escreveu Celi Pinto (2010), as militâncias dos movimentos feministas do século XX se particularizaram na gênese das suas ações, repercutindo na interpretação das histórias das mulheres. A gama das contradições do movimento inicial, se deu pela atuação de mulheres favoráveis em reformular as condições sociais e culturais em relação aos homens. Sem, no entanto, preocuparem-se com a estrutura das relações que estabilizam tais condições.

Como mulheres elitizadas, de maioria branca e de escolaridade superior, o perfil das intelectuais mediadoras particularizou o conhecimento do passado pelos objetos, na interpretação tradicional das relações de poder e gênero históricos. As mulheres do MJC reconheciam seu protagonismo, direitos e subordinação de forças sem, no entanto, articularem-se na defesa e na ocupação desse lugar no espaço do MJC, através do seu trabalho.

Da mesma forma, diz respeito às questões de etnia e raça das abordagens sobre as histórias femininas. Por imposição legal, os temas eram abordados em eventos e exposições temporárias. Pautas raciais, classistas, com as mudanças na composição social e política, e a mobilidade social estiveram latentes. Contudo, a parte fundamental da questão da interpretação do saber histórico do museu, que é o acervo, não foi reconsiderado.

Não encontrei indicação de representações sociais da presença de intelectuais mediadoras negras. No discurso (e na prática!), o MJC não se constituiu afeito ao trato da diversidade dessas identidades, até por ser fruto de uma época em que se pretendia construir uma única nacional e gaúcha, pautada na elite branca⁵².

Entre 1995-2010, negras e negros foram evocados em gargalheiras e instrumentos de tortura do passado escravista. O relato histórico foi mantido nessa perspectiva, com alguns breves esforços de demarcar as desigualdades conferidas historicamente às relações de gênero, de classe, raça e etnia.

⁵² Leia-se os planos de governo no capítulo 2.

Figura 5 - Visita escolar Sala Escravidão



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Ano 2009.

À exceção de instrumentos de tortura do período escravista e imagens de artistas estrangeiros retratando escravidão, não há outras representações de negras e negros nas exposições e expressas nas coleções do período de estudo. Angélica Zubaran (2014) levantou que os negros no MJC são estigmatizados, genéricos e homogêneos nas salas de visitação, constituindo razão para o ponto de vista eurocêntrico e branco que os representou. O acervo de diversas obras, documentos, armas, imagens e outros artefatos podem contrapor esses referenciais estabelecendo uma conexão simbólica mais próxima da presença africana e de suas relações com o local. E novamente enfatizo a relevância de pautar essa discussão sobre as ações das intelectuais mediadoras frente aos esquecimentos e silenciamentos de memórias, cujo passado foi guardado e preservado sem atenção ao olhar social do presente.

A generalidade das intelectuais mediadoras como mulheres brancas, ocupando os cargos e funções técnicas principais da Instituição, não deu visão à continuidade das estruturas alicerçadas da discriminação dos afrodescendentes no próprio museu. O quadro de serviços gerais e administrativos era formado pela mão de obra de mulheres negras, invisíveis nessas atribuições pela reprodução social a respeito da inferioridade das mulheres negras no mercado de trabalho. As razões são múltiplas e não cabe aqui serem detalhadas, fugindo ao tema. Contudo, a situação mostra a imposição permanente de um grupo nas representações de memória e história no museu.

Assim, o esquecimento seletivo é ampliado para a categoria mulher, conceito que Judith Butler (2005) analisou como história produzida. A autora considera mulher como um discurso cuja identidade é vista no singular. Há várias mulheres, sejam elas brancas ou mulheres negras, essas foram ou estão sub representadas no museu. Elas estão presentes nas condições históricas representadas pela materialidade dos objetos no tamanho, na função, na utilidade e todas as demais características explicitas ou simbólicas da produção testemunhal do objeto. Mas essas percepções estão ausentes, distantes e silenciadas por que não estão descritas na composição de reconhecimento dos objetos que é a documentação museológica. As historiadoras não se detiveram em apontar escritos e pesquisas que dessem a conhecer esses resultados. O que fecha com o pensamento da autora citada, o olhar da história foi constituído pelo masculino, esgueirando as histórias das mulheres à menor importância.

Isso se aplica também entre as próprias mulheres que ali trabalhavam. No caso em questão, a representatividade das mulheres negras está apagada. Sueli Carneiro (2003) assinala que, na memória social brasileira que o museu apresenta, as mulheres negras são estigmatizadas em lugares comuns, vistas a partir de um suposto erotismo, desvalorizadas em sua significância política, fruto do mito da democracia racial que reforça essa segregação.

Os fenômenos históricos passados se revigoram na interioridade das subjetividades do tempo presente. Os conflitos entre as próprias mulheres desestruturam avanços de justiça frente às desigualdades de gênero. As histórias das mulheres mostram as hierarquias, os conflitos, os privilégios que se estabelecem entre as próprias mulheres. A variedade de etnias, raças, condições econômicas, idades, pesos, e outras categorias que atingem as mulheres brancas, negras, indígenas ou orientais recebem a carga do tempo em que vivem. As narrativas sobre si e as demais se estabelecem numa visão temporal quando provocadas, em representações pelo Museu como acesso às experiências.

Para além das funcionárias e dos estagiários e estagiárias, outra faceta da intelectualidade mediadora do MJC pode ser vislumbrada na categoria das doadoras. A respeito delas dissero na fase seguinte deste capítulo.

3.2 QUATRO MULHERES NA ADMINISTRAÇÃO DO MUSEU

Uma preocupação da atuação das intelectuais mediadoras foi a sucessão dos cargos diretivos, demarcado como lugar de homens. O MJC, habitualmente, teve em seus quadros mulheres capacitadas, inteligentes, servidoras públicas preparadas, mas excluídas do poder. Em maioria, as intelectuais mediadoras demoraram a atingir o posto de direção e de coordenação. A elas, em longa data, foram reservadas as funções técnicas, de especialidades na preservação, educação e apoio administrativo.

Quadro 4 - Mulheres diretoras do MJC

Nome	Período
Maria Margarida L. de Carvalho	07/1981 a 05/1983
Vanessa Maria Dutra	01/1987 a 03/1991
Rosana Gauer Kirchner	03/1991 a 10/1991
Cristina Sirangelo Braun	10/1991 a 06/1992
Rosangela Prado de Assis	07/1992 a 02/1993
Miriam Regina Aloisio Avruch	01/1995 a 12/1998
Mariana Cassemimo Meira	03/1999 a 12/2002
Nara Machado Nunes	01/2003 a 12/2006
Luiz Armando Capra Filho Andréa Reis da Silveira	02/2007 a 12/2010 ⁵³

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Apesar da longa história institucional do MJC, somente nos anos 1980 as mulheres galgaram posição na administração da instituição. Um olhar para as gestões anteriores ao recorte temporal da tese, como aponta o Quadro 4, demonstra essa situação, de pinceladas antagônicas. No contexto 1995-2010, ocorreram duas diferentes atuações das diretoras: uniformidade frente ao escopo do Museu, e incompatibilidade nas práticas e representações. Houve, concomitantemente, episódios de continuidade de entendimento do sentido de trato com o acervo, com a

⁵³ O diretor foi citado por encontrar-se no recorte temporal da pesquisa. Compartilhei com ele a gestão do museu em idênticas condições de decisão, salário e poder. As demais direções posteriores ao ano de 2010, não foram referidas por motivo de irrelevância para a análise e argumentação da tese no contexto da pesquisa.

História e a memória nos métodos desenvolvidos, e outros que acarretaram rupturas contrastantes nas atitudes.

Antes de abordar as características de cada uma das 4 administrações encabeçadas por mulheres⁵⁴, nas quais me incluo, recupero as circunstâncias da posse das direções. O acesso ao cargo de diretora traz pontos que revelam a instituição MJC como espaço de disputas. Disputas essas que se configuram no âmbito do simbólico, das eleições do que preservar, excluir ou renovar.

Percebe-se nas escalas dos tempos em relação ao presente, continuidades experenciadas que se propagam no hoje. Isso se reflete no cargo de direção que as mulheres ocuparam no MJC. Por longa data o prestígio e a valorização do cargo foram condicionados ao homem, hierarquizando oportunidades de poder. Por um lado, existe a legislação que regula contra esses atos de discriminação. Por outro há, historicamente, o afunilamento da presença de mulheres ascendendo aos postos chaves de direção, gestão, presidência.

O serviço público como estrutura de trabalho destoa dessa lógica vista no corpo gerencial do museu. O que não significa existir interpretação de paridade de gênero. As intelectuais mediadoras foram estabelecidas na direção do museu sobretudo pela capacidade de assumirem responsabilidades, pelas suas capacidades demonstradas nas trajetórias de carreira, mas também pelas práticas políticas da gestão estadual.

O poder político que envolveu as seleções de cargos no MJC se deu não só pelas incorporações de acervo, discursos museais e produções a partir de critérios de lembranças e esquecimentos na memória. Se deu, também, na indicação política de seus agentes, nos seus arranjos e estratégias complexas das ordenações de Estado. A primeira diretora cuja gestão (1995-1998) foi analisada no contexto de estudo da tese, foi Miriam Regina Aloisio Avruch. E ela ilustra a situação de ligação do processo organizacional do museu com os desfechos políticos partidários.

Museóloga provisionada, funcionária estadual e com experiência na área cultural, ascendeu à direção do MJC como indicada do partido do governo que assumiu na época. Pela própria habilidade, a diretora trouxe para a experiência do

⁵⁴ A gestão Miriam Avruch (1995-1998); a gestão Mariana Meira (1999-2002); a gestão Nara Machado (2003-2006). A gestão Luiz Capra (2007-2010) contou com a minha coordenação técnica museológica. O diretor assumiu a questão administrativa do MJC porque, concomitante ao cargo no MJC, também era administrador na Casa de Cultura Mario Quintana. No Diário Oficial do Estado o meu cargo consta como Chefe da instituição cultural, o que na prática significou uma autoridade compartilhada das atribuições e responsabilidades.

MJC larga rede de contatos e influências do seu pertencimento a uma posição sócio econômica favorecida. Usou a sociabilidade em favor do cargo que ocupou.

A condição favorecida social e economicamente da diretora possibilitou seu trânsito nas esferas de poder do governo do estado, do campo museal e da sociedade porto alegrense, trazendo acrescentamentos ao Museu. Além disso, beneficiou-se de sua posição política partidária para validar medidas indeferidas no âmbito da SEDAC, nos propósitos da instituição.

As atividades oportunizadas ao Museu na gestão Myriam Avruch se deram na multiplicidade de recursos materiais, humanos e museológicos, assim como na aquisição de equipamentos. Seu relatório de gestão descreve a aquisição de vitrines, mesas, cadeiras, aparelhos, instrumentos que puderam ser adquiridos no sentido de “cumprir a tarefa museológica frente à comunidade e, desta forma, o Museu colaborar com o desenvolvimento integral do Estado”. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 1995-1998, p. 10).

Na época, o eleito ao governo estadual havia sido Antônio Brito, coligação Rio Grande Vencedor, formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) e pelo Partido Liberal (PL)⁵⁵. A posição política de seu governo para o RS preconizava a estatização de ideias da Constituição de 1988, especialmente no que dizia respeito à noção de cidadania, narrativa trazida para a interioridade das ações no MJC pela SEDAC. O mote da gestão foi “compromisso com a cidadania”.

O governo Brito decretou corte de gastos em vários segmentos do executivo estadual, como medida de sanar dívidas. Para tanto, aplicou padrões de gestão nas instituições sob seu comando, que entre outras diligências, foram incorporadas nos programas e projetos do MJC. A diretora Miriam adotou o programa da Qualidade Total na administração da Instituição, definindo a eficácia e a eficiência dos recursos no objetivo de atingir um “padrão de qualidade” julgado necessário para gerir o museu. Miriam Avruch impeliu vigor nas ações museais do MJC.

Época da globalização, a prestatividade ao consumo e as mudanças de valores, levavam à mercantilização dos dispositivos culturais em prol da indústria

⁵⁵ Fonte: CPDOC FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico>. Acesso em: 20 jul. 2019.

cultural. Tal concepção da cultura e da posição das instituições pela SEDAC interviu nas proposições estéticas e conceituais do Museu. A universalização da informação contida nas ações educativas e culturais estava inserida nas proposições.

Dentre as ações dos conteúdos da estratégia pela qualidade total, asseguraram à instituição a qualificação dos profissionais em cursos, seminários e palestras⁵⁶, e dos serviços. Também foram elaboradas estratégias de captação de recursos financeiros para realização de eventos, com a fundação de uma Associação dos Amigos. Por meio desta, ocorreu injeção financeira ao Museu, advinda do capital privado.

Outras inovações do período foram a reformulação das visitas pelos monitores por meio de pesquisas e a implantação da Comissão de Acervo. A Comissão de acervo foi composta por 2 pessoas ligadas aos segmentos da historiografia do RS, um técnico do MJC e a diretora. Sua incumbência era julgar o interesse da Instituição frente às doações. Em 1996, foi instituído o livro Diário do Acervo, abolido em 2011, contendo anotações do cotidiano das reservas técnicas e da dinâmica museológica dos objetos.

Os recursos financeiros foram investidos na aquisição de peças e melhorias na edificação, equipamentos, assim como a contratação de prestadores de serviços. O momento foi propício aos investimentos privados no serviço público, pelos mecanismos de incentivo advindos das leis de incentivo criadas no período.

Com verbas liberadas, foi possível organizar seminários e cursos. Destaco dentre outros, o ministrado pelo então diretor do Museu Paulista da USP, Ulpiano Bezerra de Meneses. A convite do MJC, o historiador chamou a atenção às semelhanças do acervo rio-grandense com o do parceiro paulista, análogo na possibilidade de classificação. Meneses estimulou a mudança da política de captação dos objetos, modificando a história narrada e representada do museu⁵⁷.

⁵⁶ Dentre eles ressaltam os seguintes cursos: A nova relação do Museu com a Comunidade (10/1995), O lugar social do Museu, Museologia e Memória (11/1997); Educação, Museu e Cidadania (10/1998); Jornada de História Cultural (10/1997); Mitos e Heróis na construção de imaginários (10/1996), entre outros. Os temas destacados mostram que houve uma preocupação formativa de equipes em uma perspectiva de modernização institucional, onde o MJC se referenciaria numa perspectiva de Sociomuseologia, saindo da concepção celebrativa e personalista para abranger um perfil de reflexão social e cultural de sua função, mais próxima do que atualmente se requer dessas instituições como utopia da transformação social. Desde os anos 1970, com a Declaração de Santiago do Chile, a definição de museu integral e integrado à sociedade veio modificar a atuação das instituições e as reflexões museológicas com vistas ao social.

⁵⁷ Os objetos históricos do MJC, como já abordado na introdução e no capítulo anterior, estavam estabelecidos nas direções conceituais praticadas pelas instituições nacionais brasileiras como o

Assim, foram abraçadas inovações nas linhas de aquisição, onde o MJC passou a considerar pertinentes os objetos enquadrados na abordagem Cotidiano, Sociedade, Trabalho e história regional. Para as coleções foram criadas novas classificações, instrumentos de trabalho; utilidades domésticas e cotidiano. Neste sustentáculo iniciaram as incorporações por doadoras.

Figura 6 - Curso com Ulpiano Bezerra de Meneses



Fonte: Acervo do MJC. Data: 18 de maio de 1996. Sem autoria.

Outra questão relevante desta gestão 1995-1998 é que as pesquisas de acervo (e não apenas para compor exposições), foram retomadas pelas historiadoras nomeadas. Essa retomada não solucionou a insuficiência informacional das peças, mas deu a ver a necessidade de estabelecer uma política de aquisição e descarte do acervo, não concretizada. Oportunizou-se, ainda, a discussão dos registros já efetuados. No que se refere à questão da relação do Museu com o ensino e as escolas, cabe referir que, na gestão 1995-1998, foi iniciada a “cruzada” de elaboração de projetos e programas que conduziram o MJC à autodenominação de “museu educador”. A questão não leva a interpretar o posicionamento dessa gestão na constituição do processo de apropriação formativa e subjetiva dos alunos, em visita aos discursos, narrativas e representações do acervo.

MHN, além de atenderem às premissas de história adotada do IHGRGS. As coleções se aproximam do caminho da história narrativa, da ordem cronológica e de feitos voltados às ações de heróis, no masculino, sem controle crítico. A própria denominação das 29 coleções, dentre as quais destaco numismática, tesserologia, documentos, heráldica e outras, veio da interferência dos antiquários que as tinham como vestígios autênticos que confirmavam a veracidade dos acontecimentos dos documentos escritos, usados pelos historiadores.

A fetichização dos objetos e das temáticas expositivas em favor do prestígio social e econômico de sujeitos e agentes reverberou contrariamente no papel democratizante que o Museu se propôs desempenhar frente à ideia de cidadania. Apesar dos projetos se voltarem a “educação patrimonial” que se propõe deslocar o olhar do objeto para as pessoas, de fato só foi possível apurar a adoção de monitorias para o atendimento das escolas. De concreto, as visitas monitoradas desse período se diferenciaram das realizadas em gestões anteriores pela forma de condução dos grupos.

As monitorias organizavam os alunos por segmentos de níveis de ensino na itinerância expositiva e na disposição das exposições temporárias⁵⁸. As questões regionalistas e da identidade rio-grandense foram mantidas como proposta de “valorização da cultura local”. Para os historiadores, o MJC era considerado como “uma ferramenta no apoio ao trabalho didático desenvolvido pelos professores em sala de aula”. Muitos estudantes têm a oportunidade de, pela primeira vez, entrar em contato com itens da cultura material e documental do Estado” (ABREU, 2002)⁵⁹. O depoimento do historiador demonstra a importância do trabalho do Museu, que por sua vez, reforçava a transposição dos conteúdos escolares nas temáticas do acervo.

É preciso deixar explícito neste tópico de discussão a respeito das gestões do museu que cada uma delas processou seu estilo. Com ele, desenvolveu mudanças que alargaram ou não o entendimento das memórias e a construção de histórias museológicas do RS. Não faço uma divisão de papéis no trabalho de homens e mulheres. Busco mostrar que as mulheres trabalhadoras do museu precisam ter seu espaço de experiência lembrado e emergente, rompendo o discurso normativo e permanente que as coloca numa perspectiva construída de um tempo. Os ritmos de hoje são outros e há condições de múltiplas interpretações da experiência histórica das mulheres, agentes sociais concretas nas diversas temporalidades e ambientes da vida.

⁵⁸ O MJC possui as salas de exposição de longa duração com as temáticas indígena, Missionária, Farroupilha e sobre Julio de Castilhos. Nessa gestão houve forte investimento nas exposições temporárias como forma de revitalizar a relação de comunicação do MJC com a comunidade, na perspectiva de atender aumento de público e interiorização com mostras itinerantes, determinada pela SEDAC. Dentre as mostras temporárias e itinerantes destaco: “Leque, um acessório que atravessa o tempo”, “Arqueologia de Torres”, “Arquitetura Hebraica e Mediterrânea”, “Bento Gonçalves”, “Em nome do pai (imigrante italiano)”, “Museu Julio para o terceiro milênio”, “Aventura artística de um barão: Manoel de Araújo Porto Alegre, vida e obra”, e “Retratos de Casamento”.

⁵⁹ Entrevista do funcionário Arienei Azevedo de Abreu, Historiador, ao Jornal do Comércio, de 30/07/2002, Caderno Panorama. Acervo da Biblioteca do MJC.

A gestão Miriam Avruch renovou seu corpo técnico. Tomou medidas de rigor para dar ao museu condições essenciais ao seu trabalho. No entanto, o mergulho na produção de conhecimento, nas representações e na diversidade social e cultural do RS e do país não tiveram crescimento. O aperfeiçoamento das técnicas e das profissionais provocaram benefícios ao serviço técnico, reavaliando modelos e métodos empregados. Faltou interligar essas inovações com a documentação básica para o estudo e divulgação dos objetos nas coleções.

Com a sucessão da administração Miriam Avruch, recebeu posse Mariana Cassemimo Meira (1999-2002). Entre as duas administrações fica perceptível avaliar a mudança de paradigma de museu, e do uso dos objetos entre as gestões. Mariana era funcionária do museu desde 1994, gozando de boa relação com as e os colegas. Primeiro foi designada ao cargo de diretora interina. Pedro Vargas que havia sido selecionado pela SEDAC para a direção, se exonerou em favor de outro emprego, assumindo, neste caso, Mariana Meira em março de 1999.

A ascensão para a administração do Museu era cargo concorrido nos governos. A diretora Mariana, e sua sucessora Nara, foram empossadas diretoras dentro de um processo político democrático. A seleção feita entre colegas foi processo desencadeado pelos governos que assumiram respectivamente, na época. Situação diferente da antecessora Miriam, que foi indicada politicamente.

No caso de Mariana Meira, a escolha recaiu da nova proposta da SEDAC de estabelecer, pela cultura, uma construção coletiva e democrática de governo. Para tanto, precisava legitimar lideranças que fossem a favor deste projeto. A SEDAC via nessa conjuntura possibilidades de resultados que poderiam ser alcançados, justamente nas sociabilidades já reconhecidas da diretora com os funcionários.

O governo do Estado da gestão 1999-2002 foi alcançado pelo Partido dos Trabalhadores, com a eleição de Olívio Dutra. Mariana Cassemimo Meira era formada em Letras e gozava de boas relações institucionais, critérios pertinentes às necessidades da função. Fora experiente em negociação pela passagem nas políticas sindicais.

Ela ter sido sindicalista sugere haver discussão entre as funcionárias, colegas de serviço público, e de ambiente museológico, em questões que remetem ao universo do trabalho em seus pontos políticos. Todavia, as vivências não tiveram o mesmo alcance no acervo que manteve o mesmo procedimento de registro manual das fichas de entrada, identificação e catalogação, com pouco investimento em

pesquisas. O patrimônio musealizado recebeu foco como ferramenta de atendimento às escolas e em calendário de exposições temporárias voltadas para as crianças⁶⁰.

Para o governo estadual, o papel das instâncias culturais se posicionava em contribuir com o desenvolvimento social, pelo fortalecimento público de suas instituições. As apostas programáticas desse governo se fizeram destacar na diversidade cultural e nas manifestações das comunidades, na ideia de incluir socialmente os sujeitos desprovidos de acesso aos equipamentos culturais. Nesses propósitos, a SEDAC direcionou os empreendimentos das instituições culturais sob sua égide, caso do MJC, no compromisso de circulação dos bens culturais para a maioria da população.

A preocupação da gestão foi demonstrada com ações voltadas para a multiplicidade da população, diferentemente do modo como a antecessora realizou. No caso, a gestão 1995-1998 pretendeu um museu elitizado para poucos informados, cujas ações de memória e história eram abordadas de forma simplista e distante dos problemas pelos quais elas perpassam. O passado representado pelos objetos foi trabalhado com interesse de uso social, principalmente para firmar posição de relevância da elite em detrimento da diversidade social.

Com apoio na legislação de 1996, que implicava na adesão de discussões referentes à cultura africana no Brasil, além de contatos com movimentos de minorias sociais não representadas no Museu, a gestão Mariana Meira tomou como investida essas problematizações. Isso implicou na elaboração de programas museológicos que atendessem populações afastadas e inacessíveis do convívio com o museu e na construção de suas memórias no espaço museológico.

A organização do Museu em exposições temporárias e Projetos de “educação patrimonial” tiveram em vista acolher a esses temas e públicos. O projeto “Museu e Escola” (1999-2002) buscou “atender a comunidade escolar visando uma maior integração entre o trabalho do museu em suas exposições, e o trabalho desenvolvido em sala de aula” (Pasta 241- arquivo RT1).

Num artigo de 2005, Eloisa Capovilla discorreu a respeito de um documento datado de 1999 que, produzido por um Conselho Consultivo do qual a autora participou, seria desenvolvida uma política de aquisição para o MJC. Não encontrei tal fonte nos arquivos investigados. Contudo, segundo a articulista, o referido

⁶⁰ Relatório do projeto de Educação Patrimonial.

instrumento da gestão 1999-2002 reafirmava a ação do museu no caráter regional dos testemunhos materiais. A tal ponto que veio a se desenvolver um projeto de “mostrar objetos regionais às pessoas com deficiência, a fim de proporcionar a este público maior integração social e diminuição dos preconceitos” (Projeto Monitoria pasta 241- arquivo RT1).

A questão que se destaca é a falta de uma revisão do contexto apresentado sobre a história regional e brasileira. As realizações não passaram pela ressignificação dos objetos em seu processo seletivo de entrada no museu. A história representada e narrada passou a incluir públicos antes invisibilizados, mas numa compreensão fora da construção das memórias daqueles grupos. Para Francisco Regis Ramos (2010), a história não tem que fazer papel de preservar essas memórias, mas refletir sobre elas, configurando-as em relação ao presente. A memória, como Paul Ricoeur (2007) nos oferece, representa alguma coisa que já foi colocada no passado. É ela quem nos faz reconhecer que de fato houve aquela situação, ocasião, acontecimento. Portanto, o autor nos faz lembrar que a memória é a marca do que já foi (ou ainda é), fazendo o seu relacionamento com a história. Por fim, Ricoeur define que “O esquecimento é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica” (2007, p. 300).

Analizando os objetos que compuseram a lista de escolhas para as atividades, identifiquei que o critério regional das peças era apenas representativo das lidas do campo, do olhar tradicionalista formal de vangloriar o território por cenários agropecuários e militaristas, e domínio de relações de poder na visão hegemônica da elite. Os objetos como botas, esporas, relhos, montarias, cuias, armas, uniformes e distintivos, falavam em nome desse grupo. Nenhum objeto da coleção etnográfica que o museu dispõe veio compor o cenário expositivo, configurando um programa identitário e político.

Na época em que se deu a gestão Mariana Meira se descontinava no RS o andamento das bases da Política Nacional de Museus. O documento foi deflagrado no Fórum Estadual de Museus (2002) que resultou na Carta de Rio Grande⁶¹. Tais

⁶¹ Documento publicado no Relatório de Gestão do Sistema Estadual de Museus/RS. Estado da Participação Popular. Período de 1999 a 2002, p. 14. A Carta de Rio Grande foi um documento produzido no encerramento do 8º Fórum Nacional de Museus, em 2002, na cidade de Rio Grande, RS. Seus termos propuseram implementar uma política nacional não existente até o momento, de preservação do patrimônio cultural, promovendo as diversas identidades culturais existentes no país por meio do patrimônio cultural e museológico. A Carta dispôs a entrega aos candidatos a governador dos estados e aos candidatos à presidência, prestes a eleição de 2003, atenção a necessidade de

demandas do setor museológico alavancaram um despertar para as práticas e representações do MJC, haja vista que incentivaram o revisitado dos usos do acervo com a preocupação de incluir as minorias distanciadas das narrativas (ver os projetos de Educação Patrimonial). Como a próxima gestão substituta de 2003-2006 foi formada pelos mesmos intelectuais mediadores, a continuidade de suas ações em prol daquele projeto e sua imersão no museu colheram frutos desse delineamento do campo museológico. Como exemplo cito a preocupação com a informatização, a recuperação da casa e instalação do museu no programa Monumenta.

O lugar do museu na relação com as escolas centralizou as atenções das intelectuais mediadoras. Fazer relações, enfrentar conexões e reestabelecer ligação do presente com o passado seriam as aplicações da história no museu. Contudo, as disputas por memórias são lutas que exigem competências que envolvem os próprios estudantes em suas visitas. As escolas não reconhecem o museu como espaço que produz o próprio conhecimento, revelado nos percursos expositivos. A Instituição, mesmo tentando, por múltiplas desmotivações não atingiu condições de mostrar as diversidades. E isso inclui as histórias das mulheres. Se de um lado foi realizada abertura dos propósitos sociais e de inclusão na gestão, de outro lado, houve contenção no que poderia ser transformador. A análise que pude fazer é a de que o quadro de ofertas aos estudantes sobre as questões da diversidade nas temáticas transversais articuladas nos projetos de “educação patrimonial”, não foi incorporado.

As temáticas expositivas se mantiveram pautadas no calendário oficial de comemorações. Dia do índio; Tiradentes; Dia do Soldado; 20 de setembro entre outras datas mobilizaram a integração de professores com o museu, para tratar de preparação proveitosa das visitas. Além do que, para além da materialidade intrínseca do objeto, o caráter informativo definido na documentação e pesquisa não evoluiu no período da gestão 1999-2002.

A terceira gestão de mulheres na administração do MJC se deu com a posse de Nara Machado Nunes (2003-2006). A escolha da professora universitária se deu

criar uma política para o setor museológico e de patrimônio cultural em níveis estaduais e federal, afirmado as identidades regionais, garantia do acesso público aos acervos, informatização dos museus, inclusão da Educação Patrimonial nos currículos escolares e o reconhecimento dos direitos das comunidades organizadas, entre outras orientações.

pela idade cronológica⁶². É de se estranhar o método, uma vez que não se relacionou com conhecimentos teóricos, metodológicos ou práticos a respeito do Museu. A equipe das intelectuais mediadoras nesse período potencializou o Museu como instrumento pedagógico, o “museu educador”. A coordenação dos trabalhos pelo olhar historiográfico e pedagógico da ex-colega Nara, absorveria as visitas escolares no desenrolar em torno do centenário do Museu, em janeiro de 2003.

A gestão Nara Nunes dedicou-se às comemorações dos 100 anos da Instituição. Os documentos técnicos e as correspondências expedidas e recebidas apresentaram que o Museu sofreu concorrência da efeméride dos 100 anos. A morte do patrono Julio de Castilhos teve maior repercussão nas instituições do Estado: Ministério Público, IHGRGS, Assembleia Legislativa e outros órgãos. Tais instituições fizeram eventos, publicaram obras e pesquisas encomendadas sobre o período político ditatorial do morto ilustre, aproximando a literatura da história. À instalação do MJC não recaiu nenhum destaque. A questão remete à incompreensão da relevância institucional do Museu na produção histórica e da memória do RS. Uma oportunidade extraviada da equipe técnica do Museu para dar valorização ao patrimônio e a importância do MJC como espaço de produção de conhecimento histórico.

Os 100 anos do Museu findou assinalado por notas na imprensa sobre uma exposição modesta de retrospectiva acanhada da formação do acervo pelo governo Castilhos. Apresentaram uma mostra temporária com armas, documentos, fardas, medalhas e moedas. Novamente, a apresentação dos artefatos remeteu à atividade política, intelectual e de masculinidade construída que reveste o acervo institucional. Tais objetos ligados à conotação masculina e dos personagens ilustres, como bem explicou Vânia Carvalho (2008). A repercussão do centenário a partir da exposição montada foi abaixo das expectativas, pois a temática política não foi significativa aos sujeitos do tempo presente. Porém, ocasionou um contratempo desafiador.

Aconteceu um roubo de duas peças dispostas em vitrine, arma e medalha. Um ‘teto de vidro’ na administração. A diretora Nara definiu o fechamento à visitação do Museu, até sanar os entraves da falha de segurança pela SEDAC. Permaneceu fechado até 2007. As atividades internas seguiram em funcionamento e, para o

⁶² Ata da reunião de escolha da indicação do diretor pelos funcionários, 04 de fevereiro de 2003.

contato com o público, o museu deu continuidade aos projetos de Educação Patrimonial com os professores municipais e estaduais.

O acontecimento mostrou que os órgãos superiores hierárquicos ao Museu, e a própria sociedade, não estiveram ocupados na esfera cultural que o museu possibilita. Ausentes, mesmo em tempo que se formulavam políticas públicas em favor dos museus, os investimentos mantiveram-se escassos. As visitas escolares foram consideradas como possibilidade de dar visibilidade e valor cultural para a instituição continuar a funcionar interna e externamente.

Interessante analisar que o Museu se propôs desenvolver ações de Educação Patrimonial sem, no entanto, seguir o método proposto e criado no Museu Imperial do RJ⁶³. Na proposta de educação patrimonial, o ensino é centrado nos objetos culturais e privilegia a relação da sociedade com a sua cultura pela ativação das memórias sociais e a promoção da apropriação de sua herança cultural pelas comunidades.

Trabalhar com Educação Patrimonial é levar o sujeito histórico a identificar-se e envolver-se afetivamente com o patrimônio construído, familiar e coletivo, através de vivências e experimentações na base da contemplação, reflexão e memorização. O acervo oferecido para o projeto, mesmo eclético e heterogêneo, não foi constituído pela comunidade, mas pela seletividade das intelectuais mediadoras e do órgão de tombamento estadual e federal. O que configurou restrições na compreensão do que hoje nos é disponibilizado como as distinções das histórias das mulheres.

A última consideração que as fontes evidenciaram da gestão 2003-2006 se deu no que era chamado, numa compreensão de história datada, como ‘fontes primárias’. Os objetos como fontes auxiliares do passado, foram classificados em temáticas que apontavam biografias de personagens históricos. Os acervos foram separados como referentes às histórias oficiais de Garibaldi, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca, Anita Garibaldi, Bento Gonçalves, Getúlio Vargas, Pinheiro

⁶³ A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” pelos objetos. Permite ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e das comunidades, e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. A metodologia é aplicada a partir da proposta de vivenciar a experiência concreta nos objetos, pela observação, análise e registro dos bens. (HORTA, GRUMBERG, 1999).

Machado, Julio de Castilhos e outros⁶⁴. A este respeito é preciso comentar que as intelectuais mediadoras - responsáveis pelo acervo, pesquisa histórica e ação educativa - faziam jornada dupla de trabalho. As historiadoras definiam a percepção de história no museu de história com as classificações arranjadas. Segundo a obra de referência sobre os intelectuais mediadores de Ângela Gomes e Patrícia Hansen, as autoras explicam que é comum os intelectuais acumularem funções em várias instituições afins, produzindo diferentes funções e produtos culturais (GOMES; HANSEN, 2016, p. 24). Além do mais, para as autoras, é compromisso dos intelectuais mediadores o vínculo com pesquisas.

Então, participar de duas instâncias reconhecidas pela produção historiográfica era uma forma das intelectuais mediadoras estarem envolvidas no campo historiográfico. Foi o caso de Liana Bach e Márcia Miranda, que desenvolviam atividades no IHGRGS, da diretora Nara Machado e da historiadora Naira Vasconcelos, como professoras universitárias. Talvez aí esteja uma oportunidade não aproveitada de abrir o fosso que é demonstrado entre a produção do conhecimento acadêmico e o produzido pelos museus. De qualquer forma, as intelectuais mediadoras que atuaram nas gestões entre 1995 e 2006 conciliaram suas faces acadêmicas e profissionais por meio do MJC.

A personalização dos objetos nas narrativas históricas teve uma ruptura pós troca de gestão. Em 2007, a condução da função e do trato com o acervo mudou⁶⁵.

⁶⁴ Documento sem número, classificado como arrolamento das coleções pela responsável pelo acervo, a historiadora Liana Martins.

⁶⁵ Gestão compartilhada por Luiz Capra na administração geral, e por mim, na gestão técnica. Dentre as novidades da gestão 2007-2010: criação da Reserva Técnica 2 para acondicionamento e guarda de acervos de materialidade orgânica (tecidos, fotos, couros, plumas, etc.); Tratamento informacional das coleções com reclassificação de identificação e referência dos objetos; arrolamento e inventário atualizado no Sistema Donato; Realocação dos objetos; fechamento do museu para novas aquisições; pesquisa de acervo; catalogação da biblioteca, só para citar algumas mudanças na gestão das coleções. No que se refere às exposições, foi dada prevalência às temporárias, cujos teores procuraram redimensionar os aspectos cognitivos, interativos e interpretativos voltados para a reflexão no processo de ensino-aprendizado. A ênfase foi para abordagem em que as coleções servissem à transformação social, motivando os visitantes a refletir permanências e mudanças sociais. A ideia era estabelecer relações entre as formulações históricas e os processos evidenciados na sociedade presente. Dentre elas, destaco: Conhecendo o acervo; 1808 a Corte portuguesa ainda está no Brasil; Diga X: retratos de família; Estados da Alma: a estética da dor; Ivo viu a uva: mudanças e permanências da educação republicana; Pedro II e a imagem de um Brasil ilustrado; A vez e a voz do cidadão: 20 anos da Constituição de 1988, entre outras 15 exposições planejadas e executadas. Houve lançamento de três livros e “uma romaria” de estudantes em visitas agendadas e espontâneas, além dos públicos visitantes. Ainda é possível mencionar duas publicações empreendidas no contexto: “O papel dos museus de história no mundo contemporâneo” e “O Museu Julio de Castilhos debatendo histórias”. Ambas colocaram em discussão as perspectivas presentes e futuras da produção do conhecimento na Instituição MJC. A outra produção foi o livro “Guerras dos

As operações museológicas até então desenvolvidas, foram questionadas e consideradas insuficientes perante a relevância institucional. Primeiro, porque o Museu fechado dava espaço para readequar antigos problemas de gerenciamento das coleções e do banco de dados. Segundo, em razão de que a interpretação do papel do historiador no museu não tinha a mesma interpretação entre os dois grupos. A equipe permanente foi sacudida pela noção da equipe contratada, de que o museu deveria estar a favor das demandas sociais e das condições marginais por identidade e representação.

As novas diretrizes da administração 2007-2010 no que concerne ao trabalho museológico e historiográfico provocaram impasses e resistências frente à autoridade de criar significados e atribuir sentidos aos objetos já conhecida. O museu reforça nesse episódio a característica de polemizar, de espaço de disputas e negociações, inclusive entre seus agentes. A situação chegou ao ponto de a equipe efetiva fazer pedido em conjunto na SEDAC, de transferência de instituição. Desde que foram concursadas, atuavam no Museu acreditando serem detentoras das chaves do museu e das posições interpretativas da história no trato com os acervos. A querela se deu com a reabertura da instituição pelo novo diretor, em 2007, e a divulgação de peças que dariam espaço a novas relações. As ações documentais de recursos limitados na produção de conhecimento foram questionadas, sendo os objetos referenciados pelos seus usos no presente. Principalmente nas relações externas da instituição, cujas parcerias serviam como termômetros de repercussão favorável creditada ao trabalho desenvolvido. Com base nisso, o primeiro grupo das intelectuais mediadoras percebeu no grupo novo uma ameaça do seu monopólio de tantos anos.

A gestão Capra/Andréa apostou numa renovação da função do Museu e na injeção de recursos por iniciativa público-privada⁶⁶. A sistematização da documentação museológica no banco de dados Donato foi uma meta a ser vencida, visto que se percebeu, com o uso dos registros, incongruências das histórias nos objetos. O alcance dessa problemática foi dado por discussões sobre interpretação

Gaúchos”, parceria com editoras e autores renomados que beberam nas fontes iconográficas e ilustrativas do acervo do museu.

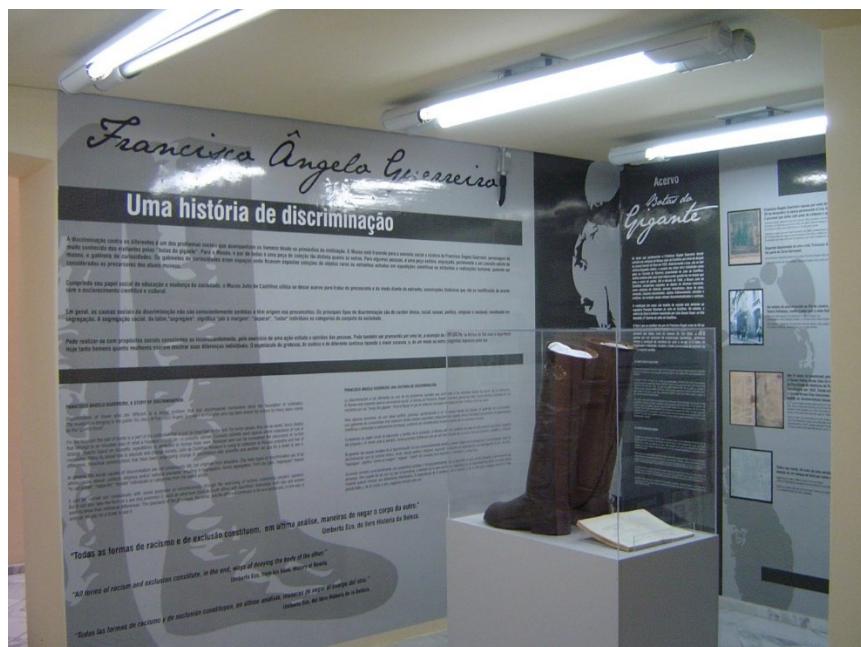
Fontes: Relatório de gestão 2007-2010 e Livro Diário do Acervo.

⁶⁶ Foram investidores a Companhia Estadual de Energia Elétrica, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a empresa GERDAU, a Fundação Ford, entre outros apoios de diferentes vultos.

dos objetos musealizados. Como exemplo, a utilização representativa da peça aurática do MJC, conhecida como “bota do gigante”⁶⁷.

O objeto não se enquadra como um semióforo, pois, ignora ligar o visível com o invisível, segundo a concepção de Pomiam (1977), mas foi alvo de discussões relevantes sobre o acervo. Na articulação discriminadora dada até então pelo MJC, o par de sapatos não fazia ligação com o presente. Simbolizava objeto de curiosidade e imaginação fantástica, frente ao problema da doença acromegálica de uma pessoa literalmente exposta aos massacres dos preconceitos sociais de sua época, mantidos atualmente.

Figura 7 - Sala História Institucional 2008-2011. Objeto destaque “Bota do Gigante”



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Outro exemplo da querela das equipes na abordagem histórica dos objetos se deu nas fichas de catalogação do sistema digital. A memória não recupera o passado perdido. É preciso narrar, relatar, interpretar a trama dos objetos em

⁶⁷ As botas do gigante podem ser classificadas como um fetiche. Foi mistificada na representação de um conto de fadas, sem dar a ver a possibilidade de uma pessoa as ter utilizado por necessidade dentro de um contexto temporal, espacial e social. Desprovido de alteridade frente à sua condição, o personagem era tratado como atração de circo. A gestão 2007-2010 retirou a peça de exposição permanente, para ações de conservação preventiva. No seu retorno, deu às botas lugar dentro do contexto da história institucional colecionista, eclética e heterogênea. Sobre o seu protagonista, traduziu novo signo, com abordagem histórica do objeto na vida e experiência da doença gigantismo, e as práticas de tratamento no passado e do presente. A mostra foi desarticulada em 2011, pela gestão substituta.

relação aos acontecimentos, sem que se perca a referência subjetiva. Por isso era necessário que se discutisse a constituição dos tombamentos, das incorporações, da compreensão de história e memória pelo Museu⁶⁸. E talvez aqui tenha sido o momento da ruptura. A noção de relação profunda entre o real, o objeto no contexto do museu apontou o Norte para as atividades, resultando na quebra do abismo entre o conhecimento apropriado pelo museu sobre história, memória e os tempos históricos manifestos nos objetos.

O Sistema Donato foi totalmente revisado⁶⁹. E fica a questão sobre a manutenção das representações das mulheres em suas experiências e vivências históricas a partir da visão masculina e do patriarcado sobre feminilidade. Os objetos continuaram a receber representações das histórias das mulheres, talvez pela força que Moscovici (2009) atribuiu às representações sociais, haja vista que elas traduzem a valorização que um grupo define sobre o coletivo. O aceite de novas incorporações foi cancelado. Era preciso reorganizar, revisar, readequar conteúdos, numerações, desdobramentos, corrigir dados, inserir informações, pesquisar. Dessa forma se justifica o baixo volume de incorporações naquele momento, como intento de preocupação com o crescimento desordenado das coleções, e também com o redirecionamento dos esforços da Instituição em considerar a extroversão das informações em um caminho mais próximo dos propósitos que a sociedade espera dos museus no tempo presente. Uma vez que o MJC não desenvolveu um plano diretor de gestão do acervo, essas decisões pontuais de direcionamento demonstram postura ética e de valorização do objeto como fonte e documento histórico. A respeito da pesquisa de acervo, é bom salientar a parceria com o Curso de Museologia da UFRGS. Foram contratadas estagiárias acadêmicas para

⁶⁸ Interessante destacar que a gestão 2007-2010 foi período do governo Yeda Crusius, em que a SEDAC foi alvo de variadas controvérsias, com trocas de gestores e secretários, passando por dificuldades administrativas. Desse modo, o MJC sem orçamento, por sua Associação de Amigos, buscou parcerias externas para consecução de suas atividades.

⁶⁹ No processamento urgente de cumprir os prazos determinados na prestação de contas do projeto Donato, as intelectuais mediadoras responsáveis pela aquisição e implantação do Sistema deixaram erros na sua composição. A revogação dos Livros de Registro (Tombo) do Museu e o abandono das fichas catalográficas originais do acervo se destacam nesse equívoco. As historiadoras do momento que implantaram o banco de dados e coordenaram os registros do acervo acreditaram na eternidade das informações registradas nas tabelas do sistema. Nesse itinerário não perceberam que o conhecimento histórico é mutável e dinâmico, reformulando a visão de uma parcela de elite que entendia o museu como forma de civilizar ou modernizar a sociedade, em especial as crianças em etapas escolares.

desenvolverem revisão de dados e apontar desvios na documentação do Donato e das informações pertinentes.

A autocritica devida para este testemunho de participação na gestão 2007-2010, e, fundamentada nos registros do Relatório de Gestão e do Livro Diário, correspondências expedidas e recebidas, se dá na questão tema desta tese: as representações e narrativas das histórias das mulheres pelos objetos. As abordagens desenvolvidas em ações educativas e exposições temporárias sobre negros, indígenas, pobres, mulheres e imigrantes, foram superficiais. Houve ações que pretendiam destacar a presença feminina na história do RS, mas foram insuficientes em conteúdo e reflexão diante da complexidade dos problemas.

As histórias das mulheres ficaram ocultadas em todas as gestões chefiadas por mulheres (e homens). Não nos preocupamos com os traços perdidos e os impactos provocados em conhecimento, representações e narrativas, dessa trajetória do gênero. Além do mais, o forte componente regionalista com que o MJC se apresentava era mais uma fronteira a ser rescindida, e para mais esse enfrentamento, não tivemos impulso. É fato que, agentes e sujeitos da história, fomos mulheres do nosso tempo, e nossas próprias experiências não asseguraram abordagens de nossas próprias construções, nem as de outras mulheres.

3.3 DOADORAS: A OUTRA FACE DAS INTELECTUAIS MEDIADORAS

Neste tópico analiso a categoria das doadoras dos acervos incorporados entre 1995-2010. Essas também podem ser inseridas como intelectuais mediadoras, segundo Gomes e Hansen (2006) porque também empreenderam mediações culturais. Suas ações de desprendimento dos bens simbólicos particulares, intencionavam uma interlocução de memória e história no ambiente de um museu público, a fim de criarem representações de seus papéis sociais.

Entre 1995-2010, 75 mulheres fizeram doações ao MJC. Senhoras participantes da vida social porto alegrense e rio-grandense, da elite e classe média, parte delas tinham sobrenome ligado a algum personagem que a história oficial do Estado decidiu destacar. Seu ato voluntário de entrega de bens, inseria valores e significados de um grupo social reconhecido e consolidado nas representações das memórias. O interesse era reconstruir seu lugar nas relações de poder e distinção

do masculino que servia como objeto de celebração. De certo modo, as doadoras pensavam num individualismo cheio de conformidade da sua condição subalterna.

As doadoras foram agentes que contribuíram com concessões do próprio patrimônio, perdido de sentidos e valor de uso para si e para as famílias. Para elas, o passado era mais interessante que o presente. A faixa etária, a condição de esposa, mãe, filha ou outra relação de parentesco e função social as deixava fora da hierarquia de poder, mas não da necessidade de auto representação. Os objetos doados sobre si, eram provas materiais de sua historicidade e *status*.

Segundo apontou Joan Scott (1990) as relações de poder são maneiras de dar significado na forma como mulheres (e homens), podem se apresentar nas organizações, incluindo promoção profissional e a ocupação aos cargos de comando. As doadoras e o tipo de objetos cedidos não tinham intuito de explicar presente e passado. Para essas mulheres, os acervos eram símbolos de projeção de uma representação de lembranças.

Do volume total das incorporações entre 1995-2010, 1/3 foram aquisições ofertadas por mulheres com peças de variedades diversas⁷⁰. Algumas dessas doadoras repetiram o gesto, recorrendo a doar objetos em diferentes gestões que atravessaram a instituição. Por qual motivo o fizeram?

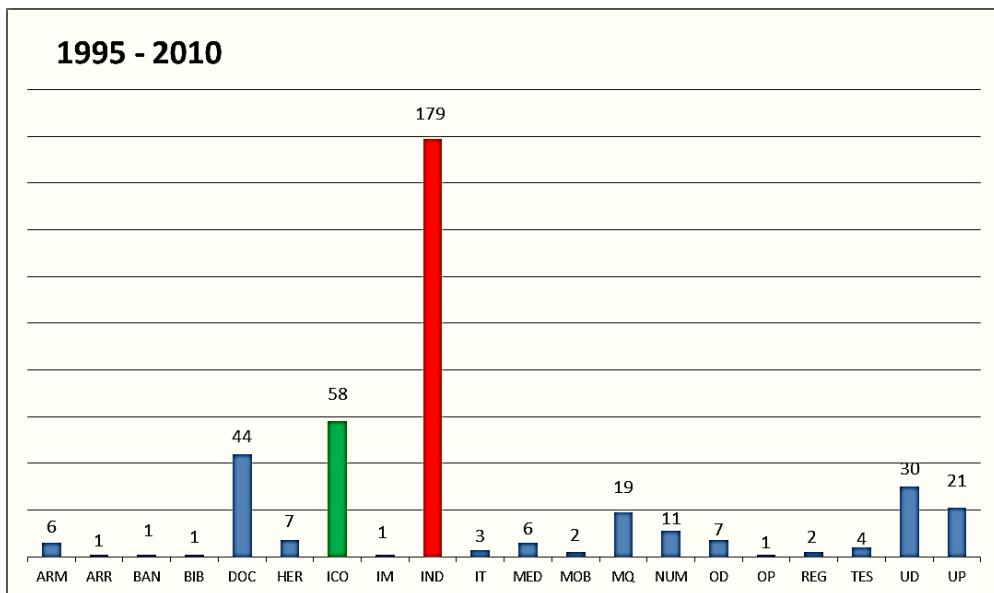
As representações dos acervos estiveram relacionadas com os objetos da elite branca, escolarizada, urbana e de origem regional. Esses acervos prendiam a história com a memória biográfica das doadoras. Os recortes da periodicidade e da materialidade dos objetos travavam significados para as lembranças de situações experimentadas. Para terem um sentido, precisavam estar contidos nas referências do grupo social ao qual elas pertenceram, e naquela percepção, o Museu cumpria essa atmosfera.

Nem todos os registros memorialísticos de experiências vividas são reais, verdadeiros. Os objetos como fontes não poderiam ser analisados como correspondentes, se não pelas representações que foram incumbidos. E nessas representações havia muita falta de espontaneidade, de transparência, ao mesmo tempo que indicavam muito a confidenciar. Cabia ao museu, as intelectuais mediadoras, revelarem o escondido. As representações, de acordo com a teoria, expressam um processo que possibilita um intercâmbio, uma tradução de

⁷⁰ Também foram adquiridas peças por compra e legado, não contabilizadas, pois o interesse da pesquisa se deu pelas doações, especialmente feitas por mulheres.

significados que cria associações. Ao entregar seus objetos de memória, as doadoras constituíram uma série de representações nas quais elas estiveram organizadas. Representações do seu estilo pessoal de classe, de etnia, de raça, de faixa etária, de religiosidade. A evocação desses objetos pelo museu presentificam os aspectos das representações.

Gráfico 2 - Quantitativo de doações por coleção⁷¹



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Sistema Donato 3.0

Ao observar os dados do Gráfico nº 2 percebe-se que os objetos com maior volume de doações entre os anos 1995-2010 são classificados nas coleções de **Indumentária** (179 peças), seguido de **Iconografia** (58 peças) e os 44 exemplares de **Documentos**. Cabe explicar que no próximo capítulo faço uma análise detalhada a respeito dessas incorporações e suas correspondências de gênero. Neste momento, apresento as leituras relativas às problematizações das mediações das doadoras com a memória e a história. Ou seja, a questão da ação de transferência das três coleções acima expressas.

⁷¹ Legenda do quadro: ARM (Armamento); ARR (Arreamento); BAN (Bandeiras); BIB (Bibliografia); DOC (Documentos); HER (Heráldica); ICO (Iconografia); IM (Instrumentos musicais); IND (Indumentária); IT (Instrumentos de trabalho); MED (Medalhas); MOB (Mobiliário); MQ (Máquinas); NUM (Numismática); OD (Objetos domésticos); OP (Objetos pessoais); REG (Regionalismo); TES (Tesserologia); UD (Utilidades domésticas); UP (Uso pessoal).

As indumentárias doadas foram compostas por diversas peças de vestir, mas segmentei meu interesse naquelas relacionadas às representações sociais e culturais atribuídas às mulheres, como: sapatos, bolsas, vestidos, calças, ternos, saias e outras roupas e acessórios. Considerando que esta é uma tese que aborda as representações das histórias das mulheres no acervo do Museu, esses objetos serviram como pontos de referências que ainda orientam a vida atual. A história do tempo presente se ocupa mais do sentido ressignificado do passado ressonante, do que do período de tempo em que se situa. A História do Tempo Presente se propõe analisar a transitoriedade dos postulados que se agarram em pretensas verdades endurecidas, mas que as dimensões coincidentes dos tempos que se ajustam, as colocam em sobreposições. A corrente demarca a história em suas ondulações, em situações que os historiadores misturaram as temporalidades, delegando a ele a possibilidade da multiplicidade de fontes e de lugares.

Dentre as experiências, decorrentes do passado e que ainda estão latentes no presente, as indumentárias preservadas no MJC podem dizer muito a respeito dos significados construídos sobre homens e mulheres em suas identidades. Principalmente porque agem nas subjetividades de crianças e jovens, grupos preferenciais nos públicos do Museu. As representações contidas nesses objetos povoam as consciências, as identidades em formação, refletindo na visão de si mesmo desses visitantes, possibilitando tornarem-se reflexão das diferenças pessoais e culturais.

A primeira preocupação institucional com relação a incorporação de objetos doados de particulares é com as diretrizes orientadoras do acervo. Já é sabido que o MJC possui 3 linhas temáticas: modo de vida, relações sociais de produção e história política do Rio Grande do Sul, e que há uma elasticidade nas práticas de aquisição pela privação de sistematização. De modo que requer atenção nas seleções de peças que deram entrada nas coleções.

A princípio o MJC não desenvolveu formalmente uma política de aquisição e descarte de seus objetos, de modo que os critérios não estão explícitos nem mesmo nas atas da transitória Comissão de Acervo. Essa situação favorecia as entradas aleatórias de objetos a partir de doações formalizadas documentalmente, a partir do critério temporal e factual dos objetos na interpretação das doadoras. Ou ainda, as entregas favorecidas das relações sociais das diretoras, como o caso de uma xícara

de chá “pertencente ao Czar da Rússia”, doada pela senhora LG, contumaz nas doações.

A segunda responsabilidade das intelectuais mediadoras no aceite de objetos se dá com a documentação a ser gerada no processo de musealização. Tornar público o documento privado requer a compreensão sobre a transparência, a veracidade dos dados, intencionalidades e subjetividades que a pessoa que entrega o artefato possuiu. É de extrema relevância, pois estabelece direitos administrativos de posse do objeto pelo museu.

Além do mais, os objetos possuem biografias (MENESES, 1997). A trajetória testemunhada ou percorrida atribui ao objeto o valor de documento histórico, oferecendo informação e conhecimento histórico. O registro que faz na documentação museológica sobre o artefato de informação histórica, é composto de termos e registros que deveriam estar arquivados na instituição. A documentação museológica e seus instrumentos é atribuição de museólogos,⁷² inexistentes no quadro técnico do MJC. E, no que se refere à questão da função dos (das) historiadores (as) no Museu, é ele quem tem o “ósculo metodológico de resgate da Bela Adormecida de seu sono programático” (MENESES, 1997, p. 05).

Depois de musealizados, os vestidos, sapatos, chapéus, roupas íntimas, etc. passam a ser ligados a fatores socioculturais. São muitos os conflitos envolvidos no não tão simples ato de cobrir o corpo. Tem envolvimento com valores éticos e morais, políticos, econômicos e culturais dos quais somos partícipes como sujeitos e agentes, invariavelmente. Para além disso, essas seleções elaboram exclusões de pessoas cujas condições de vida e identificação condicionam-se a margem daquelas escolhas.

A medida do possível, as doadoras de indumentárias e iconografias (fotos e imagens) empreendem o que Clóvis Britto (2016) chamou como “batalha de memórias”. Para o pesquisador a produção de sentidos oscilantes entre a vontade de perpetuar e o intuito de silenciar sujeitos, configura desavenças. O mesmo processo se dá com a perpetuação da coleção de documentos, representada por cartas, títulos, diplomas. Os documentos representam a sobrevivência pela escrita de si e do outro, como exemplos táticos de autopreservação frente a efemeridade da vida. Nessas transações, havia por parte das doadoras um interesse biográfico de si,

⁷² Lei nº 7.284/1984, que regulamenta a profissão de museólogo e estabelece seu desempenho de atividades.

ou de perenizar a família-grupo à qual pertenciam. O objeto doado, alerta Meneses (1997, p. 06), retém atributos pessoais do doador, em que como forma de interação, se define a própria identidade pessoal.

Por outro lado, é possível refletir que o entendimento das doadoras a respeito da instituição museu estivesse focado no desempenho da função preservacionista, de guardar o passado, para compreensão de uma expectativa de futuro que elas próprias não tinham convicção. Na sua maior parte, as doadoras eram senhoras idosas, na consciência da finitude e da dificuldade de lograr valores negados no presente pelos seus familiares, para os quais aqueles objetos não faziam mais sentido, sendo, portanto, descartáveis no Museu.

Nessa linha de pensamento, a ressignificação do objeto doado configurava a entrada na “posteridade”. Para si e para os (as) personagens considerados consagrados da história oficial do Estado, que o Museu se fez depositário. A este respeito, a obra “A consagração do imortal” (1996), de Regina Abreu, comenta que a principal característica dos objetos retirados dos círculos familiares para doações aos museus se dá pela percepção da antiguidade percorrida na história familiar. A autora exemplifica o caso na doação da coleção Miguel Calmon, ao MHN, por sua esposa que estabeleceu uma série de exigências frente ao uso da historicidade dos objetos.

Vários objetos doados denotam a riqueza e o prestígio dos personagens envolvidos, objetivos perseguidos para evocação nas instituições históricas como o MJC. Somente na percepção desses valores percebidos pelos agentes pode colocar e fornecer uma perspectiva crítica sobre esses objetos. Mas que os historiadores não souberam extrair, além de proteger e conservar o seu olhar do campo.

Verifico que as doações se estabeleceram na perspectiva de criação de documentos que apresentem ações distintas dos usuários do objeto, mostrando que, ao mesmo tempo em que perdem o uso para o qual foram criados, receberam dupla função do testemunho. As doadoras do MJC, segundo o preenchimento dos dados nos termos de doação, eram mulheres adultas, da classe média urbana e casadas, empenhadas na legitimação de maridos e pais, buscando conforto da presença na ausência.

Os objetos que elas ofertaram ao MJC diziam respeito às conquistas políticas, econômicas e sociais deles e de seus assuntos, nos quais suas experiências como filhas, mães, esposas, noras ou sobrinhas⁷³ se faziam como guardiãs de um legado.

Roupas e seus desdobramentos, documentos e fotografias são objetos materiais que definem aspectos de tradição, do comportamento e dos costumes herdados. Essa tradição vem a ser conservadora, no sentido de o presente repetir o passado, numa sobrevivência frente as ameaças do desconhecido que urge deslocando a dialética do lembrar e esquecer. É possível ligar essa noção ao reaparecimento das tradições. A materialidade composta no objeto é forma de manter viva na sociedade a identidade condenada a desaparecer. A narrativa museológica opera nesse sentido. A problemática que se apresenta é que nas reelaborações dos objetos no processo de musealização, eles não foram mobilizados para assumirem o reconhecimento de presença das histórias das mulheres que o circundaram. O museu não assumiu a construção de efeito da ressonância dessas peças ao olhar dos públicos, nem nas próprias representações de suas doadoras e receptoras (funcionárias). As revelações das experiências das mulheres ficaram nas memórias das doadoras, haja vista que não foram transcritas para a documentação e, consequentemente, não tornaram presentes essas impressões de memória para a composição de história.

Existiu uma interdependência entre as ações das intelectuais mediadoras do MJC com as doadoras. Agiam em parceria de aceite e entrega, num entrelaçamento do político (Museu) com o social (doadoras), com fins de produção da memória social. O que as unia era justamente a mediação, a possibilidade de modificar os significados históricos no meio do objeto. O que as afastava pode ser visto também na perspectiva da mediação, desta vez, pelo uso dado ao objeto na produção narrativa. O Museu, no ato de musealizar peças, cria concepções classificatórias, de catalogação e de comunicação. É uma ação que permite criação e ressignificação, não impunemente.

Identifiquei uma senhora que denominarei de LG para resguardar a confidencialidade da documentação museológica. Seu caso mostra a centralidade do problema da dissociação das peças atinentes às associações entre as doadoras e as intelectuais mediadoras. LG fez recorrentemente doações ao acervo do MJC. A

⁷³ Graus de parentesco pertinentes às doadoras de acordo com as fichas de entrada e ou termos de doação.

primeira delas aconteceu em 1997, numa “campanha” desenvolvida pela diretora Miriam Avruch. Naquele episódio, LG entregou ao Museu roupas femininas de festa, coquetel e baile, além de uma xícara pretensamente atribuída ao “Czar da Rússia”. As peças apontam várias possibilidades interpretativas se vinculadas aos eventos sociais. Indicavam distinção social e econômica do círculo da doadora e da diretora, que aceitou as peças numa “recolha passiva” (NEDEL, 1999), sem análise da Comissão de Acervo⁷⁴.

A situação não foi aceita sem retaliação da equipe, mas o aspecto hierárquico e conservador da gestora não acatou o pedido de inadequação dos objetos ao escopo do Museu. A proposta das intelectuais mediadoras foram as peças servirem como meios expositivos de interação com públicos, com necessidades especiais, o que não se configurou. Foram incorporados ao acervo e ainda lá permanecem.

Uma situação cada vez mais recorrente nos museus⁷⁵, mas que reflete a problematização das doações pontuadas em intenções nostálgicas da memória individual, é o caso de 2001, em que LG solicitou a retomada de posse de alguns dos objetos doados. Uma medalha de “virtude” militar, uma medalha da Guerra do Paraguai, uma medalha “geral do valor e constância do Governo Argentino”, uma medalha de Bravura Militar, um pedaço da bandeira da “Guerra do Paraguai” foram as “relíquias” herdadas do bisavô, oficial militar Salvador Gomes da Paixão. A doadora alegou motivos sentimentais para a repatriação dos bens, pois estariam “melhor aproveitados” se doados para outra instituição de temática exclusivamente militar, o Museu Militar do Comando Militar do Sul.

O episódio mostra o interesse autobiográfico da doadora LG e biográfico do MJC. Sobretudo, no caso do museu, em dar seguimento à composição de determinados objetos como armas, troféus, medalhas e honrarias, como vinculados aos homens (CARVALHO, 2008). Também traduz o predomínio sobre a representação hierarquizada da excepcionalidade do desempenho dos atos masculinos, comprobatórios de desempenho apropriados ao gênero, nessa percepção. Além do mais, aponta as noções de história da doadora, ligada a

⁷⁴ Não encontrei dados a respeito das reuniões da Comissão. As referências obtidas são a partir do Livro Diário.

⁷⁵ A discussão é bastante rica na tese de doutorado defendida no PPGH/ UFSC por Karine Lima da Costa em 2019, que tratou sobre a questão da repatriação como um caminho para a descolonização dos museus. O tema da devolução de bens musealizados é uma discussão em voga no campo dos museus, tendo sido tratada por instâncias reguladoras como IBRAM e o ICOM.

eventos oficiais da história político-militar brasileira, que dava prestígio aos homens em suas performances políticas, profissionais e sociais.

O desconforto da doadora com a pretensa “pouca valorização” dos bens pelo MJC é compreensível quando verifica-se a coleta de dados sobre os objetos no ato de incorporação. As funcionárias que fizeram a musealização das peças, ao produzir a recodificação de seus significados, recobriram insuficientemente os dados de pertencimento dos objetos, o repertório de referenciais que exibiam poder, riqueza e nobreza ao personagem masculino. A materialidade das peças compostas na coleção heráldica são elementos de distinção, que estabelecem uma dissimulação de realidade, uma ficção, mas que traduzem um suporte e uma linguagem que coloca a proprietária, doadora, em contato com símbolos de poder a serem exibidos, artificialmente. Quando Paul Ricoeur (1994) escreveu a respeito do tempo e da narrativa, afirmou que na construção biográfica há à vontade, digo eu, por parte da doadora, de se perceber na interação do mundo. E neste caso, essa interação a partir de um modelo que era masculino.

O passado não pode ser retido. Não há “resgate” e nem condições de reestabelecer o que exatamente ocorreu. O passado é sempre uma representação. De modo que o episódio da doadora LG mostra uma história nostálgica, ressurgida da memória contraposta a própria memória individual. A verdade que ela buscou não aconteceu, a não ser pelas representações que ela própria estabeleceu e o museu em seus registros autorizados e não pesquisados, não valorizou.

Analisei a ação agenciadora das funcionárias, gestoras, estagiárias e doadoras, a quem atribuí a característica de intelectuais mediadoras. Em suas ocupações, intencionalidades e subjetividades, produziram mediação simbólica de valores e construções ordenadoras sobre os objetos do acervo do Museu. Essa lógica que passa do individual ao coletivo, impediu as intelectuais mediadoras, embora tivessem oportunidades, de renovarem ares na produção de sentidos e representações sobre o processo de musealização em favor da construção de narrativas que abordassem paridade no fazer histórico de mulheres e homens. Quero dizer que, como intelectuais mediadoras entre os objetos, o seu presente e a realidade circundante, essas mulheres em suas representações de história e memória não romperam a perspectiva do androcentrismo. Tendo o museu como instrumento de trabalho, produção cultural e educação, as intelectuais mediadoras

continuaram a disponibilizar os artefatos musealizados em favor da construção de um olhar de masculinidade.

As fontes me possibilitaram criar uma trajetória das atitudes, discursos e produções narrativas de história e memória. No entanto, mostraram que a própria representação social como gênero, esteve subsumida e distorcida. Se não pelas relações sociais e de poder, pelo desafio do olhar histórico. As intelectuais mediadoras foram responsáveis pela composição operacional dos objetos na incorporação no museu, e na divulgação destes aos públicos. E isso conferiu a elas um papel político e cultural. E, portanto, cada ação documental, de registro e pesquisa esteve imbricada na produção de representações que não incluiu a presença de mulheres. Vale lembrar que a História do Tempo Presente se ancora nas diferentes estruturas de tempo que se sobrepõem, mas também podem se intercalar. Depende de como os testemunhos trabalham com os significados que lhes são impostos. Esse capítulo mostrou a marcação do presente pelo passado, o passado que não passa. Ressonância que permitiu pensar como a luta para reformulação dessa dimensão necessita da coesão para fluir reflexões de mudança nas construções da memória.

No próximo capítulo desenvolvo a investigação a respeito das coleções e objetos. Objetivo a perspectiva de compreendê-los como motivações de múltiplas utilizações que se iniciam nas atividades de entrada e registro dessas informações.

4 MUSEALIZAÇÃO: CRIAÇÕES E CONTRASTES NO REGISTRO DO ACERVO (1995-2010)

Este capítulo explora dados que se referem à constituição dos objetos musealizados a partir do Sistema Donato, banco de dados que comporta os registros documentais do museu, no período 1995-2010. Averigua as construções que o MJC considerou como referência às mulheres, fazendo dos registros representações.

4.1 O PROBLEMA QUE CERCA A PESQUISA: OPERABILIDADE DO DONATO

A respeito da categoria mulher é necessário algum apontamento. O substantivo não é singular. Inexiste unicidade dentre as mulheres, os perfis são múltiplos. Cada uma vive dentro de seu próprio universo, do seu barulho ou silêncio, com suas vivências e esperanças. As mulheres distanciam-se em sexualidades e nas diversidades étnico-raciais, enquanto em muitas, várias dessas categorias se cruzam acessando para a discussão da necessidade de articular as várias faces das mulheres, chamando a interseccionalidade.

Por meio da fundamentação interseccional se apreende a realidade e as representações fora de conceitos isolados, analisando-as de forma relacional. As mulheres brancas têm representação reconhecidamente diferente das mulheres negras. No caso do MJC, veremos que essas diferenças são evidenciadas em algumas marcas e outras ignoradas.

Ao levantar o termo mulher no filtro de temas do Sistema Donato, a categoria mulher está condicionada ao seu equivalente “feminino”. Os registros apresentam que mulher é uma expressão natural, todas são iguais, passam pelas mesmas condições, a partir da homogeneidade característica da biologia. Uma percepção inalterada dos registros e de quem os construiu, haja vista que um banco de dados é alimentado por pessoas. Estabelecendo o contato com o capítulo anterior, a categoria mulheres é fixa na escrita documental museológica e historiográfica recaída nos objetos do acervo.

O Museu não interpretou mulheres como parte de uma construção social. Os objetos referentes à categoria mulher são genuinamente vinculados ao gênero feminino. Para a Instituição MJC, mulheres e feminino são caracteres equivalentes

de uma identidade sexual e de uma essência inalterada. É deste ponto que comprehendo o retardo da ocupação das histórias das mulheres nos objetos. O que está registrado nas fichas catalográficas das peças das 29 coleções do museu invariavelmente sequer atinge as discussões da chamada condição feminina, um ponto que contrasta as experiências das mulheres com as dos homens.

A compreensão descrita é oriunda da burguesia urbana. Pelo seu controle dos meios sociais, a classe definiu fixamente o uso e o domínio de determinadas condições de comportamento, reforçadas nas práticas sociais, como representativos de gênero. Basta atentar para o conjunto do acervo do Museu recebido como doação, objetos que demonstram as faces comportamentais e ideológicas do ideal burguês da primeira metade do século XX (Figura 8).

A peça destacada a seguir: um bule de chá, cujo título da peça é “bule feminino”, segundo descrição no banco de dados é atribuída a mulher pelo fato da imagem decorativa. Os elementos simbólicos e estéticos do bule apresentam douramentos, ornamentos e uma figura de mulher, o tornaram “feminino”. Sobre essa construção, Vania Carvalho (2008, p. 247) explica que o embelezamento de utensílios, particularidade burguesa, estava associado à estratégia de valorizar o trabalho doméstico, manter o interesse da mulher nas atividades domésticas, haja vista que criadas e servitais já não estavam tão disponíveis e abundantes, sendo as próprias a arcarem com esses afazeres. As representações sociais que Moscovici (2009) me referenciou, neste caso, são praticamente tangíveis. Estão cristalizadas no universo das relações e identidades das mulheres, compondo um *status* de realidade e significação delas.

Utilizo a peça bule de chá para exemplificar a diferença que uma boa documentação museológica com pesquisa histórica faz em relação à representação e à narrativa das histórias das mulheres. O chá pode ser utilizado como medicamento alternativo, natural, tradicionalmente envolvido no processo de cura oriundo da sabedoria empírica. Remédio apropriado pelas mulheres como paliativo de cura de alguns percalços da saúde. Especialmente, em mulheres de classes desfavorecidas cujo acesso a medicamentos farmacêuticos pode ser dificultoso. O bule pode ser levado à questão econômica, da economia doméstica, e à gestão da casa. Por outro lado, para Tania Lima (1997), o chá é uma experiência da sociabilidade feminina em que as mulheres podem utilizar seus aparelhos como demonstração de *status*, requinte, asseio. O bule, quase sempre recebido em

conjunto com outras peças, é presente para enxoval em função do casamento, descrevendo um ritual, tradição e valores. O chá servido no bule se prolongaria na marcação elitista do seu uso, em que as mulheres demonstram sua classe social e condição financeira pelo modo de convidar, receber, frequentar, passear, ou participar de um ceremonial aplicado de regras de etiqueta, que eram atribuídas à correspondência de gênero e de classe.

Figura 8 - Bule feminino

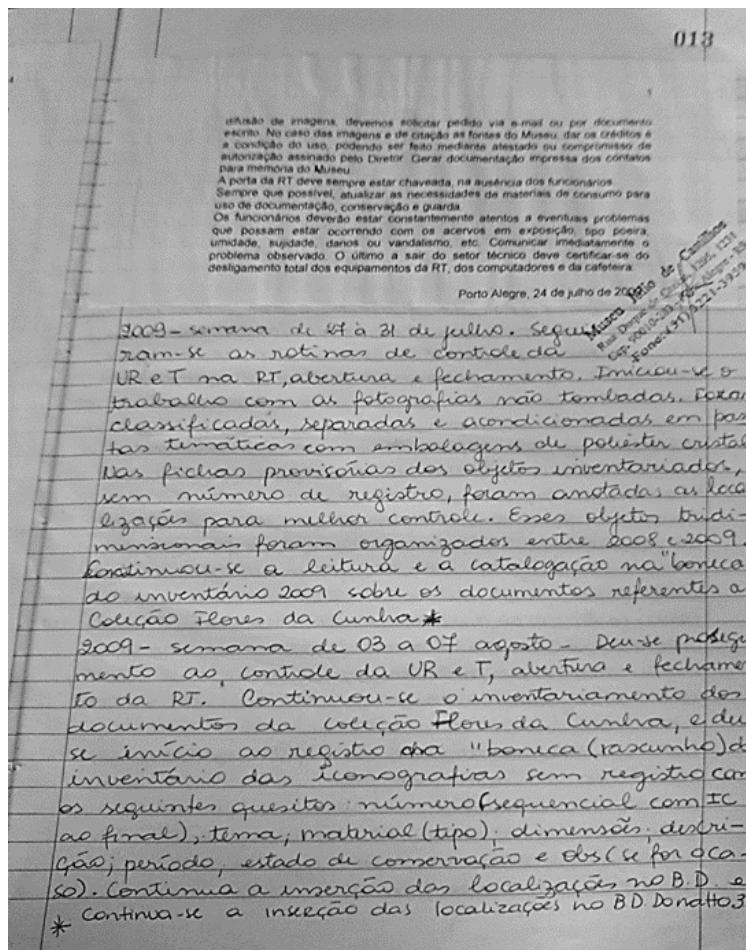


Fonte: Adaptado da ficha de identificação da peça do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Utilidades Domésticas (UD)

As muitas faces das mulheres mudam de acordo com a realidade em que se traduzem. Não há uma natureza feminina. O aspecto simbólico conduz e generaliza a definição. Articulados à historicidade do mundo e representados nos objetos da Instituição, a tensão biológica e hierárquica se apresenta nos registros do sistema documental e é retransmitida, se deslocando do que vem sendo compreendido na sociedade. Para compreender essas relações, recorro novamente, às análises das fichas do banco de dados do Sistema Donato e do Livro Diário do Acervo. Os registros ali informados validam a imposição do que é ser mulher nos padrões tradicionais, no qual o homem permanece adjetivado como centro da sociedade. Não só objetifica a mulher, como a limita ao espaço doméstico em oposição ao homem, mas também reproduz como padrão a imagem da mulher branca e de elite. É preciso chamar atenção aqui para os marcadores de classe e raça também, e não só de gênero.

Como fontes, o Sistema Donato e o Livro Diário, em figura abaixo, foram instrumentos preciosos de recuperação das informações do funcionamento diário das intelectuais mediadoras com o acervo. O Sistema Donato disponibilizou dados registrados dos objetos, que identifiquei como reforço de relações de dominação hierárquica, e de poder dos homens sobre as histórias das mulheres.

Figura 9 - Livro Diário (p. 13)



Fonte: Adaptado do Livro Diário do Acervo. Setor Técnico/MJC

O Livro Diário foi uma unidade que possibilitou entender a lógica de funcionamento das atividades e do aperfeiçoamento das administrações. Esses documentos trouxeram um horizonte histórico do trabalho museológico, histórico e administrativo sobre os objetos incorporados. Foram bases positivas de compreender o processo.

A documentação museológica está prevista na base da lei, e os museus devem guiar-se nela. Segundo consta da legislação federal vigente, Estatuto dos Museus, Lei nº11.904/2009, na subseção IV, Artigos 38 e 39, respectivamente:

Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários. [...].

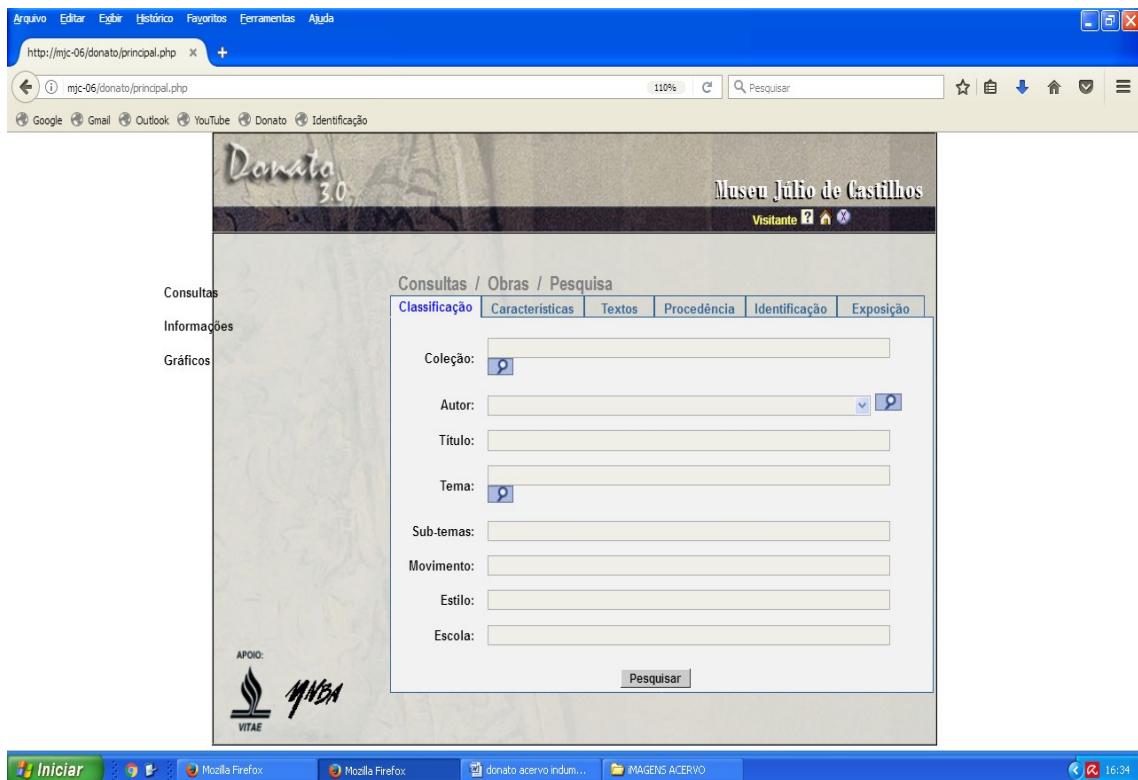
§ 1º. O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

& 2º. Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência. (BRASIL, 2009).

Entretanto, a criação da lei não garantiu sua efetividade e aplicação. No caso analisado da lei em relação à documentação museológica, o MJC incorre no seu descumprimento. Dentre os motivos, a preservação, atualização e compatibilização dos registros e inventários não foram tecnicamente constituídos. Além do mais, os arquivos técnicos não estão organizados. Não há classificação por assunto, ordenação de programas, processos, gestões, o que cientificamente dificulta o levantamento de documentos básicos sobre a formação das coleções e história institucional. Problema enfrentado ao longo de toda a pesquisa.

Antes da implantação do banco de dados Donato em 2004, os registros de controle do acervo eram realizados em fichas de papel impresso. A documentação museológica era composta dos seguintes instrumentos: Termo de entrada (identificação da peça) e Termo de doação (aquisição) e Ficha de Identificação dos objetos. Nos documentos constavam o registro numérico (tombo), a descrição da peça, procedência, doador e seus dados de identificação, histórico da peça (memória do doador), entre outros. Com a digitalização dos registros, aqueles documentos foram tornados inativos, sendo inconsistente consultá-los. Muitas das fichas estão com pouca ou quase nenhuma informação sobre os objetos, como podemos constatar na Figura 10.

Figura 10 - Tabela de Classificação de objeto



Fonte: Adaptado do Sistema Donato MJC

Faltou, para a organização documental do Museu, a elaboração de dossiê individual de cada peça, como recomendam as diretrizes do Código de Ética do ICOM, as quais o MJC tinha acesso. O Código de Ética aconselha os procedimentos a serem desenvolvidos pelo profissional museólogo, na documentação e sua preservação para fins de consulta. O MJC era membro do ICOM. Recebia os informativos de atualização divulgados pelo órgão como campo de estudos. Portanto, tinha disponíveis insumos de atualização e trilhas para a realização de uma documentação museológica minimamente eficiente. Isso posto, evidencia e valida a problematização da tese, de que as histórias das mulheres, sub representadas no acervo, são decorrentes da inoperabilidade da documentação museológica.

O Donato veio atender a vontade de gerenciamento do acervo para recuperação das informações sobre os objetos. Como já explicado na introdução desta tese, o Donato foi um software desenvolvido para um tipo específico de objetos do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA). Até 2003, quando surgiu a Política Nacional de Museus (PNM), os objetos não contavam com uma política formal de tratamento. Como atribuição dos museus, a PNM apregoou incentivar e

valorizar a realização de programas e ações que viabilizassem conservar e preservar o patrimônio cultural submetido ao processo de musealização (PNM, 2003, p. 08).

Ao poder público das 3 esferas, municipal, estadual e federal, ao seu tempo, foi incumbida a responsabilidade de elaboração de políticas em que pesassem a democratização dos museus e seus acervos. Neste contexto, empresas como Petrobrás, BNDES e a extinta Fundação Vitae, apoiaram as ações da política cultural do então DEMU, Departamento de Museus, que se transformou em 2009, no atual IBRAM. O sentido era de fomentar instituições culturais brasileiras por editais públicos. Muitos museus brasileiros como o MJC, modernizaram-se pelos investimentos desses e outros fomentos⁷⁶.

O projeto para sua aquisição e implantação pretendia dar maior segurança e solucionar as falhas da documentação em papel. A proposta que o projeto de aquisição do sistema descreveu em 2004 é de que a compra do Donato ampliaria a segurança quantitativa e qualitativa do acervo. Daria um panorama de gerenciamento administrativo e técnico às informações como localização do acervo, manutenção de registros, condição física e semântica dos objetos, acompanhamento de uso em exposições, em pesquisas, versões de ressignificados. De fato, o Sistema cumpriu esses requisitos, apesar de alguns entraves.

O Sistema Donato não está online. Não permite acesso e nem gera informações do patrimônio musealizado na web, uma tendência das instituições na atualidade. A sociedade da informação exige a inclusão das informações e do conhecimento produzido nos museus, o que amplia em muito a capacidade de alcance comunicacional das instituições. Assim como aumenta a responsabilidade sobre a organização e a gestão dos acervos, uma vez que os sentidos e significados passam a circular em outros espaços, permitindo inclusive intercâmbio de informação. Se este fosse o caso do MJC, seu sistema documental poderia problematizar o fluxo informational das identidades ali representadas, mesmo que sejam legitimadoras, com a virtualização do acervo.

⁷⁶ Dos museus do RS que adquiriram o Sistema Donato estão: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Museu Municipal de Caxias do Sul, Museu do Instituto Porto Alegre, Museu das Missões, Fundação Vera Chaves Barcelos, Museu Histórico Farroupilha, Faculdade de Biblioteconomia da UFRGS, entre outros. Em Santa Catarina, utilizaram o software os museus Hassis, Vitor Meirelles, de Florianópolis, e o Museu de Arte Contemporânea de Joinville.

Por outro lado, o Donato possibilita acomodar imagens que identificam a consulta do objeto em até 3 posições, facilitando a identificação e disseminação do mesmo. De certa forma, a materialidade manifestada na imagem dá um ar de segurança e abre espaço às interpretações visuais do objeto. Entretanto, a análise dos metadados mostrou que a implantação desta ferramenta, embora não fosse esse objetivo, foi concluída com deformações.

Os registros informatizados não asseguraram informações precisas. Cada tabela do sistema não preenchida, ou sem um padrão informacional, dá margem a desconfiança sobre os dados e informações ali contidas. As descrições são inconsistentes em sua linguagem, ocasionam problemas na interpretação dos significados atribuídos às peças. Objetos são únicos e não podem ter suas histórias replicadas nas informações, como acontece no Sistema, por exemplo, dos leques. Na análise desses objetos observa-se que todos possuem a mesma informação, sendo alterada somente a identificação física de cada um.

Os campos de descrição das peças do MJC são uma tarefa complexa e minuciosa. O objeto é um suporte informacional cujas informações intrínsecas e extrínsecas exigem formalizações que, no caso, são definidas pelo Estatuto do Museus e pelo ICOM. Tal questão no museu não individualiza o objeto dentro do acervo. Em 1972, Abraham Moles, em seus estudos sobre semiologia dos objetos, criou categorias para catalogá-los. As fichas deveriam conter minimamente as informações como descrição geral do objeto, histórico, descrição da propriedade antes da musealização e função social de uso, produção, estado de conservação, entre outras. Essa classificação foi absorvida nas fichas do Museu, que se propôs seguir os caminhos metodológicos indicados na obra clássica e de reconhecimento internacional escrita por Fernanda Camargo Moro (1986).

O problema não é com o Sistema, e sim, seu preenchimento e alimentação. Faltam registros de contextos e das relações possíveis entre os objetos por eles mesmos, com a temporalidade e com as demais coleções. Faltam preenchimentos de campos providenciais para a identidade e a construção de representações nos objetos. Esses, associados a dimensão testemunhal e documental precisam indicar conteúdos de tempo, espaço e função social para terem um perfil biográfico. Fora disso, não se distinguem muito de peças de brinquedo.

A migração do suporte físico para o digital mostrou dificuldades em conectar os campos das tabelas com as várias temáticas do escopo do museu. As tabelas

não se adaptaram nas necessidades e características dos objetos. Os registros apresentam erros, repetições, ausência de critérios e omissões que impediram cruzar informações. Ao consultar as informações do acervo é difícil compreender as negociações, dadas as questões das relações sociais, históricas e culturais das peças.

O projeto de utilização do Donato pelo MJC foi aprovado em edital na Fundação Vitae. O processo de estabelecimento do Sistema exigiu compra de equipamentos como máquina fotográfica, computadores, scanners e impressoras. O uso digitalizado do controle das coleções era uma novidade comemorada e incentivada pela equipe. No entanto, o uso do *software* requeria familiarização dos usuários na adaptação e no processamento do manuseio do Sistema. Para isso, segundo descreve o relatório do projeto elaborado pela funcionária Márcia Eckart Miranda, também responsável pela implantação do Donato, recebeu treinamento do uso da ferramenta no próprio MNBA. O suporte do sistema era dado pelo telefone, na operação do Sistema.

Os treinamentos no RJ, entre 2004-2005, multiplicavam os aprendizados de uso do Sistema entre os demais funcionários e estagiários, que faziam o preenchimento do *software*. O patrocínio da aquisição no contrato com a Fundação Vitae para implantação do Sistema exigia a prestação de contas no prazo de 1 ano. Minha teoria para tantos desencontros na produção de alimentação dos dados nas tabelas do Sistema é de que foram feitas às pressas. A imersão na atividade de alimentar o Donato, aliada às demais atividades do MJC, numa equipe pequena, impediram uma padronização de vocabulários, de inserção de dados e referenciais que ampliassem a informação dos acervos. Além do mais, o Donato foi criado para o padrão dos objetos de arte, de forma que o gênero histórico das coleções do MJC precisava de adequação das ferramentas na implantação das informações.

A documentação é um processo renovado, contínuo, exigente de complementação. Passa por pesquisas, diferentes abordagens, entrecruzamento de referenciais, exposições, conservação, entre outras ações da vida museológica do objeto, registradas detalhadamente, conforme vão acontecendo. Não se constitui documentação apenas com base na materialidade, no valor intrínseco dos objetos no ato de incorporação. Os critérios não podem ser provisórios. A transferência das informações para as fichas digitais das tabelas do Donato, feita manualmente, item a item pelos estagiários contratados para os devidos fins, muito possivelmente sofreu

limitações que produziram erros de digitação, repetição de informações e troca de registros que foram observados na análise do Sistema.

Com relação às histórias das mulheres, isso faz toda diferença! Reintegrar mulheres na história é ressignificar o passado nos vestígios que o museu possuía. E isso requer releitura de fontes, inclusão e seleção de abordagens temáticas e da própria política de incorporação e gestão do acervo. De modo que levar as histórias das mulheres ao palco das comunicações do MJC era reorganizar o desequilíbrio que a história museológica impingiu sobre os objetos, inseridos no universo das masculinidades.

A imagem da Figura 11, a seguir, mostra a complexidade de preenchimento do Sistema Donato pela variação de *menus* de tabelas de consultas e/ou cadastros. Para acessá-lo há duas chaves: como usuário da instituição ou como visitante, sendo ao primeiro permitido alterar, incluir e excluir dados. Ao segundo, o acesso é limitado a consulta de determinados campos como medida de segurança de dados. A confidencialidade técnica é pré-requisito da documentação. Se no primeiro passo de disseminação da informação dos acervos com a digitalização do Sistema Donato aumentou a eficiência da salvaguarda dos objetos pelos seus registros, favorecendo o acesso, esse repositório não pode ser considerado confiável. Primeiro, porque o formato do Sistema Donato com o avanço da informática, se tornou ultrapassado. Sua atualização pelo provedor parou em 2006, e atualmente corre o risco de pane e perda de todas operações, apesar do *backup* e da impressão das tabelas. Para ter acesso às investigações exigidas nesta tese, levei quase 12 meses, pois o sistema já não rodava nos computadores, além do percalço da troca da rede elétrica do museu que durou 4 meses, inviabilizando o acesso. A gentileza da atual gestão e sua sensibilidade frente à necessidade da pesquisa fez com que o computador principal do Sistema fosse instalado em outro museu da SEDAC, para que eu e outros pesquisadores, pudessem utilizar o Donato.

A contribuição que o uso do banco de dados ofereceu de combinar informações textuais e imagens do acervo, viabilizou estimular o pensamento histórico de seus usuários. O objeto fotografado fala outra linguagem informacional. Converte-se em instrumento de análise sobre as informações fornecidas pelo agente produtor dos significados escritos, como documento. Além disso, os conteúdos informacionais a serem construídos para a historicidade dos objetos podem ter seus referenciais desdobrados a partir de pesquisas em livros, teses, periódicos, fazendo

constante atualização científica do conhecimento sobre a materialidade e o intangível. Essas ficam armazenadas no Sistema, remetendo a novas investigações sobre o acervo.

A seguir, apresento uma cópia digital de uma das fichas de identificação de um chapéu, mostrando o uso do Sistema como fonte de informação dos objetos.

Figura 11 - Ficha descritiva de identificação de objeto

Tombo	Controle:
Assinada: Não	Nº de inventário: 260
Coleção/Classe: OBJETOS PESSOAIS	
Objeto: CHAPÉU	
Autor principal: AUTOR DESCONHECIDO	
Movimento:	
Estilo:	
Cópia:	
Período: 1930	
Escola/ Grupo Cultural:	
Título/Título da série: CHAPÉU	
Nº de série:	Nº do processo: [REDACTED]
Título p/ etiqueta: CHAPÉU	
Texto para etiqueta:	
Temas: HISTÓRIA, INDUMENTÁRIA	
Sub-Temas: Política	
Descrição de conteúdo: Chapéu de feltro com abas do tipo Panamá que usava Getúlio Vargas.	
Data de aquisição: 8/2/2002	
Forma de aquisição: Doação	
Doador/Vendedor: MARCOS DORNELLES	
Valor de compra: xxxx	
Ex-proprietários:	

- Marcos Dornelles, Porto Alegre, RS -2002, DOADO.

Localização fixa: [REDACTED]

Trainel/Gaveta/Estante: [REDACTED]

Observações:

- Número Completo de Inventário Anterior: 260/2002.

Catalogado por: Liana Bach Martins.

Fonte: Adaptação do Sistema Donato 3.0 MJC

A cópia da ficha de identificação do objeto “chapéu” apresenta perfeitamente o diagnóstico observado. Ao analisá-la, é possível constatar alguns preenchimentos inexatos dos dados. Há campos incompletos, possivelmente em decorrência da necessidade de ajustar o objeto considerado histórico, para um programa criado para acervos artísticos (Movimento, Estilo, Cópia, Escola/grupo cultural). Esses campos não foram pertinentes e não completaram panorama que justificasse a aquisição para o museu de história. A estrutura informativa do objeto, a partir da sua entrada no acervo está imprecisa, referenciada apenas pelo ano 1930. Há poucas alusões sobre o histórico do doador e a historicidade da peça, bem como desprovidas menções a respeito do conteúdo. Neste caso, pode-se atribuir à pesquisa posterior à aquisição e qualificação desses atributos, encaixando os temas, subtemas e demais enquadramentos informativos.

Nos tópicos: “Texto para etiqueta” e “subtemas” não há identificação de texto, nada escrito, mostrando a omissão da pesquisa histórica. Sem ela é mínima a viabilidade de identificar o objeto “chapéu”, comparando-o a outros da sua espécie existentes na coleção. O objeto é puro fetiche por seu pertencimento a um político.

O preenchimento das tabelas e campos feitos desatentamente, ou com rapidez, provocaram erros e suspeição no investimento de representações e narrativas. No intuito da compreensão dos fatores que podem ter desencadeado a situação do deslocamento, trabalhei com duas suposições. A primeira trata da ausência de pesquisa de acervo. Investigar é uma das funções históricas dos museus na missão de produzir conhecimentos. É uma das suas funções básicas, é primordial, especialmente em se tratando de uma instituição que se dedica a História.

A questão das referências da documentação museológica que subsidiaram o preenchimento das tabelas, pautada nos relatos de memória das doadoras do acervo, não passou por um processamento crítico atinente à pesquisa. As memórias, quando abordadas oralmente, não foram problematizadas. Literalmente, o que foi dito pelos doadores é o que consta nas tabelas do Sistema.

O recolhimento pacífico das peças, expressão usada por José Reginaldo Gonçalves (2005), sem crítica e valores sem a ocorrência de posterior estudo, reduz a importância dos objetos como vetores de conhecimento. Não permite que ocorra ressonância de presença no acervo. O objeto fica sem a avaliação social, sem a valoração como sentido e significado de memória para a pessoa ou um grupo. A pesquisa de acervo para fins científicos, era encargo das historiógrafas do museu, que poderiam alterar sentidos, atribuir diferentes significados e provocar novos interesses sobre os objetos, a partir da revisão pela investigação da cultura material. Assim como a produção social e os usos simbólicos dos objetos, com a pesquisa, mostram as mediações e agenciamentos do patrimônio musealizado.

A segunda conjectura de pensar a indeterminação dos dados, talvez tenha sido a naturalização de significação dos acervos. Retomo a questão de que a identidade coletiva que o MJC representou para as histórias das mulheres, como exemplo de naturalização, foi afirmar a unicidade da categoria mulher nas relações. Sobre elas, não foram dessacralizados os preconceitos e retirados os fetiches de seus objetos.

As abordagens tradicionais das representações não foram superadas frente aos grupos potenciais que os objetos poderiam ter representado. O colecionismo imanente do MJC não deu conta das versões das memórias das mulheres doadoras, como narradoras oficiais. Sem conflitos, os objetos naturalizados de suas representações não foram ressignificados, ficando guardados “para sempre” nessa versão.

Uma vez que a cadeia de musealização pode sofrer mudanças, dentre elas correções, transcrever e desenvolver novos registros de dados com base em pesquisas, era obrigação do Museu. Por essa forma de gestão do conhecimento externo sobre os objetos, considero que ocorreu um desprezo às potencialidades de aprendizagem e de comunicação. A biografia incompleta dos objetos no banco de dados permaneceu impossibilitando explorações que, por exemplo, levassem a questionamentos das naturezas de patrimonialização, tombamento, representações

e narrativas, sobretudo das realizações das mulheres. Assim, espadas, óculos, máquinas, medalhas, entre outras peças das 29 coleções permaneceram sendo atribuídas às ações de homens.

Suas informações foram transpostas das fichas em papel para digital, sem alteração da compreensão do foco no objeto. Na abordagem semiótica signos, podem aplicar concepções distintas dos fenômenos humanos (PEIRCE, 1977). Os objetos como signos, segundo a doutrina, têm capacidade de representarem a realidade. Estabelecem a complexidade da relação homem, realidade e objeto definidos por Waldisa Guarnieri (2010) para provocar efeitos de presença e estabelecerem ressonância de memórias e histórias.

Estabelecem formas de pensar, interpretar a realidade. Os objetos pela semiótica, estabelecem comunicação, são linguagens não verbais, ou materiais a serem lidas a respeito de uma temporalidade do mundo. Os objetos signos provocam os sentidos, fazendo-os lembrar de situações, substituem o ocorrido, como representações. Essas representações são convenções que foram ensinadas e, portanto, são arbitrárias.

Os acervos incorporados no contexto pertenciam à classe média urbana. Essa característica limitou ampliação de discussões interseccionais, na interioridade das histórias das mulheres. Quando consultado, o Sistema Donato veio mostrando essas características, pois são descritas como destaque para significar o objeto. As informações intrínsecas da materialidade da peça, mostram a distinção: ouro, metal, prata, cobre, marfim, são matérias-primas que, no contexto da temporalidade dos objetos, anunciam privilégios de classe. São os signos representados pela convenção da riqueza. Outras peças como louças, acessórios e objetos do cotidiano e domésticos, montam visão de mundo e de hábitos de consumo dessa classe social. Essas relações foram pouco exploradas nos registros do acervo.

A peça da Figura 12, apresentada na sequência do texto resume a variedade de objetos em incorporação da época 1995-1998. Trata-se de uma peça encantadora aos padrões atuais, pela beleza de sua materialidade confeccionada em madrepérola, veludo e douramento nas laterais das folhas. Porém não foram as suas características intrínsecas que me chamaram a atenção.

A peça é um signo de distinção de uso que cruza informações de uma classe, etnia, raça, gênero e faixa etária, personificada das relações sociais e culturais de uma época das histórias das mulheres. Está subutilizada como fonte informativa.

Simboliza uma faceta da história das mulheres da elite urbana, do final do século XIX e XX, e serve como representação do poder paternal, familiar na vida das moças. Nesta intencionalidade familiar advinda do cristianismo, eram tratadas e reprimidas em suas vontades e escolhas. Estabelece a representação do sexismo expresso como proteção e também o controle do corpo para a intimidade sexual.

A peça era empregada em saraus e bailes pela moça que desejasse dançar. Era um veículo de socialização e também de neutralização. O rapaz interessado na “marca” com a proprietária do objeto, escrevia sua candidatura como par. Havendo muitos solicitantes, a dança poderia acontecer conforme ordem de chegada. Depois das inscrições, a moça apresentava para a mãe ou ao pai que lhe acompanhavam ao evento social, que autorizavam ou não a “mão” na hora da dança. Um ensaio de contrato de namoro.

O gesto cavalheiresco coloca em relevo a atuação paternalista de preconceito contra as mulheres em sua capacidade de julgamento e autonomia. Além disso, dita regras de comportamento das mulheres em relação aos homens no papel estereotipado da pureza, e de objetificação. A representação apresenta noção de tempo-espacó histórico nas relações, o que Gumbrecht (2010) chamou de presença da ausência, apresentadas em perspectivas de julgamento, lugar de nascimento e adaptação. Essas representações estão obscurecidas no processo de ação documental. Estão ausentes no “efeito de presença” que se refere o autor, a corporificação de um regresso. O objeto cabe na definição de Rosana Nascimento (1998) como “fragmentado”, alijado da produção e das relações sociais e culturais humanas, servindo como curiosidade, mas não como fonte de conhecimento, cujos critérios documentais fazem parte da retórica, da narrativa lançada pelo olhar historiográfico.

Figura 12 - Caderneta de dança



Fonte: Adaptado do banco de imagens do Sistema Donato/Acervo MJC

Dentre as dificuldades na análise do Sistema Donato, identifiquei nas tabelas, termos dúbios para as coleções. Expressões como mulher, feminino, feminilidade indicaram a mesma tipologia para os objetos. Nesse sentido, se percebe a falta de controle de um vocabulário a ser utilizado na descrição dos temas e dos acessos sobre o objeto (mulher e feminino, por exemplo). A repetição para identificar o objeto não possibilita distinção de suas características particulares. Ainda é válido comentar que mulher e feminilidade não significam a mesma característica. Para Pascale e Lang (2009, p. 101), “feminilidade se refere a relações sociais de sexo, marcada pela dominação masculina, que determina o que é normal, natural, para as mulheres”. A feminilidade é o contrário da imagem e comportamento dos homens com a “virilidade”.

O acesso a um vestido, na expressão “mulher” repetido em “feminino” no apontamento do *software*, não recupera todas as informações referentes a historicidade da peça, gerando desconfiança do registro. A falta de critério na consulta do objeto *vestido* na mesma expressão “mulher”, ou “feminino”, e do seu significado nas relações, impede encontrar no Sistema, informações cruzadas com outras peças semelhantes, não mostrando toda complexidade das relações sociais e simbólicas pertinentes. Na consulta no Sistema Donato sobre a expressão mulher, encontrei referência a 56 objetos, mesma quantidade e tipo para a consulta do termo feminino.

O que deu para perceber é que na catalogação dos objetos, foram realizadas cópias literais de descrições entre os objetos de características similares. Como se fossem todos representativos das mesmas qualidades físicas, de valor e

historicidade. E no caso, não se trata de valores em disputas, mas de problematizar normatizações e contradições no realçar histórias e memórias. Ao considerar que a materialidade das coisas anuncia sentidos que podem ser percebidos para entender as vivências, ela pode evocar presença de sensações e ausências.

Ao buscar nas tabelas do Sistema explicações sobre a natureza da peça, procedência, período, data, nome do doador ou até dados descritivos elementares, muitas dessas fontes estão sem nada escrito, como mostra a Figura 13, abaixo. É possível observar a insuficiência de conteúdo a respeito do acervo, além da atribuição do tipo de peça ao gênero, no campo Título da série. E isso faz com que o objeto perca a sua “aura”, a sua ludicidade, a presença da experiência.

Até certo ponto, essas variáveis parecem extremamente maçantes e técnicas. Todavia, se o processo documental não abordar uma visão ampla do objeto cultural, permitindo acesso a sua realidade passada, trazida na problematização do presente, não é um documento e o saber que lhe é inseparável se torna inerte. O objeto, conforme a análise pautada no texto de Hans Gumbrecht (2010, p. 39), é repleto de efeitos de comunicação e, portanto, sujeito ao movimento, a dinâmica, a proximidade da intensidade das relações. Com isso “A presença não vem sem apagar a presença que a representação gostaria de designar”.

Figura 13 - Ficha de registro de objeto

Coleção/Classe: Indumentária	
Objeto: Vestido	
Autor principal: Autoria desconhecida	
Movimento: xxxxxx	
Estilo: xxxxxx	
Cópia: xxxxxx	
Período: Década de 1950	
Escola/ Grupo Cultural: xxxxxx	
Título/Título da série: Vestido de passeio	
Nº de série: xxxx	Nº do processo: [REDACTED]
Título p/ etiqueta: Vestido de passeio	
Texto para etiqueta: xxxxx	

Temas: HISTÓRIA, INDUMENTÁRIA, USOS E COSTUMES
Sub-Temas: vestido de mulher
Descrição de conteúdo: A peça foi usada pela doadora, no ano de 1954.
Vestido rodado, com bordados em motivos florais em linha de algodão e miçangas. Mangas cavadas. Tons de lilás. Do lado direito, fecho de 25 cm.
Data aquisição: 1996
Forma de aquisição: Doação
Doador/: Maria Elena Schimitt Soares Gallicchio
Ex-proprietários:
- Maria Elena Schimitt Soares Gallicchio. Porto Alegre, RS, 1958 a 25/10/1995, doado ao Museu Julio de Castilhos
Localização fixa: Reserva Técnica
Trainel/Gaveta/Estante: [REDACTED]
Material/Técnica: linho, fio de algodão, fecho

Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Indumentária. Data: 26/05/2019⁷⁷

A peça “vestido” possui uma história como símbolo de poder, de gênero e de classe. É a representação do feminino na materialidade de uma época. Produz o sentido e a dimensão da existência. Da manufatura caseira, à peça confeccionada em larga escala de produção pela indústria têxtil, há infinitas possibilidades de abordagem para exploração do objeto que não estão contempladas no banco de dados. Nem mesmo a sua historicidade pertencente a doadora, justificando uso e apropriação pelo museu, não aparece nos registros. O objeto fica isolado no seu tempo, longe da relação com qualquer evento. Ou seja, a construção de memórias e histórias por meio da peça descrita é incapacitada pela esterilidade das informações relacionadas ao suporte e a significação gravada sobre o seu contexto.

Assim, vejo como fundamental perceber a maneira operacional com que o acervo foi organizado, identificado, contextualizado, para envolver as representações dadas a eles. As peças das coleções que me detive em analisar,

⁷⁷ A pedido da direção do Museu, por segurança do acervo, exclui o número de registro, informações confidenciais, dados pessoais da doadora, além da imagem da peça.

indumentária, iconografia e documentos como representações das histórias das mulheres foram classificadas pelas intelectuais mediadoras segundo o livro *Thesaurus para acervos museológicos*. A obra, publicada em 1987 por Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini, organiza a linguagem de representação da informação para ser indexada na documentação. Cria um vocabulário controlado que facilitaria a recuperação da informação.

A indexação do *Thesaurus* permite a busca de palavras de maneira simples, com termos que caracterizam a peça sem mostrar ambiguidade. Na coleção indumentária, investiguei inconsistência da base conceitual das peças, assim como foi visto no acesso às expressões temáticas mulher e feminino. Duas peças diferentes com a mesma denominação, indicando homônimos, foi outra abordagem controversa observada no Sistema Donato.

Exemplifico com as peças anágua e combinação; e corpete com sutiã. A diferença entre as primeiras está no uso, e na sua composição: a anágua é uma sobressaia, enquanto a combinação é um tipo de vestido íntimo. O corpete é peça do século XIX que sustenta o busto e o abdome, diferente do sutiã, que é um derivado do primeiro, criado no século XX em modelo mais funcional. Os exemplos serviram para ilustrar a dificuldade de recuperar informações quando essas foram mal construídas em suas historicidades e características indexadas. As equipes do MJC tiveram consciência a respeito dessas instabilidades informacionais e simbólicas?

O grupo de trabalho 2007-2010, diferente do *staff* antecedente que alimentou o banco de dados, se encarregou de corrigir dados do Donato⁷⁸. De acordo com o registrado no Livro Diário, o Sistema sofreu retificações dos escritos inventariais, incluiu peças sem registro anterior e corrigiu as numerações repetidas, além de terem sido inseridas 90% das imagens do acervo.

Ao realizar um diagnóstico da documentação do Museu para observar as informações dos instrumentos técnicos: aquisições (estudo e documento provisório para posterior aquisição); posse legal; sistema de numeração (há dois tipos diferentes); marcação; inventário; ficha de identificação; dossiê do objeto; reprodução imagética, verifiquei que estavam incompletas. Assim como Termos de doação, numeração, marcação, inventário, fichas de identificação e localização

⁷⁸ Relatório de gestão 2007-2010.

apresentam-se também inconclusos, mesmo que transpostos parcialmente no Sistema Donato.

As irregularidades documentais tiveram princípio nos livros de registro/Tombo⁷⁹. O MJC conserva três livros de registro, sendo as rasuras e incorreções uma constante dos exemplares. Há livro sem termo de abertura, sem a rubrica do profissional documentalista responsável pelo preenchimento, início sem anterior fechamento do antecessor, mudança de campos de preenchimento da informação do objeto, espaços em branco, espaços riscados por alienação do acervo e, ainda, troca de sistema de numeração sem justificativa. De modo que os Livros de Registro do acervo não são confiáveis.

Helena Ferrez (1994) define a condição informativa do objeto musealizado pela clareza e a exatidão dos dados, caso contrário, o objeto fica sujeito a dissociação dos seus referenciais. A mesma autora chama a atenção para o preenchimento dos campos informacionais na base das normas, terminologias e procedimentos consolidados pelos manuais, oferecendo garantia de continuidade e controle dos registros. Essas instrumentalizações não tiveram repercussão e aplicação na documentação museológica do MJC.

É preciso esclarecer que a documentação museológica não expressa em seus registros uma verdade eterna. A pesquisa e a mudança nos paradigmas da sociedade requerem verificações conforme avançam suas mudanças. As entrelinhas dos papéis de provas são sutis e podem ser lançadas em outras bases interpretativas. Especialmente porque são documentos produzidos em favor de uma instituição tutelada pelo Estado, portanto, à mercê de seus desígnios. De forma que renovar as informações não é demérito ao museu, nem aos seus organizadores. Trata-se da abertura de uma forma democrática e colaborativa de experimentar, e administrar informações e atualizar conhecimentos.

Gestões anteriores a 1995-2010 já tinham procedido esforços de adequar a metodologia e a técnica de documentação dos objetos⁸⁰. A contar da década de 1960, as recomendações do ICOM mostravam preocupação com os registros

⁷⁹ Adoto a nomenclatura Livro de Registro para designar o registro de entrada do acervo museológico. Em minha compreensão “Tombo” tem maior aderência ao patrimônio edificado, embora a expressão, em sua historicidade, seja igualmente utilizada. Na verdade, o que importa é a correção do Livro, de forma a garantir valor legal à aquisição.

⁸⁰ A esse respeito sugiro verificar minha dissertação. Aqui informo que mesmo antes das legislações brasileiras de 2003 e 2009, a documentação museológica já era uma preocupação permanente nos Códigos de Ética do ICOM (1970), sob a égide do seu Comitê Internacional de Documentação (CIDOC).

criados pelos museus históricos. Foram elaboradas publicações e realizados debates sobre o tema, nas quais os técnicos da Instituição MJC acompanharam essas discussões. Significa que houve preocupação com as informações e a celebração de narrativas de linha única. A marcação de memória protegida no discurso oficial já era problematizada.

Para Myriam Sepúlveda dos Santos (2003, p. 232), a revista *Museum*, expedida pelo órgão internacional, que o MJC recebia em assinatura, trazia discussões acerca de alterações propostas para os museus históricos melhor aproveitarem os objetos. Os artigos da revista sugeriam recorrer a leituras não superficiais das peças. A documentação do acervo era problema de longa data. Tanto que, a museóloga Miriam Avruch, em sua gestão 1995-1998, ocupou-se em desenrolar o processo, fazendo revisão dos objetos⁸¹.

O momento foi profícuo para o desenrolar. O Museu era visto como “recurso auxiliar” do ensino e já se iniciava discutir os discursos oficiais sobre os acervos com a imersão dos grupos sociais ditos excluídos da historiografia. A aprovação dos PCN de História, em 1996, apontava para a urgência de transparência de versões e representações. De modo que, para ensinar história nos objetos, a documentação era condição impecável na sua semântica. É preciso explicar que não defendo o engessamento do objeto museal pela sua documentação ou comunicação.

Tal acepção caiu em desuso na teoria museológica desde os eventos da Mesa de Santiago do Chile, em 1972. A Mesa de Santiago ocorreu na capital do Chile e contou com a participação de representantes da maioria dos países latino-americanos, dentre eles o Brasil. Surgiu em decorrência de apropriar os museus das necessidades do tempo presente, aproximando-os da realidade das vivências das sociedades. Dentre as iniciativas, adotou compromissos de indicar um “Museu Integral”, no sentido de a instituição intervir em suas funções para apoiar as demandas sociais.

Neste aspecto, os objetos passariam a ser tratados a partir de seu contexto, levando conhecimento e transformação aos seus visitantes no reconhecimento das dinâmicas sociais e culturais, favorecendo dilatar protagonismos incubados na

⁸¹ Conforme o Relatório de Gestão 1995-1998, “a pesquisa dos objetos do acervo, desencadeada em 1996, visou a retomada da pesquisa nessa área, dada a constatação da insuficiência de dados relativos aos objetos”. Na sequência, o documento ainda explica que a pesquisa obedeceu três fases: “[...] informações constantes nos documentos e livros; informações constantes nos documentos das demais instituições culturais do Estado; e 3^a em contato com possíveis antigos funcionários e doadores que atuaram no Museu”. (RELATÓRIO DE GESTÃO 1995-1998, p. 12).

história e memória. O foco dos museus não seria mais os seus objetos, sacralizados e fetichizados. Mas empregados em prol das comunidades que lhes abrigavam. Em 1984, em Quebec, essa discussão e ação foram retomadas. A ênfase dada foi de que os museus passariam a ser integrados às comunidades. Os objetos musealizados seriam privilegiados como suportes para ascensão de memórias e empregados como mediadores de relações.

A este movimento denominou-se Nova Museologia, que na atualidade se comprehende Sociomuseologia ou Museologia Social, recebendo mais caracterizações. Foi (e acredito que continua sendo) o compromisso que o discurso do MJC buscou alcançar, com avanços e recuos.

A pertinência da avaliação do banco de dados utilizado pelo Museu pode ser definida a partir do objetivo de conhecer profundamente a natureza da limitação das narrativas e das representações referentes às histórias das mulheres. Credito aos registros escritos no banco de dados do Sistema Donato o foco obscuro das ausências de representação e narrativas das mulheres no acervo incorporado do MJC, 1995-2010. Não como uma causa, inexistente diante de um processo múltiplo.

4.2 OBJETOS DOADOS: INDUMENTÁRIAS, ICONOGRAFIAS E DOCUMENTOS

Para Michelle Perrot (2009), a história das mulheres é sexuada. Deriva da exclusão delas nas cenas públicas, o que se pode conferir nos objetos musealizados. A autora coloca que esquecer a historicidade a que mulheres têm atuação assegurada é uma sutil maneira de repudiar a sua presença.

Na organização dos dados considerei complexo investigar individualmente o quantitativo das 1.124 peças adquiridas no recorte temporal explorado. De tal modo que, a partir do Sistema Donato, selecionei os artefatos que compuseram as coleções de maior volume dentre as doações. A resposta obtida foi nas coleções de Indumentária, Iconografia e Documentos.

O que significou a preferência das doações e dessas escolhas de composição, nestas tipologias materiais? Que objetos integram o escopo dessas coleções? Quais as construções que foram referenciadas como pertencentes às mulheres nas disputas de gênero no MJC?

Essas coleções foram colocadas na perspectiva dos padrões burgueses da cultura material (CARVALHO, 2008), como símbolos de *status* e como convite a um

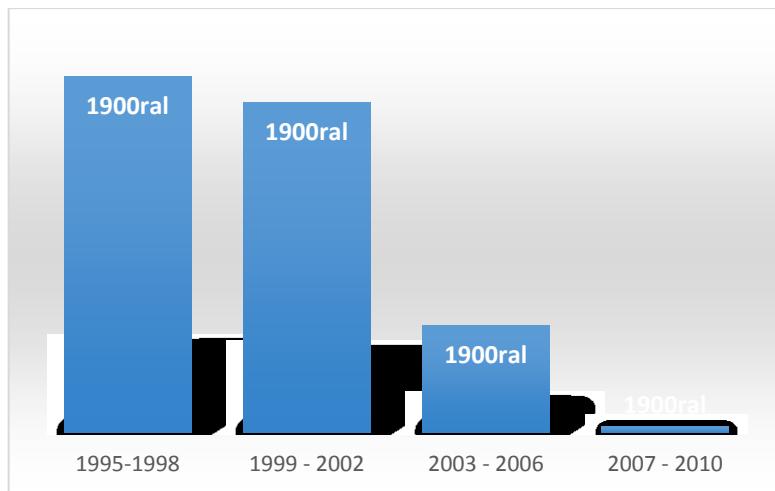
estilo de vida excludente de grupo, classe, raça, etnia, religiosidade, entre outras. São representações que estabelecem um espírito, uma vontade de atribuição de sentido, um efeito de presença material (que Gumbrecht chamaria corporal) que propõe uma experiência.

No tópico anterior, a partir das filtragens no Sistema Donato, foi visto que, do total de peças doadas por mulheres, 64% são de Indumentária (179), 21% de Iconografias (58) e 15% Documentos (44). Ainda assim, achei necessária outra eliminação naquelas coleções, desta vez por categorias temáticas presentes no Sistema Donato. As respostas obtidas na busca pelas categorias temáticas foram: “História”; “Comportamentos” e “Usos e costumes”. Esta nova seleção objetivou explicar que nas escolhas do que doar, também houve jogos de poder por parte das doadoras, demandando suas vontades.

O teor do tripé temático descoberto permitiu cruzar com as expressões “feminino (a)”, “mulher (es)” e “história das mulheres”. Nesta última filtragem não houve nenhum registro de tema ou subtema. Portanto, História, Comportamento, Usos e Costumes, não constam como pertinentes para a compreensão de mulher na documentação sobre os objetos das coleções de Indumentárias, Iconografias e Documentos.

A próxima ação metodológica frente às fontes foi decompor a abrangência das expressões mulher (es) e feminina (o), no seu contraditório homem e masculino. O objetivo foi verificar como a documentação havia sido desenvolvida pelas intelectuais mediadoras, com relação à apropriação de gênero nos objetos. Lembrando que os registros no sistema Donato, como documentação museológica, são as “vozes” estabelecidas para os objetos na produção das intelectuais mediadoras. O tom de voz grave a alto nas representações pelo olhar do masculino prevaleceu no interior da instituição. As representações que se estabeleceram a partir da classe média, com escolarizada e profissionalização não estiveram igualmente acessíveis para as outras mulheres das classes populares. O que reforça novamente a referência de Moscovici (2009), que afirma que as representações sociais estão ligadas a configuração do meio social pela simbolização.

Gráfico 3 - Comparativo de incorporação por gestão



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC. Elaboração da pesquisadora.

O Gráfico nº 3 apresenta a quantidade de incorporações realizadas por homens e mulheres nas coleções de indumentária, iconografia e documentos. Entre 1995-1998 foram adquiridos 180 objetos das três coleções destacadas. Seguido de 167 doações entre 1999-2002. Em 2003-2006, o quantitativo foi de 54 peças, e no período 2007-2010 apenas 02. É possível contrastar uma diminuição drástica das entradas de acervo no Museu, independente do gênero do doador.

Isso deveu-se a vários fatores, já destacados anteriormente. O fechamento do museu, a mudança de perspectiva das gestões e a troca das equipes são partes dos fatores. Além do mais, a migração do processo de documentação manual para o sistema digital acarretou na decisão de bloquear acesso para novas aquisições.

Além do mais, não possuir deliberadamente uma política de aquisição além da Comissão de Acervo, com vivência fugaz, deixava o aceite creditado à decisão dos intelectuais mediadores. A vontade era de uma prática voltada às necessidades do interesse social, o que de fato não acontecia. O Gráfico 3 indica os dados de incorporação diminuírem ao longo do tempo, tornando as doações insuficientes na representatividade da multiplicidade social. A aquisição não foi uma prioridade dentro do recorte temporal 1995-2010, e essa relutância não repercutiu na experiência de interação do museu com a desnaturalização das suas construções simbólicas. Talvez aqui esteja uma das chaves que abrem portas voltadas ao entendimento das representações tão obliteradas das histórias das mulheres no Museu.

O Livro Diário mostra que em alguns momentos houve impasse entre a equipe técnica e direção, frente ao aceite e uso do acervo. Um episódio de 1996, relatado no Livro, cita que várias peças da coleção Indumentária serviram como figurino de uma peça teatral pelo empréstimo das intelectuais mediadoras responsáveis pelo acervo em desacordo com a Diretora. Noutra ocasião, roupas da mesma coleção foram cedidas pela direção para encenações de performances no aniversário do Brique da Redenção, em 2000⁸².

Essas atividades endossaram a perspectiva de interferência da memória sobre a história. Se de um lado a sociedade pensava as indumentárias do acervo como atos de memória, os técnicos do museu ordenavam aqueles patrimônios musealizados como representações das circunstâncias de vida e individualidade das mulheres doadoras. As peças foram protagonistas e narradoras de suas próprias histórias, exemplificando lugares, ações específicas como identidades sociais das mulheres.

Na exposição “Retratos de Casamento” (1995-1998), os vestidos de noiva povoaram o museu de lembranças de histórias femininas. Os modelos são verdadeiras linguagens da presença de um passado das histórias das mulheres. São objetos físicos que estabelecem o efeito de presença de um evento espaço-temporal repleto de significados, cujo lapso é tornar esse sentido maior que a própria experiência. Como alertou Gumbrecht (2010, p. 140), “a oscilação entre os efeitos de presença e efeitos de sentido se apresenta diante de nós em situações de experiência estética. [...] com eles a simultaneidade da presença e do sentido são efêmeros”. O que significa pensar que os vestidos integram uma existência espiritual e física da referência da experiência humana.

A aquisição dos vestidos provocou debate entre equipe e direção. Ao término da mostra, os exemplares de casamento foram classificados pelas técnicas mediadoras como inoportunos ao escopo da coleção Indumentária⁸³. A celeuma

⁸² O Brique da Redenção é uma espécie de feira que acontece aos domingos no Parque Farroupilha, conhecido pelos porto-alegrenses como Parque da Redenção. Lá são vendidas antiguidades, artesanatos e alimentos, em meio a exposições, cenas teatrais, passeatas, comícios de ordem política, espetáculos de música e outras sociabilidades que fazem do local ponto de encontro e passeio dos rio-grandenses e turistas. No ano de 2005, o Brique da Redenção foi declarado Patrimônio Cultural do RS.

⁸³ As peças foram consideradas inapropriadas em decorrência de marcarem um território social de uma única classe, raça e etnia. O que chama a atenção é que os vestidos de noiva estavam justamente obedecendo o que foi estabelecido como representação do destino das mulheres daquela época, pelas relações sociais. O que mostra mais uma vez o efeito de presença e de sentido nessas representações.

encerrou com a incorporação pela direção de 04 vestidos de noiva e mais reproduções em miniatura de modelos de casamento usados por celebridades. A circunstância relatada mostra que as relações privadas alimentavam o colecionamento público, considerando que o aceite da diretora se deu em favor das suas relações pessoais.

A doação dos vestidos de casamento e desdobramentos mostra como as práticas e as vivências femininas concretizadas nos objetos estão interligadas por representações definidas das relações sociais. Os vestidos de noiva enfatizaram a inserção de determinada história de mulheres no museu. O vestido não é o casamento, mas a representação dele. Ele estabelece a dimensão corpórea do ato civil e religioso e de toda experiência que se agrega na vivência da mulher. Estabelece a presença do ritual na vida, na imaginação e na sensibilidade da mulher. Mesmo sendo uma representação, ele se torna um artifício de presença.

Os vestidos foram fragmentos que induziram pesquisas historiográficas instigantes na construção de conhecimento histórico pelo museu. Sistemas legais, comparações por períodos, estado conjugal da população, configurações familiares e tantos outros assuntos que remetem à recomposição do modo de vida e a biografia de pessoas, corpos e condições culturais. Os vestidos indicariam sua posição de semióforos, sugerindo o seu lugar no presente. Entretanto, os vestidos de casamento ficaram restritos à condição de ficção de conto de fadas e a “satisfação narcísica da exibição expositiva” (MENESES, 1997, p. 09), como mostra o registro do Sistema Donato, abaixo, que ilustra a análise.

Indumentária

Vestido de noiva

Nº de registro: [REDACTED] - Ano: 1973.

Xantungue de seda, tule francês tamanho 144 por 110 cm. Modelo longo com mangas bordadas, cor branca. Manequim 38. Gola fechada com botões. Canutilhos.

Doação, Ana Lúcia T. Venturella, 1996.

Para Zita Possamai (2010) a atribuição de sentido pelo corpo funcional à subjetividade e a potencialidade do objeto, são fundamentos que levam às musealizações. O rejeito de recebimento de uma doação não é tarefa fácil para as equipes. Há motivações para além dos critérios estabelecidos, sejam eles formalizados ou não. Dentre os mais simples está o impedir a repetição de

exemplares já existentes, uma vez que cada peça implicaria no processo de documentar, conservar e guardar, que requerem investimentos e espaço compatível.

O refreamento das entradas dos objetos no acervo na derivação dos anos 1995-2010 significou, portanto, a descontinuidade da ação de produção simbólica da história museológica do RS. Sobretudo para novos atores e temas. O quantitativo de objetos existentes, fragmentados, dissociados de biografias e referenciais já era suficiente para as demandas em atendimento. E mesmo assim, por via indireta, ainda “apareciam” objetos na instituição. Muitos deles largados na portaria e recolhidos pelos seguranças, sem nenhum critério.

No Livro Diário e na documentação provisória de entrada do objeto no museu, encontrei referências que citam artefatos guardados nas Reservas Técnicas. Na visão dos “doadores” (preferia denominá-los como “entregadores”), a questão pode ser explicada pela interpretação do museu como um guardião segundo o que explicou Zita Possamai (2001). A pesquisadora apontou que a leitura dessas pessoas sobre o museu é de um lugar que detém o poder de significar e validar elos de lembranças no tempo, representar o passado por ele mesmo, por isso museu “guardião”.

Muito provavelmente essa seja uma explicação para tantas peças estarem sem nenhuma informação documental no Sistema Donato. O correto procedimento que o MJC deveria ter adotado nos casos daqueles objetos desprezados, conforme estabeleceu Fernanda Camargo Moro (1986), deveria ter sido providenciar registro policial. Sem saber a procedência e a intenção de seu depósito na portaria do MJC, o indicado na literatura sobre documentação museológica é evitar qualquer especulação de apropriação indevida do objeto pelo museu, por parte do seu “doador”.

Para minimizar o problema, em 2009 foi criado o documento “Normatização para entrada de objetos no acervo do MJC”⁸⁴. Assinado e homologado na SEDAC, o documento estipulava o fim do aceite informal, pela via “portaria”.

Na revisão do Sistema Donato, realizada entre 2008-2010, encontrou-se muitas peças sem descrição e origem. O fato é que, no momento em que foram inseridos no banco de dados, e guardados nas Reservas do Museu, os objetos passaram a compor o acervo. Foram de alguma forma patrimonializados, mas sem

⁸⁴ Localizado em pasta da gestão 2007-2010 nos arquivos da Reserva Técnica 1.

estarem satisfatoriamente elaborados. Ou seja, o compromisso do museu com as lembranças e os esquecimentos sobre aqueles objetos ficou comprometido pela dispensa de seus significados de memória e história.

Fora a questão de as peças serem caracterizadas pelos estereótipos, sobretudo das histórias das mulheres, as demais doações que constituíram as coleções de Indumentária, Iconografias e Documentos, ilustram biografias de personagens históricos vinculados a República Rio-grandense⁸⁵. Os objetos foram abordados como testemunhos, documentos históricos com potencial informativo a partir do consenso de ação de que assim o seriam.

Os objetos biográficos sintetizam ideias ligadas às memórias construídas do passado rio-grandense que sobrevivem na identidade e representação de grande parte da população gaúcha. Para considerar seu potencial informativo, registraram em sua historicidade características vinculadas aos acontecimentos ligados ao evento fundador da historiografia do Estado, que o Museu deveria abordar.

São documentos doados por homens, como registros de feitos heroicos dos personagens centrais do imaginário rio-grandense. Operam na cadeia de significados em que as realidades desses personagens deveriam ser reproduzidas, formando identidade. Os personagens Duque de Caxias, Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi, para citar alguns, se mantiveram vivos, afirmando representações de presença na ausência. O museu, ao selecionar esses objetos, estruturou-se na longa duração do tempo histórico, construção de sentido fora do seu tempo de existência, deixando de produzir diálogos com sua própria contemporaneidade.

A respeito das histórias das mulheres, o “padrão farroupilha”, ao qual o museu está vinculado, trouxe a personagem Ana Maria de Jesus Ribeiro, a Anita Garibaldi. Nos vestígios apontados do Sistema Donato, os dados não relacionaram relatos de sua trajetória subjetiva, individual, de mulher e agente histórico. Referiram a ela a versão romântica das proezas do marido Garibaldi. Pela documentação e exposição dos objetos, nada se sabe a respeito dela.

⁸⁵ Episódio vinculado ao conflito ocorrido no período de 1835-1845, entre o RS e SC contra o Império Brasileiro. A denominada Revolução Farroupilha é marco na escrita da história do RS, ocupando lugar privilegiado na memória do Estado e articulado com a nacional.

Figura 14 - Registro das peças atribuídas a Anita Garibaldi

Simba

1. AUTOR DESCONHECIDO ?

Iconografia

Anita Garibaldi

Nº de registro: [REDACTED]

quache sobre tela, colado sobre madeira, 77 x 50 cm
sem assinatura
Doação



3. AUTOR DESCONHECIDO ?

Documentos

Carta de doação do monumento a Giuseppe e Anita Garibaldi, 1913

Nº de registro: 1197
papel, 33 x 44 cm

Assinada G.B.

5. EDOARDO MATANIA

Napoli, Itália 1847 - 1829

Iconografia

Anita tranpondo o Rio Canossa, 1883

Nº de registro: 5433
reprodução fotográfica, tinta sobre papel, 40 x 30 cm
assinada Matani
doação, Antônio Isala, 1979



Fonte: Adaptado do Sistema Integrado Museu Belas Artes (SIMBA) / Sistema Donato 3.0. Acervo MJC

A não ser o acompanhamento nas batalhas como mulher de Garibaldi, e mãe de seus filhos, Anita Garibaldi não tem bagagem pessoal na história que o museu narra. A operação histórica que o Museu constituiu a respeito da personagem não mostra seu perfil de atuação, suas condutas, práticas, valores que caracterizassem a sua atuação. A história museológica do MJC não entra em negociação possibilitando a ela um novo futuro. Anita está perdida no espaço da experiência do seu tempo, sem contar com outros horizontes do tempo presente. A estruturação da memória, lugar e identidade de Anita é distinta e desigual frente aos demais personagens recordados. Seu itinerário biográfico não atua no espaço social pela narrativa do museu.

A recorrência de colocar as personagens femininas da história reforçando a função social da mulher ao lado do homem no fazer histórico legitima relações de

poder, marcando a submissão delas. A situação é expressa, também, com a personagem Honorina Castilhos, que foi esposa de Julio de Castilhos. Essas representações de submissão, passividade e distinção sobre as mulheres e sobre suas histórias que pouco contribuem ou correspondem à realidade social. O problema que vejo está na formação da comunicação que essas representações sociais estabelecem ao senso comum, como explicou Moscovici (2009) na sua Teoria das Representações Sociais.

A respeito de Honorina, o Museu possui iconografias, indumentárias e documentos pessoais. Esses não são explorados, mantendo uma névoa de sua participação na história do RS, exceto pela presença conjugal com o político. Como abordou Joan Scott (1990), está determinado que as atividades executadas pelas mulheres concedem a elas o único lugar que vão ocupar na sociedade. A deficiência de questionamentos e informações, sejam elas dos temas ou dos registros, como defendo em tese, faz essa condição. A abordagem museológica neste sentido se torna oficial, elitista, masculina, oferecendo uma visão única da história aos públicos. No acervo do MJC existem nove objetos relacionados com a protagonista Honorina. No entanto, as lentes se voltam para o retrato icônico que Honorina Castilhos aparecendo com os filhos e marido (Figura 15). A reprodução da obra⁸⁶ está contextualizada junto ao mobiliário que foi o quarto do casal. Honorina não sai do ambiente privado de sua experiência vivida, reservada à atuação de esposa, mãe e mulher. Sua morte pelo suicídio ainda não foi investigada, um tabu que a ajuíza como fugitiva das responsabilidades da criação dos filhos, e de se manter solitária no ambiente doméstico, segundo a literatura que o museu utiliza, vinda do IHGRGS.

A eterna viúva de Castilhos segue enterrada na penumbra da história do marido, como muitas mulheres foram apresentadas e propagadas. Novamente a ideia do casamento é retroalimentada pelo museu, como parte única da existência feminina. A ela foi conferida a “virtude do amor”, apontado nas cartas trocadas com o noivo-marido por vários períodos que constam no banco de dados como destaques do acervo do Museu. A memória e a história de Honorina Castilhos, constituída na colcha da cama do casal, pelas cartas de amor, no discurso do retrato e outros objetos pouco interpretados representam a única história social dessa personagem.

⁸⁶ Os museus, por medida de conservação preventiva, não utilizam na exposição a iconografia original. A reprodução é informada aos públicos.

Figura 15 - Retrato da família Castilhos



Fonte: Acervo MJC. Autoria: Virgílio Callegari. Sem data. Reprodução da autora. Em novembro/ 2019.

A posição ocupada por Honorina na fotografia, ao lado do marido, remete informação do eterno companheirismo da personagem, como se houvesse igualdade de condições entre o casal. Contudo, define uma noção histórica cujo referencial de atitude era visto como ideal para o gênero feminino. A imagem encobre qualquer contradição que pudesse envolver os problemas internos familiares. Oblitera à desvalorização das suas atividades individuais, em prol da organização familiar a que se dedicava como mãe de muitos filhos. Esse espaço de experiência já não comporta os horizontes de expectativas, como mostrou Koselleck (2014). Há novas experiências provocadas pela rapidez das mudanças, e o museu precisa mostrar essas temporalidades acompanhando as diferentes formas como a sociedade vê a história. Cada época tem seu tempo, embora haja um relacionamento desses regimes de tempo pelas conexões de passado e futuro. Mas o museu não faz essas amarrações.

Ao meu olhar, a representação do retrato da família Castilhos, e da posição dada a Honorina, é um inconveniente frente à apreciação dos estudantes que visitam o museu. Evoca memórias que reverberam num modelo cultural de relações, com privilégios ao masculino, desmerecendo que a personagem também desenvolveu, mesmo no contexto doméstico, trabalhos e atitudes contributivas. Se estabelece nessa imagem a presença do passado, como mostrou Gumbrecht (2010,

p. 13), mas um passado pontuado pela memória de mulheres que já viveram e não se conectam com as expectativas de futuro. Esses sentidos poderiam estar retidos na escrita museológica do passado como ressonância no presente. Assim, a aproximação da problematização das histórias das mulheres estaria mais respaldada e os objetos reconhecidos como valores em representação.

Figura 16 - Sala Julio de Castilhos – Quarto casal



Fonte: Imagem do arquivo pessoal da pesquisadora. Data: 14/10/2010.

Os outros acervos que foram classificados e encaixados entre 1995-2004 na temática biográfica de personagens históricos, pelo viés político, foram: Borges de Medeiros, Araújo Porto Alegre, Francisco Brochado da Rocha, Andrade Neves, Flores da Cunha, José Lutzemberger, Liberato Salzano Viera da Cunha, Saldanha da Gama, Conde Porto Alegre, Thompson Flores⁸⁷. No acervo incorporado entre 1995-2010 está presente a questão das elites urbanas, em detrimento das rurais. Isso se faz notar especialmente pela especificidade das coleções de indumentárias, iconográficas e documentais. Esses objetos têm uma dimensão comportamental, fazem parte do imaginário urbano de composição de uma civilidade. Luvas, retratos e certidões, por exemplo, dão recado como instrumentos de propagação do que significa ser uma pessoa da cidade, sob um viés de classe e grupo social.

A baixa produção informacional dos acervos pelo MJC o impede de perceber que na condução de agenciamento dos objetos por parte de uma elite, há um posicionamento. Conforme a leitura da obra de Carla Renata Gomes (2009) que trata o rio-grandense como uma invenção, funcionalmente em relação ao universo museológico e historiográfico brasileiro o Museu segue a linha de conotação periférica regional. O MJC ajudou a construir e dispersar essa construção. Verifica-

⁸⁷ Pasta de doações a partir de 1995 até 2004, nº273 do Arquivo da Reserva Técnica 1.

se que as coleções de maior volume foram referidas na questão dos costumes da vida urbana, em contraposição dos objetos dedicados à classificação Regionalismo.

Esses últimos somente adquiridos entre 1999-2002. Dos objetos considerados na coleção Regionalismo, aparecem instrumentos de trabalho no campo, relativos às lidas agrícolas e da pecuária. Arreios, estribos, pás, produtos da atividade agrícola que alimentavam a economia do Estado. Neste caso, a visibilidade do trabalho das mulheres é incógnita. Não há referenciais nas coleções que apresentem atuação delas nas plantações, no manuseio do gado, nas fazendas e sítios, compartilhada na labuta diária da criação dos muitos filhos, trabalho doméstico, e na multiplicidade das identidades a elas distribuídas. O que se pode concluir é que as representações do trabalho das mulheres são do âmbito urbano e, principalmente, o domiciliar.

O suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas completava 50 anos em 2004. A efeméride serviu de condução de uma campanha de arrecadação de acervo, indicação de que as intelectuais mediadoras perceberam a diminuição de novas doações. No documento que planeja a Campanha Pró-Acervo foi mencionada a deficiência dos objetos dedicados à lembrança de eventos políticos. O entendimento do que deveria ser considerado político se distanciava da organização dos modos de vida dos rio-grandenses, como vinha sendo adotado nas coleções de indumentária, iconografias e documentos. Partia da noção de governo, Estado, que o Museu tinha se dedicado nas narrativas e representações biográficas anteriores. De modo que a proposta foi a formação de uma coleção Getulista, retorno da patrimonialização biográfica, inter-relacionando narrativa memorialística, história nacional e regional.

Tudo isso culminaria num plano de exposição “Getúlio Vargas, da vida para a História”, que acabou sendo lançada em 24 de agosto de 2004. A campanha de arrecadação de acervo Getulista recebeu álbuns de fotografias, recortes de jornal, documentos, indumentárias e um charuto, atribuído ao antigo governante. Objetos colecionados remetiam à experiência de valor emocional, de um conhecimento formalizado da história consagrando eventos e época particularizada.

As explicações históricas atribuídas aos objetos tiveram uma finalidade utilitária, de dar uma “aura” ao personagem e ao passado composto. Revelados na exposição temporária alusiva, não foram documentados no inventário museológico. Cabe destaque para a indecisão das mediações a serem propostas pelo Museu, com a constituição da nova coleção Getulista, não concretizada. A biografia do ex-

presidente se mistura com a das pessoas doadoras, grupos e instituições em suas trajetórias. Ressignificados pelo museu, os objetos de Getúlio não eram mais pertencentes a ele, mas das relações compostas pelos seus interlocutores.

Um objeto em espacial, doado e musealizado chamou a atenção. Um vestido de “convescote”⁸⁸ que a doadora teria usado quando mocinha. A história a ser contada sob essa memória estava ligada com a vida familiar e pessoal da doadora. Mas ao mesmo tempo, associada à extensa rede de relações de poder políticas, sociais e culturais do Brasil. A doadora testemunhou, com sua mãe, a primeira oportunidade de sufrágio dada às mulheres, em 1934, usando o vestido.

A breve narrativa fortalece minha tese de que a ausência, insuficiência e distinção sobre as histórias das mulheres nas representações do acervo do MJC tem sua gênese nos problemas da documentação museológica. O vestido pertenceu a uma mulher de um grupo privilegiado, cuja história e testemunho foi apagado. A não ser por ter compartilhado um momento de lembrança pessoal e esquecimento social ao lado de um personagem ilustre da História brasileira.

O MJC ainda suscitou outras campanhas que fomentaram outras exposições temporárias, jornadas de discussões, palestras e cursos referentes ao contexto dos personagens. Uma das maiores arrecadações constituiu-se do “Acervo família Pilla”, cuja doadora, Maria Inês Pilla, que individualmente forneceu 70 peças do político parlamentarista. Foi mais uma das consagrações de fabricação do imortal, como intitulou Regina Abreu (1996).

As peças selecionadas para representar o personagem Raul Pilla⁸⁹ foram os objetos centrífugos (CARVALHO, 2008), que caracterizam e desenham personalidade de gênero, atribuindo-lhe valores, qualidades, modos de ser que remetem à ordem masculina no universo da política, do trabalho e do estudo. Chapéus, acessórios, documentos, consagrações, medalhas e discursos formaram essas representações.

Com relação ao menor volume de aquisições do museu, 2007-2010, o fechamento para novas incorporações foi a medida motivadora. Funcionando em plena capacidade de exposições temporárias ativas, e vultuosa frequência de

⁸⁸ Doação Maria Helena Pilla Villela, 2003.

⁸⁹ Médico e Jornalista opositor do Partido Republicano Rio-Grandense, partidário de Julio de Castilhos. Idealizador na Revolução de 1923, e com a constituição do Partido Libertador, apoiou a candidatura de Vargas ao poder em 1929. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pilla-rau..> Acesso em: 25 mar. 2020.

escolas, a instituição parou de aceitar doações. O objetivo era revisar o processo de musealização e os registros e catalogações anteriores no Sistema Donato⁹⁰. Como já comentado, o levantamento do acervo era necessário, já que detectada a existência dupla de tombamentos, incorreções, anulações e repetições de objetos. A direção do MJC 2007-2010 foi contemporânea das discussões e implementações das políticas públicas museológicas no Brasil que culminaram com a aprovação do Estatuto Brasileiro de Museus. De modo que não faria sentido manter a inadequação dos procedimentos museológicos de aquisição e documentação com novas investidas. Novas aquisições no quadro acrítico do processo de musealização era manter o MJC fora do eixo da produção de conhecimentos.

Os procedimentos teórico-metodológicos da Museologia foram adotados, separando a escrita histórica dos objetos, do processamento museológico dos mesmos. A tentativa foi de constituir uma convergência entre o museu tradicional e a museologia social nos procedimentos institucionais, mesmo que deixando de lado os movimentos sociais que se articulavam e as demandas mais recentes de discussão. A preocupação se deu com o conjunto total dos objetos, numa noção de “arrumar a casa”.

Neste contexto, os objetos receberam atenção documental e informacional a partir dos alicerces teóricos de Peter Van Mensch (1989). Para o cientista holandês, museólogo da Universidade de Amsterdam, a musealidade do objeto é definida pelo seu valor documental específico, integrando o homem com sua realidade. Para ele, esses são os dados necessários que amparam as ações de preservação, pesquisa e comunicação de cada peça pela instituição.

Nesse modelo teórico, o objeto pôde ser identificado na sua descrição física (dados intrínsecos da materialidade), juntando a sua funcionalidade e significação (valor representacional e simbólico) com a sua Historicidade (gênese, usos, etc.). Essa perspectiva de tratamento dos objetos iniciada pela gestão 2007/10 foi uma das razões que levaram a tão baixo quantitativo de aquisições. A revisão do Donato, as insuficiências informacionais e as representações engessadas deram motivo para fechar o acervo a novas entradas de peças.

As coleções de Indumentária, Iconografias e Documentos são compostas por diferentes tipos de artefatos. Investiguei cada uma delas, individualmente, após

⁹⁰ Relatório de Gestão 2007-2010, Livro Diário do Acervo, dezembro de 2010.

considerar que as peças catalogadas atenderam classificação também em outras coleções. Por exemplo: os chapéus e os leques existentes na coleção de indumentária. Há chapéus que foram indexados em coleções de Utensílios Pessoais, revelando duplidade de critérios na composição das coleções.

A coleção Indumentária foi constituída por modelos de vestidos, fardas militares, ternos masculinos, calças femininas e masculinas, saias, blusas de variados usos e tipos, camisas masculinas, femininas e infantis, casacos masculinos, femininos e infantis, calçados adultos e infantis, luvas masculinas e femininas, bolsas, ponches, chapéus masculinos e femininos, camisolas de variados tipos, pijamas masculinos e infantis, roupas brancas (denominação para roupas íntimas femininas) e acessórios das vestimentas, entre outros.

Analisei os acessórios considerados de uso feminino/mulheres na coleção. A elas foram atribuídos leques, joias, bijuterias, cintos, lenços, laços, coroas de flores, pregadores, véus, rosários, flores, entre outras peças. Peças que, pela riqueza de detalhes, remetem a um consumo da classe média e alta com poder aquisitivo para adquiri-las. Objetos que, pelas suas características físicas, matérias primas, formatos, emitiam mensagem de sofisticação e bom gosto. Conceitos subjetivos, mas considerados valores de elegância do hábito das mulheres “bem-nascidas”, a serem copiados. Eram efeitos visuais sem exuberância, excesso demonstrando investimento pessoal e vitrine das famílias (CARVALHO, 2008).

A respeito da época das vestimentas e dos acessórios, situa-se na temporalidade do segundo quartel do século XIX, até aproximadamente os anos 1950-60 do século XX. São roupas de mulheres cuja principal atividade era cuidar da casa, residentes em áreas urbanas, oriundas da classe média e alta, jovens⁹¹, casadas, católicas e brancas. O modo de vida apresentado por estas peças é indicativo do catolicismo como opção religiosa, tanto das usuárias como de suas doadoras (Figura 15).

⁹¹ A faixa etária é uma variável embasada nos critérios intrínsecos das roupas e no modelo de uso.

Figura 15 - Missal



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC. Doação LG, ano 1996.

Neste sentido, o objeto “Missal” destacado na Figura 15 comprova a prática religiosa da doadora, que viu oportunidade de preservação material e imaterial da liturgia católica pelo MJC. De certa forma, é um patrimônio que demonstra a relação da religiosidade dominante no RS, e a vincula com a questão de gênero. O culto católico representado no livro de missas se une com a fé representada na própria peça. A religiosidade, como o gênero, pode ser percebida como construção social e de classe, etnia e raça.

Junto a essa expressão teológica do objeto Missal foi possível identificar, na avaliação das indumentárias do MJC, traços de um comportamento reiterado da moral cristã e da família patriarcal. Se de um lado uma remodelação cultural e social dava sinais de avanço, no contexto estabelecido pelos usos das roupas do final do século XIX para primeira metade do XX, em modelos mais práticos por outro, mantiveram-se ativos os códigos de vestir e se comportar, repletos de tabus, os preconceitos e as repressões.

As vestimentas mais leves e até mais confortáveis, liberavam as mulheres para a circulação a qualquer parte e horário. Vestidos, saias e calças acompanham a permissão a desenvolver alguma prática profissional e educacional, além de induzirem mudança nas relações sociais a partir de novos costumes de observação. Vitrines, consumo, ver e ser vista, assinalam transformação silenciosa nas histórias das mulheres.

A Figura 16, a seguir, retrata essa perspectiva de análise. A foto traz o cenário da ocupação das calçadas públicas por mulheres transeuntes, especialmente na hora de “pico”, onde o movimento de saída do trabalho e outras atividades produtivas e de lazer transformavam a via pública em espaço de sociabilidade. O roteiro era transformado em evento. Era o momento de mostrar-se em que situação de ócio, só permitido à classe média e alta, que percorria confeitorias e cafés com suas melhores apresentações de roupas. Elegância e discrição davam o tom às mulheres desejosas de estarem de acordo com os ditames da “moda” que saía nas revistas⁹². Clara Pinsky, em sua obra “Mulheres dos Anos Dourados” (2014, p. 45) comenta que as revistas femininas contribuíram para enfatizar desigualdades das práticas sociais da época. O ideal de mulher, segundo a autora, era representado pela mulher branca, da classe média, com estilo de vida pontuado no modelo de família. Segundo ela, eram “valores culturais específicos (burgueses) e uma ideia de felicidade ligada ao consumo de bens e a adesão de determinadas modas e normas sociais”. Tais valores difundidos estão presentes na materialidade dos objetos a partir dos interesses de doação e da recepção para musealização por parte dos agentes do museu, compondo a representação de mulheres no museu. Moscovici (2009) expôs a representação em duas formas que aqui se mostram: a ancoragem e a objetivação. Na primeira se referiu à apropriação de categorias familiares pelas pessoas, organizando seu pensamento. Na objetivação, o autor explica a transformação do abstrato em concreto (ausência e presença), unindo a ideia do real com o que não era familiar, ou seja: “transferir o que está na mente em algo que existe no mundo físico” (MOSCOVICI, 2009, p. 61).

⁹² Para o Dicionário Houasss (2001), moda é maneira, gênero, estilo prevalente (de vestuário, conduta etc.); conjunto de opiniões, gostos e apreciações críticas, assim como modos de agir, viver e sentir coletivos, aceitos por determinado grupo humano num dado momento histórico.

Figura 16 - Mulheres na “Rua da Praia”



Fonte: Adaptado do banco de imagens do Sistema Donato. Acervo MJC

Vestes vinculadas aos rituais do casamento, como guirlandas e vestidos, à virgindade como a “camisola da noite”, o vestido de debutar, e o véu litúrgico (véu de viúva⁹³ ou trajes de dó) são partes de um atestado de regularidade das mulheres aos costumes e as emoções. São componentes silenciosos de suas histórias de sofrimentos, dores e alegrias, mas também são registros de como elas redimensionaram essas construções em novas produções nas quais articularam seus próprios modos de estabelecer poder, para além dele próprio.

As moças de famílias abastadas que podiam ter variedade de trajes em seus guarda-roupas pelo acesso a modistas, costureiras, comércio e revistas de moda e costumes, utilizavam as indumentárias e acessórios como reivindicação no espaço que lhes era negado. São peças que constituíam pessoas cuja interpretação de feminilidade pelo visual não revelava a suas subjetividades.

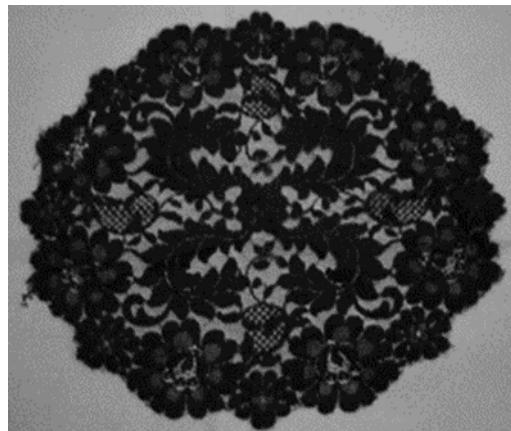
⁹³ Esperava-se que as mulheres permanecessem em luto após a perda do marido. As mais novas, por no mínimo dois anos. As mais velhas, por tempo indeterminado. O véu do acervo do MJC mostra o tipo de luto ordinário, que durava cerca de nove meses, cuja peça era mostrada sobre o rosto, usada atrás do chapéu, ou caído nas costas e ombros. Nenhuma dessas informações constam da ficha de identificação na documentação do objeto. (A MODISTA DO DESTERRO, 2020).

Figura 17 - Fotografia Noiva e seus pais



Fonte: Adaptado do banco de imagens do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Iconografia

Figura 18 - Véu de Viúva (Traje de Dó)



Fonte: Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Indumentária

As peças de roupas eram teorizadas em significados sobre o perfil das usuárias, segundo suas características: maturidade sexual (decotes, transparências e cores), submissão (babadinhos, cores claras, sapatos baixos), conformismo (peças de cadeias de lojas, cores discretas, vincos e gomas), rebeldia (cores vibrantes, detalhes exóticos), riqueza (joias, tecidos nobres, cortes alinhados, caiamento perfeito), saúde (modelos que revelam o corpo, cores claras, higiene impecável), pureza (roupas brancas, flores e rendas) e outros.

A Figura 17, da Noiva e seus pais, e a Figura 18, do véu de viúva, mostram a representação da mulher voltada para o casamento, vida doméstica, como se suas vidas se misturassem ao espaço do convívio da família, da casa. Modelos pré-concebidos e naturalizados, transformados em representação na realidade de

homens e mulheres. Entretanto, essas representações condizem apenas com a realidade da cultura das famílias patriarcais, de domínio e autoridade do homem, branco. A questão é que essas representações se tornaram sistemas de linguagem no âmbito das relações. Uma roupa de formatura, um uniforme ou uma calça de alfaiataria ainda hoje indicaria atividades profissionais.

As roupas das mulheres deveriam sugerir que essas seguiam os padrões respeitáveis das famílias. A mesma situação se dava com relação aos acessórios e calçados. Uma sandália com calcanhares à mostra não era indicada para “moças de boa reputação”. O Museu possui no acervo um modelo de sandália que foi usado pelas jovens que seguiam a moda nos anos 1960. Era chamada “Gueixa”, foi doada por Odethe Maciel Dalzot em 1996. A peça na época era revestida de preconceito por ser assemelhada às utilizadas pelas baianas que vendem alimentos nas ruas e, portanto, associada com a raça negra, as escravas, no pior estereótipo e preconceito. A documentação não descreve a tese, mas permite elucubrar a sua doação justamente por esse perfil desviante da norma para as moças. Por outro lado, trazendo a peça para uma discussão de gênero, o desafio é retirar a representação de sexo do objeto. A sandália é naturalizada como um calçado de “mulher”, o que socialmente poderia ser atribuída ao gênero, portanto, sobre a peça recai uma imagem construída e que permanece em diferentes temporalidades e contextos. A ideia de ser mulher vai muito além de ser biologicamente reconhecida. Como já dito, não há um só tipo que caracterize as mulheres, e isso se inclui nos discursos ligados ao machismo, a discriminação e o preconceito.

Figura 19 - Sandália Gueixa



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção ID

Para as mulheres que tinham acesso ao trabalho, era uma forma de apropriação do mundo fora da rotina doméstica. Michele Perrot (1998), em sua obra

que aborda a perspectiva da ocupação feminina no espaço público, comentou que nos códigos burgueses de representação, o trabalho era um ambiente em que afloravam sociabilidades indistintas entre as mulheres. Para as burguesas urbanas que não desfrutavam de um emprego, as lojas, salões de beleza, cafés e igrejas eram os espaços possíveis de vivências e trocas. No acervo do Museu encontramos, com este sentido de fala, várias imagens fotográficas que registram reuniões de mulheres, passeios em via pública, lanches em parques. Assim como há também no acervo, imagens atribuídas aos eventos políticos frequentados pelos maridos e pais, nos quais elas atuam como meras coadjuvantes. De qualquer forma, coloca as mulheres fora do isolamento das casas e das vidas dedicadas ao trabalho de casa.

Figura 20 - Mulheres em reunião social



Fonte: Adaptação do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Iconografia

Nos registros do sistema Donato não há registros de quem foram e o propósito dos encontros em que aparecem essas mulheres apontadas na Figura 20. Mas as fotos mostram a interação social vinculada ao espaço privado, mesmo que se encontrassem em ambiente de intimidade e laços de amizade. Seguramente, as imagens desses encontros apresentam suas relações engessadas na moldura social. Entre amigas e conhecidas, suas atitudes corporais se apresentam rígidas, apesar do sorriso posado para a foto. As vestimentas as mantêm tensas e, muito provavelmente, desconfortáveis na conversação.

A postura, parte do que foi considerado como educação feminina, e os modelos de vestimenta nas fotos e na materialidade do objeto, eram representações de *status*. Algo muito próximo das fotografias tiradas na atualidade das redes sociais. As vestimentas atribuem identidade social, diferencial hierárquico no pertencimento a classe e grupos, sendo representados nos modelos sempre binários. Reforçam representações de poder e de promoção pessoal pela aparência.

É válido comentar que, nos registros textuais das fichas de identificação do Donato analisadas, não encontrei anotações, identificações, observação, informação que tratassem de mencionar as diferenças dos muitos corpos existentes, fossem eles masculinos ou femininos. As peças como vestidos, casacos, calças e camisas que foram ligadas ao feminino/mulher, mostram que os manequins foram costurados nas medidas do que hoje chamamos tamanho 38 ao 44 (P e M). A informação conduz à exploração do biotipo das usuárias como de proporções pequenas. Existem peças com medidas de cintura que mostram, seguramente, que suas usuárias sofreram horas de pressão e ajuste de um modelador, tal a redução da circunferência.

Não sem motivo que o acervo guarda cintas, corseletes e espartilhos. Ressonância e encantamento de objetos que transmitem sentimentos e singularidades, como informou o autor Greenblatt (1991). Conduzem ao corpo moldado para atender ao deleite visual masculino, segundo parâmetro de uma determinada época. Objetos de vestir invisíveis que significam, ainda hoje, uma forma de comunicação subjetiva a conduzir desejos no sexo oposto. Mesmo escondidos, corpo e objeto de fetiche traduzem a imposição da mulher revelar-se ao homem e que por isso, inúmeras vezes, foram subjugadas e valorizadas pela nudez.

As Indumentárias consideradas femininas sugerem que os hábitos alimentares e de consumo, que se alteraram com a época, não produziram obesidade. As roupas de tamanhos pequenos são excludentes de um grupo de mulheres com esta retórica corporal. Incluindo as grávidas, igualmente inexistentes no acervo musealizado, embora as coleções de indumentária e iconografia apresentem crianças. O MJC, em suas interpretações a respeito de mulheres/feminino em seus corpos vestidos, informa unicidade das características antropométricas delas. Uma falácia que recai em questões culturais e sociais, e desconsidera descrições da multiplicidade de corpos e pessoas.

Cabe aqui uma terceira via de interpretação para o tamanho pequeno das roupas, sapatos e acessórios, sobretudo com modelagem de estilo senhoral, num protótipo da mulher casada, do lar, e respeitável por essas condições. O casamento numa faixa etária da adolescência de meninas com homens mais velhos. Uma cultura que hoje é considerada hedionda, mas que traduz a história de vida de muitas mulheres do passado e do presente. Um tipo de violência subliminar que o museu não narra, reconhece e reage, pois não documenta, pesquisa e insere a possibilidade na historicidade da peça, em sua vida funcional. Mulheres, pobres ou não, negras, brancas, indígenas, foram submetidas a tal prática exploratória que ocasiona gravidez indesejada, abandono da escola, violência sexual e emocional, entre outros perigos.

Na coleção de indumentárias, investiguei nas subcategorias feminino/mulher, que não aparecem peças cujos registros remetam a atividades profissionais. A economia capitalista e os conflitos mundiais do início e meio do século XX abriram possibilidades para as mulheres ocuparem estes espaços. Esse período é o de maior representatividade nas vestimentas doadas, mas, na catalogação, não encontrei menção às comerciais, industriais, agricultoras, etc.

Dentre as peças encontradas na coleção, dois exemplares reportam para o trabalho doméstico, o avental e o saco de lavadeira. Esse último era um tipo de bolsa bordada em tecido simples contendo iniciais, ou algum outro tipo de indicativo da propriedade, como flores ou cumprimentos, no momento de buscar ou entregar a roupa para lavar fora. As peças eram trabalhos manuais, feitos pelas próprias donas de casa ou por costureiras, profissão que também não é citada em nenhuma peça, nem mesmo naquelas feitas sob medida da usuária (doadora).

Os dois produtos, avental e saco de lavadeira, fazem parte da mão de obra de mulheres das classes populares, que se utilizavam do seu trabalho como fonte de recursos de subsistência. As duas peças dos afazeres domésticos que utilizei como exemplo, foram confeccionadas pelo trabalho manual. Indicaram uma hierarquia econômica dentro do próprio gênero feminino, ou seja, da doadora oriunda da classe média, e da trabalhadora em que as atividades não estão aparentes nas memórias daquelas interlocutoras dos objetos. Para além disso, o avental e a lavagem de roupas são ações ligadas à concepção da mulher como cuidadora, de si e dos outros.

Figura 21 - Avental Ano 1938



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Indumentária

O avental branco, segundo informou Vânia Carvalho (2008), era investido do significado de cuidado, higiene e limpeza, que demonstravam o asseio da mulher dona de casa. Segundo a autora, ostentar roupas brancas, em uma época sem máquinas, alvejantes e demais recursos de clareamento, que não o quarar no sol e a bucha de anil, era um trabalho que “mostrava a presença ou a ausência do amor das mulheres pelos filhos e maridos, pois mostrava sua preocupação com a desinfecção da casa” (CARVALHO, 2008, p. 288).

O acervo do MJC é elitizado em identidade e representação, da sua incorporação até a exposição. As peças das três coleções investigadas se adequam à perspectiva colonialista, eurocêntrica, levando a crer na realidade de uma homogeneidade inexistente das mulheres. É possível identificar elementos que comprovam a afirmação, ao pensar que as incorporações ocorridas por doadoras entre 1995-2010, se deram pelas mulheres oriundas da especificidade da burguesia urbana predominantemente branca. A diversidade dos objetos na conotação de identidade racial branca aponta alguma superficialidade que se pode chamar narcisista de constituição do patrimônio museológico do RS, mediante a infinidade de histórias adormecidas pela ausência de documentação e representação.

Na história do RS, seria irreal apenas um tipo social de mulher, com tantas migrações e imigrações que sua história manifesta. Os processos históricos e culturais impossibilitam a presença feminina única e monolítica. A biografia dos objetos, segundo Alberti (2005), que o MJC dispõe como patrimônio, conduz ao

entendimento dessa matriz. Para o autor, as peças musealizadas têm 3 etapas de representação: ao adentrarem na instituição e receberem o processamento museológico, a fase em que recebe os novos atributos de significado e a complementação com a difusão expositiva. Essa última interage o visitante com o objeto e a instituição, o que Greenblatt chama de ressonância. É nesse momento de ressonância que se dá a relação de presença, de alma, de aura, da evocação da experiência e da representação, em consequência da biografia já desenvolvida. As análises que aqui venho desenvolvendo têm procurado dedicar-se a conduzir o olhar para este sentido das peças musealizadas, a respeito das mulheres em suas trajetórias e que não sejam a partir de significados atribuídos com base em relações de poder.

O significado de aventais, vestidos, véus, sapatos e outros objetos revestidos de sentido de gênero precisam ser entendidos desde sua pré-história museológica, de quando foram selecionados pelas doadoras, em valores previamente determinados nos âmbitos das relações sociais e de poder. Como representações e semióforos, no museu podem ser ressignificados e envolvidos em outras transações simbólicas.

Percebi que indumentárias, iconografias e documentos doados e patrimonializados no MJC, tenderam a mostrar uma sociedade rio-grandense hesitante entre tradição e modernização. Aqui me refiro à modernização no sentido da experiência, como modalidade de coexistência entre o antigo e o novo. Nessa perspectiva, os comportamentos seguiram uma linha sucessiva de alterações. Mas, pelo que se pode avaliar nos registros de escrita das fichas digitais dos objetos formando narrativa e discurso, no âmbito das relações de gênero, sociais e de poder, o avanço não acompanhou a musealidade e a musealização.

Nos vestidos, saias, bolsas e sapatos há o colorido, o visual e a praticidade exigidos para o cenário das atividades urbanas. Por outro lado, as roupas manifestam reminiscências de representações e práticas que emergem como ciclos que se repetem e avançam, formando impressões esquecidas e lembradas nas narrativas que lhes são conferidas. As roupas produzem memória corporal, mediam a presença e a visibilidade delas, institucionalizando, de alguma forma, a representação das mulheres.

A coleção iconográfica apresentou exemplares da cultura visual, caracterizados em suportes como fotografias *in vitro*, cartões postais, fotos

impressas em preto e branco, colorizadas, coloridas, imagens em nanquim, aquarelas e outras técnicas de registro imagético. Além disso, a coleção é formada por temas: paisagens, vultos históricos, lugares, eventos políticos, personagens militares, crianças, mulheres, álbuns e reproduções. Essas peças iconográficas são signos que, segundo a semiótica, geram interpretações e entendimentos com múltiplas possibilidades que facultam a construção de significados. Tentei observar as fotografias da coleção como modos de linguagem que representam significados. Trabalhei com as imagens fotográficas de mulheres em grupos, ou em situações individuais cujos temas remeteram a uma organização por ocasiões: festivas, de passeio, maternidade, rituais e morte. Também localizei cartões postais em preto e branco e colorizados, como retratos de passeios ou em estúdio⁹⁴.

As fotografias da coleção iconográfica do MJC não são de conotação jornalística, publicitária. São imagens de pessoas comuns em eventos cotidianos da existência, em situações pousadas ou espontâneas. De forma que favorecem um amplo espectro de discussões e reflexões, principalmente porque foram em sua maioria identificadas pelos registros predominantemente de homens retratando mulheres. Dentre várias fotos, foram localizadas fotos mortuárias de mulheres. Esses registros *pós morten* eram atos de memória que os familiares levavam para casa, a fim de lembrar a aparência do ente que partiu, na visualização do cadáver. A morta da fotografia foi apresentada com indumentária cotidiana e num cenário habitual, como se estivesse ainda viva. O valor dessas imagens no museu é o trânsito que elas fazem entre o presente e o passado, a presença do invisível no visível, a presença da ausência.

A dissertação de Clarissa Ramos (2018), a respeito de postais fotográficos, coloca que tais imagens motivavam as suas observadoras a criarem uma história a partir do que viam impresso, ativando um modelo de feminilidade a ser copiado e seguido. Uma outra face das imagens sublinhava o lugar da mulher e acentuava o discurso paternalista da época.

⁹⁴ Os cartões postais eram vistos como representações do mundo, uma forma de sua compreensão. Foi uma modalidade de colecionismo muito comum nos primeiros anos do século XX, pelo seu valor mais baixo do que as fotografias. Além disso, o funcionamento dos correios em distribuição facilitava o envio das mensagens, popularizando o uso dos cartões postais. As imagens não são apenas decorativas, mas mostram uma prática de construção de sentidos e de representações de gênero. As representações das mulheres estabeleciam um modelo a ser seguido, quase sempre romantizado.

Figura 22 - Cartão postal



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/ Coleção Iconografia

Figura 23 - *Pós Morten*



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Iconografia

Os exemplares fotográficos observados evocam a perspectiva memorialística das imagens. Ordenam narrativas performáticas e teatrais, pois as pessoas retratadas parecem deslocadas, instruídas a pousar. Esses suportes de imagens são materialidades que produzem sentidos, estabelecem o que Gumbrecht (2010, p. 151) constituiu como “desejo de presentificação”. Trazem a sensação ou efeito de não deixar o passado para trás, misturando os mundos do presente com o passado. De alguma maneira, pela presentificação, o objeto no museu conduz à dimensão histórica, uma ausência – presença da distância do presente com o passado. Hans

Gumbrecht menciona esse movimento do “efeito de presença” como uma forma de invadir as pessoas com “efeitos de sentido”, ou seja, trazer à tona as sensibilidades, as suscetibilidades e as sociabilidades da experiência humana que findaram com a morte. Mas como fazer isso no museu? Dado o objeto, resta à documentação afinar essa complexidade de corporificar algo. E esse algo está na história da mulher, na biografia dos objetos que usou. No que conquistou com seu corpo, sua força e sua voz.

A menção dos termos feminino (a), mulher (es) no banco de dados apresentou dados que merecem destaque. O primeiro é a questão das doações. A coleção recebeu fomento no período 1995-1998 e poucas informações foram dadas a respeito delas e seus personagens. Isso significa o oculocentrismo. Segundo Ulpiano Meneses (2003, p. 36), diz respeito à “aceitação de que o evento se realiza na imagem ou não tem existência social”. Não representam nem complementam histórias, expondo abertura para manipulações, falsificações, usos e abusos de várias possibilidades de inclinações.

A coleção de documentos do MJC foi composta de regulamentos, cartas, diplomas, mapas, nomeações, jornais, discursos, títulos, passaportes, “santinhos” políticos, passaportes, títulos de eleitor, autorizações, certidões, notas fiscais e outros. Os documentos foram classificados como oficiais, os que eram expedidos no âmbito estatal do tipo, título de eleitor; salvo conduto; diplomas, certidões. E, os documentos pessoais, escritas autorais de si e para outro, como cartas, bilhetes e diários. Os documentos oficiais que remetem para as histórias de mulheres relatam a dependência delas aos ditames dos costumes. São enquadramentos na lei, que apontam a condição de subordinação aos pais e maridos. O título de eleitor da figura a seguir, como exemplo, propõe a trajetória do direito ao voto da mulher brasileira, somente garantido constitucionalmente em 1932. Especial destaque à progressão das lutas pela igualdade de direitos que emergiu tão somente na década de 1960.

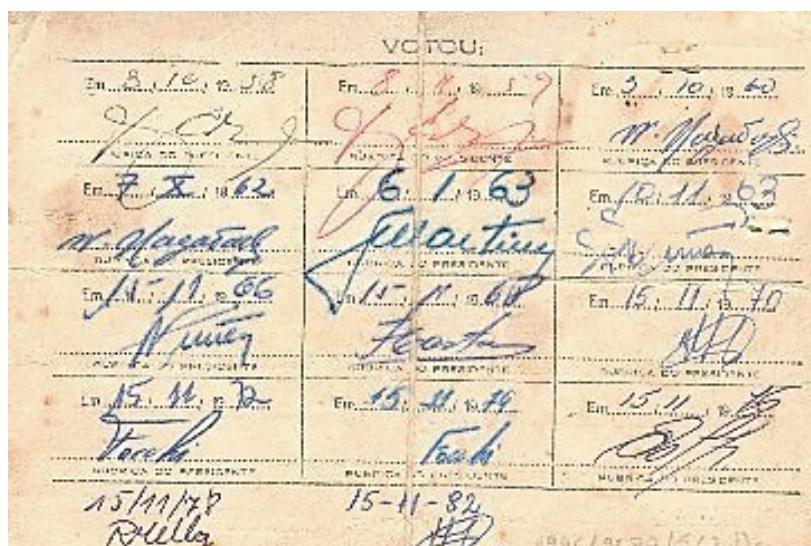
Os documentos oficiais encontrados no Sistema Donato que remetem às mulheres solteiras, tratam das condições de trabalho e do estado civil das personagens. Os documentos podem elaborar referenciais sobre as transitoriedades dos ciclos da vida dessas pessoas, dando suporte para compreender os conflitos vividos e as maneiras de agir e sentir.

Nenhum desses documentos da coleção pode ser confundido com a ilusão de neutralidade de suas seleções. São informantes que remetem às escolhas de

mulheres representantes das altas castas sociais da cidade de Porto Alegre, ao propósito de dar foco narrativo às expressões políticas e econômicas de seus familiares masculinos. São ausências e silêncios auto impostos. No entanto, esses testemunhos abertos sob a luz da lente do museólogo, e aos focos dados pelos historiadores, podem sedimentar novas perspectivas ao museu na sua produção de conhecimento, especialmente das relações de gênero e poder.

Tais documentos fazem perceber laços e rupturas, dramas e alegrias, intimidades, atrevimentos e desenvolturas das experiências e vivências de suas protagonistas, muitos deles permeados pelos acontecimentos históricos. Trazem narrativas importantes de análise, tendo esses objetos museológicos como fonte.

Figura 24 - Título Eleitoral Florinda Sagebin, 1958



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Documentos

A doação por mulheres de diários, cartas, certidões e diplomas foram ligadas a várias ordens de conexão que, efetivamente, passam pelas disposições de esquecer e lembrar. Esquecer que existe um controle da família em suas ações e relações, controle do Estado a respeito dos comportamentos e escolhas. Lembrar que, nesses mesmos domínios, a sua condição social se diferenciava e as individualizava, visto que, na própria oportunidade de escrever e ler, as colocava em lugar privilegiado econômica e culturalmente, frente a outras tantas mulheres.

O que no presente nos parece absolutamente natural, como: adquirir um traje, um vestido, sapato, tirar uma “self” e postar em redes sociais, assinar um cheque, escrever num *blog*, receber um certificado de conclusão de um curso, ou usar o

passaporte para uma viagem, já foi considerado inadequado. Dos estudos dos *Annales* na década de 1920, abrindo espaço aos novos objetos de investigação, aos estudos feministas pesquisando as mulheres e o gênero nas discussões do tempo presente, o foco dos historiadores marcou ponderações reveladoras das condições das mulheres no tempo. E o museu histórico Julio de Castilhos, por meio das suas coleções, possibilita adentrar em importantes investigações contribuindo na discussão historiográfica.

No capítulo a seguir tratarei das categorias de representação que o MJC tornou hegemônicas para narrar museológica e historicamente as histórias das mulheres, atingindo a minha tese propriamente dita.

5 REPRESENTAÇÕES DAS HISTÓRIAS DAS MULHERES: SILÊNCIO DAS FONTES

Nesse capítulo me dedico em apresentar dados e informações coletados, examinados e interpretados a partir do Sistema Donato, no que se refere às três coleções adquiridas entre os anos 1995-2010: Indumentária, Iconografia e Documentos. O capítulo encerra as problematizações do texto conectando esses elementos com as questões levantadas nos demais capítulos. Mostra as representações produzidas pelo MJC a respeito das histórias das mulheres, pautadas nas decisões das intelectuais mediadoras, indicando a posição do museu na construção dessas histórias e memórias.

Na coleção Indumentária foram evidenciadas várias peças cujas características foram atribuídas ao uso de mulheres. Sobre elas desenvolvi uma classificação quantitativa e por tipo de uso, considerado “natural” às mulheres, como as roupas, de natureza social (referentes a ocasiões formais de celebração e atividades festivas, não cotidianas); vestimentas cerimoniais (referentes a ritos de passagem de suas usuárias, baile de debutante, casamento, camisola da noite de núpcias e luto); roupas íntimas (chamadas roupas brancas, íntimas, como as calçolas, meias, cintas liga, corpetes, sutiãs, combinação, anáguas, espartilhos, etc.); vestuário doméstico (referentes ao uso cotidiano em ambiente da casa como peças do dia a dia: robe, camisola, avental, saias, blusas), e por fim, acessórios componentes (bolsas, chapéus, echarpes, estolas, xales, luvas, lenços, leques, adornos, joias e bijuterias).

Os objetos da coleção Indumentária foram tratados como expressão de um ‘feminino imaginado’. As peças foram entendidas como linguagens que estabelecem representações de feminilidade. Potencializam signos e atributos considerados “normais” nas representações de gênero. De certa forma compreendem um discurso do museu e seus agentes, compondo práticas sociais que conduzem ao reconhecimento do lugar e das experiências das mulheres como sujeitos. Saias, blusas, sapatos, chapéus, luvas, estolas, espartilhos, calçolas foram pontos de referência simbólica positivada sobre a feminilidade projetada nos estratos sociais. Ou seja, as peças criam um ideário estruturado do que seja mulher e de como esse sujeito deveria se portar.

Vestidos, peças nomeadamente atribuídas a feminilidade, são documentos de estudo sobre as histórias das mulheres. São rastros que não foram farejados em extensão como possibilidades de testemunho. Mas que marcam corpos e subjetividades nos seus modos de viver e apresentar-se. Muito além de cobrir o corpo, o vestido é revestido de incorporações socialmente construídas e aceitas de como a mulher deve se portar na demarcação do seu gênero. O que retoma a marcação das representações sociais socializadas e presentes (no sentido dado por Gumbrecht, 2009), estabelecendo a organização das pessoas em sua dimensão identitária, social e cultural.

Os vestidos musealizados no MJC materializam histórias das mulheres. No entanto, não contam traumas, dores, catástrofes, alegrias e realizações, pois estes registros não foram mobilizados pelas lutas das historiadoras do museu. Foram mantidos calados, no conformismo da escrita da história e da memória androcêntrica, que coloca os homens como elementos demarcatórios de identidade e representação. As peças me trouxeram à presença da história não narrada das mulheres. Foram partes das minhas pistas, assim como as demais peças de roupas, fotografias e documentos investigadas como patrimônios musealizados, garantindo a figura das mulheres na história representada pelo MJC.

Ao longo dos tempos as saias e os vestidos, em qualquer circunstância de uso, representavam modelagens de comportamento do gênero feminino. Ao mesmo tempo em que revelaram, também esconderam corpos desejados e proibidos nas convenções morais da sociedade, pelo sexo oposto. O poder patriarcal predominante na narrativa histórica ocidental, vinculou nessas peças signos marcados pelo fetiche ao proibido. Mostrar pescoço, coxas, joelhos e torso era despudor que as mulheres não poderiam se dar o desfrute.

O conservadorismo religioso cristão e a diferença biológica da anatomia fez crer, por séculos, na incompletude, na rusticidade das mulheres. As roupas, como vestidos e saias, representavam uma forma de expressão daquele olhar. Ao analisar os comprimentos curtos ou longos de vestidos e saias, atentar para os tecidos esvoaçantes ou encorpados, foi possível perceber que apontam para formas de manifestação das mulheres que os utilizaram. Indicam que nas relações hierárquicas, de distinção e privilégio da heterossexualidade e da posição de dominação masculina, as mulheres acharam nas roupas uma válvula de escape para manifestar-se.

Figura 25 - Vestido de gala, 1920



Fonte: Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Indumentária

O vestido de gala da Figura nº 25, em tecido luxuoso e adornos requintados por bordado a mão, manifesta o discurso elitizado de sua doadora e do próprio museu em narrar essa história. O título da peça que consta da ficha de identificação do Sistema Donato, “Vestido de gala”, já representa a característica cultural e social, gestos e ritos que a classe da sua usuária valorizou. É um molde definido para um tipo de mulher esbelta, num padrão de beleza quase geométrico, longilíneo como os adornos da peça. Sua ficha de registro descreve como um modelo dos anos 1920. Na época, para esta classe, havia mudança no cenário de experiências às mulheres. No Brasil, no modernismo, as sufragistas, tendo à frente Bertha Lutz a defender os direitos das mulheres, a decadência da política do café com leite e outros eventos políticos e sociais modificavam costumes.

Observando as exposições nas quais o vestido foi mostrado, e em que argumento o museu⁹⁵ o utilizou, não localizei, em nenhuma vez de sua apresentação, referência com a história de sua doadora. Sabemos que há uma implícita biografia no objeto, mas este se encontra sem ressonância, restrito às fronteiras de classe.

⁹⁵ Retratos de casamento (09/1998); A moda através do tempo (09/1999); Com que roupa? (2008). Fonte: Livro Diário do Acervo, Pastas de Planejamento das exposições, Arquivo técnico RT1.

Seu sentido reconfigurado como acervo musealizado não está explícito, problematizando a sua identidade social (e nem de sua doadora), menos ainda produz espaço de construção de conhecimento sobre a história das mulheres. A interação permitida pelos registros documentais museológicos de poucas informações se faz meramente em uma representação fantasiosa da mulher rica, de elite, que viveu num espaço lúdico e recreativo da superficialidade dos eventos sociais. Numa dúvida metódica eu diria: essa representação se sustenta sem a intensidade da presença?

A leitura propiciada pela narrativa registrada na ficha do banco de dados, e que as intelectuais mediadoras mantiveram como interpretação, precisa de um regresso. O retorno à pesquisa, diminuindo o distanciamento do objeto com a sua dona, mediado pela instituição museu, atendendo um estatuto de dimensão social. Oferecer uma nova situação de aprendizagem afastando-se da incompletude da abordagem articulada. Retirar sua dona, privilegiada na ocupação de nascimento e vida, da exclusão social e cultural da história.

Como história das mulheres, a peça “Vestido de gala” tem sua própria relevância. O modelo alargado no corpo marca a libertação do uso do espartilho e a busca pela funcionalidade da roupa. Segundo o Donato, o corte da roupa foi intuído da moda de Paris, que se inspirava nos modelos orientais utilizando novos tecidos. A dona da peça foi uma senhora vinculada com a alta sociedade porto alegrense e frequentadora do alto escalão da diplomacia brasileira. Além do mais, a peça mostra um decote quadrado e tom sóbrio do preto, que permitia sua usuária dançar sem perder a boa educação. O vestuário feminino elegante dos anos 1920-30 caracterizou-se pelos bordados em geometrias e sem marcação de cintura. E por serem mais curtos, permitiam amostragem de meias e sapatos⁹⁶.

Todas estas informações levam a possibilidades de compreensão de relações vivenciadas. Contudo, acentuam que as representações postas pelo museu presumem a mulher numa única direção de perspectiva nos múltiplos espaços de experiências, limites e conquistas. Esses pequenos detalhes fazem todo sentido na historicidade de um objeto. Mais do que informarem pormenores de moda e aparência, canutilhos, bordados e detalhes possibilitam interpretações da variação das escolhas subjetivas das mulheres, em posição de uso desses objetos.

⁹⁶ Museu Nacional do Traje. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Nacional_do_Traje>. Acesso em 20/04/2020.

Demarcam, também, sociabilidades e relações de desigualdade, bem como a presença espiritual de sua experiência. Aqui novamente a contribuição de Gumbrecht (2009) com a definição de cultura da presença, para mostrar a aproximação das pessoas com as peças, nas quais estabelecem uma relação de auto referência.

Num outro sentido, para Michelle Perrot (1989), as roupas foram uma possibilidade de as mulheres pronunciarem-se. Para a autora, o vestir-se foi uma ousadia revelada diante do fechamento social, uma expressividade análoga de suas memórias e emoções valorizando na coletividade traços de individualidade. O que vale reforçar é que a escolha de incorporar e patrimonializar este modelo de vestido foi um processo inacabado de construção histórica, iniciado com a sua seleção feita pela doadora e legitimada pelo museu. O processo levou os profissionais do museu, na figura das intelectuais mediadoras, a preferir a permanência das determinações sociais sobre as problematizações das noções de historicidade e de representação que os vestidos podem trazer.

Analisei outros objetos da coleção Indumentária: a camisola branca, a saia rosa, o vestido abotoado, calcinhas, calças, sutiãs e corpetes. Ao mesmo tempo em que protegem e separam os corpos femininos dos ciclos naturais do seu funcionamento, dos ataques biológicos que geram doenças, mantêm as mulheres afastadas da cobiça e das investidas do sexo oposto. Afinal, uma mulher sadia deveria gerar filhos saudáveis, futuros rio-grandenses ou brasileiros produtentes.

Estes não são objetos neutros na coleção, nem antes nem depois do processo de musealização. Podem ser monólogos ou diálogos de acordo com o que o museu descreve sobre eles. Dependem dos limites em que foram expostos e difundidos. No MJC seguem narrados de acordo com os padrões sociais, o que significa considerar que as mulheres representadas pelas intelectuais mediadoras ficaram longe da dominação, da violência e das relações sexuais. Sob esta perspectiva, aceitaram e registraram os objetos sem dar-lhes alternativa de posição, isto é, pensaram os acervos numa perspectiva neutralizada, obtendo deles reprodução de valores estanques no ponto de vista da elite que compôs as coleções.

Certos exemplares do acervo como o corpete da Figura nº 26, exprimem o desconforto de uso, a opressão do corpo feminino a um padrão estético construído a partir do imaginário masculino. Usando espartilho ou corpete, numa versão mais

“moderna”, os movimentos das mulheres permaneciam limitados, atendendo a imposição masculina e da própria sociedade no espaço do trabalho, por exemplo.

Figura 26 - Corpete feminino



Fonte: Imagem adaptada do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Indumentária

A apropriação das mulheres das classes altas, da “nata” da sociedade, ao uso de determinados objetos, demonstra sua preocupação ao doarem esses objetos ao museu, em manterem uma relação cujos valores se identificam e que devem ser copiados. O corpete da Figura nº 26 mostra a busca das mulheres em terem cinturas finas, de formato “violão”, ou seja, uma insinuação sexual de objetificação. A peça foi (e ainda pode ser considerada) elemento do guarda roupa das mulheres. Por meio dela é possível questionar essa representação “violão” que as submete a esforços perpetuados de se manterem desejáveis.

Contudo, sua documentação explicita apenas que realçava as formas e os quadris. Não seria o caso de aproveitar o objeto como espaço de discussão sobre a própria aceitação das diferenças, e de como a expressão de seu uso é uma forma de agressão dirigida nas histórias das mulheres, constituindo expressão dos homens sobre elas? E mais ainda, fazendo comparação na representação de mulher de ontem e de hoje a partir do seu uso, é possível estabelecer a noção de historicidade mais diretamente. Vendo o corpete a partir do seu contexto, uma pesquisa de acervo

mostraria homens ocupados com as duas grandes guerras, abrindo espaço nos escritórios, fábricas e demais espaços de trabalho.

Ainda assim, como ideais estéticos e componentes das histórias das mulheres em suas emoções, essas peças no Museu, podem representar violências simbólicas e de repressão de liberdade sobre a diversidade dos corpos. O corpete com a documentação e a pesquisa aprofundada geraria⁹⁷ discussões sobre problemas que se repetem como o assédio sexual, a ordem heterossexual e a discriminação de corpos gordos e com deficiência.

As discussões aqui levantadas sobre essas peças da coleção Indumentária têm objetivo de mostrar que o MJC manteve, pela ação de seus agentes mediadores das relações entre os objetos, o espaço museológico e as realidades presentes e passadas, um movimento amparado na história tradicional sobre as histórias das mulheres. A problemática é cultural, pois faz a reafirmação de representações das trajetórias das mulheres a partir de um único prisma, demonstrado nas informações e dados coletados na documentação museológica.

Busquei demonstrar neste capítulo que as abordagens do Museu, a partir do olhar das suas funcionárias, diretoras, estagiárias e doadoras das peças, são segregadoras a participação das múltiplas mulheres na história. Vejo que os registros das peças e as suas representações insuficientes de possibilidades significativas separam os sujeitos dos objetos e, por isso, não atendem à história nos objetos. Além do mais, as representações das mulheres são descritas a partir da categoria binária de homem e mulher, sendo que elas se diferenciam por sua “feminilidade” e não por atitudes, ações e comportamentos historicamente reivindicados de transformações.

As modalidades de objetos investigados na coleção de indumentária do MJC mostram uma construção de gênero radicada nas noções de sexo, e esse sexo é hierárquico. Há um silêncio nessas fontes para tratar das mulheres. As representações são cercadas de estereótipos de classe, raça, cor e demais marcadores, e insatisfatórias para demonstrar questões subjetivas e sociais que permeiam seus universos simbólicos materializados nos objetos. O problema não está nos objetos. Reis já foram artisticamente retratados usando joias, modelos de

⁹⁷ A partir da perspectiva defendida por Francisco Regis Lopes Ramos (2004) os objetos são geradores, seriam uma forma de alfabetização que o museu e seus objetos possibilitam em leituras de mundo, e no ensino da história.

calçados com salto, perucas de cabelo comprido, vestidos e outras peças consideradas da natureza feminina.

Na cultura muçulmana, homens se vestem com túnicas longas semelhantes a vestidos ocidentais. De modo que o olhar depositado sobre os objetos do MJC, em seus registros documentais, não atinge a amplitude da produção do conhecimento histórico que as peças podem mostrar como representações das diferenças entre as mulheres e seus fazeres na história.

Para além disso, o uso dos acessórios que acompanham as escolhas de vestir tornou-se representação de gosto e poder econômico, valorizados na sociedade consumista, elitista e hierárquica que o museu representa. Tais características foram reforçadas pelo Museu como se fossem costume de época. O MJC possui na coleção e no tempo destaque desta análise, 28 chapéus. Compostos por diferentes moldes, cores, texturas, ornamentos e funções, as coberturas foram doadas pela mesma pessoa, em 2003. Essa coleção, dentro da coleção de Indumentária, chamou-me atenção.

Figura 27 - Chapéu feminino



Fonte: Foto adaptada do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Indumentária nº 10753

A nomenclatura das peças chama a atenção. Os registros mostram o título “Chapéu feminino” indistintamente nos 28 exemplares. A repetição, embora pareça padronização de vocabulário, tem outra conotação. Denuncia a ausência de critérios da documentação museológica apresentada no Sistema Donato na composição das informações, pois, obviamente, os chapéus não são iguais. Não se sabe deles detalhamento de suas memórias, nem histórias. Momentos em que participaram, vivências que acompanharam, lugares que cruzaram, que reflexões são possíveis a partir de suas relações.

Figura 28 - Chapéu feminino



Fonte: Foto adaptada do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Indumentária nº 10757

A segunda questão que levantei sobre os registros dos chapéus incorre na questão: qual significado e representação das histórias das mulheres está contida nesses objetos? Por partes, inicio as reflexões sobre o uso estético da peça. Termino com a reflexão sobre a necessidade de distinção. A respeito do uso estético, em diversas culturas e diferentes temporalidades, os chapéus femininos cruzaram a trajetória prática e funcional de proteção do frio e da chuva, para adornar cabeças. Conforme pesquisou Gabriela Lenzi (2014), os costumes, por longa data, impediram mulheres e homens de saírem às ruas sem cobertura. A conjuntura associou a atividade fim do chapéu à sua qualidade. A materialidade da peça, tecidos, enfeites, adereços, serviram como forma de identidade e expressão de posição. Daí para significarem símbolos de distinção, o passo foi rápido.

Para Lenzi (2014), o uso do chapéu era imprescindível como distinção de classe, sentido de demonstração da riqueza da usuária no grupo social ao qual pertencia, e aos demais. Pierre Bourdieu (2007) ao abordar a respeito da distinção, lembra que na burguesia, ser diferenciado era manter a separação do comum, caracterizado pelo operariado. A este era negado o acesso ao produto, mas incutido o valor e a necessidade do consumo como forma de representação, pelo vestuário. De modo que os chapéus foram valorados no acervo como elementos de distinção, sem, no entanto, serem distinguidos. Usar os diferentes tipos de chapéu e deixá-los perpetuados como partes das memórias autobiográficas foi o objetivo da doadora.

Manter no museu a coleção de chapéus era a garantia de continuidade do capital cultural e do nível social de sua classe, pois o museu foi visto e assumido

como espaço de preservação. Os chapéus são, portanto, representações de si e do seu mundo. Em tal perspectiva, o museu se tornou um repositório de lembranças sem arriscar de ver naqueles objetos uma vontade.

As imagens da coleção Iconográfica, fotos e cartões postais que foram doadas entre 1995-2010 facilitaram observar representações visuais elencadas como imagens sociais do feminino. Nelas assinalei que as mulheres estão com suas histórias representadas em imagens sociais já comentadas anteriormente, em que as mulheres são coadjuvantes da história e também estão ligadas à perspectiva da feminilidade.

Figura 29 - 19^a turma de dactilógraphos, 1931



Fonte: Adaptada do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Iconografia.

A imagem fotográfica da Figura nº 29 foi doada em 2002. Exibe um grupo jovem de formandos de um curso de datilografia cuja proposta era dar habilidade no manuseio da máquina de escrever, auge da evolução nas técnicas administrativas da primeira metade do século XX. A composição mostra duas mulheres e nove homens. A informação na ficha catalográfica do banco de dados destaca o aspecto visual do objeto; o rapaz Rui Isoberê Spodeque (mas, não traz nenhuma indicação sobre quem ele é ou sobre a identificação dos demais fotografados). Mas a imagem pode ser ampliada para a abordagem da sua visualidade, ou seja, compreender a foto em sua perspectiva simbólica visual, como um discurso.

O que interessa nesse registro é atentar à presença das duas moças entre os demais participantes. Vale comentar que na tabela do Sistema Donato o campo de registro descritivo desta peça iconográfica não menciona essas mulheres. É fato que

sequer podemos afirmar que a “turma de dactilógraphos” contasse com as moças aprendizes. Poderiam ter sido retratadas acompanhantes dos formandos, num ato celebrativo. A foto não fala por si, apenas indica. É função do historiador, portanto, dar a ela a visualidade necessária como artefato cultural. De acordo com o que explicou o historiador Paulo Knauss (2006, p. 107), “trata-se de abandonar a centralidade da categoria de visão e admitir a especificidade cultural da visualidade para caracterizar transformações históricas da visualidade e contextualizar a visão”.

Trazendo a imagem à luz da discussão do papel do museu frente às histórias das mulheres como ato de direito, a imagem é expressiva. A peça iconográfica marca as práticas museais como a documentação museológica, e outras, como a exposição e as ações educativas que o MJC desempenhou, a limitação da representação e da narrativa no direito à memória de mulheres. A foto em questão está depositada no museu para disseminar uma determinada memória, do poder sobretudo masculino, excludente de outras possibilidades de vir a ser. O desordenamento das atividades documentais e de pesquisa coloca em suspeito a capacidade que o Museu tem inerente, de transformar memória em história. E mais, transpor esse direito em memória histórica que dá associação às vivências com o aprendizado proporcionado dessa experiência museológica.

De forma que os elementos informacionais deveriam ter sido criados e disponibilizados pelas intelectuais mediadoras, fazendo a imagem manifestar o curso da vida social que a fotografia apresenta. Além do mais, no enquadramento temático da imagem não consta a abordagem mulher, nem feminino, quando consultada no Sistema Donato. Levando-se em conta que as duas moças aparentes no “retrato” da Figura nº 29 pertencessem à turma de datilógrafos, essas estariam enquadradas na linha de pesquisa Trabalho, que o museu desenvolve. No entanto, não há registros das suas presenças na imagem. A fotografia como um referencial de processo cultural está estanque para se interpretar uma realidade passada, e que representa história de mulheres.

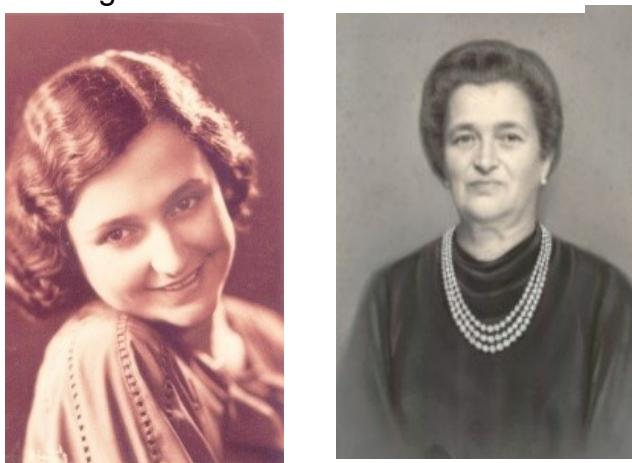
O trabalho de datilografia é parte significativa das histórias das mulheres nas relações de produção. Representa, de certa forma, a invasão delas ao mundo público, de modo organizado e consentido na sociedade, como trabalhadoras. A ocupação da mulher datilógrafa não é aludida nos registros do acervo do MJC. Segundo Monteiro (2015), a profissão de datilógrafa não era bem vista para as moças das famílias de classe média. A subordinação direta concedia ao chefe

possibilidades de assédio. Vania Carvalho (2008) associou o escritório, em casa ou no ambiente profissional, como espaço do domínio masculino. De forma que a doadora da fotografia não intencionava dar exposição às moças fotografadas, mas ao repertório celebrativo do sucesso profissional do parente masculino. A dificuldade está no fato de que o museu reproduziu este olhar construído socialmente na hora de registrar o objeto iconográfico.

Todo o acervo investigado mostrou que foi atribuído um estereótipo nas mulheres pelo MJC que implicou em diferenciar a posição de homens e mulheres nas construções históricas. Nas narrativas, a “essência” feminina tendeu a aceitar as distinções nas relações com “naturalidade”. As peças investigadas reproduzem essa representação das mulheres, cujos papéis já foram pré-concebidos na infância e permaneceram sendo assim caracterizados, ao longo da história. Um discurso do século XIX, que segundo Raquel Soihet (2009) tinha teoria construída pelo homem, convertendo a desigualdade em causas biológicas, cuja diferença restringia a liberdade e autonomia de mulheres.

Duas outras imagens fotográficas da coleção Iconografia disseram muito sobre o modo como as mulheres foram representadas em suas histórias. São imagens convencionais de uma mesma pessoa, Romilda Conte Pilla, em duas etapas de sua vida (Figura 30, respectivamente).

Figura 30 - Romilda Conte Pilla



Fonte: Imagem adaptada do Sistema Donato. Acervo MJC/coleção Iconografia, nº10788 e 10789.

As imagens da personagem Conte Pilla indicam várias questões de representação de mulheres que não são abordadas nos registros documentais como

amadurecimento, ciclos de vida, finitude. As fotos representam a eternização de lembranças não utilizadas em favor da representação da história da mulher.

As fotos de Romilda Conte Pilla não apresentam autoria, nem se sabe se é o mesmo fotógrafo a retratar as duas fases de moça e senhora. O que se vê em comum é que pousaram soridentes em dois contextos temporais da sua existência. Teria a vida passado em meio a toda alegria? Nada disso está lançado. As fotos mostram memória individual tornada coletiva, numa mistura de acontecimentos e evocação de lembranças. É atribuição do Museu, por meio de seus intelectuais, usar objetos criando quadros que os visitantes se identifiquem, reflitam e questionem a representação, no caso da personagem, da passagem do tempo. É função da documentação produzida no museu desenvolver a mediação dessa memória pela imaginação, recuperando Ricoeur (2007).

As fotos retratam representação da feminilidade hegemônica assumida por Romilda Conte Pilla em seu papel social. A postura da senhora é acentuadamente cuidada, significativa, pois, indicativa de preocupação com as normas sociais e regras de etiqueta. A fotografia, portanto, renova estereótipos. O enquadramento no retrato dado a Romilda Pilla pode reservar uma incerteza de sua personalidade, demonstrada em sorrisos. A subjetividade do real frente ao modelo de representação da personagem ficou com o autor da imagem, o fotógrafo. Na interpretação da foto só me restou acreditar nessa representação de uma Romilda alegre em seus sentimentos, cuja aparência dos cabelos arrumados é a melhor possível. E foi justamente essa a proposição de escolha da doadora, quando doou as duas fotografias que imortalizam a mãe no museu.

Outra peça da coleção Iconografia analisada como dimensão do funcionamento das representações sobre as mulheres foi a fotografia da “Noiva de Negro”. A foto doada por Helena Catarina Moura traz a imagem tema de um casal jovem em pose de casamento. Não há anotado se há associação entre a doadora e a noiva ou noivo, isso é uma incógnita na documentação. A particularidade se faz pelo traje da noiva ser da cor preta. O diferencial das demais nubentes que normalmente utilizam vestido branco.

No banco de dados Donato as características da foto mostram a dimensão de 18 X 12 cm, em preto e branco, e sem assinatura. Não identificam o casal, sua procedência, data do evento, motivo de doação e outros indicativos da simbologia da peça musealizada.

Figura 31 - Noiva de negro



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Iconografia

É possível conjecturar que a Noiva de Negro tenha sido incorporada ao acervo mais pelo caráter exótico, do que pelo significado daquilo que era um hábito. Nas colônias de imigração alemãs e italianas, quase sempre afastadas dos centros urbanos com maior disponibilidade comercial, era frequente o reaproveitamento de cortes de tecido para costura de uma indumentária ritualística que atendesse a várias necessidades. A adequação de recursos também era uma preocupação das famílias, e por isso, as roupas eram reutilizadas em muitas ocasiões e por várias gerações.

De modo que, trajar uma noiva com um vestido preto, para aquele grupo social, não trazia perplexidade, era comum, aceito e reproduzido. A discussão pode, assim, retornar para a questão do direito de memória. O dever historiográfico que o MJC, museu histórico, teve de endossar ou reivindicar novos olhares à condição de vida e experiência da mulher em seu contexto social. Cabe comentar que aqui não deposito um olhar militante do papel do historiador no museu, mas de associar o caráter científico que tem o funcionário historiador, associado aos demais profissionais que atuam no campo. Esse caráter é de travar discussão com a memória, na produção da história pelos objetos patrimonializados pelo museu.

A noiva da foto, vestida de preto, usa véu branco, aparentando um tecido de filó, e com flores naturais ou em tecido, caráter obrigatório da celebração. Desde tempos imemoriais o véu branco simboliza pureza, a virgindade da noiva, na representação cristã do ideário feminino da esposa-santa. O sexo cristão era para procriação e, segundo a igreja, punido e vigiado se estabelecido com desejo e prazer até dentro do ato consentido do marido e esposa. Afinal, a função reprodutiva do contrato nupcial conferia para as mulheres seu lugar social e identidade de gênero. A superioridade masculina coexistia com a noção de que a esposa fosse sua eterna cooperadora nessa associação parcial das relações.

Em fotografias do casal sobre o casamento, o véu endossou esse modelo cultural da presença - ausência, da concretude do coito com a espiritualização da virgindade. O uso do véu de noiva branco só poderia estar aparente antes da noite de núpcias. As experiências de casamento registradas em imagens fotográficas e que traduzem histórias das mulheres, manifestadas por desigualdades de gênero, classe, raça e religiosidade, representam os poucos momentos em que a centralidade da figura esteve focada nelas, e não sobre o homem.

A visualidade das fotografias da coleção iconográfica permitiu discutir as representações sociais das mulheres, apresentando que são constituídas em conceitos pré-estabelecidos cultural e socialmente e estigmatizadas no museu, especialmente de acordo com o lugar social. Reconheci, na análise das descrições dos objetos investigados nas coleções Indumentária e Iconografia, manifestações de relações infiltradas de poder simbólico, em que o passado é trazido ao presente. A pesquisa tem mostrado nas fontes que houve restrição exploratória das interlocuções entre os registros documentais e as histórias das mulheres em suas representações. As coleções mostraram o ocultamento dessas histórias por ausência de recursos e várias inconsistências, que possibilitessem discutir as representações das mulheres como enriquecimento do papel do museu na condução museológica da memória e da história. Reforçando o argumento, examino a última coleção de maior volume dentre as doações entre 1995-2010, registrada no Sistema Donato: a coleção Documentos.

Porque estudar documentos musealizados para encontrar representações de mulheres? Foi a pergunta inicial que me fiz para iniciar a investigação. Se a instituição não possui um bom sistema de documentação museológica, a documentação oficial possibilita reconstruir uma trajetória textual. Acervos

documentais como informação evidenciam uma narrativa sobre o passado tradicionalmente reconhecida dos historiadores. Assim, subentendi que as fontes textuais musealizadas no MJC poderiam indicar uma produção maior de dados e informações sobre as representações das mulheres como produtos de invenção da intelectualidade do Museu.

Iniciei catalogando a coleção *Documentos* estabelecendo dois tipos entre eles, os documentos oficiais produzidos pelo Estado, e os do âmbito privado, desenvolvidos em sociabilidades. As peças não são de autoria das mulheres, são referentes a elas. Tais documentos investem as mulheres no interior de relações políticas, culturais e econômicas, mesmo que não tratem diretamente do assunto. De alguma forma, os descendentes daqueles que aparecem no documento textual musealizado acharam algum valor e o quiseram preservar no museu, que por sua vez chancelou a percepção. É pertinente ao Museu fazer sua crítica para torná-los narrativas.

Os documentos musealizados oficiais da Coleção são relacionados com ações cartoriais, registros civis e de notas, correspondências de estado e governo. Os outros documentos se caracterizam como particulares. São peças de conotação individual, escritos de família, com modo autoral e manuscrito. Compostos por correspondências e bilhetes trocados no envolvimento das relações de afinidade, com sentido de intimidades pessoais.

Para os documentos em caráter oficial, foram delineados os tipos: Jurídicos (no sentido dos direitos, deveres e prerrogativas decorrentes), Documentos de Honrarias (consequente de atitudes consagratórias, de enaltecimento da receptora), e Documentos Sociais, que decorrem de vínculos da sociabilidade e de comunicação que denotam atividades de informação, trocas de favores, etc.

Registrar história e memória nos documentos escritos que foram musealizados, coloca lugar aos sujeitos, dá a eles amplitude e presença social. Os documentos que analisei desta coleção do Museu são convenções que proporcionaram compreender fenômenos históricos e comportamentos nos tempos. O que disseram esses documentos a respeito das representações das histórias das mulheres?

Figura 32 - Documento Diploma de Sócia Honorária, 1933



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Documentos

O documento da Figura nº 32 foi doação de Maria Inês Vilella e reporta o recebimento de um título. Trata-se do “Diploma de Sócia Honorária do Centro Acadêmico do Comércio Dr. Mozart Ferraz”. Não há registro inventariado, na ficha de identificação do objeto, explicação de qual significado tenha essa titulação. O Diploma é datado de 1933 e seu processo de musealização atende à vontade da doadora em perpetuar boas lembranças, na qual o museu é o fiel depositário desses *souvenires*.

O “Diploma de Sócia honorária” pode ser interpretado como uma montagem simbólica. Primeiro que ser a designação honorária confere a sua receptora uma condição de distinção num grupo a partir de ações possivelmente realizadas. Portanto, é uma elevação temporária, visto que se exclui de acordo com o interesse e o tempo de quem concedeu mérito à pessoa. Recebida pelo museu, a peça se configura como um monumento cuja característica se liga à perpetuação de um evento cujo êxito foi individual, ainda mais que não se sabe o significado de ser “Sócia Honorária do Centro Acadêmico do Comércio Dr. Mozart Ferraz”.

O Diploma não foi escolhido e doado pela sua história, mas por representar um passado individual, uma memória que não é inócuia. Ela deriva de uma intenção dos agentes que na materialidade e sentido dado ao documento, desejaram construir e escrever uma história para a mulher que recebeu a honraria, distinção. A

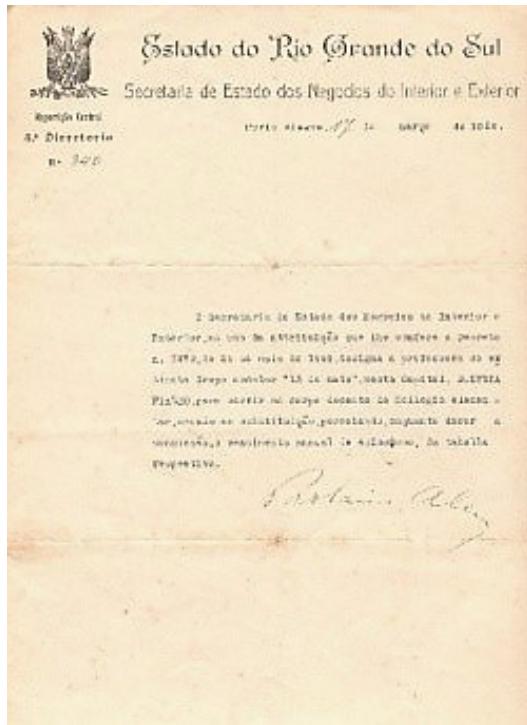
personagem homenageada com o Diploma Honorário é a já conhecida nas fotos da Coleção Iconografia, Romilda Conte Pilla. O último sobrenome dela, para efeito deste novo objeto, foi herança da associação matrimonial.

O que importa refletir é o sentido de representação da história dessa mulher, no seu contexto de classe, de grupo, raça. A representação que o documento confere à personagem segue a lógica do poder estabelecido aos homens quando da conferência de titulações e distinções. A lógica hierárquica e competitiva, enfatizando a subalternidade pela diferença alçada com a liderança. Mesmo que a “sócia honorária” não ocupasse cargo político, o diploma conferiu a ela distanciamento, das demais mulheres e dos próprios homens, pois não fazia parte da organização estipulada pelos mesmos. O documento “Diploma de Sócia Honorária do Centro Acadêmico do Comércio Dr. Mozart Ferraz” concedeu espaço de experiência para a mulher homenageada na interioridade de um grupo, mas não trouxe expectativa de ampliação de sua representação, por exemplo, no âmbito político.

Outra questão que é possível perceber sobre o documento de “Sócia Honorária” é a noção histórica de definir a função feminina como ligada à educação e aos cuidados. Por tratar-se de um documento produzido por um centro acadêmico, os escritos reforçam o estereótipo social e cultural da mulher cuidadora, a “mãezinha” que foi construída como inerente à dimensão das mulheres, no processo de constituição das identidades femininas. No caso da personagem Romilda, o documento unificou atividade de sociabilidade com normas interpretadas a respeito do que seria parte da “natureza” feminina.

Outro documento da mesma coleção que foi investigado foi a peça “Nomeação de Professora”. Trata-se de um ato de nomeação em concurso público na área da educação que remete à atividade profissional feminina. A questão do trabalho sempre esteve vinculada ao masculino, fazendo parte da construção de sua identidade. Foi de grande valia para análise das representações das histórias das mulheres no Museu encontrar este documento que remete ao trabalho. O documento possibilitou analisar que o MJC replicou o estereótipo de mulheres no aspecto profissional, enquadrando-as na construção de um papel social naturalizado que é a área da educação.

Figura 33 - Documento nomeação de professora, 1920



Fonte: Adaptado do Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Documentos

O magistério como profissão feminina está ligado ao mito do amor materno, em que as mulheres já nasceriam com o instinto maternal. Uma vez que as mulheres são consideradas dedicadas, frágeis, sensíveis, competem a elas os préstimos às crianças, jovens e idosos, pairando sobre elas esse caráter artificial. Especialmente na área da educação. A idealização da profissão docente para as mulheres possibilitava uma vida economicamente ativa, sem fugir ou comprometer sua condição de subalterna frente às construções abstratas da composição social e cultural.

As moças solteiras, as “tias”, abdicavam do casamento em favor de exercer a profissão de mestras. Uma forma de ser autorizada nos cuidados da própria existência, sem ferir os códigos da época. As professoras precisavam manter o recato, gozar de boa reputação, serem preferencialmente castas, o que estabelece um discurso de poder sobre os corpos femininos. Neste sentido se vê a feminilização da profissão de educadora, o que não deixa de ser um viés discriminatório.

O documento da Figura nº 34, que está preservado no MJC, foi doado em 2002, não por representar a presença de uma mulher na educação, ou pela reflexão de seu trabalho ou condição na sociedade, mas por conta do mandatário que o

assinou, o político Protásio Alves⁹⁸. A identificação do objeto não narra a trajetória da professora, tornando-a desmerecida na composição da memória e da história estadual perante o glorificado político. Essa falta de representatividade a torna, dentro do acervo e da construção social da memória social, menor. Não registra a importância de as mulheres terem conquistado avanço no cenário docente como oportunidade de trabalho e de profissionalização. No acervo da coleção *Documentos* há, além deste, outros documentos de idêntico teor⁹⁹, com assinatura do mesmo político, e de outros, mas nenhum deles menciona a professora como sujeito e agente histórico.

A História do Tempo Presente, no qual esta tese se ampara, trabalha com recortes temporais abertos, que não acabaram, continuam acontecendo. Testemunhamos diariamente os interditos que as mulheres vivenciam na interioridade de suas culturas e experiências, ao exemplo trazido da peça anterior. No reforço disso, tive acesso a uma peça documental que representou a condição de imobilidade das histórias das mulheres no MJC.

É o caso do documento “Salvo Conduto”, datado de 1943. Salvo conduto na expressão jurídica é definido como autorização, permissão de liberdade para viajar ou transitar. Este documento representa exatamente o que esta tese propôs discutir que é a cultura material manifesta em objetos musealizados, em que foram depositadas construções de verdades sobre as histórias das mulheres, que em realidade não são daquela maneira. Mostra que na forma de condução do objeto-documento, o documento físico secundarizou a história do feminino à história do masculino.

O paternalismo instituído na sociedade, atemporalmente, levou as composições museológicas a descreverem as mulheres como se não tivessem autonomia de suas decisões, lhe foi negado espaço de representação de suas histórias e memórias. As mulheres do acervo estudado foram representadas como necessitadas de assistência, de serem tuteladas, tendo alguém agindo em seu favor.

⁹⁸ Médico e professor da Faculdade de Medicina do RS, foi vice-governador do Estado entre 1918-1928. Foi membro do Partido Republicano Rio-grandense. Dedicou-se no exercício público da função ao saneamento público e a instrução pública. O MJC refere-se ao Dr. Protásio Alves como amigo pessoal e médico do então presidente da província Julio de Castilhos, a quem foi atribuída a cirurgia que retirou o câncer da garganta que matou Castilhos. Fonte: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/185889/000548207.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 28 de abril de 2020.

⁹⁹ Os documentos outorgados por Protásio Alves no MJC são “Apostila de vencimentos (nº 10649)”; designação de Aluna-Mestra (nº 10653); “transferência de professora (nº 10657) ”.

O salvo conduto foi adquirido pelo MJC em 2002, e se refere a Maria Adhelia Spode. O documento possibilita fazer a leitura dos códigos da sociedade da época. Na época em que Maria Adhelia Spode viveu regia o Código Civil brasileiro, que definia a incapacidade das mulheres casadas (as solteiras eram limitadas pelos pais ou irmãos) de fazerem várias atividades, sem prévia autorização do marido. A situação só foi alterada em 1962.

Figura 34 - Documento salvo conduto



Fonte: Sistema Donato. Acervo MJC/Coleção Documentos

Ser representada e supervisionada pelo marido nos seus atos civis ou jurídicos passíveis nas leis, era estar ligada a relações absolutamente machistas e impregnadas pelo poder do homem em sua variada possibilidade de manifestação. Mas é possível estender a análise do documento para além do viés histórico, e foi essa a ideia de manusear este documento musealizado. Visualizei no documento a experiência da mulher tolhida no simples transitar no ambiente público, com a anuência do poder do Estado. Ou seja, o Estado cuja legislação é firmada por homens, dá a eles a reafirmação do papel social da mulher como colaboradora do "chefe da família" e, portanto, limita a posição da mulher ao âmbito privado. Os

dispositivos legais corroboraram com a ideia de que a mulher exercia um papel secundário na família e na sociedade, sendo o Direito utilizado para manter a relação de dependência e subordinação entre homem e mulher. E essa representação é reafirmada pelo Museu ao não problematizar a escrita museológica do acervo. A tese de Áurea Petersen (1999) tem um capítulo que analisa as relações de gênero rio-grandenses nos anos 1940-50. Acredito que pela proximidade temporal com os objetos das coleções que estão sendo analisados, o texto contribuiu sobremaneira. A autora expressa que a edificação das relações de gênero no RS se deu em três distinções temporais da historiografia: à época colonial, no positivismo comtiano, e no contexto dos anos 1950. Justamente os recortes temporais que contemplam os objetos das coleções em estudo. O que contribui para a verificação das representações sobre as histórias das mulheres nesses objetos.

Nos séculos XIX e início do XX, a pesquisadora se refere as peculiaridades creditadas as mulheres rio-grandenses em referência das demais brasileiras. A partir do passado colonial fronteiriço e beligerante da região, foi exigida maior autonomia e audácia das mulheres. Elas substituíam os homens nas atividades enquanto durasse a situação bélica. Segunda a autora, o contexto dos anos 1910-1930 no RS foi fortemente influenciado pelo positivismo comteano. Para ela as ideias positivistas não tiveram efeito no tratamento das mulheres do sul do Brasil. Nessa perspectiva, o positivismo não impôs restrições às mulheres, entretanto, suas atividades e ações eram proibidas no âmbito político e público. O que, de certa forma, é uma situação impugnatória. E que os objetos do Museu têm mostrado em suas representações. Nos anos 1940-50 a tese de Petersen anunciou abertura para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, nas profissões consideradas “trabalho de mulher”. Via de regra, as profissões possibilitadas eram de datilógrafas, enfermeiras, professoras, que podem ser materializadas nos objetos do acervo. Todavia, neste quesito, eram empregos que não ameaçavam a vantagem dos homens, dadas suas características hierarquizadas e de remunerações inferiores. O que mantém as representações de trabalho das mulheres em posições secundárias do poder. Outra suposição para a prevalência das representações subalternas das histórias das mulheres nos objetos representados no Museu deriva da construção histórica do Estado do RS. Há uma especificidade historiográfica de vangloriar o passado belicoso dos rio-grandenses, celebrado na memória coletiva em meio a um sexism hegemônico. Erica Apfelbaum (2009, p. 76), ao comentar a respeito da dominação

do homem gaúcho no social, político, cultural, explicou: “A dissimetria constituinte da relação de dominação aparece não somente nas práticas sociais, mas também no campo da consciência e das estratégias de identidade”. De modo que o estado rio-grandense forjou sua história museal em diferenciações de gênero. Somente o homem foi percebido como agente que pronuncia narrativas históricas. Segundo as fontes até então consultadas, as representações das mulheres foram construídas com base na dependência do casamento, das normas sociais e culturais, pelas práticas estendidas da tradição e dos valores constituídos pelo ideário masculino. Visto está que o MJC seguiu a identificação das histórias das mulheres a partir do contexto patriarcalista, androcêntrico, machista. Isso expressa o pensamento velado da sociedade rio-grandense estabelecida nos atos culturais do Museu, quando se propôs representar a história do Estado. No recorte temporal 1995-2010 o Museu encontrou espaço para a representatividade das mulheres através da realização de temáticas expositivas temporárias e itinerantes. Algumas dessas mostras introduziram superficialmente o debate e a reflexão sobre as histórias das mulheres, em visitas mediadas. Me refiro à superficialidade em decorrência da problematização dos dados e das informações no Sistema Donato. Atenta à questão, resolvi tangenciar aos objetivos da tese de localizar as representações das histórias das mulheres nos objetos musealizados, para verificar os discursos expositivos sobre as mulheres. Para isso produzi o Quadro 5, ilustrativo de uma visão maquiadora sobre a participação das mulheres na história.

Quadro 5 - Exposições realizadas com a tônica das histórias das mulheres (1995-2010)

Data/ano	Título	Abordagem conceitual	Fonte
Junho/1995	Leque: um acessório que atravessa o tempo	História do uso dos acessórios pelas mulheres	Relatório de gestão, p. 7
Junho/1996	Anita Garibaldi, heroína de dois mundos	Palestra a respeito de aspectos da vida da personagem por Núncia Constantino e Francisco Riopardense de Macedo	Relatório de gestão, p. 22
Junho/1997	História da Federação das Mulheres Gaúchas	Mostra fotográfica da entidade alusiva aos seus 15 anos	Relatório de gestão, p. 19.
Julho a dez/1998	Retratos de Casamento	História do casamento por meio de vestidos de noivas de personalidades	Relatório de gestão, p. 20.
Out. /1998	O Segredo das noivas de preto	Palestra a respeito da indumentária fora do padrão branco do vestido de noiva. Por Ester Golandinski e Ana Denise Rodrigues	Relatório de gestão, p. 22
Jan. a fev. /1999	Maria per se stessa	Gravuras e objetos da artista plástica que deu nome à mostra, no enfoque da imigração italiana.	Relatório de gestão, p. 20
Ago. /2003	Potencialização da relação museu-escola – “Museu educador”	Encontro para professores de ensino fundamental com exploração da temática na sala Julio de Castilhos a respeito do retrato de Honorina e filhos	Plano piloto Projeto de Encontro para professores de ensino fundamental da rede pública. Pasta 02 Arquivo RT/Ação educativa
Março a jun./ 2008	Com que roupa?	Indumentárias e costumes no contexto urbano	Referência no livro Diário do Acervo, e Relatório de Gestão 2007-2010.
Nov./2008 a março/2009	Constituição de 1988: a vez e a voz do povo	Aspectos da Constituição sobre os direitos das mulheres; as mulheres constituintes, as cartas das mulheres aos deputados, cidadania feminina.	Relatório de Gestão 2007-2010, sem nº de página.
Mai. 2009	Iconografias femininas	Mostra fotográfica comparativa da estética feminina entre 1900-1950.	Relatório de Gestão 2007-2010, sem nº de página.

Fonte: Produção própria da pesquisadora

O Quadro nº 5 permite verificar que houve tentativa do museu de estabelecer uma discussão, uma perspectiva figurada de abordar histórias das mulheres. As abordagens conceituais que se apresentam foram desenvolvidas superficialmente nas discussões que cercam as temáticas. Aparentemente não houve a ressonância esperada, a reverberação da sua constituição de sentidos, o que atribuo à ausência de dados informacionais dos objetos, de como se processou a materialidade em significados. Assim como não aconteceu o processo de mediação das simbologias do objeto. Ou seja, não trouxeram à baila problematizações atinentes às relações sociais e de poder que as mulheres estão condicionadas ao longo de suas histórias e memórias, em todos os estratos de tempo que o museu engloba.

Irene Vaquinhas (2014, p. 03) chama a atenção para a associação equivocada de alguns projetos intencionados que se propõem discutir histórias das mulheres. Para a autora, os projetos são confundidos com exposições de sutiãs e espartilhos. De algum modo isso pode traduzir as tentativas de representação das histórias das mulheres nas exposições do MJC. O cerne da questão não está na ponta do processo museológico que é a comunicação expositiva, mas na gênese da composição das narrativas pelas problematizações na documentação museológica na incorporação do objeto.

A pesquisadora portuguesa confere à “museologia de gênero” a importância da intervenção social preconizada nas instituições. Para além de exposições, ela sugere a criação de instituições dedicadas exclusivamente às questões das mulheres e de gênero, nos aspectos da vida privada, cotidiano, guerras, corpos, violências e outras complexidades historiográficas e museológicas. Um passo à frente, e que no Brasil ainda tem muito caminho a percorrer. Acerca das exposições lançadas no Quadro 5, é possível perceber a temática diferenciada das ações em seus teores. Entretanto, as concepções conceituais das mostras foram omissas em refletir a problemática de representação dos objetos a respeito das histórias das mulheres. Não houve atualização teórica, pois, a expressão gênero não foi discutida em nenhuma das exposições. A exposição de 1995, por exemplo, tratou sobre os usos dos leques pelas mulheres. Corrobora as representações sobre as mulheres que diagnostiquei nos objetos, perspectiva de classe, etnia, grupo e faixa etária como marcadores das narrativas.

A exposição dos leques foi itinerante, percorreu um *shopping center* da cidade de Porto Alegre, numa medida de aproximação do acervo com a sociedade. O

projeto seria uma oportunidade para discutir o eurocentrismo cultural nos costumes brasileiros da elite. Contudo, tendeu a envolver os objetos no aspecto de regras sociais e aos estilos de uso e embelezamento, como lembranças do passado que passou. Nem mesmo houve tentativa, no discurso expositivo, de articular questão de história e gênero, colocando o museu como espaço de produção de conhecimento para além de salvaguardar objetos sem uso.

A segunda exposição que me detive a ponderar teve um ar biográfico. Montada temporariamente no Museu, “*Maria per se stessa*” trouxe objetos artísticos inspirados na imigrante italiana Maria Di Gesú, artista visual. A exposição mostrou acervo sob empréstimo da homenageada. Criou uma narrativa sobre o caráter autodidata que a arte trás na produção da memória. Apontou as dificuldades da colônia italiana e seus costumes e a busca de melhores condições de vida da personagem pelo amor à arte. Ora, a maioria da arte produzida nos museus versa sobre a representatividade das artistas mulheres ou de nus femininos, segundo pesquisa do Projeto Mulheres nos Acervos (2019). Por ser uma artista local, o MJC perdeu mais uma oportunidade de trazer à tona essas problematizações sobre as mulheres em suas histórias, abordando o mesmo perfil do caráter regionalista e memorialista.

A última exposição a comentar seguiu uma linha política de discussão e teve um ensaio de abordar a representação das histórias das mulheres. Foi a exposição “Constituição de 1988: a vez e a voz do povo”, de 2008. Em parceria com o Museu da República (RJ) e mais quatro estados brasileiros, a exposição no MJC abordou as reivindicações cidadãs de mulheres nas cartas enviadas aos políticos congressistas da Assembleia Constituinte. A Carta Magna de 1988 foi de grande avanço para as mulheres, criando direitos e condições de igualdade, ainda não totalmente vigente no sistema social e cultural. De forma que o potencial da exposição foi trazer as contribuições femininas para a elaboração desses direitos.

Entretanto, a exposição pela necessidade de abordagem mais ampla desdobrou-se em nichos itinerantes que mostraram as principais visões do período em destaque: a voz dos parlamentares, a voz do povo (representada no humor, na mobilização popular e na atuação de artistas) e a história dos processos constituintes anteriores a 1988. As mulheres no MJC permaneceram sem vez e voz.

As exposições destacadas do Quadro nº 5 no que se referem às histórias das mulheres que tiveram em comum a vontade de transformar memória em história,

sem muito sucesso. De tratar o pertencimento das mulheres em suas representações materiais. Uma memória enquadrada como articulou Pollack (1989), ativando as experiências do passado ressignificado. De resto, as exposições criaram nexos amparados em estigmas sociais, utilizando o acervo para reafirmar posições que pouco a pouco se descontroem e, por isso, perderam a dimensão educativa do tema.

Os poucos subsídios documentais sobre cada uma das ações acima descritas não me permitiram aprofundar avaliações, resultados, objetivos, objetos que foram disponibilizados. Contudo, é plausível ponderar a homogeneidade com que a categoria mulher foi considerada. A realização de eventos não significa retirar de trás das cortinas e armários onde estão preservados os objetos histórias de mulheres. Os contextos de abordagem dos trabalhos comunicativos do MJC com as exposições do período 1995-2010 evidenciaram as representações das mulheres na naturalização da subalternidade e da heteronormatividade, diria talvez até, na nostalgia das narrativas.

Existem histórias das mulheres no acervo do Museu Julio de Castilhos. A análise das peças de indumentária, iconografias e documentos trazem a convicção da potencialidade exploratória dessas histórias a partir dos registros de memórias. No entanto, os objetos representativos dessas histórias foram apagados pela falta de uma política de patrimonialização do Museu, em conformidade com as problematizações que o tempo presente exige na leitura dos objetos. A documentação museológica não resolve, pelos seus parcos recursos, o reviver das memórias. Deixa oculta a operação crítica, tornando seus testemunhos materiais com sentidos e significados inventados no passado, sem renovação do presente. As mulheres foram representadas em uma programação que já não interessa mais, apesar de que, em suas saliências, reconhecem a repetição de suas narrativas.

Esses documentos pronunciam representações de ausências, resistências e resignações da cultura passada incidindo nas vidas das mulheres. Pelo que foi compreendido até agora, os objetos componentes das coleções de Indumentária, Iconografia e Documentos relacionadas às doações de mulheres, e pelo museu entendidas como vinculadas às histórias delas, tiveram suas construções informacionais e representativas voltadas às regularidades do social. No entanto, as camadas temporais que atravessam permitem avançar em outras possibilidades de interpretação. Os acervos, objetos, peças ou vestígios como testemunhos, não são

alvos de uma linha de chegada na história. Eles servem para pensar história e criar percepção de que ela acontece em etapas diferentes, independentemente das visões de mundo herdadas como movimento.

Como o acervo do MJC se refere a uma elite porto alegrense e do interior do RS, os padrões de comportamento esperados das mulheres são representados por esses valores do passado assombrando o presente. Os objetos das coleções indumentária, iconografia e documental dirigem e canalizam representações das experiências que o comportamento tradicional da sociedade encenava para elas. Escrever museologicamente a história das mulheres leva a perceber que os modelos de ser homem e mulher fazem parte de construções relacionadas às identidades, que passam por transformações ao longo da história. Os acervos de indumentária, iconografia e documentos são ferramentas com força para mostrar discriminações e preconceitos arraigados contra as mulheres e que a Instituição não pode considerar como naturais, difundindo-os no seu papel de ‘museu educador’. Representar a figura da mulher como submissa, permissiva de atos de dominação, retira do Museu o seu posicionamento social e político. As coleções pesquisadas mostram objetos assépticos de mostrar as suas relações com as doadoras e as próprias intelectuais mediadoras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu Julio de Castilhos, e não apenas ele, no seu processo de musealização, fabrica memórias e narrativas que apagam ou exaltam pessoas, ideias, valores, projetos. Não quero dizer que o museu deva se reportar a biografias, mas que todo seu reconhecimento e valor social, cultural e político se apoia nas interpretações do passado e na institucionalização simbólica de suas práticas retidas nos acervos que preserva. Como espaço de discussão da história, as leituras que faz do passado nos objetos se esgotam nos estamentos carregados pelo tempo. E essa foi a problematização que pude confirmar, no tema das representações das histórias das mulheres.

Há muitas histórias de mulheres nos objetos musealizados como acervo do Museu Julio de Castilhos, incorporados entre 1995-2010. Para chegar a esta primeira consideração iniciei com a exploração da constituição do percurso institucional dos museus e do objeto em questão. A seguir percorri a rota do agenciamento criada pelas intelectuais mediadoras na constituição dos artefatos, no processo de musealização e patrimonialização. Seus saberes e fazeres transitaram com diferentes níveis de desenvolvimento e opção nas representações do passado no presente dos objetos.

Objetivei investigar o perfil infligido aos objetos da cultura material, incorporados e registrados entre 1995-2010, em fontes como o Sistema Donato e o Livro Diário do Acervo. Esses instrumentos de registro da historicidade das peças apresentam as decisões de escolhas simbólicas pelo museu. A musealização consigna juízos, no caso estabelecidos pelas mulheres que tocaram um projeto institucional de museu.

As peças que demonstraram a construção tensional de uma representação de mulher disciplinada pela manifestação de uma classe, etnia, raça e grupo composto por mulheres. Finalizo o trabalho identificando e confirmando as representações de memória e história de uma temporalidade sobreposta nas demais camadas que narram histórias das mulheres.

Meus objetivos de conhecer, identificar, analisar representações da presença/ausência de histórias das mulheres no acervo do Museu, adquirido no período do “museu educativo”, foram atingidos. Os resultados da pesquisa me apresentaram que a historicidade do MJC incide na sua missão institucional sobre o

passado rio-grandense das mulheres. Os visitantes do Museu encontram nos aspectos simbólicos dos objetos musealizados a ressonância das relações de memória. Mas essas seriam melhor aproveitadas em função da transformação dos olhares e experiências de vida se o museu tivesse um processo contínuo de documentação e pesquisa do acervo, registrando os seus usos sociais, emocionais, identitários e de valores que resinificassem a materialidade. A ressonância gera impacto nas pessoas que buscam nos objetos musealizados encontrar identidade e aproximação de experiências passadas. Pela valorização documental o museu estabelece uma relação de presença das histórias das mulheres, oportunizando ressonância e mudança.

Os objetos mostraram que os recursos materiais, humanos, epistemológicos problematizam a operação do Museu. Deixam com que os agentes internos, externos e circundantes ao acervo tenham a gestão do conhecimento produzido pela interpretação e análise dos objetos, de modo deslocado das escalas do presente. As intelectuais mediadoras nominadas agentes desses processos garantiram que o Museu se tornasse um estatuto de verdades legitimadas a partir dos objetos. A meu ver, tal posição problematiza a principal atividade da Instituição frente ao seu público alvo de crianças e jovens em idades escolares. É preciso compreender que essas verdades são transitórias e não se sustentam frente às escalas elásticas do tempo.

A história no MJC, como museu de história, é feita pelos testemunhos da memória. Portanto, cheios de omissões no sentido de perda política e esquecimentos no sentido de não lembrar. A grande questão é a cristalização das informações que foram produzidas sobre os objetos pelos processamentos incompletos que o museu deveria desenvolver. As normatizações insuficientes da documentação museológica não instigaram nos seus responsáveis, novas possibilidades de leitura e narrativas. Estes próprios agenciadores dos objetos e também seus mediadores, como participantes dos grupos interessados nas relações de poder, os mantiveram como documentos isentos de sofrerem transformações.

O importante na investigação concluída foi constatar que as representações das histórias das mulheres são olhares jogados sobre os objetos, e que esses olhares podem ganhar novas lentes de observação e alcance na sua qualidade de mediar o presente nas referências do passado. É desta maneira que os objetos vestuário, fotográfico ou documental irão se tornar conhecimento, recebendo outras representações para além das que já lhe são conferidas.

As representações constituídas das histórias das mulheres no MJC são lugares de poder, de discurso e repletos de autoridade. Foram constituídos, assim, por circunstâncias históricas e não passaram por críticas de suas interpretações. O passado que não passou cansou da repetitividade de sua manifestação, e busca singularizar-se num dado tempo de acontecer. Existem muitas histórias das mulheres nos objetos do museu. As representações na documentação que ora se apresentam é que não contemplam as distinções entre a materialidade que as peças carregam, e as informações que os representam.

Meus “achados” na análise da incorporação e da documentação do acervo do MJC, mostram multiplicidades de exploração da diversidade das histórias das mulheres. Todo acervo, invariavelmente, poderia ser considerado pertinente às histórias delas. Não há arma, utensílio doméstico, instrumento de trabalho, máquina, moeda, selo, bandeira, espora, arreio, cela, medalha ou condecoração que não sejam pertinentes às histórias das mulheres. Só não o são por ausência das narrativas nas documentações museológicas atribuídas. Como representações do gênero masculino, são objetos assim considerados como resposta de fatores sociais que influenciam identificações e configuram ancoragens e objetivações.

O MJC tem a seu favor a atuação do tempo, a circunscrição espacial do lugar de conflitos e mediações, além dos movimentos definidos em decisões de pessoas que possuem maior ou menor força de estabelecerem relações de poder dadas a elas. Seus objetos musealizados e patrimonializados ao mostrar naturalizações estipuladas pelas construções sociais, trazem ideias das permanências e mudanças em seus contraditórios. Têm, portanto, relevância crítica, que os justifica como fontes de conhecimento e reflexão do passado agindo sobre o presente.

Os marcadores sociais nas relações de gênero que se interconectam com as de poder, como os de classe, etnia, raça e cultura regional, formaram as construções de significados nas peças das coleções analisadas, indumentária, iconografia e documentos. Essa análise surge da metodologia que utilizei e que foi possível, dada a dificuldade de acesso às fontes, para compreender as representações que o MJC criou sobre os objetos contidos nas coleções. As fontes documentais administrativas e técnicas que subsidiaram as conferências dos processos e procedimentos museológicos no acervo selecionado, me pareceram pertinentes para responder aos questionamentos. No entanto, a dificuldade de manuseio dos arquivos institucionais foi um entrave à investigação.

Por intermédio das representações, o MJC contribuiu com a produção e construção memorialística das mulheres rio-grandenses. Os objetos serviram como transmissores e receptores de informações. As peças indumentárias, iconográficas e documentais, derivaram parâmetros identitários, sobretudo para estudantes das redes públicas que visitaram a instituição.

Esses objetos das coleções serviram como forma de apropriação simbólica, cujas representações possibilitaram a organização da sociedade em sua dimensão cultural de acordo com o *status quo*. Aos objetos de indumentária, iconográficos e documentais examinados foram conferidos significados que convencionalizaram um modelo que passou a sintetizar imaginário social acerca da descrição do que possa ser chamado mulher e feminino pelo museu.

Minha tese inicial anunciaava que havia uma invisibilidade, uma insuficiência de registros de histórias das mulheres no acervo museológico do MJC. Contudo, as evidências demonstraram que essas afirmações não foram suficientes para explicar, no recorte temporal desta investigação, os objetos adquiridos por doação e inventariados na documentação do Museu. Ao contrário disso, desenvolveu-se nas coleções analisadas, ideação sacralizada das histórias das mulheres. Foram homens que escreveram as histórias a respeito delas, na sua perspectiva de subalternidade. E isso se preservou juntamente com a materialidade do acervo incorporado entre 1995-2010.

Por outro lado, em maioria, as mulheres do Museu não reconheceram seus silêncios frente aos discursos produzidos sobre o próprio gênero. Talvez por manterem-se atreladas ao seu contexto e tempo. Talvez por não se atentarem ao estatuto de suas representações. A situação não é mais polêmica porque a parcialidade masculina já vem sendo contestada e contrariada, e mesmo assim, a emersão das histórias das mulheres enfrenta desequilíbrios nas relações e abordagens, e isso pode ser observado a partir do que é expresso pelos museus.

Mesmo que a documentação museológica não esteja adequada e os demais procedimentos museológicos invisibilizem as mulheres pela falta de detalhamento das suas presenças, a materialidade física do testemunho as faz presentes no museu. Foram sobreviventes inertes da inabilidade museológica da Instituição de dialogar e narrar com esses testemunhos. Aqui cabe destaque, sem que esse se torne uma qualidade, para a legitimação das mulheres brancas nas narrativas. As negras e as indígenas são mulheres subalternizadas e mantidas em situações

econômica, cultural e socialmente desfavoráveis para o seu empoderamento, perpetuando suas desvalorizações como sujeitos e agentes.

Mas, aos poucos, vão se tornando possibilidades de conduzir horizontes de expectativas, porque as representações que mostravam das relações sociais estão se transformando na dinâmica histórica e social. As discussões e pesquisas acadêmicas a respeito desses temas são aberturas desmistificadoras na apropriação dos museus.

Inspirada no pensamento de que as representações convencionalizaram uma realidade dada, com a intenção de estabelecer no pensamento social e individual uma padronização de comportamentos e práticas, a respeito de mulheres o museu estabeleceu representações de subalternidade ao patriarcalismo. Para melhor explicar, no momento penso em três metáforas das expressões que foram usadas para designar representações das experiências nas histórias das mulheres no museu. A mulher *“Bela, recatada e do lar”* é a representação da superficialidade estética contida em objetos de desejo e consumo, em que pesa a aparência. No entanto, essa mulher é privada de satisfações pelas suas conquistas e restringida da sua vida. As roupas e os acessórios da Coleção Indumentária são as referências dessa representação.

A segunda metáfora de representação está na letra da canção de 1976, de autoria de Chico Buarque de Holanda: “Mulheres de Atenas”. Elas eram consideradas, na antiguidade, como serviçais nos interesses e nos jogos de poder de seus maridos. Sua validade era proporcional à dos escravos e das crianças, sem direitos e submissas. Seguiam as convenções vivenciadas em termos de discriminação e exclusão de convívio social, político e econômico. ‘Mirar-se no exemplo das mulheres de Atenas’, condiz com as representações estruturadas nas figuras da coleção Iconográfica das fotografias pesquisadas.

A última viagem metafórica está também na letra de uma música recente composta e cantada por Zélia Duncan e Rita Lee, chamada Pagu. Os versos dizem: “Minha força não é bruta (adoro essa frase...). Não sou freira, nem sou puta”. São representações encontradas nos documentos analisados na Coleção homônima. Minha força não é bruta, me leva a entender o significado dito pelos documentos musealizados que a mulher foi capaz de lutar juridicamente pelo direito de ter um título de eleitor, de ter contrato de trabalho, frequentar estabelecimentos de ensino como mostram os documentos. Foram resistências, lutas de todas e de cada uma

frente às hierarquias. A frase seguinte: “não sou freira, nem sou puta”, me conduziu à reflexão dos documentos de casamento, às certidões e registros que caracterizaram a função da mulher na vida privada do lar, cuidando de marido e filhos, como padrão naturalizado das relações sociais.

Com estas análises, a partir do que os objetos das 3 coleções me mostraram, penso ter isolado o costumeiro perfil biográfico com o qual as histórias das mulheres são desenvolvidas em instituições e pesquisas. Fugi da exaltação de perfis dados como positivos, modelares, exemplares, tal qual foram e são destacados os personagens históricos já consagrados. De forma que acredito ter contribuído à compreensão das vidas femininas por meio da materialidade a elas atribuída em seus fazeres e sentimentos na história.

As metáforas que traduziram as representações de presença e de ausência das histórias das mulheres encontradas no acervo musealizado do MJC fecham minhas considerações. Não há ausências de mulheres no acervo. Há, sim, presença e carência de repercussão que mostre a compreensão museológica das relações sociais e culturais em que as intelectuais mediadoras estiveram envolvidas. As ressonâncias que mostram experiências de vida de mulheres e que encantem aos olhares dos visitantes em busca de desafios de reflexão sobre as relações sociais, relações de poder e identidades construídas.

Isso fica aparente na imaturidade da constituição dos registros e ressignificações de sentidos das histórias nos objetos. Vejo que as mulheres podem ser representadas no agrupamento da tríade metafórica, pois essas representações fazem parte do vai e vem das histórias e memórias que explicam as características do presente passado. Elas acionam momentos de pensar o que é lembrado e esquecido nas trajetórias das pessoas, das mulheres e homens, que são, em suma, quem constroem as permanências e fazem as rupturas nas histórias que não se acabam.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (org.) **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ABREU, R. M. R. M Regina M. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ABREU, R. M. R. M. O vestido de Maria Bonita e a escrita da História nos museus. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 24-38, 2002.
- ABREU, R. M. R. M; CHAGAS, M. S (org.); SANTOS, M. S. (org.). **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamound Universitária, 2007. v. 1.
- ALBERTI, Samuel J. J. M. Biografia dos objetos. **ISIS**, Chicago, v. 96, p. 559-571, 2005.
- AMORIM, Marina Alves. Combates pela História: a "guerra dos sexos" na historiografia. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 20, p. 217-244, 2003.
- ARAUJO, Adriane R. **Trabalho de mulheres**: mitos, riscos e transformações. São Paulo: LTr, 2007.
- BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N.M. **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 33-44.
- BARBUY, Heloísa. Entendendo a sociedade através dos objetos. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Museu Paulista**: novas leituras. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1995.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Brasiliense: 1996, v.1, p.197-221.
- BHABHA, H. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BORELLI, Andrea; MATTOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo:Editora Contexto, 2013, p. 126-148
- BORGES, Maria E. L. (org.) **Inovações, coleções, museus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.5, p.283-287, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1934.

Disponível em:

<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/362641da8a5bde02032569fa00742174?OpenDocument&Highlight=1,&AutoFramed>. Acesso: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei do divórcio 6.515 de 26 de dezembro de 1977**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 25 jul. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Portal da Legislação, 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRITTO, Clovis Carvalho. Acervo pessoal e consumo do simbólico: estratégias de produção da crença em Hilda Hilst. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 10-34, 2016.

BRITTO, Clóvis Carvalho. Coleções, museus e patrimônios das culturas negras. **Mosaico-Revista de História**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 167-170, 2017.

BRULON, Bruno. Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir. **Transinformação**, Campinas, v. 28, p. 107-114, 2016.

BRULON, Bruno. Museus, mulheres e gênero: olhares sobre o passado para possibilidades do presente. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, p. 1-28, 2019.

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 189-210, 2018.

BRUNO, Maria Cristina (org.). **Estudos de cultura material e coleções museológicas**: avanços, retrocessos e desafios. Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins–MAST, 2009.

BRUNO, Maria Cristina (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional (v. 1 e 2). São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado São Paulo, 2010.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 105-138, abr. 2004.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 set. 2020.

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museu**: aquisição/documentação. Rio de Janeiro: Eça, 1986.
- CÂNDIDO, Manuelina D. **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- CAPOVILA, Eloisa H. Ramos. Museu Julio de Castilhos: trajetória histórica e parcial de um acervo. In: AXT, Gunter (org.) **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 265-275.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. I.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 443-469, dez. 2011.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato**. São Paulo EDUSP, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHAGAS, Mário de S. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v.19, n.19. p. 43-81, 2002.
- CHARTIER, R. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CLEMENTE, Gilson. **Vinte anos de Donato**: um breve histórico do Banco de Dados do Museu Nacional de Belas Artes. Seminário Serviços de Informação em Museus, 2015, p. 127-132.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGIA - ICOM. **Código de ética do ICOM**. 2004. Disponível em: http://www.mp.usp.br/sites/default/files/arquivosanexos/codigo_de_etica_do_icom.pdf. Acesso em: 23 jul. 2007.
- COSTA, Suely G. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (org.) **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.29-45.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006.
- DAVIES, Stuart. Plano Diretor. **Museologia Roteiros Práticos** 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001. (Série Museologia).

DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres**: as vozes do silêncio. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto. 1998.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, dez. 1991.

GERSHENBERG, I. Gênero, formação e formação de uma elite gerencial: Multinacionais e outras firmas na Jamaica. **Journal of Developing Areas**, Macomb, II, v.28, n.3, p. 313-327, 2004,

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p.15-36, jan./jun. 2005.

GUMBRECHT, Hans U. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2010.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HIRATA, H. LABORIE, F. et al (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORTA, M. de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina, MONTEIRO Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano. UCAM/MAM-RJ, 2000.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de diretrizes museológicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 19-33, 2006.

JULIÃO, Letícia; GARCIA, Luiz H.; SABINO, Paulo Roberto. O curso de Museologia da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, p. 1-8, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36923>. Acesso em: 20 jan. 2021.

KLEM, Bruna Stutz. **Historiadoras**: aproximações femininas à história da historiografia brasileira. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

KNAUSS, P.; MALTA, I. (org.). **História do Rio de Janeiro em 45 objetos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 581- 597, jul./dez. 2011.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: Arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun. 2006.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Analisando a dinâmica da relação museu: educação formal. In: SEMINÁRIO SOBRE O FORMAL E O NÃO FORMAL NA DIMENSÃO EDUCATIVA DO MUSEU, 1. e 2., 2001, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: MAST, 2001. p. 16-25.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo: Estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. V 1: Memória História, p.95-106. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

LEAL, Elisabete. Mulher e família na virada do século: o discurso d' A Federação. In:HAGEN, Acácia Maria M.; MOREIRA, Paulo Roberto S. (org.). **Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre**. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995. p. 29-30.

LENZI, Gabriela Poltronieri. **Memórias de pessoas e de chapéus em Blumenau, Brasil, e Florença, Itália**. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia da Ibero-America) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2014.

LIMA, Tania Andrade. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro otocentista. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 5, n. 1, p. 93-129, 1997.

LOPES, M.M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais do século XIX. São Paulo: HUCITEC,1997.

LOPES, Maria M. Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista no Museu Nacional do Rio de Janeiro. **História, Ciências e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15(supl.) p. 73-95. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000500004&lang=en. Acesso em: 20 jan.2021.

LOPES, Maria Margaret. Trajetórias museológicas, biografias de objetos, percursos metodológicos. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende (org.) **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2009, p. 305-318.

LOPES, Maria Margarete. Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais. **MUSAS- Revista Brasileira de Museologia**, Brasília n. 2. p. 41-7, 2006.

- LOPES, Régis. **A danação do objeto:** o museu no ensino de história. Argos, 2004.
- MAIRESSE, F. DELOCHE, B. Objet [de musée] ou muséalie. In: DESVALLÉES, A.; Mairesse, F. **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011, p. 385-419.
- MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MELO, Roberta Madeira de. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Julio de Castilhos (1901-1958)**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- MENESES, Ulpiano B. A arte de pensar o patrimônio cultural. **Memória**, São Paulo, v. 13, p. 13-19, 1991.
- MENESES, Ulpiano B. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 91-101, 2000.
- MENESES, Ulpiano Bezerra. Arquivos de artista, museus e pesquisa: reflexões de um historiador. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA, 1, 2010. São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: USP, 2010.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, n.1, p. 207-222, 1993.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan. / dez. 1994.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais No Espaço Público. **Estudos Históricos**, Rio De Janeiro, v. 11, p. 89-103, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. 2009, Ouro Preto. **Anais** [...] Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural--uma-revisao-de-premissas.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Para que serve um museu histórico?. In: MUSEU PAULISTA - USP. (Org.). **Como explorar um museu histórico (material didático)**. São Paulo: Museu Paulista - USP, 1992, p. 3-6.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Pintura histórica: documento histórico?. In: MUSEU PAULISTA - USP. (Org.). **Como explorar um museu histórico (material didático)**. São Paulo: Museu Paulista - USP, 1992, p. 22-24.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista História e Cultura Material**, São Paulo, n. 2, p. 9-42-75-84, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ARQUIVOS PESSOAIS. 1997. Rio de Janeiro/São Paulo. **Anais** [...] Rio de Janeiro/São Paulo: USP, 1997.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A fotografia como documento. Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 7, n. 14, p. 131-142, 2003.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (org.). **Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010, p. 13-33.

MENSCH, Peter van. Modelos conceituais de museus (e suas relações com o patrimônio natural e cultural). **Boletim do ICOFOM-LAM**, Buenos Aires - Rio de Janeiro, n. 4/5, ago.1992.

MOLES, Abraham; BAUDRILARD, Jean; BOUDON, Pierre. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 30. (Novas perspectivas em comunicação, 4).

MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOSCovici, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v.1, n. 1, p. 7-9, 1993.

NASCIMENTO, Rosana A. D. A Historicidade na documentação museológica. In: SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS, 4. 2002, Rio de Janeiro - RJ.. **Anais** [...]. Rio de Janeiro - RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 49-58.

NASCIMENTO, Rosana A. D. **O objeto museal, sua historicidade implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do Museu**. 1. ed. Lisboa: Centro de Estudo de Socio Museologia, 1998. v. 11.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 71-86, 2005.

NEDEL, Letícia Borges. Da coleção impossível ao espólio indesejado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 38, p.11-31, 2006.

NEDEL, Letícia Borges. Onde o gigante perdeu as botas: memórias em confronto no interior de um museu histórico. **Revista História Oral**. v.14, n.1, p. 63-95, jan. /jun. 2011. Disponível em:
<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=224&path%5B%5D=233>. Acesso em: 20 jul. 2011.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da província**: o regionalismo rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos 1950. 1999. 336 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1999.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; QUEIROZ, Marijana Souza. Museologia - Substantivo Feminino: Reflexões sobre Museologia e Gênero no Brasil. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, set. 2017, p.61-77.

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e ciência da informação**: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças del'roupas brancas'. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museu Paulista da USP: percursos e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 229-240, 2011.

OLIVEIRA, Célia. Biografias e coleções: um caso de estudo. A Coleção de Postais Ilustrados do Coronel José Marcelino Barreira. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2013.

PADILHA, Renata C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v.2).

PEARCE Susan. M. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, Marcus (org.) **Museus Instituições de Pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, p. 11-23, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 278-321.

PERROT, Michelle. História da sexuação. In: HIRATA, H. et al (org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 111-116.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.9, n.18, p. 9-18, ago. / set. 1989.

PETERSEN, Aurea Tomatis. **Trabalhando no banco:** trajetória de mulheres gaúchas desde 1929. 1999. 384 f. Tese (Doutorado em História do Brasil), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados.** São Paulo: Contexto, 2014, p. 396.

PINTO, Celi Regina. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política,** v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PINTO, Celi Regina. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Ábramo, 2003.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: **Enciclopédia Einaudi.** v.1 (Memória/História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 51-86, 1984.

POMIAN, Krzysztof. Do Monopólio da Escrita ao Repertório Ilimitado das Fontes: Um século de mutações da história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 15-34, 2012.

POSSAMAI, Zita Rosane **As artimanhas do percurso museal:** narrativas sobre objetos e peças de museu. **MOUSEION:** revista do museu e arquivos histórico La Salle, vol. 4, n.7, p. 67-72, jan./jun. 2010.

POSSAMAI, Zita Rosane. (In) Visibilidades do passado: percursos das relações entre História e memória nos museus. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; SANTOS, Nádia Maria Weber (org.) **Memória Social:** questões teóricas e metodológicas. 1. ed. Canoas: UnilaSalle: 2013, v. 5, p. 207-225.

POSSAMAI, Zita Rosane. Exposição, coleção, museu escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. **Educar em Revista**, [S.I.], v. 31, n. 58, p. 103-119, out. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/43467>. Acesso em: 19 out. 2018.

POSSAMAI, Zita Rosane. Lição de coisas no museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 43, p. 1-16, dez.2012.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu:** patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

POSSAMAI, Zita Rosane. O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, n. 48, p. 23-49, 2018.

POSSAMAI, Zita Rosane. Olhares cruzados: interfaces entre História, Educação e Museologia. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 3, p. 17-32, 2014.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 443-469, dez., 2011.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. Séculos XVIII-XXI. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Autêntica, 2013.

RAMOS, F. R. L.; MAGALHÃES, Aline Montenegro. A lição da pedra: usos do passado e cultura material. **História da Historiografia**, v. 13, p. 96-113, 2013.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de História. **Cadernos CEDES** (Impresso), v. 30, p. 397-411, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. As Tramas do Objeto no Ensino de História. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 39, p. 285-306, 2007.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. As utilidades do passado na biografia dos objetos. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (org.). **Futuro do pretérito**: escrita da história e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica, 2010, p. 27-51.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Objeto Gerador: considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Historiar - Revista Eletrônica do Curso de História Universidade Estadual Vale do Acaraú**, v. 8, p. 70-93, 2016.

RECHENA, Aída. Museologia Social e Gênero. **Cadernos do CEOM**, ano 27, n. 41, p. 153-174, 2014.

RECHENA, Aída. **Sociomuseologia e Gênero**: Imagens da Mulher em Exposições de Museus Portugueses. 2011. 397 f. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/aida_rechena.pdf. Acesso em: 20 jan. 2015.

REDE, Marcelo. A História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.4, p. 265 - 82, jan./dez.1996.

REDE, Marcelo. História e cultura material. *In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. (org.). Novos domínios da história.* Rio de Janeiro: Editora Elsevier Brasil, 2011.p. 135-150.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP; UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n.20, p. 162-185. jan./abri.2017.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe:** a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, jul. 1996. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>. Acesso em: 26 agosto. 2020.

SANTOS, M. C. T. Moura. **Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus.** Salvador, Centro Editorial e didático da UFBA. 1990.

SANTOS, Maria Celia Moura. **Encontros Museológicos:** reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MINC/DEMU/IPHAN, 2008.

SANTOS, Maria Célia T.M. Museus e educação: conceitos e métodos. **Ciências & Letras** – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. Porto Alegre, n.31, p. 1-15, 2002.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel do Museu na Construção de uma Identidade Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 21-36, 1996.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. **A escrita do passado em museus históricos.** Rio de Janeiro: Garamoud, MINC/DEMU/IPHAN, 2006.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.19, n. 19. Lisboa, p. 115-137, 2002.

SANTOS, Paola. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, p. 54-63, 2007.

SCHMDIT, Benito B. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 187-196, dez. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. **Educação e realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 65-99.

SILVA, Ana Celina F. **Investigações e evocações do passado**: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre, RS, 1925-1939). 2018. 332 f. Tese (Doutorado em História), Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Ana Celina F. **O museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos (1903-1925)**. 2011.57 f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Museologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, C. B Da.; ASSIS, G. de O.; KAMITA, R. C. (org.). **Gênero em movimento**: novos olhares, muitos lugares. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

SILVA, Cristiani B. da. Atualizando a hidra? O estágio supervisionado e a formação docente inicial em história. **Educação em Revista**, v. 26, p. 131, 2010.

SILVA, Cristiani B. da. Que memória? Que história? Usos do passado e o ensino de História a partir do presente. In: GONÇALVES, Janice (org.). **História do Tempo presente**: oralidade, memória, mídia. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2016, p. 117-135.

SOIHET, Adriana Facina. Gênero e memória: algumas reflexões. **Gênero**, v. 5, n.1, p. 09-19, jul./dez. 2004.

SOIHET, Rachel. A História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-328.

SOIHET, Rachel. Relações de Gênero e Formas de Violência. In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; MOURA. José Francisco (org.) **Violência na História**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2009, p.159-172.

SOUZA, Vanessa Becker. **Museu Julio de Castilhos**: 111 anos de história em arquivos. Porto Alegre: EDIJUC/ IHGRGS, 2014.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

THIELKE, N. **O Percurso das Imagens**: a estatuária missionária no Museu Julio de Castilhos e no Museu das Missões (1903-1940). 2014. 247 f. Dissertação (Mestrado em

Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

THIELKE, N. História da educação e Museus. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: história da educação e as culturas do pampa: diálogos entre Brasil e Uruguai. 19., 2013, Pelotas. *Anais* [...] Pelotas: UFFPEL, 2013.

TOSTES, Vera (org.). **História representada**: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: MHN, Livro do Seminário Internacional, 2003.

TOSTES, Vera. O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apelo devorador? **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, n. 31, p. 74-82. 2005.

VAQUINHAS, Irene M. Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história. **MIDAS - Museus e estudos interdisciplinares**, Évora, n. 3, p. 1-15, 2014.

VEIGA, Ana Cecilia R. **Gestão de projetos de museus e exposições**. Belo Horizonte: Editora Arte, 2013.

WICHERS, Camila Azevedo. Sobre A Musealização De Acervos Iny-Karajá: Desafios E Possibilidades Para Uma Prática Decolonial. **Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 53-76, 2019.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo dos objetos no Museu Paulista. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista, 2009.

ZUBARAN, Maria Angélica; MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues. Que Memóriase Histórias Negras Se Ensinam Nos Museus? Do Esquecimento ao Reconhecimento. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 19, n. 30, p. 4-20, jan./jun. 2014.